



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA

Thainá Guedelha Nunes

**POR UM TURISMO DECOLONIAL: REFLEXÕES ANTROPOLÓGICAS A
PARTIR DA TURISTIFICAÇÃO DA ILHA DO COMBU/PA**

BELÉM/PA
2023

THAINÁ GUEDELHA NUNES

**POR UM TURISMO DECOLONIAL: REFLEXÕES ANTROPOLÓGICAS A
PARTIR DA TURISTIFICAÇÃO DA ILHA DO COMBU/PA**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação
em Sociologia e Antropologia da Universidade
Federal do Pará como requisito para obtenção de
título de doutora em Antropologia.

Orientadora: Profa. Dra. Lourdes Gonçalves
Furtado

BELÉM/PA
2023

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

N972u Nunes, Thainá Guedelha.
Por um turismo decolonial : reflexões antropológicas a partir da
turistificação da Ilha do Combu/PA / Thainá Guedelha Nunes. — 2023.
259 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^a. Dra. Lourdes Gonçalves Furtado
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em
Sociologia e Antropologia, Belém, 2023.

1. Antropologia do Turismo. 2. Turistificação. 3. Ilha do
Combu. 4. Descolonização do turismo. 5. Bem Viver. I. Título.

CDD 301.09811

THAINÁ GUEDELHA NUNES

**POR UM TURISMO DECOLONIAL: REFLEXÕES ANTROPOLÓGICAS A PARTIR
DA TURISTIFICAÇÃO DA ILHA DO COMBU/PA**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em
Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do
Pará como requisito para obtenção de título de doutora
em Antropologia.

Data da defesa: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Lourdes Gonçalves Furtado
Orientadora - PPGSA/UFPA

Prof. Dr. Manoel Ribeiro De Moraes Junior
Examinador interno – PPGSA/UFPA

Prof. Dra. Patrícia da Silva Santos
Examinadora interna – PPGSA/UFPA

Prof. Dra. Renata de Godoy
Examinadora externa – PPGA/UFPA

Prof. Dr. Flávio Bezerra Barros
Examinador externo – PPGAA/UFPA

Prof. Dra. Helena Doris de Almeida Barbosa
Examinadora convidada – ICSA/UFPA

Prof. Dr. Antônio Mauricio Dias da Costa
Examinador suplente interno – PPGSA/UFPA

Prof. Dr. Reinaldo Matias Fleuri
Examinador suplente externo - PPGICH/UFSC

A todas as populações tradicionais que, assim como a da Ilha do Combu, resistem à pressão da modernidade e colonialidade. Que o mundo não apenas as escute, mas aprenda a aprender com elas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas e todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para que fosse possível concretizar esta tese e/ou ajudaram a amenizar o difícil caminho trilhado até a conclusão dessa importante etapa da minha vida.

Em especial agradeço à minha família que sempre esteve do meu lado me apoiando e incentivando nessa e em todas as escolhas da minha vida. Maria de Nazaré, Tadeu, Nayara, Iago e Yasmin, vocês são minha principal fonte de força para enfrentar as dificuldades e celebrar as vitórias.

Ao meu companheiro Ércio por seu carinho, companheirismo e apoio durante todos esses anos e diante de tantos altos e baixos. Obrigado por todo o incentivo, principalmente nos momentos em que mais precisei.

Aos amigos e amigas pelos momentos de descontração, mesmo que muitas vezes à distância, e por sempre estarem dispostos a ajudar.

À minha orientadora Profa. Lourdes Furtado por tantos anos de ensinamentos e apoio nessa empreitada da pesquisa antropológica. Tive a honra de me tornar a antropóloga, pesquisadora e professora que sou graças à sua orientação desde o PIBIC. Obrigado também pela atenção e compreensão nessa trajetória árdua.

Aos professores e à minha turma pelo rico debate e trocas durante o doutorado, durante as aulas e em vários outros momentos.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, cuja coordenação foi compreensiva, principalmente durante o período da pandemia que atingiu e abalou a todos nós e nossas pesquisas. À Rosângela sempre esteve a disposição para ajudar e tirar todas as dúvidas que surgiam pelo caminho.

Aos meus interlocutores da Ilha do Combu, sem os quais essa pesquisa não seria possível. Obrigada por todo o auxílio em campo, pelos conhecimentos e pensamentos compartilhados, pelas experiências e risadas durante as conversas. Seu lar e modo de vida me encantaram desde o primeiro dia em que conheci de perto.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de pesquisa que foi fundamental para que durante a maior parte do doutorado fosse possível me dedicar integralmente.

RESUMO

A partir de 2015, na Ilha do Combu, Área de Proteção Ambiental pertencente à área insular de Belém do Pará, se inicia um processo de turistificação que a tira de sua condição de relativa invisibilidade, atraindo cada vez mais visitantes. Diante disso, esta tese tem como objetivo analisar tal processo e seus principais desdobramentos. Tendo como palco a ilha, buscou-se refletir criticamente sobre o turismo ter se constituído sob a influência da colonialidade e, conseqüentemente, assimilado as noções de desenvolvimento e modernidade. Utilizando-se dos debates provenientes da Antropologia do Turismo, com contribuições de autores que abordam a decolonialidade, os resultados apresentados são frutos de uma pesquisa antropológica qualitativa. Esta pesquisa teve como base a etnografia, com observação direta e participante, entrevistas semiestruturadas, questionário online e registros fotográficos. Foram também realizadas investigações na internet, buscando acompanhar em uma rede social perfis de estabelecimentos da ilha, material de divulgação destes e comentários em postagens sobre a ilha por perfis de jornais da cidade. Os resultados aqui apresentados são oriundos não apenas da pesquisa realizada durante o período do doutorado, mas das pesquisas que realizei desde 2010, o que me possibilitou acompanhar as transformações pelas quais a ilha vem passando. Outra dimensão metodológica foi a da pesquisa-ação, em que foram estabelecidas contrapartidas da pesquisa para a comunidade. Serão produzidas cartilhas para os donos dos estabelecimentos e para os visitantes, e um site sobre a Ilha do Combu foi criado. Como resultados tem-se que o avanço da busca por lazer no local consolidou este como um importante ponto turístico de Belém, gerando mais visibilidade, valorização local, emprego e renda para a população. Entretanto, atraiu a atenção de forasteiros que buscam também aproveitar-se das possibilidades promissoras, decidindo empreender no local, intensificando o processo de turistificação. Observa-se um desenvolvimento desordenado do turismo, que vem se intensificando rapidamente, gerando a proliferação de estabelecimentos, especulação imobiliária, perturbação da vida cotidiana local, poluição, erosão, insegurança, surgimento de atrativos artificiais e mudanças para atender às demandas externas. Percebeu-se que a maneira como a atividade vem se desenvolvendo nos últimos anos no local, reflete as ontologias propagadas pela colonialidade, no comportamento e ações de agentes do Setor Privado, do Poder público e de visitantes. Todavia, a população local tem mostrado sua agência e destacando seu protagonismo frente a esse processo. Por fim, buscou-se trazer proposições para avançar na descolonização do turismo.

Palavras-chave: Antropologia do Turismo; turistificação; Ilha do Combu; Bem Viver; descolonização do turismo.

ABSTRACT

Starting from 2015, on the Combu Island, an Environmental Protection Area belonging to the insular area of Belém do Pará, a process of touristification began that took it out of its condition of relative invisibility, attracting more and more visitors. In view of this, this thesis aims to analyze this process and its main consequences. Having the island as the stage, we sought to critically reflect on tourism having been constituted under the influence of coloniality and, consequently, assimilated the notions of development and modernity. Using the debates arising from the Anthropology of Tourism, with contributions from authors who address decoloniality, the results presented are fruits of a qualitative anthropological research. This research was based on ethnography, with direct and participant observation, semi-structured interviews, online questionnaire and photographic records. Investigations were also carried out on the internet, seeking to follow on a social network profiles of establishments on the island, material for their dissemination and comments on posts about the island by profiles of newspapers in the city. The results presented here are derived not only from the research carried out during the doctoral period, but from the researches that I have carried out since 2010, which enabled me to follow the transformations that the island has been going through. Another methodological dimension was that of action research, in which counterparts of the research were established for the community. Booklets will be produced for the owners of the establishments and for the visitors, and a website about the Combu Island was created. As results, it is found that the advancement of the search for leisure in the place consolidated it as an important tourist spot in Belém, generating more visibility, local appreciation, employment and income for the population. However, it attracted the attention of outsiders who also seek to take advantage of the promising possibilities, deciding to undertake in the place, intensifying the process of touristification. A disorderly development of tourism is observed, which has been intensifying rapidly, generating the proliferation of establishments, real estate speculation, disturbance of local daily life, pollution, erosion, insecurity, emergence of artificial attractions and changes to meet external demands. It was noticed that the way the activity has been developing in recent years in the place, reflects the ontologies propagated by coloniality, in the behavior and actions of agents of the Private Sector, the public Power and visitors. However, the local population has shown its agency and highlighted its protagonism in the face of this process. Finally, we sought to bring propositions to advance in the decolonization of tourism.

Keywords: Anthropology of Tourism; touristification; Combu Island; Good Living; decolonization of tourism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Bairros e Distritos Administrativos de Belém com a Ilha do Combu destacada	13
Figura 2 - Nuvem de palavra sobre as definições de Turismo	62
Figura 3 - Banner de divulgação do Grand Resort Serra Negra	65
Figura 4 - Recortes para definições de turismo	70
Figura 5 - Localização das comunidades da Ilha do Combu	74
Figura 6 - Comunidade Igarapé do Combu	75
Figura 7 - Casa na comunidade Furo da Paciência.....	75
Figura 8 - Matéria do jornal O Liberal de 1989	78
Figura 9 - Trapiche da Praça Princesa Isabel sem nenhuma divulgação sobre a ilha	85
Figura 10 - Trapiche da Praça Princesa Isabel com o primeiro banner de divulgação, sendo do restaurante Chalé da Ilha	87
Figura 11 - Trapiche da Praça Princesa Isabel com novos banners.....	88
Figura 12 - (A e B) Trapiche da Praça Princesa Isabel antes	93
Figura 13 - Entrada do Terminal Hidroviário da Praça Princesa Isabel	94
Figura 14 - Entrada do Terminal Hidroviário da Praça Princesa Isabel	94
Figura 15 - Olaria River Hostel, comunidade Beira do Rio Guamá, Ilha do Combu.....	95
Figura 16 - Suíte casal, Olaria River Hostel, Ilha do Combu	95
Figura 17 - Arte de divulgação de passeio da Nova Acrópole Belém.....	96
Figura 18 - Panfleto de experiências do Restaurante Saldosa Maloca	96
Figura 19 - Casa ribeirinha da Ilha do Combu participante do Projeto StreetRiver Amazônia	100
Figura 20 - Bandeira do Sebrae no restaurante Saldosa Maloca da Ilha do Combu	101
Figura 21 - Prazeres explicando como funciona a transformação de restos de comida em biogás.....	102
Figura 22 - Sinalização sobre a velocidade de navegação na Ilha do Combu.....	105
Figura 23 - Árvore tombando em trecho do Igarapé do Combu	110
Figura 24 - Barreira para evitar a força da água e a erosão no restaurante Casa Combu	110
Figura 25 - Casa caída após aumento do nível das águas e erosão na Ilha do Combu.	111
Figura 26 - Barco tradicional da região (pôpôpô) navegando pelo Rio Guamá.....	113
Figura 27 - Lancha de ferro atracada ao lado do Terminal Hidroviário Ruy Barata....	113
Figura 28 - Restaurante Saldosa Maloca que segue sem abrir mão da tradicionalidade	114
Figura 29 - Restaurante Chá da Ilha do Combu	115

Figura 30 - Restaurante AHO na Ilha do Combu	115
Figura 31 - Terraço da Ilha Pousada e Restaurante na Ilha do Combu	116
Figura 32 - Bangalô Combu, hospedagem	117
Figura 33 - Linha do tempo da Criação da APA Ilha do Combu	119
Figura 34 - Reunião de posse dos Conselhos gestores da APA da Ilha do Combu e do Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia em 11 de fevereiro.....	121
Figura 35 - Terreno à venda na Ilha do Combu, Comunidade Igarapé do Combu	126
Figura 36 - Anúncios de venda de terreno na Ilha do Combu.....	126
Figura 37 - Reunião de amigos na Ilha do Combu durante a pandemia.....	134
Figura 38 - Amigos na Ilha do Combu durante o lockdown	135
Figura 39 - Aglomeração em restaurante na Ilha do Combu durante o lockdown.....	135
Figura 40 - Proposta de estrutura para gestão da APA e recepção de visitantes na Ilha do Combu	137
Figura 41 - Panfleto turístico de Belém.....	138
Figura 42 - Guichê de informação turística no Terminal Hidroviário Ruy Barata.....	139
Figura 43 - Reportagem sobre desabamento em restaurante da Ilha do Combu durante a pandemia.....	140
Figura 44 - Reportagem sobre fiscalização nos restaurantes da Ilha do Combu durante a pandemia.....	140
Figura 45 - Material de divulgação de possíveis roteiros turísticos no Saldosa Maloca.....	153
Figura 46 - Roteiro turístico do Vida Caboca.....	154
Figura 47 - Tipos experiência turística e suas interconexões	156
Figura 48 - Espaço infantil em restaurante na Ilha do Combu	159
Figura 49 - Mulheres posando em banheira de hidromassagem na Beira do Rio Guamá.....	159
Figura 50 - Cartaz de divulgação de programação de festa de Réveillon	160
Figura 51 - Comentários em postagem de rede social sobre a Ilha do Combu	164
Figura 52 - Embarcações atracadas no restaurante Solar da Ilha	169
Figura 53 - Fluxo da percepção nativa quanto ao comportamento em relação ao tipo de visitante.....	171
Figura 54 - Fluxo da percepção nativa quanto comportamento em relação ao poder aquisitivo do visitante.....	174
Figura 55 - Tipos de encontros turísticos	176
Figura 56 - Balança das expectativas e cobranças para um bom desenvolvimento turístico	187

Figura 57 - Mobilidade na experiência turística em direção ao encontro turístico positivo	191
Figura 58 - Postagem de conscientização turística de agência de turismo em Belém.	193
Figura 59 - Postagem sobre preocupação com o turismo praticado na Ilha do Combu	193
Figura 60 - Pirâmide da hierarquia turística	206
Figura 61 - Comentários em rede social sobre a primeira edição do Circuito Gastronômico da Ilha do Combu	213
Figura 62 - Cozinha da Dona Nena com utensílios para fabricação de seus produtos.	225
Figura 63 - Sala da Nena transformada em loja para seus produtos.....	227
Figura 64 - Trapiche da Dona Nena Antes	228
Figura 65 - Trapiche da Dona Nena depois, com sua casa ao fundo – ambiente I.....	228
Figura 66 - Trapiche da Dona Nena depois – ambiente II.....	228
Figura 67 - Casa de Chocolate da Ilha do Combu	229
Figura 68 - Sistema de biogás no restaurante Saldosa maloca	230
Figura 69 - Charge sobre as consequências do “egoturismo”	233
Figura 70 - Elementos do Bem Viver ribeirinho na Ilha do Combu	239
Figura 71 - transformação do processo de desenvolvimento do turismo na localidade receptora	242

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Cronologia do Turismo	33
Quadro 2 - Cronologia da institucionalização do turismo	41
Quadro 3 - Cronologia estudo do turismo na Antropologia	44
Quadro 4 - Definições de Turismo ao longo do tempo	59
Quadro 5 - Estabelecimentos voltados para o lazer e turismo na Ilha do Combu	97
Quadro 6 - Aspectos positivos da turistificação da Ilha do Combu	98
Quadro 7 - Aspectos negativos da turistificação da Ilha do Combu	103
Quadro 8 - Conclusão das atividades da gestão da APA da Ilha do Combu para o período de 2009-2012	120
Quadro 9 - Matriz de indicadores de Bem Viver	238

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Associação de atividade remunerada na definição de turismo	64
Gráfico 2 - necessidades do turista sendo levado em consideração nas definições	68
Gráfico 3 - relações sociais como parte da definição de turismo	68
Gráfico 4 - Aumento da população da Ilha do Combu.....	77
Gráfico 5 - Aumento do número de estabelecimentos na Ilha do Combu.....	89
Gráfico 6 - Porcentagem da localização de estabelecimentos para lazer na Ilha do Combu por comunidade.....	92
Gráfico 7 - Frequência de reuniões do Conselho Gestor da APA da Ilha do Combu sob gerência do Ideflor-bio	130
Gráfico 8 - Como os visitantes conheceram a Ilha do Combu	145
Gráfico 9 - Motivo da visita à Ilha do Combu.....	147
Gráfico 10 - O que visitantes gostam de fazer na Ilha do Combu.....	149
Gráfico 11 - Questões problemáticas na percepção de visitantes da Ilha do Combu...	161
Gráfico 12 - Percepção dos visitantes quanto ao custo para visitar a Ilha do Combu..	163

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
Entrelaçando tema, locus de pesquisa e os objetivos	12
O problema de pesquisa e a hipótese	20
Metodologia e os percalços da pesquisa	22
Um passeio pelo conteúdo da tese.....	28
CAPÍTULO 1 – O TURISMO E A ANTROPOLOGIA	31
1.1 – Resumo histórico do turismo	31
1.2 – O turismo como tema de pesquisa na Antropologia	43
1.3 – Turismo e reflexões sobre seus aspectos conceituais.....	58
CAPÍTULO 2 – A ILHA DO COMBU: DE UMA VIDA RIBEIRINHA PACATA A UM PONTO TURÍSTICO DE DESTAQUE	73
2.1 – A Ilha do Combu: antes de tudo, um local de vida ribeirinha.....	73
2.2 – Turistificação e grandes mudanças na Ilha do Combu.....	82
2.3 - Uma Área de Proteção Ambiental, seu Conselho Gestor, os órgãos públicos e várias adversidades	118
CAPÍTULO 3 - “SINTA-SE EM CASA, MAS LEMBRE-SE QUE NÃO ESTÁ” 144	
3.1 – De um lado: os visitantes, suas motivações e experiências.....	144
3.1 – Do outro lado: os visitados e suas percepções	165
3.3 – Os dois lados da mesma moeda: reciprocidade e educação turística.	175
CAPÍTULO 4 – DESENVOLVIMENTO PARA QUEM? REFLEXÕES PARA TURISMO DECOLONIAL	196
4.1 – Turismo e colonialidade	196
4.2 – Agência e protagonismo ribeirinho	215
4.3 – O <i>Bien Vivir</i> como componente fundamental para um novo turismo.....	231
Considerações finais para um novo turismo	245
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	252

INTRODUÇÃO

Entrelaçando tema, lócus de pesquisa e os objetivos

A pesquisa acadêmica que decidi realizar é fruto de várias escolhas dentro de um campo de possibilidades, considerando a viabilidade, que depende do contexto ao qual eu, enquanto pesquisadora, estava inserida, bem como está ligada a motivações e/ou afinidades de quem pesquisa. A escolha do tema desta tese é resultado de vários desdobramentos desde o início da minha vida acadêmica e das pesquisas desenvolvidas ao longo da mesma.

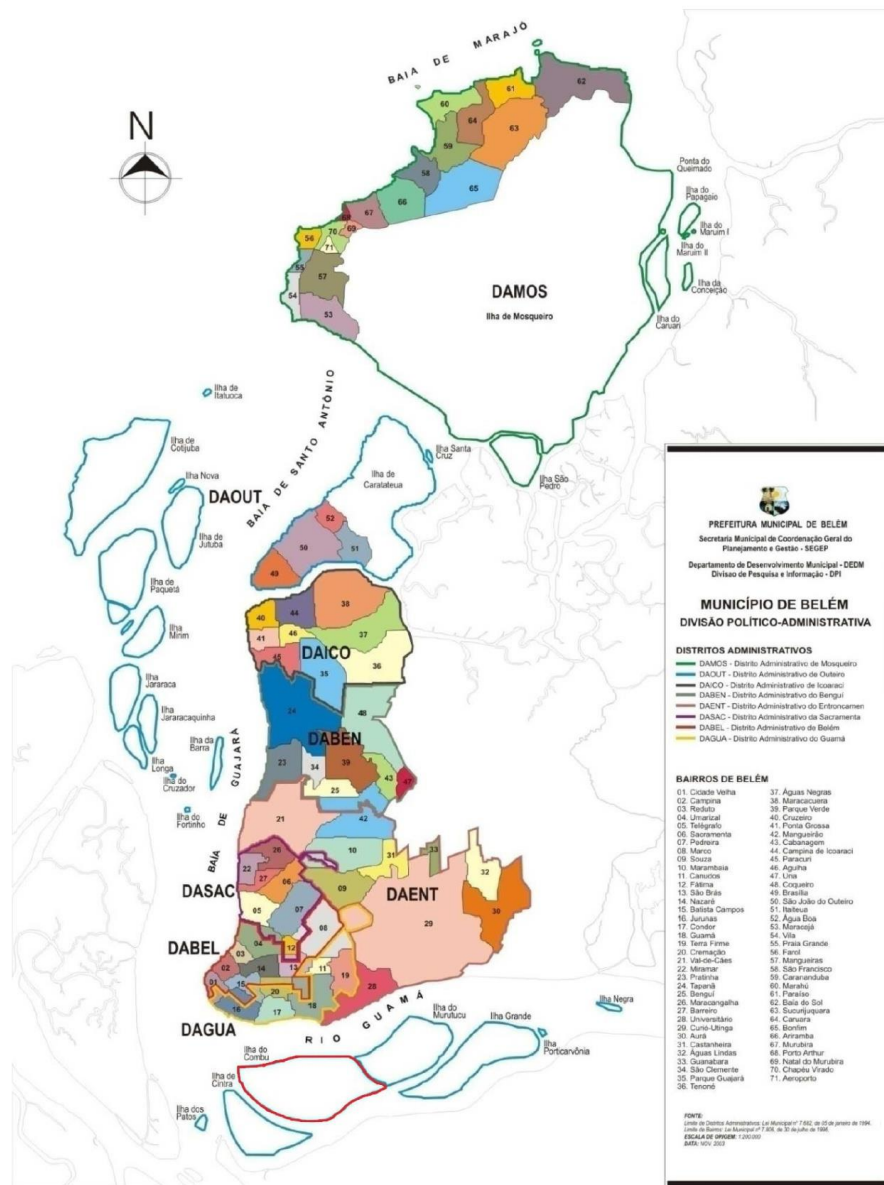
Desde muito nova o meio ambiente natural despertava meu interesse tanto quanto o comportamento humano. Ainda no primeiro ano da graduação na Universidade Federal do Pará (UFPA), em 2009, tive a oportunidade de participar de um projeto sobre educação e sustentabilidade. Logo após essa importante experiência, ainda no mesmo ano, dei início às atividades de pesquisa através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), se estendendo até a conclusão do curso de graduação, em 2014.

O Grupo de Pesquisa Recursos Naturais e Antropologia Social (RENAS), do MPEG, ao qual estava vinculada como bolsista, há décadas estudava populações tradicionais haliêuticas. Nesse contexto minhas pesquisas na área da Antropologia começaram a ganhar forma, perpassando por vários recortes, porém sempre sobre o universo ribeirinho. A maior área de concentração das pesquisas do grupo RENAS se dava na zona costeira do nordeste paraense, entretanto, em 2010, decidi escolher um lócus de pesquisa mais próximo da cidade de Belém.

Foi então que decidi iniciar as pesquisas na Ilha do Combu, que eu tanto observara da UFPA. A partir dos ensaios antropológicos, elaborei meu Trabalho de Conclusão de Curso, desdobrando-se no projeto de pesquisa para o mestrado. Neste, segui me aprofundando sobre o modo de vida do ribeirinho *combuense*, sua identidade e pertencimento. A ilha se estabelece a partir de grande contraste com o modo de vida urbano da Belém continental, assemelhando-se às populações que vivem em várias das 39 ilhas da região insular da cidade.

A ilha do Combu está localizada na região sul da cidade, fazendo parte do Distrito Administrativo de Outeiro (DAOOUT), como pode ser observado na figura 1. Chamo atenção, também, para o fato de que as regiões demarcadas com cores são os bairros considerados urbanizados que, além do continente, encontram-se em parte das ilhas de Mosqueiro e Outeiro.

Figura 1 - Bairros e Distritos Administrativos de Belém com a Ilha do Combu destacada



Nesta contagem não estão incluídas as ilhas que integram o restante da região metropolitana de Belém, como Ananindeua, que possui nove ilhas, Benevides, com três, e Santa Bárbara, com uma ilha. Além dessas há também as ilhas pertencentes à Barcarena, cujas ilhas se encontram ao lado das de Belém, como por exemplo, a Ilha das Onças e a Ilha Arapiranga, na Baía do Guajará. Estas se localizam bem em frente à Belém, porém, a partir do Decreto-Lei de nº 2.972, de 31 de março de 1938, passaram a integrar Barcarena.

Vale ressaltar que também não está sendo levado em consideração o arquipélago da Ilha do Marajó, com seus 50 mil m² e três mil ilhas e ilhotas. No total, somente nessa região das proximidades de Belém, seriam 52 ilhas, mais o Marajó. Com a expressividade das ilhas, pode-se dizer que “a cidade nasceu por assim dizer sob o signo insular” (MOREIRA, 1966, p. 69).

Grande parte da população que habita a região insular de Belém é composta por ribeirinhos, cujo modo de vida se estabelece ligado aos recursos naturais, apresentando uma relação forte e particular com a “beira” do rio, como é o caso da Ilha do Combu. Na pesquisa realizada no âmbito do mestrado, pude compreender o que é ser ribeirinho do Combu. Desde a fuga de indígenas e escravos para o local, e posteriormente a migração de trabalhadores de diversas cidades do estado do Pará e de fora, as famílias que na ilha se estabeleceram consolidaram este espaço como seu lugar. As gerações que hoje lá se encontram demonstram um grande vínculo afetivo com a ilha (NUNES, 2017).

Busquei, então, compreender como se estabelecia a relação desses habitantes com seu território e a identidade que construíram no mesmo. Pois os que fizeram desta ilha seu lar deixaram “um legado sociocultural para as populações contemporâneas em termos de manejo ambiental, hábitos alimentares, relação entre mundo terrestre e mundo aquático e um *modus vivendi* particular de uma área como a Amazônia” (FURTADO; SOUZA, 2006, p. 164).

Apesar do crescimento populacional na ilha e de sua proximidade com a área urbana, as comunidades ribeirinhas mantiveram sua realidade cotidiana ligada ao meio ambiente natural, aos rios e à mata, que ainda são predominantes na ilha. Isso demonstra que, apesar das mudanças pelas quais toda cultura passa, seu desenvolvimento está ligado a uma relação mais intrínseca com o meio ambiente. Isso não se garante pelo simples fato de a Ilha do Combu ser uma Área de Proteção Ambiental (APA), pois percebe-se a falta de fiscalização, a gestão fraca e a pouca participação da população local no Conselho Gestor da mesma.

Tal contexto se mantém pela própria dinâmica social que foi construída por esses ribeirinhos com seu território, que se desenvolveu e continua se desenvolvendo de maneira diferenciada dos vizinhos moradores da área urbana. A questão foi levada em consideração na problematização com relação ao turismo e as mudanças que têm ocorrido em decorrência deste. Há uma importante reflexão sobre a concepção dicotômica humano – natureza, assim como sobre a “natureza conservacionista” das populações ditas tradicionais, que é mais um fruto de uma visão essencialista dos “não-tradicionais” do que do discurso daqueles grupos (CUNHA; ALMEIDA, 2001; KOPNINA, 2014).

Vários elementos fazem parte desse universo ribeirinho da Ilha do Combu: o rio, a mata, as embarcações, o trapiche, a casa, o quintal, e, claro, os ribeirinhos. Mas há outro elemento que cada vez mais vem ganhando espaço no cenário local. O turismo, cuja atratividade se deu

por esses elementos, e por ser tão próximo da cidade de Belém, tem como marco inicial o ano de 1983, quando surge o primeiro restaurante da ilha, o Saldosa Maloca.

O turismo por um bom tempo passou despercebido, muitas vezes deliberadamente, pelos antropólogos, e nas Ciências Sociais em geral. Havia uma visão compartilhada de que este tema não apresentava significativa relevância como objeto de estudo da área. Assim, outras áreas deram início a investigações sobre o turismo, predominantemente nas ciências econômicas e administrativas, e posteriormente de marketing, por volta de 1920 na Europa. Alguns cientistas sociais começaram a mencionar brevemente sobre o tema já na década de 1960, de maneira breve e apenas por ser algo que se deparavam nos seus lócus de pesquisa. Foi apenas na década de 1970 que de fato se iniciam as investigações de Ciências Sociais tendo como foco o turismo

Graburn (2009) divide em quatro tipos básicos as pesquisas dos antropólogos que começaram a se debruçar sobre a temática do turismo: 1) descoberta empírica; 2) trabalho em temas afins; 3) extensão teórica; e 4) análise crítica. O autor argumenta que muitos foram “descobrimo” o turismo como objeto de estudo de certa maneira acidentalmente. Outros “descobriram” mais diretamente observando seus impactos nas localidades com enfoque, na época, para a aculturação e relações interculturais. Assim, o fenômeno do turismo foi ganhando tamanha força que chamou a atenção dos pesquisadores para a necessidade de seu estudo sob a ótica da Antropologia, e não mais apenas com um olhar tecnicista e economicista.

De maneira semelhante, a temática começou a fazer parte de minhas pesquisas. Assim, como os primeiros a estudar mais profundamente sobre o turismo, o fenômeno na Ilha do Combu foi tomando grandes proporções durante o período em que pesquisava no local, o que chamou minha atenção. Pesquisar sobre e na ilha desde 2010 me proporcionou, de certa forma, acompanhar de perto o desenvolvimento da ilha e o crescimento do turismo no local, o que me fez ver a necessidade de me aprofundar sobre a questão.

O tema pulsava cada vez mais, a ponto de não poder deixar de escolhê-lo como alvo dos meus futuros estudos, quase como se ele tivesse me escolhido e não o contrário. Diante disso, cabe destacar que minha inserção efetiva na temática ocorreu ao iniciar o doutoramento, o que representou um desafio para me inteirar sobre o tema e delinear os rumos da pesquisa. As opções limitadas de disciplinas na área de turismo na pós-graduação acabam contribuindo para que o processo de compreensão teórica seja um pouco mais lento e permeado por dúvidas. Porém, participar de eventos em Grupos de Trabalho sobre turismo, apresentando resultados em andamento da pesquisa, confirma-se como um momento de trocas enriquecedoras.

No decorrer dos anos de pesquisa na Ilha do Combu, percebi que até 2013 a atividade era bastante tímida. O fluxo de pessoas de fora da comunidade em busca de lazer na ilha era pequeno. Inclusive, poucos sabiam da existência da ilha e/ou onde ela se localizava. A partir de 2017, já era possível observar uma grande movimentação de pessoas atravessando para a ilha aos finais de semana e feriados. Atualmente, o turismo e o lazer na ilha ocorrem todos os dias da semana, embora não de forma completa. É difícil, hoje, encontrar um adulto belenense que não conheça o local, mesmo que ainda não o tenha visitado.

A ilha também é conhecida por muitos turistas nacionais e internacionais, e está cada vez mais presente na mídia, seja na internet, jornais ou televisão. Ao que parece, todo turista que chega à cidade recebe como dica para seu roteiro turístico uma ida à Ilha do Combu. Isso tem se refletido em muitas mudanças por parte de algumas comunidades, devido à crescente demanda turística. A atratividade crescente do local se deu porque “além de sua beleza cênica, o estilo de vida tradicional passa ser produto de atração de pessoas de fora da região – a vida cotidiana é vista pelo turista como espetáculo [...]” (ADRIÃO, 2013, p. 67).

Nesse sentido, esta pesquisa se debruça sobre a rápida expansão desse fenômeno na ilha, à luz da Antropologia, inserindo-se nos debates da Antropologia do Turismo. Outras questões e reflexões serão suscitadas para problematizar e repensar o turismo em si, indo além da concepção predominante atrelada à noção de desenvolvimento econômico como força motriz e elemento central desta atividade.

Esse pensamento afeta diretamente o desenvolvimento do turismo de cada local e, muitas vezes, coloca em segundo plano o que aqui se propõe colocar em primeiro lugar: as pessoas, principalmente com relação à população receptora. Para desconstruir essa forma de pensar e agir sobre o turismo, busco analisar a partir de um olhar decolonial, pois “o desenvolvimento convencional é visto como uma imposição cultural herdada do saber ocidental” (GUDYNAS; ACOSTA, 2011, p. 75).

Também faz parte do debate para uma reconstrução sobre a prática do turismo o conceito de reciprocidade e a teoria do Bem Viver como uma alternativa *ao* desenvolvimento, para subsidiar tais reflexões que proporcionem, ainda que pouco, um rompimento com concepções enraizadas no pensamento social. Pois, como aponta Acosta (2016, p. 59) “o sistema mundial

está mal desenvolvido graças a sua própria lógica. E é a essa lógica que devemos dirigir as atenções”.

O turismo na Ilha do Combu passou de um começo tímido a um turismo de massas, o que tem intensificado as transformações. Por exemplo, houve um grande crescimento no número de bares e restaurantes voltados para o turismo e lazer no local, que continuam a crescer rapidamente. Alguns desses estabelecimentos buscaram investir em infraestrutura, atrativos artificiais e shows, em certa medida se modernizando para atrair cada vez mais clientes. O que antes parecia difícil de imaginar para quem frequentava a ilha, as hospedagens para pernoitar no local continuam a surgir a cada curto período de tempo.

A constante chegada de agentes turísticos externos à ilha para usufruir do aspecto econômico promissor desse fenômeno crescente é um dos principais fatores da turistificação pela qual a ilha vem passando. A saber, esta noção “implica em um processo espacial de territorialização pelo e para turismo, assentado em um viés de produção do espaço que tem por finalidade a (re)produção da atividade turística” (VASCONCELOS, 2017, p. 53). Há também a perspectiva de que haja uma “apropriação e transformação de espaços para o turismo e ao direcionamento de atividades para o atendimento de visitantes, buscando-se, assim, atender, sobretudo, a interesses mercadológicos” (SERRA, 2019, p. 274).

À luz dessa conceituação, busco não utilizá-la de maneira determinadamente negativa, como era o foco inicial dos estudos antropológicos do turismo no que se concebia como impactos dessa atividade para a cultura local. De fato, o turismo enquanto atividade econômica direciona as transformações em uma localidade receptora. Entretanto, há que se considerar, ao menos em certos contextos, que tais interferências podem representar o resultado de uma espécie de sincretismo entre aspectos da modernidade e a tradicionalidade local.

Apesar da apropriação e usufruto do turismo na Ilha do Combu por parte de forasteiros, que trouxeram consigo elementos exógenos que vêm alterando essa configuração ribeirinha, muitos são os nativos que buscam competir com estes, buscando para si parte dos benefícios dessa atividade. Muitos deles, para tal, também investem em transformações de seus espaços, por exemplo, mas o fazem de maneira que a essência do modo de vida local permaneça.

É importante compreender as comunidades que se encontram na Ilha do Combu enquanto comunidades ribeirinhas, o que se dá na sua ligação com o conceito de populações tradicionais. Uma noção fundamental sobre a questão é que não se pode encarar tais populações como

realidades estagnadas no tempo e no espaço, pois já se superou a concepção de que elas se encontram em estado de isolamento do mundo urbanizado e globalizado.

A questão é entender que mesmo havendo o contato intercultural entre rural e urbano, local e global, e cada vez mais intenso, esse contexto sociocultural resiste e persiste mantendo sua continuidade, mesmo diante das transformações às quais toda sociedade está sujeita. Nesse sentido, cabe refletir como cada contexto sociocultural se (re)inventa, (re)significa e se (re)produz a partir do que lhes é imposto pela atualidade.

Em minha dissertação, conduzi um debate mais aprofundado sobre o tema e argumentei sobre a caracterização da população da Ilha do Combu enquanto ribeirinha (NUNES, 2017). Nessa pesquisa, busquei demonstrar que tais características dessas comunidades vêm cada vez mais chamando a atenção dos cidadãos, que buscam nesses lugares uma fuga de seu cotidiano agitado na cidade, em busca de tranquilidade e maior contato com a natureza. Dessa forma, analisei e busquei compreender outros elementos que estão por trás desse fenômeno.

O movimento de saída do seu contexto sociocultural, e do seu cotidiano, é feito de diversas formas, por variados motivos e para todo tipo de destino. O turismo é visto, de maneira objetiva e geral, “como atividade do lazer, [que] pressupõe uma ruptura espaço-temporal em relação ao mundo do trabalho, apresentando-se como uma forma cultural alternativa, diferencial e complementar, que contribui para a restauração psíquica” (BAZTAN, 1993).

O turismo é um fenômeno que vem ganhando força como uma alternativa para o alívio do estresse causado pelas pressões da vida, principalmente nos centros urbanos. Os turistas buscam lugares diferentes do que encontram em seu dia-a-dia, e conhecer contextos distintos é um dos atrativos que os incentiva a viajar. Um lugar considerado "exótico" muitas vezes chama atenção na hora de escolher o destino. A imagem da Ilha do Combu tem sido cada vez mais "vendida" como um paraíso exótico de fácil acesso, um pedaço ainda muito preservado da "Amazônia", ou melhor, da floresta, bem em frente à área urbana de Belém. É uma boa opção para quem quer apreciar boa comida e bebida, ressaltando-se o cardápio com as comidas típicas de Belém, além de possibilitar um reencontro com o "passado" da relação do homem com seu meio ambiente, proporcionando experiências sensoriais singulares.

A proximidade com Belém não é o suficiente para aproximar os estilos de vida. A distância geográfica que separa o modo de vida de Belém e a dos ilhéus do Combu, medida em quilômetros, é muito menor do que a distância que se pode observar na vida cotidiana da ilha. O rio Guamá, que separa Belém de sua porção insular – o Combu – é suficientemente grande para evidenciar a diferença de ritmo, preferências,

de opção e estilos de vida, que se tornam atrativos para os turistas (ADRIÃO, 2003, p. 82).

Cada local possui diferentes tipos de atrativos turísticos que podem ser oferecidos aos visitantes, dependendo do que cada pessoa busca para seu lazer. Assim, há uma série de classificações de segmentos do turismo, tais como turismo rural e urbano, ecoturismo, turismo cultural, turismo de sol e praia, turismo de base comunitária, e assim por diante. Ou seja, o turismo se baseia nas atrações artificiais e naturais de uma determinada localidade, onde são encontrados produtos turísticos para a satisfação dos visitantes.

O que tem atraído os visitantes para a Ilha do Combu é justamente a presença da natureza como ponto forte do local, algo concebido como diferente do que estão acostumados em seu dia a dia urbano. Por mais que muitos turistas queiram conhecer Belém (continental), é inegável a crescente procura pelo turismo nas ilhas da cidade, como vários moradores da ilha também afirmam. Nesse sentido, é exatamente o cotidiano, esse modo de vida, que instiga as pessoas da área urbana a conhecer o local. Não apenas para tomar banho no rio, algo que não é muito comum no lado continental e, de fato, não é recomendado, pois a água não é própria para banho, mas também para presenciar suas atividades econômicas que soam como exóticas aos olhos urbanos.

Como por exemplo, a fabricação da farinha, que acontece no Acará, ou mesmo a "fábrica" de chocolate da dona Nena, que hoje virou parte do roteiro turístico na ilha para conhecer e comprar seus produtos artesanais, ou a subida no açazeiro, pois afirmam que quanto mais longe o turista for, mais se impressionam com essa prática. Entretanto, o que venho observando é que os bares e restaurantes são o principal destino do público. Para a população da Ilha do Combu, o turismo em seu território vem ganhando espaço como atividade econômica predominante, possibilitando o aumento da renda familiar. Porém, o constante fluxo de visitantes na ilha provoca um constante contato intercultural, causando modificações no modo de vida dos ribeirinhos.

Vale ressaltar a análise feita por Steil (2004) sobre as diferenças nas narrativas encontradas nos trabalhos etnográficos sobre o turismo na década de 1970 e a partir de 1990. Primeiramente, os estudos demonstravam uma percepção das comunidades hospedeiras como realidades idealizadas que deveriam ser protegidas contra todas as influências externas. Assim, o turismo era visto como algo que trazia apenas benefícios limitados ou até mesmo negativos para essas comunidades “desequilíbrio e desarmonia de uma economia local de trocas de bens simbólicos e materiais” (*Ibid*, p. 1).

Posteriormente, houve a modificação desse discurso compreendendo o turismo como uma possibilidade de reinvenção da tradição. Nesse sentido, deixa-se de idealizar o passado e busca-se refletir sobre como está se dando a relação entre os locais e os turistas, analisando também os prós, e não mais somente os contras. Atualmente ainda se fala muito em impactos que o turismo pode trazer pelas comunidades receptoras, o que remete muito mais a uma noção de colisão, de choque. Obviamente é importante continuar analisando as consequências negativas geradas pelo turismo, porém, é essencial analisar a interculturalidade como algo que se revela “hoje, muito mais como transversalidades e re-elaborações do que como impactos e assimilações”. (SANTOS, 2005, p. 3).

Diante disso, a tese teve como objetivo compreender o desenvolvimento do turismo na Ilha do Combu e os principais desdobramentos do processo de turistificação em andamento. Além disso, busquei analisar quais os aspectos positivos e negativos desse fenômeno no local, destacando a percepção da população ribeirinha, como se dá a atuação de agentes externos no local, a percepção dos ribeirinhos quanto a essa questão e as interações entre esses sujeitos. Para complementar, procurei identificar a colonialidade que permeia a atividade turística e, diante disso, problematizar as noções de desenvolvimento e modernidade.

Essa pesquisa busca contribuir para avançar nos estudos do turismo pela Antropologia e destaca a importância de repensar o turismo nos seus moldes atuais. Pretende-se contribuir na construção de outros parâmetros analíticos sobre esse fenômeno complexo e a atividade em si, o que seria frutífero para outras pesquisas, e possivelmente para as políticas públicas, gerando benefícios para a qualidade de vida nas localidades receptoras.

O problema de pesquisa e a hipótese

A Amazônia e os povos que aqui habitam têm sido alvos de interesse de pesquisas há muito tempo, desde os viajantes naturalistas até os dias atuais, nas mais variadas áreas de estudo. A antropologia está presente na produção acadêmica do contexto amazônico, seja rural ou urbano, e aborda diversas temáticas e problemáticas, sendo as populações ribeirinhas um dos grupos característicos que povoam essa região.

Graburn (2009) argumenta que nas pesquisas mais atuais tem-se buscado analisar as práticas que envolvem a atividade turística e suas relações de poder, assim como o manejo de recursos, principalmente em pequenas comunidades, e as desigualdades sociais em todos os seus níveis. Ele também aponta que os antropólogos têm focado mais nas comunidades rurais,

principalmente devido à efervescência dos debates em relação ao meio ambiente e à preservação da natureza. Essa questão está cada vez mais no centro do debate da atualidade devido às crises ambientais que têm chamado a atenção do mundo.

Outras questões por ele levantadas se referem à crescente vertente de um turismo que venha favorecer os mais pobres, pois apesar do turismo ser uma possibilidade de aumento de renda e de emprego, pode também proporcionar desigualdades dentro da comunidade. Ele também discute o fato de o turismo alternativo e o ecoturismo serem vistos com suspeita, pois a sustentabilidade muitas vezes é apenas uma estratégia de marketing que visa somente o lucro. Por fim, há uma preocupação com a reputação negativa do turismo, destacando iniciativas que buscam um turismo responsável, onde se busca propagar a moralidade e o respeito, como é o caso do turismo solidário e do turismo filantrópico.

Como já expressado anteriormente, a Ilha do Combu vem crescendo rapidamente como um ponto turístico. Inclusive, o relatório executivo do Plano Estratégico de Turismo do Pará (PARÁ, 2012) aponta os passeios pelas ilhas como um dos principais produtos turísticos comercializados no estado. Apesar da euforia que cresce juntamente com esse fenômeno na ilha, também crescem, por parte desta pesquisadora, algumas preocupações.

O turismo é um fenômeno bastante complexo, podendo envolver uma grande variedade de questionamentos e enfoques de pesquisa, "sendo difícil apreendê-lo, em sua totalidade, por meio de uma única perspectiva teórica ou mesmo de uma única ciência" (BANDUCCI JR, 2001, p. 23). Apesar de tentar uma abordagem holística, na medida do possível, foi estabelecido como norte da pesquisa o seguinte problema: qual o papel do turismo nas transformações pelas quais a Ilha do Combu e sua população ribeirinha vêm passando?

Diante disso, a hipótese é que o turismo tem crescido de maneira desordenada, atraindo cada vez mais visitantes e, conseqüentemente, vem direcionando as mudanças para atender a essa crescente demanda. Como benefícios, haveria o aumento de renda e valorização do modo de vida local. No entanto, muitos estariam deixando a prática tradicional do extrativismo para trabalhar com a atividade turística. Além disso, há o fato de que muitos visitantes de fora da ilha estão buscando usufruir desse momento de destaque do turismo no local, o que pode gerar tensionamentos.

Metodologia e os percalços da pesquisa

Esta pesquisa antropológica qualitativa teve como base a etnografia, que, como aponta Geertz (2008), é um empreendimento que exige um esforço intelectual para uma descrição densa. Esta vai além do que simplesmente discorrer sobre fatos observados ou uma história contada, mesmo que estas sejam descritas com riquezas de detalhes. Para tanto, adota-se as etapas do "olhar, ouvir e escrever" defendidas por Oliveira (2000, p. 18).

Compreende-se também que a "etnografia não é apenas um método, mas uma forma de ver e ouvir, uma maneira de interpretar, uma perspectiva analítica, a própria teoria em ação" (PEIRANO, 2008, p. 3). Na perspectiva de que a etnografia também é produtora de teoria, a partir do foco no âmbito micro do contexto do turismo na Ilha do Combu, busquei estabelecer reflexões que se ligassem à esfera macro do tema. Assim, espero que esta tese possibilite trazer contribuições para os estudos antropológicos do turismo, caracterizando-se como o que Peirano (2014, p. 385) denomina de "formulações teórico-etnográficas". Tais elaborações são resultados das pesquisas desse contexto em particular, mas podem se mostrar bastante úteis para analisar outras localidades.

Para tanto, foi e é importante realizar trabalho de campo, conhecer o lugar e estabelecer uma relação com a população local. A fim de estabelecer a realização do trabalho de campo de maneira bastante produtiva, é importante pensar na inserção da pesquisadora neste, que, no meu caso, se iniciou no ano de 2010, no início da minha experiência com pesquisa, como já expressado anteriormente. O primeiro contato foi mediado pela professora Dra. Denize Adrião, que mantém um projeto pessoal denominado de Sala de Leitura¹ na comunidade Igarapé do Combu. Posteriormente, outros contatos foram sendo estabelecidos ao longo dos anos, o que foi fundamental para a realização desta pesquisa.

Estar em campo interagindo com moradores locais gera relações entre a pesquisadora e aqueles indivíduos, sendo que normalmente há aqueles de interlocutores chaves. É alguém com quem se mantém uma interação mais frequente do que com outros, muitas vezes este sendo uma espécie de guia lhe possibilitando uma aproximação maior com o local e com outras

¹ A Casa Canto do Rio faz parte do Projeto Sala de Leitura que é coordenado pela Professora antropóloga Dra. Denize Adrião, criado em 2007 sem nenhum financiamento público ou privado. O calendário é estabelecido anualmente com visitas programadas para todo segundo sábado de cada mês saindo da Praça Princesa Izabel, para essas visitas são elaboradas várias atividades para as crianças, como o momento da leitura, oficinas e brincadeiras orientadas, assim como comemorações de datas festivas. Apesar de ter como público alvo as crianças também aparecem adolescentes, alguns dos quais começaram a ir quando criança, e algumas mães e pais, estes últimos mais presentes em datas comemorativas.

peessoas. Essa agradável parceria proporciona ricas trocas que estreitam laços, promovendo confiança mútua e influencia positivamente a conhecer bem melhor aquele universo e alcançar os objetivos propostos não apenas através de entrevistas, mas também da convivência, agregando-se a observação, e conversas informais.

Tal cenário estabelecido entre mim e alguns interlocutores especiais proporcionou apoio logístico também. Por exemplo, na importante tarefa de mapear os estabelecimentos de lazer da ilha, percorrendo toda a grande extensão desta e marcando as coordenadas com um aparelho de GPS, além de realizar registros fotográficos dos locais. Nesse ponto, gostaria de destacar outro auxílio importante, o de minha amiga e bióloga Tayná Miranda, que possuía o aparelho e os conhecimentos necessários para seu manuseio.

É importante destacar que o mapeamento foi bastante relevante para visualizar a expansão dos bares e restaurantes do local, comparando com seu período inicial. Porém, este foi realizado em 2019, antes da pandemia que interrompeu o trabalho de campo e, após mais de dois anos, alterou consideravelmente a configuração dos estabelecimentos. Em primeiro lugar, alguns fecharam e muitos outros foram sendo construídos. Ao retornar ao campo, em meados do segundo semestre de 2022, observei tais mudanças, prossegui com outras atividades, mas não consegui viabilizar a atualização do mapa.

Como ferramenta complementar, utilizei como estratégia algo que teve um papel crucial durante o período mais delicado: a internet. Através dela, foi possível rastrear os novos estabelecimentos que surgiram, confirmar os que fecharam, bem como obter diversas informações pertinentes para a pesquisa. Durante esta investigação virtual, tive a dimensão de quão intensa está o processo de turistificação da ilha.

Mesmo diante de um contexto que afetou significativamente a vida de todos, e consequentemente o turismo, houve um aumento na quantidade de restaurantes, o qual se intensificou ainda mais com o apaziguamento da pandemia. Tentei acompanhar essa questão durante boa parte do processo de escrita da tese e consegui construir um quadro mais atualizado contendo esses empreendimentos. No entanto, já nos momentos finais da escrita, percebi que outros estabelecimentos passaram despercebidos e/ou foram inaugurados posteriormente. Assim, deixo registrado o desafio difícil de acompanhar tal processo na ilha, devido à rapidez com que o cenário muda, deixando alguns estabelecimentos de fora desta tese.

Também foi realizado um levantamento das atividades turísticas que são realizadas atualmente na ilha, tanto por pessoas das comunidades quanto por pessoas residentes da Belém continental, com foco nas primeiras. Foi interessante analisar os diferentes tipos de experiências turísticas buscadas pelos visitantes e estabelecer a ligação com as motivações destes e seu comportamento durante as visitas.

Outra abordagem metodológica foi essencial para analisar o comportamento dos visitantes e outros agentes externos, além de perceber a perspectiva do visitante e aprofundar mais na compreensão da confluência entre o contexto sociocultural local e o turismo. Trata-se da observação direta e participante durante vários momentos da pesquisa de campo, antes e depois do período mais intenso da pandemia. Sobre esse aspecto, observa-se que:

a antropologia estabeleceu sua identidade como ciência por meio de uma abordagem metodológica na qual a observação participante tornou-se elemento central. Enfatizando, entre outras coisas, a coleta *in loco* dos dados, alguns pesquisadores, há quase um século, procuram distinguir a natureza ‘profissional’ do trabalho feito sob estas condições das opiniões ‘leigas’ dos missionários, viajantes, agentes coloniais ou mesmo de alguns especialistas que, embora tivessem escrito longamente sob certos grupos, jamais haviam estado pessoalmente entre ele” (SILVA, 2006, p. 13).

Porém, como este autor também demonstra, a observação vai além de ser apenas um elemento que compõe a metodologia de uma pesquisa, pois por trás dela se estabelece uma relação mútua entre observador e observado. Assim como nós buscamos conhecer os sujeitos de nossa pesquisa e sua realidade sociocultural, estes também acabam por nos conhecer, desenvolvendo, assim, uma troca de conhecimentos e percepções de mundo.

Neste momento, destaco meu lugar de fala que, nos parâmetros desta pesquisa, divide-se em três partes que se complementam. Em primeiro lugar, eu, enquanto pesquisadora, que tem a Ilha do Combu como lócus de pesquisa desde 2010, o que me proporcionou maior proximidade com alguns moradores e acompanhamento do processo de turistificação e suas repercussões.

Durante todos esses anos, busquei me estabelecer em um patamar de igualdade com eles, no sentido de que possuímos modos de vida, conhecimentos e experiências diferentes, porém igualmente importantes. Busquei demonstrar que a relação estabelecida era de trocas, que eles tinham muito a me ensinar e eu tentaria retribuir dentro das minhas possibilidades.

Em segundo lugar, eu enquanto visitante local, frequentadora da ilha também para o lazer, em vários momentos sem estarem relacionados diretamente com as pesquisas. Essa vivência

também oportunizou análises a partir da perspectiva dos que visitam a ilha, também podendo observar os comportamentos destes durante as visitas. Houve também momentos de participação mais direcionada à pesquisa do doutorado, como em roteiro turístico da Nena e sua produção de chocolate orgânico e tradicional, ou uma atividade por e para guias de turismo, como principal público-alvo, para dialogar com alguns ribeirinhos empreendedores sobre roteiros de experiências ribeirinhas.

Dentro dessa perspectiva, a observação participante nos permite experienciar o campo, aquilo que está sendo pesquisado, e se dá de maneira particular dependendo de cada pesquisadora, contexto e objeto de estudo. Por se tratar de turismo, torna-se fundamental vivenciar mais aquilo que busco compreender, não me limitando a informações e interpretações dos sujeitos envolvidos na pesquisa.

Em terceiro lugar, eu enquanto alguém que tem como hobby viajar e conhecer lugares e pessoas diferentes, ou revisitando destinos que me encantaram, na condição de turista. Assim, busquei fundamentalmente meus conhecimentos empíricos sobre turismo para além dos conhecimentos teóricos adquiridos na bibliografia consultada. Isso proporciona expandir minhas percepções acerca do turismo, a partir das mais variadas experiências e diferentes lugares, até o momento, nacionalmente.

Com relação às experiências turísticas na Ilha do Combu, havia planos de participação em mais roteiros. Entretanto, quando eu iria intensificar o trabalho de campo, chegou ao Brasil a pandemia de Covid-19. Esse cenário, que por si só já era bastante preocupante, interrompeu e modificou nossas vidas e, neste caso, o desenvolvimento da pesquisa. Mesmo retomando o trabalho de campo com a situação amenizada, este apresentava desafios. O tempo se tornou mais curto para realizar as atividades planejadas, havia certa agitação por parte dos moradores que trabalham com o turismo para recuperar o tempo perdido e haviam restrições coletivas que foram amenizando com o tempo.

Para além disso, eu ainda estava me recuperando de questões pessoais e psicológicas, que se intensificaram durante boa parte da pandemia, o que representou um grande entrave na minha vida acadêmica também. Para completar os percalços, a bolsa de pesquisa não pôde ser estendida, o que refletiu em outros desafios. Felizmente, consegui uma oportunidade de trabalho como professora de ensino médio, o que demandava muito trabalho e, em um primeiro momento, pouco retorno financeiro. Pouco tempo depois, me estabeleci em outras escolas, porém não havia mais tempo viável e hábil para realizar mais trabalho de campo. Já tendo

conseguido muitos avanços, havia chegado o momento necessário de encerrar o trabalho de campo e focar na análise dos dados e na escrita da tese.

Durante a pesquisa de campo, também foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os proprietários de estabelecimentos comerciais da ilha voltados para o lazer e turismo. Houve várias tentativas de contato, o que se mostrou não ser tão fácil, pois com vários não obtive sucesso ou resposta. Decidi marcar uma reunião em um dos restaurantes, cujo proprietário ofereceu bastante apoio neste e em outros momentos da pesquisa. Com sua ajuda, divulguei intensamente esse evento, busquei entrar em contato novamente com todos para lembrá-los da ocasião e solicitar confirmação de presença.

Com vários donos de estabelecimentos não houve êxito, alguns se mostraram cientes da reunião, mas não confirmaram, enquanto outros confirmaram presença. No dia do evento, lamentavelmente, poucos participaram. No capítulo quatro, discorro um pouco sobre o cenário de baixa mobilidade social dos moradores da ilha, onde apenas alguns têm um perfil mais ativo para outras questões que não o trabalho. Durante a reunião, expliquei sobre a pesquisa e minhas contrapartidas. Após esse debate coletivo sobre o turismo na Ilha do Combu, entrei novamente em contato, principalmente com os empreendedores nativos e os novatos que haviam demonstrado interesse em participar devido a uma das contrapartidas estabelecidas.

Como muitos indicaram não ter muito tempo disponível, e devido ao avançar do tempo e aos resquícios de um cenário ainda um pouco conturbado da pandemia, ofereci a possibilidade de participação de maneira virtual, através de questionário online. Contudo, apenas alguns responderam de fato. No total, de 30 contatos realizados, consegui a participação de 12 donos e/ou representantes de estabelecimentos, a maioria de forma presencial e em alguns casos, mais de uma vez.

Vale ressaltar que os empreendedores forasteiros, especialmente aqueles que não residem na ilha, foram os que mais demonstraram relutância em participar, com alguns recusando e outros sequer respondendo. Quanto ao presidente do Conselho Gestor da APA Ilha do Combu, não obtive retorno após duas tentativas de contato para entrevista.

Esclareço que, devido a alguns aspectos de conflitos e tensionamentos decorrentes do processo de turistificação, optei por preservar o anonimato dos meus interlocutores, identificando-os por letras aleatórias. A exceção ocorre nos momentos em que faço comentários

específicos sobre determinados estabelecimentos. Nessas situações, por se tratar de informações públicas e não sensíveis, menciono abertamente os proprietários desses locais.

Apesar de o foco da pesquisa ser nos ribeirinhos da Ilha do Combu, considerei produtivo entrevistar também alguns visitantes da ilha para obter suas percepções e opiniões sobre a visita e o tema. Devido às condições mencionadas anteriormente, optei por realizar isso por meio de um questionário online, com o objetivo de obter pelo menos 50 respostas. O retorno foi positivo e mostrou-se realmente interessante para a pesquisa, conseguindo a participação de 65 visitantes.

A perspectiva dos visitantes foi complementada por investigações na internet, onde busquei acompanhar comentários em postagens sobre a ilha feitas por perfis de jornais da cidade em redes sociais. Através do alcance da imprensa e das redes sociais, foi possível coletar informações adicionais dos visitantes.

Outro elemento crucial são os registros fotográficos, que permitem ao leitor uma compreensão mais profunda da realidade estudada e ilustram de forma mais precisa o conteúdo apresentado. Dada a impossibilidade de realizar mais registros além dos já obtidos, especialmente com relação aos estabelecimentos, optarei por utilizar fotografias publicamente disponíveis em suas redes sociais. Além disso, serão analisados documentos como as atas do Conselho Deliberativo, o Plano Diretor de Belém em processo de revisão, que aborda o turismo na ilha, o Plano Estratégico de Turismo do Estado do Pará 2012–2020, e matérias antigas sobre a Ilha do Combu.

A abordagem epistemológica adotada nesta pesquisa é a hermenêutica, que transcende a lógica racional e confere à experiência pessoal da pesquisadora um papel crucial na antropologia. Ao discutir a objetividade e a subjetividade, percebemos como essa interação pode enriquecer ainda mais esse campo de estudo. Além de refletir sobre o 'outro', a hermenêutica permite ao antropólogo investigar seu próprio 'eu'. Desse diálogo entre o 'eu' e o 'outro', entre o mundo da pesquisadora e o dos sujeitos e do contexto estudado, emerge um encontro etnográfico repleto de experiências valiosas, centrado na intersubjetividade.

Não é deixada de lado a objetividade, pois claramente esta é importante para o fazer científico. No entanto, se trata de uma diferente perspectiva epistemológica, centrada na compreensão, intersubjetivista, e não somente a explicação, objetivista, como é proposta por Geertz (2008) e sua hermenêutica interpretativa. Então, esta pesquisa se baseia no *círculo*

hermenêutico que expressa uma relação em que ambas perspectivas se complementam. Como expressa Azzan Jr:

Tal círculo se constitui numa espécie de relação de complementaridade entre as abordagens objetiva e subjetiva, possibilitadas pela explicação e pela compreensão. Da mesma maneira que não podemos compreender sem explicar, se quisermos alcançar cientificidade, não podemos explicar sem ter compreendido, pois aí nem há o que explicar (AZZAN JR, 1993, p 26).

Assim, destacando a alteridade como algo primordial no estudo do 'outro', busco uma abordagem mais holística para compreender esse fenômeno complexo, colocando em destaque a população receptora, sua agência e seus anseios. Dessa forma, busco romper com uma visão tecnicista, economicista e objetivista que ainda persiste em relação ao turismo.

Outra dimensão metodológica adotada foi a pesquisa-ação, na qual estabelecemos contrapartidas da pesquisa para a comunidade. Como parte dessas contrapartidas, planejamos elaborar cartilhas com base nos resultados da pesquisa, adaptadas para cada público-alvo. Para os donos dos estabelecimentos, a cartilha conterá os principais resultados da pesquisa que possam ser de seu interesse. Para os visitantes, será um meio de divulgar mais informações sobre a ilha, aliado à educação turística necessária para que contribuam para a transformação da atividade.

Um retorno já estabelecido foi a criação de um site sobre a Ilha do Combu, que está em funcionamento desde julho de 2022. Este site divulga informações sobre o local e, futuramente, promoverá a educação turística para os visitantes. Nos planos futuros, inclui-se a apresentação de notícias sobre a ilha, o turismo e pesquisas acadêmicas e científicas relacionadas ao local e aos temas que o envolvem.

Além disso, será encaminhado para o Conselho Gestor da APA um documento com o levantamento das demandas dos ribeirinhos acerca do turismo e os principais indicativos dos resultados da pesquisa. Espera-se que o órgão tenha ciência mais aprofundada das questões preocupantes da turistificação na ilha e que possa contribuir de alguma forma para as futuras ações do mesmo.

Um passeio pelo conteúdo da tese

A estrutura da tese foi repensada diversas vezes, no sentido de representar o encadeamento lógico de ideias que foram se delineando no decorrer da pesquisa. O resultado final está mais coerente com o que tinha em mente, tanto com relação aos objetivos propostos, como também ao tentar imaginar como poderia ser interessante para o leitor.

Tentei criar algo semelhante à narração de uma história, ou a uma viagem com algumas paradas interessantes. Destaco que também considere um leitor que, assim como eu no início, esteja no começo da jornada de investigação sobre o turismo, que deseje se aprofundar, ou até mesmo não tenha conhecimento sobre o tema, mas tenha interesse em obter um panorama geral sobre a Antropologia do turismo e/ou o fenômeno em uma realidade ribeirinha.

No primeiro capítulo, a primeira parada deste passeio antropológico, faço um resumo da história do desenvolvimento desse fenômeno no mundo, até chegar ao turismo moderno como o conhecemos. Abordo a transição das viagens em geral para a associação desta com a mercantilização do lazer, resultando no que consideramos turismo, com o surgimento de instituições que passaram a organizar essa atividade, predominantemente pelo aspecto econômico.

Também é discutido o processo de constituição desse fenômeno como um importante objeto de estudo da Antropologia, assim como o debate acerca da Antropologia do Turismo como uma subárea. Sobre essa questão, que parece haver ainda discordâncias consideráveis, busco argumentar sobre a importância de sua consolidação, principalmente diante das problemáticas pelas quais tantas comunidades passam devido à atividade, que muitas vezes se estabelece de maneira desordenada e predatória.

Esse momento da tese é concluído com reflexões conceituais sobre o fenômeno, apresentando o desenrolar no tempo das definições de turismo. Diante disso, discuto as convergências e divergências nos conteúdos das definições e seus elementos de marcos conceituais. Também incluo reflexões sobre aspectos como a consideração das necessidades dos visitantes e as relações sociais como partes importantes das definições. Ao final, proponho um esquema de recortes diferenciados para o estudo do turismo como um sistema complexo, abrangendo este como uma atividade econômica, como fruto da atividade dos turistas ou a partir do enfoque da localidade receptora.

Na segunda parada, o capítulo dois, encontra-se o cerne do desenvolvimento do turismo na Ilha do Combu e os desdobramentos do processo de turistificação. Aqui é possível comparar a vida pacata que os ribeirinhos das comunidades levavam com as transformações resultantes da constituição do lugar como um famoso ponto turístico de Belém. Dentre as várias questões apontadas, tem-se a proliferação de estabelecimentos voltados para o lazer, a entrada de forasteiros atraídos pelas possibilidades comerciais da atividade e a percepção dos nativos acerca dessa nova realidade.

Como a ilha é uma APA, trago para a discussão a atuação do Conselho Gestor e as repercussões em relação ao turismo desordenado numa Unidade de Conservação. De maneira semelhante, apresento a relação destes moradores, o turismo e os agentes do Poder Público. Estes, juntamente com atores sociais do Setor Privado e de fora da ilha, demonstram, em muitos casos, um comportamento que reflete a colonialidade impregnada em nosso tecido social. Percebe-se aqui o enfoque para a questão econômica do turismo, secundarizando a população local.

Na penúltima parada, no terceiro capítulo, trago questões que considere importantes focar, adotando uma abordagem mais propositiva com um dos propósitos centrais da tese. Nesta parte, aprofundo-me sobre a relação entre os visitantes e os visitados, apontando o que motiva e atrai a visita no local, o que contribuiu para o crescimento da atividade. Discorro sobre as opções de lazer encontradas no local associando aos interesses, comportamentos e percepções dos visitantes. Estabeleço uma tipologia das experiências turísticas nas localidades, os tipos de visitantes e a diferença comportamental entre estes. Esta questão está conectada com a percepção dos nativos em relação aos que visitam a ilha, identificando situações negativas dessa relação.

A partir da discussão sobre esses importantes sujeitos turísticos, abordo a complementaridade e a importância dessa interação, apresentando três tipos de encontros turísticos. Destaco a pressão sobre a localidade, enquanto aos visitantes apenas se espera a diversão e o gasto de dinheiro. Nesse sentido, argumento sobre a necessidade de agregar a noção de reciprocidade nas relações entre os sujeitos, promovendo experiências turísticas mais próximas da população nativa, o comportamento responsável dos visitantes e a promoção da educação turística para esse fim.

Chegando ao destino final, no capítulo quatro, direciono as reflexões para problematizar a colonialidade como base do turismo e como este é um dos principais motivos desta atividade apresentar tantas consequências negativas em muitas localidades receptoras. Esta é uma temática que está bastante em evidência no momento, primeiro por estar ganhando força o debate sobre a necessidade de um rompimento com a colonialidade enraizada em nossa forma de pensar, e não somente em nossa história, que foi construída desde a colonização do Brasil.

Em segundo lugar, a lógica desenvolvimentista se choca contra a realidade ambiental e social em nível mundial, de maneira alarmante. Conceitos como modernidade, pós-modernidade e desenvolvimento não são universais; foram construídos a partir de um contexto

local em particular, ocidental e europeu, e posteriormente estadunidense, que se converteram em universais devido a todo um processo de dominação e opressão.

A Ilha do Combu, assim como as demais ilhas da região insular de Belém, tem, até então, se apresentado como um exemplo de que, apesar da lógica da modernidade construída e imposta pelo eurocentrismo, houve os que seguiram um caminho diferente. Nesse cabo de guerra entre modernidade e tradicionalidade, destaco a agência desses ribeirinhos que resistem e se mobilizam diante da invasão de forasteiros que chegaram juntamente com o turismo. Por fim, trago o debate do Bem Viver como uma proposta crucial na construção de um novo turismo, um turismo decolonial.

CAPÍTULO 1 – O TURISMO E A ANTROPOLOGIA

1.1 – Resumo histórico do turismo

Pouquíssimos são aqueles que, provavelmente, não conhecem a palavra turismo, e é muito comum sermos turistas em algum momento de nossas vidas, sendo que, para muitos, isso ocorre com certa frequência. Várias pessoas, de fato, não viajam todos os anos, mas é extremamente fácil ouvir ou ver comentários que expressam o desejo de viajar cada vez mais. O turismo vem ganhando proporções gigantescas, e a tendência é que ele continue se intensificando. Mas o que há por trás do ir e vir de tantos turistas sorridentes? É muito mais complexo do que paramos para pensar quando estamos "turistando".

Devido a isso, o turismo tem sido encarado como um fenômeno. Assim, apesar das divergências entre os que estudam o tema, Banducci Jr. (2001, p. 23) aponta que "os teóricos do turismo, particularmente aqueles que analisam do ponto de vista das Ciências Sociais, concordam em um aspecto: o turismo é um fenômeno extremamente complexo, mutável, que opera de múltiplas formas e em diversas circunstâncias". Diante disso, buscar compreender tal fenômeno torna-se uma tarefa desafiadora, porém extremamente importante.

Para isso, é importante ter uma base sobre alguns aspectos da construção histórica do turismo e do estudo deste. Primeiramente, pode-se ter a impressão de que o turismo é um fenômeno relativamente recente; entretanto, "a procura por países, climas e povos diferentes tem origem no passado, o fascínio pela diferença sempre esteve presente na história da humanidade" (PEREIRO; FERNANDES, 2018, p. 182). Como pode ser visto em Barreto (2003a), viagens de férias remontam à Roma Imperial e até mesmo a viagens realizadas há mais de 13 mil anos, embora ainda estivesse longe de se cunhar o conceito de turismo.

Como ressaltam Pereiro e Fernandes (2018, p. 184), a palavra "turismo" tem origem nas palavras *tornus* e *tornare*, que significam regressar e que deram origem ao termo *tour*, utilizado para descrever as viagens feitas "por nobres ingleses, alemães pela França, Itália e outros países desde fins do século XVII". Barreto (2003a, p. 43) também corrobora essa ideia ao afirmar que a palavra *tour* significa *volta*, correspondendo ao termo *turn* da língua inglesa, estando também relacionada ao *tornare* do latim

A autora afirma que tal palavra teria se originado na França, apesar de mais adiante, na página 47 do mesmo livro, comentar que teria surgido na Inglaterra, mesma origem, segundo a mesma, do conceito de turismo no século XVII, que dizia respeito a um tipo especial de viagem, o qual não fica muito claro. A mesma também aponta outra possível origem da palavra *tour*, atribuída ao pesquisador suíço Arthur Haulot, estando relacionada à palavra hebraica *Tur* encontrada na Bíblia, que significaria “viagem de reconhecimento”.

Atualmente ainda se usa bastante tal palavra, remetendo, no geral, ao ato de deslocar-se por vários lugares diferentes do considerado habitual, que normalmente ainda não se conhece, podendo envolver, ou não, uma viagem. Por exemplo, quando alguém se muda para outra residência e convida quem o visita para fazer um *tour* pelo seu novo lar, ou passeios passando por vários pontos turísticos da cidade, também chamado de *City Tour*, ou quando o roteiro é maior passando por lugares distantes, como um *tour* pela Europa ou um *Tour* pelo Nordeste, ou mesmo um artista, ou grupo de artistas, passa por várias cidades e países se apresentando, mais conhecidas como *turnê*, ou até mesmo a famosa competição de ciclismo *Tour de France* que passa por várias cidades do país.

Retomando sobre as origens do turismo, é interessante destacar que, apesar do surgimento do conceito, que se difundiu pelo mundo, ter nascido na Europa e, em certa medida, ter sido lá que esse fenômeno começou a se intensificar, não foram os europeus que inventaram o turismo e as viagens. Os autores Pereiro e Fernandes (2018, p. 184-185), que, inclusive, são europeus, discordam de vários autores que defendem que há somente uma origem, sendo esta a moderna e ocidental, e preferem concordar com “a ideia de Erve Chambers (2000: 6), que afirma que para além da tradição ocidental existem outras contribuições para a origem do turismo”. Há vários exemplos, como se pode ver no quadro 01, como os guias japoneses na Idade Média ou o primeiro hotel do mundo que surgiu no Egito. Assim,

É muito provável que, se fosse realizada uma pesquisa em tempos anteriores, e em outras culturas, além da greco-romana, encontrar-se-iam antecedentes ainda mais

remotos, chegando-se a supor que o ser humano sempre viajou, seja definitivamente (migrando) ou temporariamente (retornando) (BARRETO, 2003a, p. 44).

Este é um elemento importante, pois um dos objetivos desta tese é problematizar a noção de desenvolvimento e modernidade, atrelados a uma lógica desenvolvimentista e economicista. As bases do colonialismo e, atualmente, da colonialidade, fundamentaram e ainda fundamentam o turismo, o que é aprofundado no capítulo quatro. Não é para menos que, de um lado, se tenha a visão de que esta atividade seja a solução para dificuldades econômicas de um local e, do outro lado, que seja uma atividade predatória que, ao invés de ser uma solução, traria na verdade grandes problemas, impactando negativamente a localidade receptora. Diante disso, tais dados irão contribuir para o exercício de um olhar decolonial que rompa com o eurocentrismo, buscando um turismo mais consciente. Tais temas serão abordados com mais profundidade em outro capítulo.

No quadro 01 abaixo se encontra um resumo elencando os eventos mais importantes na história do turismo, e das viagens, que foram apontadas pelos autores consultados, sendo distribuído em ordem cronológica para melhor visualização e compreensão. De acordo com a bibliografia consultada pode-se estabelecer cinco etapas do desenvolvimento do turismo: 1) a proto-história do turismo; 2) etapa barroca do turismo; 3) o turismo moderno; 4) o turismo contemporâneo; e 5) pós-turismo.

Quadro 1 - Cronologia do Turismo

CRONOLOGIA DO TURISMO		
Período/data	Acontecimentos	Referência
Há mais ou menos 13 mil anos	Habitantes da Caverna de Mas-d’Azil, localizada nos Pirineus franceses, costumavam viajar até o mar e depois regressavam para a mesma.	Leakey (1985) apud Barreto (2003a)
1500 a.C – 300 a.C (Século XV – IV a.C)	Os fenícios realizavam viagens comerciais marítimas.	McIntosh (1972) apud Barreto (2003a)
800 – 701 a.C (Século VIII a.C)	De quatro em quatro anos pessoas viajavam para assistir os jogos olímpicos na Grécia.	De la Torre (191) apud Barreto (2003a)
Roma Imperial (27 a.C. – 476 d.C)	Elites viajavam para tirar férias	Pereiro e Fernandes (2018)
Séculos II e III	“Intensa peregrinação à Jerusalém, à igreja do Santo Sepulcro” (p. 45).	Barreto (2003a)
Século V	“Havia deslocamentos para festas da primavera, e da colheita, em que era festejado o despertar do urso” (p. 45).	Barreto (2003a)
Idade média (séculos V-XV)	Os guias japoneses, conhecidos como "oshi", peregrinavam.	Erve Chambers (2000) apud Pereiro e Fernandes (2018)
Século VI	Peregrinação de cristãos para Roma, os romeiros.	Barreto (2003a)

Século IX	Início das peregrinações dos jacobitas, ou jacobeus, à tumba de Santiago de Compostela.	Barreto (2003a)
Século XII	O monge e peregrino francês Aymeric Picaud publicou um livro sobre o apóstolo Santiago e um roteiro de viagem mostrando como ir da França até a sua tumba. Muitos atribuem a esse roteiro como o primeiro guia turístico impresso.	Barreto (2003a)
Século XIII	<ul style="list-style-type: none"> - Durante as cruzadas houve muitos viajantes pela Europa, entre peregrinos, soldados e mercadores; - Isto influenciou na criação do primeiro grêmio dos proprietários de pousadas, em Florença; - Transformação das pousadas caridosas em hospedagens com fins lucrativos; - Início de intercâmbios de professores e alunos das universidades europeias; 	Barreto (2003a)
Século XV	<ul style="list-style-type: none"> - Intensa movimentação de visitantes na estância termal alemã Baden-Baden; - Viagens transoceânicas de “descoberta”, principalmente pelos portugueses e espanhóis. 	Barreto (2003a)
Século XVI	<ul style="list-style-type: none"> - Etapa “barroca” do turismo onde os jovens e seus professores particulares viajavam para conhecer o mundo, outras culturas e línguas; - Surgimento do primeiro hotel do mundo no Egito, o Wekalet-Al-Ghury; - Registros de 12 spas no continente africano, destinados aos pobres e doentes que contavam com programas de entretenimento. 	Barreto (2003a)
Século XVII	Surgimento do conceito de turismo na Inglaterra	Barreto (2003a)
Final do século XVII	Nobres da Europa faziam <i>tour</i> de férias para conhecer outros lugares	Pereiro e Fernandes (2018)
Século XVIII	<ul style="list-style-type: none"> - Intensificação dos <i>tours</i> pela Europa. - Em 1774 é inaugurado o primeiro hotel familiar, localizado na Inglaterra; - Marcou uma etapa denominada de turismo “romântico”, onde havia a contemplação do ar, montanhas e natureza; - Início do turismo com motivação do prazer pelo descanso e contemplação. 	Barreto (2003a)
1830 (Século XIX)	Inglaterra é pioneira em pensar no transporte de pessoas, além de cargas, e inicia a era da ferrovia inaugurando a sua linha Liverpool-Manchester	Barreto (2003a)
Por volta de 1840 (pós-revolução industrial/Século XIX)	<ul style="list-style-type: none"> - Trouxe mudanças que facilitaram as viagens; - A burguesia começava a imitar a aristocracia; - Início do turismo moderno; - Surgimento dos agentes de viagens 	Pereiro e Fernandes (2018); Barreto (2003a)
1841 – 1874	Thomas Cook and Son. Uma das primeiras agências de viagens. Organizou excursões e uma volta ao mundo em 222 dias.	Pereiro e Fernandes (2018); Barreto (2003a)

1867 – 1883	William Cody (Búfalo Bill), explorador, guia e caçador, animava a caça de búfalos nas viagens de comboio pelo Oeste dos EUA.	Pereiro e Fernandes (2018)
1870	Aceleração do turismo moderno - pela Europa- por turistas que tinham boas condições financeiras para se dedicar ao lazer.	Pereiro e Fernandes (2018)
Século XIX	Famílias operárias viajavam para visitar o mar	Erve Chambers (2000) apud Pereiro e Fernandes (2018)
Final do século XIX	Fred Harvey Company, agência que levou turistas para conhecer indígenas nos EUA.	Pereiro e Fernandes (2018)
Final do século XIX	Vários escritores "contribuíram para a criação de uma mentalidade coletiva na procura do estranho, do exótico e do desconhecido" (p. 183).	Pereiro e Fernandes (2018)
Final do século XIX	"[...] popularizaram a viagem como um instrumento racional e ilustrado de aprendizagem intercultural" (p. 184).	Pereiro e Fernandes (2018)
Século XX	- 'Democratização' das viagens de lazer torna-se ainda maior; - Disseminação do uso do carro e do avião; - Os trabalhadores conquistam aos poucos o direito ao descanso remunerado	Banducci Jr. (2001)
1920	Início do turismo no Brasil como um fenômeno social.	Barreto (2003a)
Pós 1945/1946 (Século XX)	- "Após a Segunda Guerra Mundial quase todas as classes sociais começam a praticar o turismo, democratizando-se o fenômeno" (p. 185); - Após o crescimento do uso do trem para transportar pessoas, o turismo entra na era do avião; - Início do turismo contemporâneo.	Pereiro e Fernandes (2018); Barreto (2003a)
1946	Boom turístico pós segunda guerra mundial	Pereiro e Fernandes (2018);
1949	Começam as vendas de pacotes turísticos com aéreo.	Barreto (2003a)
Século XX/1946	Nascimento do turismo contemporâneo a partir da entrada dos trabalhadores na sociedade do consumo. Foi crescendo junto com a necessidade, e exigência, de tempo destinado ao lazer.	Pereiro e Fernandes (2018); Barreto (2009); Barreto (2003a)
1950	- Início da massificação do turismo. Os trabalhadores começaram a viajar mais para descanso e lazer, não sendo este mais privilégio apenas da elite; - Segmento que dominava era o turismo de sol e praia; - Declínio do uso de cruzeiros e trens, preferência pelo avião.	Pereiro e Fernandes (2018); Banducci Jr. (2001); Barreto (2003a)

1960	- "Se converte num turismo de massas sem grandes preocupações pelo meio ambiente" (p. 186); - Começam a existir as operadoras turísticas.	Pereiro e Fernandes (2018); Barreto (2003a)
1970	Início das preocupações ambientais pelos países do "Primeiro Mundo", com destaque para os EUA.	Barreto (2003a)
1980	Início da transição do turismo contemporâneo para o atual, que ainda está em processo, que muitos estão chamando de pós-turismo.	Barreto (2003a)
1990	Surgimento das preocupações ambientais e culturais. Criação dos "novos turismos (turismo alternativo) e novas formas sustentáveis de encarar o turismo" (p. 186).	Pereiro e Fernandes (2018)

Fonte: Banducci Jr. (2001); Barreto (2003; 2009) e Pereiro e Fernandes (2018). Sistematização da autora.

A primeira fase, indicada por Barreto (2003a) como a proto-história do turismo, tem seu fim no século XV e seu início é indefinido, já que, como comentado anteriormente, não se sabe com precisão desde quando os seres humanos realizavam viagens. Apesar de haver autores que determinam que o turismo teve seu início na Grécia devido aos seus jogos olímpicos que recebiam visitantes de diversos lugares durante o século VIII a.C., e outros que consideram os fenícios como os primeiros viajantes por suas viagens comerciais marítimas entre os séculos XV e IV a.C.

Entretanto, o registro mais antigo, resultado de pesquisas arqueológicas, indica que os humanos de uma caverna localizada na França tinham o hábito de viajar até o mar (BARRETO, 2003a, p. 44). Dos autores consultados, poucos tratavam sobre os primórdios do turismo. Pereiro e Fernandes (2018) não trouxeram muitas informações, porém listaram dois exemplos dessa etapa: os guias japoneses que peregrinavam durante a Idade Média e, anterior a isso, as elites da Roma Imperial que faziam viagens de férias. Apesar de esses autores ressaltarem que o turismo tem sua origem num passado longínquo, não definem esse período como faz a autora supracitada.

Como pode ser visto no quadro 01, outro elemento marcante dessa etapa foram as peregrinações, com destaque para a Igreja do Santo Sepulcro na cidade antiga de Jerusalém, em Israel, na Ásia, e a tumba de Santiago de Compostela, na Espanha, Europa, como os principais destinos das peregrinações. Roma também teve intensa peregrinação, com os denominados romeiros, desempenhando um papel importante na época também devido às estradas que construiu, "o que foi determinante para que seus cidadãos viajassem, entre o século II a.C e o século II d.C, mais intensamente do que na Europa do século XVIII inclusive" (BARRETO, 2003a, p. 45).

Outros momentos significativos da proto-história do turismo ocorreram nos séculos XIII e XV. De acordo com Barreto (2003a), em 1282 foi criado o primeiro grêmio dos proprietários de pousadas na cidade de Florença, na Itália, que transformou esses locais, que antes forneciam hospedagem de maneira caridosa, em estabelecimentos com fins lucrativos devido ao intenso fluxo de viajantes na região em decorrência das cruzadas. Nessa mesma época, também se iniciaram os intercâmbios entre as universidades europeias. Já o século XV foi marcado por um tipo de viagem em particular que nos afetaria drasticamente, pois foi nesse período que aconteceram as viagens transoceânicas de "descoberta", o que instigou muitos a querer conhecer esse "novo mundo"².

A segunda etapa do turismo é denominada de barroca por alguns historiadores, como expressa Barreto (2003a), e compreenderia o período do século XVI até o século XVIII. Essa época foi marcada pela intensificação do desejo de conhecer o mundo e sua grande diversidade, o que só se podia através de viagens, já que não havia ainda os meios de comunicação que conhecemos hoje. Assim, muitos jovens viajavam com seus professores particulares com o objetivo de obter experiência de vida, construir e firmar seu caráter e se preparar para guerras, pois esses que viajavam normalmente eram os que iriam assumir cargos importantes em suas cidades. Deste modo,

Não havia propriamente o turismo, mas sim *tours*, viagens de ida e volta, realizados pela classe privilegiada, uma minoria rica (elite), um *tour* de aventura, masculino (dizia-se e escrevia-se explicitamente que as mulheres não deviam viajar), esporádico (eles não trabalhavam, viajavam quando queriam e podiam) e com uma duração aproximada de 3 anos (BARRETO, 2003a, p. 47-48).

Foi nesse período que surgiu o primeiro hotel do mundo localizado no Egito, o Wekalet-Al-Ghury, que era voltado para os comerciantes que viajavam ao Cairo e existe até hoje. Houve dois períodos dentro desta etapa que também marcaram essa trajetória: o "turismo neoclássico" e o turismo "romântico". De acordo com Barreto (2003a, p. 50), este último trata-se de "quando as pessoas começaram a gostar de ar, montanhas, natureza", o que gerou o, até hoje conhecido, turismo de contemplação, tendo como motivação relaxar e apreciar a natureza e a tranquilidade que esta pode proporcionar, principalmente para aqueles que têm o cotidiano em centros

² Os termos *descoberta* e *novo mundo* encontram-se entre aspas devido essa ser a perspectiva dos europeus colonizadores, pois o Brasil, assim como os demais locais que foram colonizados, não era uma região inabitada que estes "descobriram". Os europeus, na verdade, *encontraram* um lugar povoado por indígenas e resolveram explorar e colonizar impositiva e deliberadamente. Aquele mundo, que para eles era novo, não o era para os que aqui já se encontravam e haviam estabelecido raízes profundas. Para romper com essa visão decidi colocar os termos desta forma para ser mais coerente com a postura decolonial que busco nesta pesquisa, assim como na vida em geral, o que será tratado em capítulo posterior.

urbanos agitados. O primeiro refere-se a uma motivação educativa advinda de mudanças nas relações sociais da época:

A revolução industrial acontecida em Manchester e a Reforma Protestante marcaram o início do capitalismo organizado. Nessa nova sociedade, o domínio não podia mais ser exercido pela força; a grande arma doravante seria a diplomacia. Começou, portanto, a haver uma preocupação mais humanista. O turismo passou a ser educativo, com interesse cultural. É o período do chamado “turismo neoclássico”, no qual a viagem era um aprendizado, complemento indispensável da educação (BARRETO, 2003a, p. 49).

Cabe ressaltar que, apesar de a palavra "turismo" ter surgido na Inglaterra no século XVII, como afirma Barreto (2003a, p. 43), o passado distante do turismo não deve ser percebido da mesma forma que enxergamos o fenômeno hoje. Isso ocorre porque vários elementos que caracterizavam essa atividade eram bastante diferentes, já que os contextos sociais, culturais e econômicos eram também distintos. No entanto, foram esses antecedentes que constituíram o turismo atual, que obviamente não surgiu da noite para o dia. Nesse sentido,

O surgimento do turismo na forma que conhecemos hoje não foi um fato isolado; o turismo sempre esteve ligado ao modo de produção e ao desenvolvimento tecnológico. O modo de produção determina quem viaja, e o desenvolvimento tecnológico, como fazê-lo (BARRETO, 2003a, p. 51).

E justamente quando esses dois elementos mudam consideravelmente, o turismo também se transforma. Deste modo, a revolução industrial que ocorreu no século XIX teve um papel fundamental nas mudanças que ocorreram em vários aspectos da sociedade, sendo um dos principais deles, no caso do turismo, os transportes. Assim, em meados desse século, começa a etapa do turismo moderno, que muitos apontam como relacionado ao surgimento do capitalismo (BARRETO, 2003a; PERREIRO E FERNANDES, 2018).

O início desta fase foi marcado pelo trem como principal meio de transporte, que antes transportava apenas carga, mas foi visto como um grande potencial para transportar também pessoas que quisessem, ou precisassem, viajar. E quem saiu na frente nesse quesito foi a Inglaterra com sua ferrovia Liverpool-Manchester, inaugurada em 1830, sendo “a primeira a preocupar-se mais com o passageiro do que com a carga. Começava a era da ferrovia, determinante para o desenvolvimento do turismo” (BARRETO, 2003a, p. 51).

Ligado a isso, outro ponto importante é a atuação de Thomas Cook, um vendedor de bíblias britânico de Melbourne que participava de encontros contra o alcoolismo na cidade de Leicester, na Inglaterra. Em 1841, ele decidiu alugar um trem para levar mais pessoas para esse encontro. Assim, "juntou 570 pessoas, comprou e revendeu os bilhetes, configurando a primeira viagem agenciada" (BARRETO, 2003a, p. 51).

Mesmo de maneira informal, Thomas Cook é considerado uma das primeiras agências de viagens devido ao seu pioneirismo e ao sucesso contínuo dessa prática. Além de organizar várias outras excursões de grande porte, em 1872, ele liderou um grupo de turistas em uma viagem ao redor do mundo que durou 222 dias (BARRETO, 2003a; PEREIRO; FERNANDES, 2018). Ele não apenas marcou a entrada do turismo na era industrial, mas também contribuiu para o início da democratização das viagens, antes predominantemente acessíveis apenas para a elite, pois suas excursões eram acessíveis para a classe média da época.

E assim, começa a era do turismo coletivo, com o aumento do número de excursões organizadas em grupo, conhecidas hoje como *all inclusive tour*. Nesse tipo de turismo, o turista não precisa se preocupar com quase nada, pois o pacote inclui passagem, hospedagem, traslado local com guia e alimentação, evitando gastos extras que possam afetar o orçamento da viagem. Esses pacotes turísticos podem variar bastante, dependendo de cada cliente da agência³ (BARRETO, 2003a).

De acordo com Pereiro e Fernandes (2018), o turismo moderno começou a crescer de maneira acelerada apenas em 1870, na Europa, por pessoas que tinham condições financeiras para custear seu lazer viajando, assim como tempo disponível para isso. Apesar de a história do turismo ser marcada por ser algo mais comum entre as elites, esses autores criticam a ideia de que o turismo foi criado apenas por elas, afirmando que “o turismo também nasceu nas classes operárias, como acontecia em Lancaster no século XIX, quando as famílias operárias faziam visitas ao mar” (CHAMBERS, 2000, p. 9 *apud* PEREIRO; FERNANDES, 2018, p. 184-185).

Entretanto, penso que neste exemplo é importante considerar o privilégio daqueles que moravam perto do mar, pois é muito provável que quem morava distante não tivesse condições financeiras para ir muito longe. Até mesmo nos dias atuais, não é difícil encontrar pessoas que nunca viram o mar de perto, ou mesmo que nunca tenham viajado.

Somente após a Segunda Guerra Mundial, no século XX, em 1945, é que ocorreu de fato a democratização do turismo, que praticamente deixou de ser realizado durante a guerra. Após esse período difícil, houve uma 'explosão' de pessoas viajando pelo mundo, que ficou conhecida

³ Venho percebendo que tem aumentado os adeptos do planejamento e organização por conta própria de suas viagens, de acordo com seu gosto e motivações particulares. Nos discursos consta a vontade de estabelecer seu próprio roteiro, ou mesmo apenas garantir a passagem e estadia – às vezes nem mesmo esta última – sem nenhum roteiro pré-definido, assim como a intenção de economizar não pagando o serviço de uma agência. Com isso cresce também as matérias com dicas para planejar a própria viagem, os manuais impressos e planners específicos para viagens sendo vendidos, e até mesmo aplicativos que auxiliam nessa tarefa. Tal questão merece uma maior investigação para melhor compreensão, o que não é o objetivo desta tese.

por muitos como o *boom turístico*. Um dos elementos importantes desse contexto foram as lutas, e vitórias, dos trabalhadores por férias remuneradas (BARRETO, 2003a; BANDUCCI JUNIOR, 2001; PEREIRO; FERNANDES, 2018). Então,

Nasce assim o turismo contemporâneo, com a entrada dos trabalhadores na sociedade de consumo (Fernández Fuster, 1991; Ouriques, 2016), mas para que isso acontecesse foi necessária a construção do estado de bem-estar, que se forja no século XIX com o aumento dos salários e a criação do sistema de Segurança Social para resolver as tensões entre patronos e operários – verdadeiros perigos para o poder dominante (PEREIRO; FERNANDES, 2018, p. 185).

Outro elemento importante foi que, além do carro, que já se fazia bastante presente no mundo, em 1945 foi criada a International Air Transport Association (IATA), que regula o direito aéreo (quadro 02), o que fez com que começasse a era do avião no turismo. Assim, “em 1949 foi vendido o primeiro pacote aéreo e, a partir de 1957, o turismo aéreo começou a ser preferido ao turismo de cruzeiro pelo tempo ganho no deslocamento e pela introdução de tarifas turísticas e econômicas por avião” (BARRETO, 2003a, p. 54).

A partir de 1950, o turismo cresceu radicalmente, expandindo-se por todos os continentes, ou seja, começou a se massificar. Agora, os trabalhadores viajavam mais para descanso e lazer, não sendo mais privilégio apenas da elite, e a indústria hoteleira cresceu de maneira intensiva devido também à grande demanda. Decerto, assim como ainda nos dias de hoje, não era algo acessível para todos, mas representava algum avanço.

Na década seguinte, de acordo com Banducci Junior (2001, p. 24), o turismo estava crescendo 10% ao ano. No entanto, apesar do enorme entusiasmo diante desse crescimento, de acordo com Pereiro e Fernandes (2018, p. 186), essa atividade "se converte num turismo de massas sem grandes preocupações pelo meio ambiente". Somente na década subsequente, em 1970, começaram a perceber o potencial degradante do turismo em relação à natureza, aumentando a preocupação com esta.

De acordo com Barreto (2003a), há ainda uma quinta fase, que seria a do pós-turismo⁴. Desde 1980, estaríamos num período de transição para esta etapa, que ainda está por se concretizar. Cabe ressaltar que, apesar de a autora afirmar esta data como o início desse período transitório, a mesma aponta anteriormente que o turismo contemporâneo teria finalizado somente em 1990, não deixando claros os pormenores desse período no qual nos encontramos.

⁴ Essa fase será melhor abordada mais a frente.

Outro componente importante no desenvolvimento do turismo que conhecemos hoje refere-se à institucionalização dessa atividade, como consta no quadro 02 abaixo. Uma instituição que se sobressai na história desse setor é a rede *Touring Club*, que teve sua fundação em 1878 na Inglaterra, o *Bicycle Touring Club*, que rapidamente expandiu-se, crescendo em número de membros e, no ano seguinte, adotou um sistema de recomendações de hotéis, além de publicar manuais e guias para viajantes. Esta instituição foi tão bem-sucedida que filiais foram fundadas em vários lugares do mundo, como França e Itália, por exemplo. No Brasil, chegou apenas 45 anos depois, em 1923, inicialmente como Sociedade Brasileira de Turismo e posteriormente adquirindo o nome de Touring Club do Brasil, sendo o primeiro órgão oficial de turismo no país.

Quadro 2 - Cronologia da institucionalização internacional do turismo

Ano	Acontecimento	Referência
1923	Criação da Sociedade Brasileira de turismo, que depois virou o Touring Club do Brasil	Barreto (2003a)
1934	Criação da União Internacional de Organismos Oficiais para o Turismo (UIOOPT)	Pereiro e Fernandes (2018)
1945	Criação da International Air of Transport Association (IATA) que regula o direito aéreo.	Barreto (2003a)
1947	A UIOOPT passa a ser União Internacional de Organismos Oficiais de Turismo (UIOOT) - sede em Londres	Pereiro e Fernandes (2018)
1948	Possui o estatuto consultivo da ONU	Pereiro e Fernandes (2018)
1963	Estabelecimento de "definições estatísticas e técnicas para medir o turismo"; criação das categorias visitante, turista e excursionista e primeira definição técnica do turismo - resultado da conferência da ONU sobre viagens internacionais e turismo em Roma	Pereiro e Fernandes (2018)
1970	Prevalecia a ideia de que o turismo estaria destinado a salvar as economias do "Terceiro Mundo". Ideia difundida por organismos internacionais de desenvolvimento	Barreto (2003b)
1975	A UIOOT passa a ser a Organização Mundial do Turismo (OMT) - sede em Madri, com 150 países participantes.	Pereiro e Fernandes (2018)

Fonte: Barreto (2003a; 2003b) e Pereiro e Fernandes (2018). Sistematização da autora.

Porém, a instituição criada em 1934 para tratar do turismo em nível mundial foi a União Internacional de Organismos Oficiais para o Turismo (UIOOPT), que em 1947 se tornou a União Internacional de Organismos Oficiais de Turismo (UIOOT), com sede em Londres. No ano seguinte, a UIOOT ingressou na Organização das Nações Unidas (ONU) com status consultivo e, em 1975, transformou-se na Organização Mundial do Turismo, que conhecemos hoje, com sede em Madri. Atualmente, abrange 150 países como membros, incluindo o Brasil,

que se associou naquele mesmo ano⁵. Esta instituição até hoje é a maior agência especializada sobre o assunto reconhecida pelas ONU.

Esse desenvolvimento da institucionalização do turismo foi bastante importante não apenas para organizar, regulamentar e promover a atividade, mas também para refletir sobre ela, realizando pesquisas, análises e, de certa forma, teorizando sobre o assunto. O ano de 1963 foi marcado pela conferência da ONU em Roma, que discutiu viagens internacionais e turismo, resultando nas primeiras definições técnicas e oficiais do turismo, como as especificações do que é um visitante, turista e excursionista (PEREIRO; FERNANDES, 2018).

Os debates foram aumentando proporcionalmente ao crescimento do turismo. Após o seu *boom* em 1950, o setor chamou cada vez mais atenção devido ao seu rápido e praticamente espontâneo desenvolvimento, além do retorno financeiro para os envolvidos na atividade. Como aponta Banducci Junior (2001, p. 24), “essa década é marcada por grande euforia internacional”, com relação ao turismo, e devido às “possibilidades de desenvolvimento advindas de sua implantação”.

Diante disso, uma visão economicista, desenvolvimentista, capitalista e colonialista foi sendo construída em relação a essa atividade em ascensão. Desde a década de 1950, começou-se a acreditar que o turismo se apresentava “como a grande alternativa econômica capaz de promover a superação da condição de pobreza e de dependência de países subdesenvolvidos diante das economias centrais” (BANDUCCI JUNIOR, 2001, p. 24). Em 1970, prevalecia “a ideia, difundida por organismos internacionais de desenvolvimento, de que esta atividade estava destinada a salvar as economias do Terceiro Mundo” (BARRETO, 2003b, p. 16).

Tal questão também é corroborada por Burns (2004), que comenta que até os dias atuais está presente esse ponto de vista de que a indústria do turismo⁶ é essencial para o desenvolvimento de grupos sociais ou sociedades “em desenvolvimento”. Ao que parece, a lógica era que, se uma atividade está economicamente prosperando, então significava ser bom para as pessoas. Entretanto, obviamente, não é simples assim. Acontecia que essa visão vinha sendo fortalecida pelos estudos predominantes na área da economia e do marketing, sendo que a história do estudo sobre o turismo nessas disciplinas “surgiu porque o turismo era visto principalmente como uma atividade da economia, e não das pessoas” (BURNS, 2004, p. 2,

⁵ Relação dos 150 países membros da OMT: <https://www.unwto.org/member-states>

⁶ Atualmente há um debate crítico para se repensar o uso do termo “indústria do turismo”. Entretanto, a utilizo aqui para destacar a lógica, de certa maneira ainda presente no turismo, de ter como foco o crescimento econômico em detrimento dos demais aspectos.

tradução da autora), ou seja, o componente humano, e sociocultural, era tido como secundário e relativamente sem tanta importância.

Barreto (2009) vem afirmar que, mundialmente, incluindo o Brasil, a maioria dos estudos científicos, até aquele momento, eram das ciências econômicas ou administrativas, enquanto Banducci Junior (2001) ressalta que, de todas as áreas de conhecimento que se debruçaram sobre o tema, a geografia foi a que mais se sobressaiu em quantidade de estudos. De maneira geral, o que imperava era analisar a “indústria” do turismo, os negócios turísticos, isto é, o foco era o comércio dessa atividade e o quanto mais ela poderia ser lucrativa.

Há quem destaque que é preciso sempre considerar que o turismo é uma atividade econômica e administrativa, o que está correto. Porém, este aspecto do turismo não é esquecido; pelo contrário, até hoje insiste em ser o ponto central para muitos, talvez até para a maioria. A intenção aqui é justamente deslocar essa visão para outro prisma, pois, como destaca Barreto (2009, p. 55), “esses aspectos constituem apenas parte dessa atividade que vem se configurando como um fato social total”. Nesse sentido, “analisar o turismo somente com os paradigmas econômicos que verificam os fluxos de dinheiro leva ao esquecimento da dimensão antropológica, enxergar os turistas não como pessoas, mas como simples portadores de dinheiro” (BARRETO, 2009, p. 56).

Mas, e os “anfitriões”? E os demais moradores locais? E as pessoas de fora da localidade receptora que atuam no turismo do local, muitas vezes migrando para este? Cabe aqui já ressaltar que é primordial compreender que o turismo não se reduz ao turista, suas vontades e seu dinheiro; esse não é, ou ao menos não deveria ser, o elemento de maior importância. Como se pode ver no breve histórico aqui exposto, houve várias pessoas, em diferentes segmentos e atuações, que contribuíram para o desenvolvimento e crescimento do turismo. Esse já não é mais apenas uma atividade de lazer de turistas, e sim um fenômeno. E, como afirma Burns (2004), a sua complexidade é um rico objeto de pesquisa que envolve, em vários aspectos, os seres humanos e clama por uma análise antropológica.

1.2 – O turismo como tema de pesquisa na Antropologia

Entretanto, a entrada do turismo como tema a ser abordado pela Antropologia não foi um caminho fácil e rápido, e possivelmente por isso ainda não esteja completamente consolidado. No quadro 03 abaixo consta um resumo histórico acerca dos estudos sobre o turismo, com os principais momentos da construção desse campo de estudo na Antropologia, que

consequentemente subsidiaria o debate sobre a possibilidade de uma subdisciplina que seria a Antropologia do Turismo.

Quadro 3 - Cronologia estudo do turismo na Antropologia

Data	Acontecimento	Referência
1920	Início dos estudos na Europa.	Pereiro e Fernandes (2018)
1930-1940	Primeiras referências antropológicas do estudo do turismo, que se deu na Europa.	Pereiro e Fernandes (2018)
1941-1944	Robert Redfield "Foi um dos primeiros antropólogos a observar como o turismo provoca efeitos nas culturas nativas" (p. 207).	Pereiro e Fernandes (2018)
1950	Começa a se falar sobre o Boom turístico.	Pereiro e Fernandes (2018)
1960-1970	Primeiros estudos antropológicos do turismo, e sociológicos.	Pereiro e Fernandes (2018); Banducci Junior. (2001)
Até mais ou menos 1963	Havia muita resistência em estudar sobre o turismo nas Ciências Sociais.	Barreto (2003b)
1963	Theron Nuñez pesquisa sobre o turismo em comunidades rurais mexicanas.	Pereiro e Fernandes (2018); Burns (2004); Barreto (2003b)
Anos 70	Começou-se a dar importância para o turismo como objeto de estudo. - Graburn começa a publicar sobre turismo.	Burns (2004)
1972	A validação do turismo como um campo de estudo antropológico de fato, possivelmente, foi feita por Cohen.	Burns (2004)
1973	O Annals of Tourism Research (ATR), jornal oficial da Sociedade para o Avanço da Indústria do Turismo, começou a existir.	Burns (2004)
1974	O sociólogo alemão Hans Joachim Knebel publica o primeiro livro teórico sobre sociologia dedicado ao turismo, intitulado Sociologia do Turismo.	Barreto (2003b)
1974	"Valene Smith organizou os primeiros simpósios da Associação Antropológica Americana sobre Turismo" (p. 5).	Burns (2004)
1974-1975	Finney e Watson "editam um volume de ensaios coletivos, antropológicos e sociológicos, sobre o desenvolvimento do turismo no Pacífico" (p. 208).	Pereiro e Fernandes (2018)
1977	Valene Smith publica seu livro <i>host and guests</i> com base num encontro científico da American Anthropology Association	Pereiro e Fernandes (2018); Burns (2004)
1977	Foi publicado na ATR o primeiro artigo com "Antropologia" no título, referente a uma pesquisa com indígenas do Mato Grosso.	Burns (2004), Pereiro e Fernandes (2018)

1979	O sociólogo Emanuel De Kadt publica uma obra com reflexões antropológicas sobre a relação entre o turismo e o desenvolvimento com base num seminário conjunto entre o Banco Mundial e a UNESCO celebrado em 1976.	Pereiro e Fernandes (2018)
década de 1980	"Aparecem em língua inglesa três revisões da literatura antropológica sobre turismo (Nash, 1981; Graburn, 1983; Crick, 1989)" p. 209.	Pereiro e Fernandes (2018)
1983	Publicação da edição especial de aniversário da revista <i>Annals of Tourism Research</i> , intitulado <i>Anthropology of Tourism</i> e organizado por Nelson Graburn.	Barreto (2003b); Burns (2004); Pereiro e Fernandes (2018)
1984	O economista Jost Krippendorf publicou o livro <i>Sociologia do Turismo: para uma Nova Compreensão do Lazer e das Viagens</i> .	Barreto (2003b)
1988	Sai o volume especial sobre Antropologia do Turismo na revista <i>Kroeber Anthropological Society Papers</i> , sendo coordenado por Nelson Graburn.	Pereiro e Fernandes (2018); Burns (2004)
Anos 90	"Publicam-se os primeiros manuais académicos de antropologia do turismo [...] e a antropologia do turismo é ensinada aos antropólogos e aos estudantes de turismo" (p. 212).	Pereiro e Fernandes (2018)
1990	<i>Cultural Survival Quarterly</i> também publicou uma edição especial sobre turismo.	Burns (2004)
1995	Revisão da postura diante dos estudos sobre o turismo na segunda edição do livro <i>Hosts and Guests</i> de Vallene Smith.	Banducci Junior (2001)
1999	<i>Cultural Survival Quarterly</i> publicou outra edição especial sobre turismo.	Burns (2004)
1999	Marco do início dos estudos sobre o turismo na Antropologia no Brasil ao conquistar um espaço, na III Reunião de Antropologia do Mercosul, para se discutir sobre o tema.	Barreto (2009)

Fonte: Barreto (2003b), Burns (2004), Banducci Junior (2001), Maio (2006), Barreto (2009) e Pereiro e Fernandes (2018). Sistematização da autora.

De acordo com o levantamento de Pereiro e Fernandes (2018), os estudos sobre o turismo, de modo geral, têm sua origem na Europa em 1920, e entre 1930 e 1940 surgem as primeiras referências antropológicas no campo do turismo. Em 1941, surge o sociólogo e antropólogo norte-americano Robert Redfield, que pesquisou comunidades maias no México e foi um dos primeiros da área a perceber, e falar sobre, como o turismo influenciava na cultura local. No entanto, foi somente a partir de 1960 que começaram a aparecer os estudos sobre o tema na Antropologia, assim como na sociologia, criando um novo campo de investigação (BANDUCCI JUNIOR, 2001; PEREIRO; FERNANDES, 2018).

No entanto, os antropólogos que pretendiam pesquisar sobre o assunto não encontravam apoio em seus pares, uma vez que o tema não era visto como algo academicamente importante. Foi somente por volta de 1963 que essa situação começou a mudar, quando surgiram mais cientistas sociais que decidiram, indo de encontro ao pensamento que prevalecia na época, dar atenção ao turismo (BARRETO, 2003b; BURNS, 2004). O primeiro estudo que marcou o início dessa mudança foi o de Theron Nuñez, que publicou, nesse mesmo ano, no *Southwestern Journal of Anthropology* sobre os impactos do turismo em uma vila no México (BARRETO, 2003b; BURNS, 2004; PEREIRO; FERNANDES, 2018).

Essa transição de pensamento foi realmente se consolidar somente na década de 1970, quando foram surgindo mais antropólogos e sociólogos tratando sobre o tema, reivindicando a importância do mesmo, mostrando como este se apresentava como um rico objeto de estudo e o quanto estas disciplinas podiam contribuir significativamente. De acordo com Burns (2004), o que veio a se sobressair e garantir esse status para o turismo foi Erik Cohen, que em 1972 publicou o texto *Towards a sociology of international tourism*, e em 1973 surge o *Annals of Tourism Research* (ATR), revista para publicação de estudos sobre o turismo.

Em 1974 houve dois momentos marcantes: o sociólogo alemão Hans Joachim Knebel publica o primeiro livro teórico da área sobre o tema, a *Sociologia do Turismo*, que não ganhou grande repercussão, não sendo muito conhecido, ao menos aqui no Brasil (BARRETO, 2003b). No mesmo ano ocorreu o primeiro simpósio sobre Antropologia do Turismo da Associação Antropológica Americana sobre Turismo, que se tornaria um evento anual, organizado por Valene Smith (BURNS, 2004). Já em 1975, Pereiro e Fernandes (2018, p. 208) comentam que Finney e Watson “editam um volume de ensaios coletivos, antropológicos e sociológicos, sobre o desenvolvimento do turismo no Pacífico” como resultado de um seminário sobre o tema que ocorreu em 1974 em Honolulu.

O ano de 1977 também ficou marcado na história do desenvolvimento do estudo do turismo pela antropologia, pois foi quando Valene Smith, geógrafa de formação que posteriormente se tornou antropóloga e às vezes atuava como agente de viagem, piloto e guia de excursão, publicou o livro *hosts and guests: the Anthropology of Tourism*⁷ como resultado dos artigos advindos do simpósio que ela mesma organizou em 1974, como exposto anteriormente, que contou com um capítulo escrito por Theron Nuñez (BARRETO, 2003b; BURNS, 2004; PEREIRO; FERNANDES, 2018). Este exemplar tornou-se um clássico da

⁷ Anfitriões e convidados: a Antropologia do Turismo, tradução literal.

Antropologia do Turismo, bastante consultado por muitos que pesquisam sobre o tema, apesar de não ter tradução para o português e não ser de fácil acesso aqui no Brasil.

Ainda no mesmo ano, surge a primeira publicação em revista científica sobre turismo, na *Annals of Tourism Research*, com a palavra antropologia no título. Trata-se do artigo *The anthropological analysis of tourism: Indirect tourism and political economy in the case of the mamainde of Mato Grosso, Brazil*, sobre turismo indireto relacionado aos indígenas do Mato Grosso, que, apesar de tratar de um povo do nosso país, foi escrito por Paul Aspelin, que é norte-americano (BURNS, 2004; PEREIRO E FERNANDES, 2018).

Nessa revista, ainda publicaram Smith em 1976 e 1977, Greenwood em 1976, Jafari em 1979 e Graburn em 1983, 1984 e 1991 (BURNS, 2004). E no final da década, em 1979, o sociólogo Emanuel De Kadt publicou um texto refletindo sobre a relação entre turismo e desenvolvimento sob a ótica da Antropologia, tendo como base um seminário realizado em 1976 pelo Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (PEREIRO; FERNANDES, 2018).

Na década de 1980, os eventos que se destacaram foram, primeiramente, a edição especial de comemoração dos 20 anos da *Annals of Tourism Research*, em 1983, inteiramente dedicada à Antropologia do Turismo e organizada por Nelson Graburn, legitimando, assim, sua importância (BARRETO, 2003b; BURNS, 2004; PEREIRO; FERNANDES, 2018). Em segundo lugar, em 1984, o doutor alemão em Ciências Econômicas Jost Krippendorf, apesar de não ser sociólogo, publicou o livro *Sociologia do Turismo: para uma Nova Compreensão do Lazer e das Viagens*, que acabou se tornando um clássico também nos estudos sobre o turismo, inclusive no Brasil, diferentemente do que aconteceu com Hans Joachim Knebel mencionado anteriormente (BARRETO, 2003b). E, por fim, em 1988, a revista *Kroeber Anthropological Society Papers* publicou uma edição especial sobre Antropologia do Turismo, também coordenada por Nelson Graburn. Este acontecimento em particular teve bastante importância, pois até então havia mais estudos antropológicos sobre o tema publicados em revistas de turismo do que em revistas da área de Antropologia, provavelmente devido à resistência dos antropólogos em dar importância ao assunto (BURNS, 2004; PEREIRO; FERNANDES, 2018).

Finalmente, na década de 1990, a Antropologia do Turismo se expande e ganha mais pesquisadores interessados. A revista *Cultural Survival Quarterly*, da ONG Cultural Survival localizada nos Estados Unidos e que possui status federal, com foco nos povos indígenas do mundo, também teve edições especiais sobre antropologia do turismo em 1990 e 1999

(BURNS, 2004). Nessa década também surgiram, segundo Pereiro e Fernandes (2018, p. 212), “os primeiros manuais acadêmicos de antropologia do turismo (cf. Nash, 1996; Santana, 1997; Simmonicca, 1997) e a antropologia do turismo é ensinada aos antropólogos e aos estudantes de turismo”. E em 1999 finalmente os estudos do turismo “chegam” ao Brasil, isto é:

Pode-se dizer que a história dos estudos de turismo na antropologia no país tem um marco no ano de 1999, quando, pela primeira vez, tanto na antropologia quanto na turismologia, conseguiu-se autorização para um espaço para discutir turismo (mesmo que não exclusivamente) na III Reunião de Antropologia do Mercosul, que teve lugar na cidade de posadas, na província de Misiones, na Argentina (BARRETO, 2009, P. 53).

Porém, como já mencionado anteriormente, o turismo como tema de estudo na Antropologia teve que, de certa forma, conquistar os antropólogos, pois não era tido como digno da atenção destes. Mesmo sendo um fenômeno de grande magnitude os acadêmicos da área não consideravam que o tema tivesse relevância antropológica, como comenta Nelson Graburn em uma entrevista:

As pessoas diziam esse assunto que era bobagem, perda de tempo. Elas não achavam que o turismo era sério ou um tema importante. Mas, deixaram, mesmo assim, eu fazer um experimento. Disseram: “Nós deixaremos que você faça isto uma vez e nós chamaremos um número regular.” Então, dei uma aula para cerca de 170 estudantes. Esperava uns 40. Tive, então, uma grande sala e um assistente, que era um dos meus alunos da pós-graduação. A coisa ficou animada. Consegui que algumas outras pessoas se interessassem e organizei minissimpósios com um especialista de cada área para falar sobre suas leituras (GRÜNEWALD, 2008, p. 353).

Burns (2004) classificou em três os motivos por trás dessa relutância dos antropólogos em estudar o turismo: 1 - o tema como objeto de estudo foi considerado frívolo; 2 – havia certa semelhança entre a jornada do turista e o estudo do antropólogo; 3 - falta de percepção da significância sociocultural do turismo. De acordo com a autora, Redfoot (1984) afirmou em sua publicação que o antropólogo seria um tipo peculiar de turista e, posteriormente, Clifford (1990) apontou similaridades entre etnógrafos e escritores viajantes. Tal comparação não foi bem vista pelos estudiosos da Antropologia, que buscaram se diferenciar, visto que muitos moradores do local em que pesquisavam não faziam diferenciação entre os que são de fora, considerando, muitas vezes, que todos eram turistas.

Isso se refletiu em um tardio olhar antropológico sobre o fenômeno, enquanto outras disciplinas já estavam há tempos produzindo conhecimento sobre o tema. Burns (2004) expõe que o turismo foi pensado, ao menos inicialmente, para ser sobre economia e turistas e não sobre a comunidade local. Este seria percebido como algo ocidental, de sociedades industrializadas ou de grande porte, então não era muito relevante para estudos de grupos

sociais de pequena escala. Isso me faz refletir que, talvez, toda a visão que foi se consolidando sobre o fenômeno, sob as bases economicistas, desenvolvimentistas, capitalistas e colonialistas, como já mencionado, tenha ocorrido por causa desta conjuntura. Em outras palavras, a Antropologia se absteve nesse debate inicial, deixando uma lacuna de reflexão crítica e, de certa forma, contribuindo para a não inclusão do componente sociocultural como parte importante no processo de desenvolvimento do turismo. Assim,

A resistência histórica dos antropólogos em reconhecer a presença do turismo em "seus" locais de campo - e em serem confundidos com turistas - está bem documentada, e é amplamente reconhecido que muitos omitiram intencionalmente a presença de turistas em relatos publicados de suas pesquisas (Boissevain, 1977; Bruner, 2005; Crick, 1985; Errington e Gewertz, 1989; Kottak, 1983) (LEITE; GRABURN, 2009, p. 7, tradução livre).

Burns (2004) reconheceu, na época, que esta situação já estava mudando e acrescentou que os pesquisadores que começaram a tratar sobre o assunto reconheceram que era importante estudar o fenômeno sob a luz da Antropologia e que isso não faria a mesma perder sua credibilidade. Pelo contrário, a disciplina tem, e muito, a contribuir teoricamente para esse tema de estudo, assim como, conseqüentemente, para a atividade turística em si. Concordando com este autor, considero que a Antropologia proporciona uma abordagem holística sobre o turismo, o que permite uma melhor compreensão dos 'anfitriões', dos turistas, operadores do turismo, assim como o fenômeno em si e seus vários aspectos. Barreto vai além e ressalta que:

Ajudar a entender os processos psicossociais desencadeados pelo fenômeno turístico, as expectativas, desejos, satisfações e frustrações das populações anfitriãs e dos turistas, as motivações para agir de uma ou outra maneira, a busca para além da simples viagem, a dinâmica cultural em que o turismo está inserido, a diversidade de interesses e necessidades sociais que o turismo afeta, enfim, seus dilemas e paradoxos seria uma enorme contribuição das ciências sociais para o planejamento equilibrado de um turismo responsável (BARRETO, 2003b, p. 26).

Isso porque, como evidencia Burns (2004), são as pessoas, e seus contextos socioculturais, que estão no cerne da necessidade de analisar o turismo, e não os negócios. Afinal, são indivíduos em constante relação que permeiam toda a atividade turística, desde seu planejamento até sua execução, assim como são pessoas que sentem seus efeitos, independentemente de quais sejam. Como afirma Barreto (2003b, p. 21), “o turismo é uma atividade realizada pelos homens em sociedade. Não podemos pensar no conceito de turismo se pensarmos num homem isolado”. Daí a importância da afirmação de Burns (2004) de que não é apenas pertinente para a Antropologia estudar o turismo, é necessário, principalmente devido à sua complexidade e amplitude.

Assim, mesmo diante de tanta relutância, surge a Antropologia do Turismo para tentar suprir essa demanda teórica. Para Przeclawski (1993 *apud* Burns, 2004), para dar conta dessa complexidade, para além de uma visão holística, é importante a interdisciplinaridade. Isso significaria abranger quatro principais questões: a econômica, que tem a ver com oferta, demanda, negócios e mercados; a psicológica, voltada para as necessidades e motivações; a social, relacionada aos papéis dos envolvidos no turismo, os contatos e os laços; e o cultural, onde se pode transmitir conhecimento e ser um fator de mudança.

No entanto, Graburn (2009) e Leite e Graburn (2009) questionaram a existência de uma Antropologia do Turismo de fato. Para Graburn (2009, p. 13), até aquele momento, não haveria “uma perspectiva teórica que amarre a pesquisa antropológica sobre o turismo, embora tenha havido nos últimos anos uma preferência geral pelos paradigmas mais interpretativos do que político-econômicos”. Leite e Graburn (2009), inclusive, na introdução de seu texto, argumentam que preferiram colocar como título do capítulo *Intervenções antropológicas em estudos sobre o turismo*, ao invés de Antropologia do Turismo, por acharem que, apesar das pesquisas antropológicas sobre essa temática terem aumentado, ainda havia poucas evidências coerentes para que se possa atribuir a uma subdisciplina.

De acordo com esses autores, os antropólogos abordam a questão do turismo relacionando-a a uma grande variedade de interesses ou enfoques na pesquisa, como etnicidade, identidade, políticas locais e globais, desenvolvimento, gênero, cultura material, globalização, entre outros. Eles afirmam que há uma tendência geral de interdisciplinaridade nas pesquisas sobre o turismo, sendo que veem isso como algo complicado e, de certa maneira, ruim.

Não fica tão claro o porquê, porém, a meu ver, o motivo parece ser justamente o avanço lento da consolidação de uma disciplina própria que seria a Antropologia do Turismo. Os autores comentam que muitas pesquisas sobre o turismo, de outras áreas, se utilizam de metodologias da Antropologia, como a etnografia, o que os leva a refletir como distinguir quem é ou não antropólogo e como delimitar a antropologia do turismo. Assim, buscaram fornecer um território mais sólido para um futuro trabalho interdisciplinar, pois, para Leite e Graburn (2009), o problema não reside na interdisciplinaridade, mas que esta traria maior contribuição posteriormente à disciplina ter se firmado.

Nesse processo de desenvolvimento dos estudos sobre o turismo, houve distintas abordagens ao longo do tempo. Jafari (1990 *apud* BANDUCCI JUNIOR, 2001) classificou-os em quatro tipos de plataformas: a de defesa, de advertência, de adaptação e de conhecimento.

A plataforma de defesa compreende os estudos que tinham/tem como foco a defesa do empreendimento turístico como algo positivo, partindo de uma visão otimista acerca da atividade. Normalmente são advindos de pessoal técnico envolvido diretamente com a atividade turística como um negócio.

Na plataforma de advertência concentram-se os estudos advindos da crítica à primeira, focando em apontar os principais problemas preocupantes decorrentes do turismo. Boa parte dos estudos antropológicos sobre turismo se encaixava nessa plataforma entre as décadas de 1970 e 1980 (BANDUCCI JUNIOR, 2001; LEITE; GRABURN, 2009; MAIO, 2006; PEREIRO; FERNANDES, 2018; BURNS, 2004; BARRETO, 2009).

De acordo com Leite e Graburn (2009), o primeiro tema muito abordado era o *desenvolvimento do turismo e seus “impactos”*, onde muitos dos estudos assumiam a perspectiva de que os destinos dos turistas no 'sul global' eram fracos, pobres, os colonizados, que eram esmagados pelo norte rico e metropolitano. O foco era a aculturação, tendo a população colonizada, pobre e “subdesenvolvida”, vista apenas como passiva diante da ação dos forasteiros. Já Maio (2006, p. 1) corrobora afirmando que “os estudos anteriores à década de 1990 quanto aos aspectos socioculturais do turismo, tendiam a interpretar a cultura da comunidade receptora como essencialmente boa e o extremo disto, o desenvolvimento do turismo como essencialmente ruim”. Burns (2004) compreende que tal postura é uma super generalização.

Pereiro e Fernandes (2018) compartilham a mesma compreensão e reforçam ao dizer que além das teorias da aculturação, hoje obsoletas, nesse primórdio dos estudos antropológicos sobre o turismo se destacavam as teorias da modernização e do colonialismo. Apesar de que, ao menos no Brasil, as teorias decoloniais estejam ganhando destaque atualmente na Antropologia, e pouco, ou quase nada, direcionadas ao estudo do turismo. Dentro dessa perspectiva inicial, o turismo seria o causador de desordem e transtornos para as comunidades que tenderiam a se extinguir diante de sua assimilação pelo mercado e pela lógica dominante. Em outras palavras, haveria a perda da autenticidade e/ou da identidade (BARRETO, 2009). Nesse sentido, estes autores listam cinco principais limitações dessa plataforma:

- a. A perspectiva romântica das comunidades recetoras, pensadas como harmônicas, homogêneas, igualitárias e comunitaristas, de acordo com as linhas teóricas do estrutural-funcionalismo.
- b. Uma pobre perspectiva da agência social, isto é, do papel, da gestão e resistência social face ao turismo.
- c. A análise antropológica do turismo frisou-o como uma força externa à sociedade recetora e como algo que corromperia a cultura nativa.

- d. Um conceito de cultura algo essencialista, homogeneizador e petrificado, contrariando a ideia dinâmica e processual de cultura.
- e. A incapacidade para diferenciar os efeitos do turismo face a outros efeitos e processos de mudança não promovidos pelo turismo (PEREIRO; FERNANDES, 2018, p. 210).

Posterior a esse período, tem-se a plataforma de adaptação que surge da problematização da visão de que o turismo geraria apenas impactos negativos nas localidades receptoras. Assim, esses estudiosos buscaram indicar a possibilidade de formas alternativas da atividade, com menor impacto e maior retorno benéfico. Banducci Junior (2001) destaca que a segunda edição do livro de Valene Smith é um exemplo da mudança dessa visão ao trazer uma reavaliação de estudo que apontava o turismo como o responsável pelas mudanças e surgimento de variados problemas para a localidade receptora. Isso porque:

É preciso ter claro que, em primeiro lugar, o turismo não é o único fator de aculturação, muito menos no atual estágio de globalização da cultura propiciado pelas tecnologias da comunicação. Em segundo lugar, é preciso verificar quais os valores que devem ser preservados e quais são de duvidoso valor para o bem-estar do ser humano (BARRETO, 2003b, p. 24).

Maio (2006, p. 6), assim como outros estudos posteriores a esse período de efervescência da plataforma de advertência, afirma que não se pode “depositar no turismo toda a culpa por transformações socioculturais sem refletir sobre essa situação no mundo globalizado”. Ou seja, mesmo o turismo sendo entendido como uma das formas de expressão da globalização, existem outros fatores desta que também influenciam nas mudanças. Para além disso, muitos estudos começaram a indicar que a atividade não era apenas geradora de impactos negativos. Outra questão que deve ser considerada se trata da agência da população local, muitas das vezes invisibilizada pelas pessoas externas. Assim como é fundamental problematizar o mito 'do bom selvagem', que será discutido mais adiante na tese.

Nesse sentido, Leite e Graburn (2009) ressaltam que as recentes pesquisas abandonaram essa visão que predominava nesta plataforma, que, inclusive, tinha o modelo simplista e binário onde havia a divisão dos sujeitos envolvidos na atividade turística em “anfitriões” (hosts) e “hóspedes” (guests). Hoje, a perspectiva mudou, sendo a relação desses atores vista como uma via de mão dupla, onde há uma troca, e não uma imposição de um sobre o outro. E com relação aos ditos impactos, que, de acordo com Barreto (2003b), muitos preferem denominar de interferências, passam a ser vistos como processos, dentre outros tantos pelos quais uma localidade passa no decorrer do tempo que geram transformações. Assim, os estudos que buscaram romper com a visão que predominava mostraram:

que o turismo não é o único responsável por todas as mudanças que ocorrem numa determinada cultura, pois, se esta não é estática, os elementos que provocam suas alterações provêm tanto de fatores internos quanto das mais diversas modalidades de influências externas. O turismo, como agente desse processo amplo, pode tanto destruir como estimular respostas positivas que venham a reforçar a identidade do grupo ou outros aspectos da cultura local (BANDUCCI JUNIOR, 2001, p. 42-43).

Ou seja, recentes estudos também demonstram essa outra abordagem para as tais interferências, em que se inclui também reforço cultural, fornecendo uma fonte de trabalho alternativa, o desenvolvimento nas regiões mais isoladas, podendo diminuir a migração do rural para o urbano e possibilitando a preservação de costumes locais. Como reforça Barreto (2003b, p. 22), tais estudos trouxeram evidências de mudanças positivas como “revitalização do patrimônio cultural material e imaterial graças ao turismo, a revalorização da natureza, a limpeza de mares poluídos, a recuperação da identidade”.

Entretanto, evidentemente, não se pode negar que, muitas vezes, há consequências negativas advindas da atividade turística, seja com um débil planejamento, com uma má implementação desse planejamento, ou, pior ainda, quando não há planejamento algum e esta atividade cresce desordenadamente. Prado (2003) traz algumas reflexões sobre a complexidade e, em certa medida, contradição entre o que é teorizado e o que acontece na prática com relação ao turismo. O que se vê na maioria das vezes é um planejamento 'ideal', pensando-se de maneira mais geral, num contexto macro. Porém, quando se observa num contexto micro de um local específico, pode-se ver que tal modelo não é compatível, ou seja, não leva em consideração as particularidades de cada local.

A reflexão foi feita a partir de um estudo de caso da minha pesquisa na Ilha Grande, no Rio de Janeiro, mais especificamente na Vila do Abraão, onde, assim como nas minhas pesquisas ao longo dos anos na Ilha do Combu, houve um momento em que o fenômeno do turismo chegou com tamanha força que não podia mais ser “ignorado”. Tais casos, assim como vários outros, se encaixam num “modelo das implicações do turismo em determinados contextos nos quais ele antes não existia” (PRADO, 2003, p. 207).

A Vila do Abraão estava se configurando como um lugar de destaque do turismo na ilha, sendo escolhida como principal destino dos turistas, fazendo com que esta, dentre todas as outras, fosse a comunidade mais atingida pelo turismo. Em seu texto, Prado (2003) aponta dois tipos de casos que começaram a acontecer no local: de um lado, várias famílias foram expulsas das praias devido à especulação imobiliária; do outro lado, há aqueles que decidiram se adaptar e usufruir do novo contexto.

Foi identificado um medo geral das consequências, negativas, no local que poderiam vir a acontecer no futuro se continuasse do jeito que estava sendo comparada com o que aconteceu em Angra dos Reis, cidade-sede do município, que apresenta uma intensa urbanização e de maneira desorganizada. A principal questão desse “modelo perverso da implantação do turismo” é a grande alteração do modo de vida local imposta por pessoas que são de fora do mesmo.

A autora aponta que se podem classificar em quatro tipos de níveis do impacto do turismo nessas comunidades: 1) mudanças drásticas na ocupação do território e no uso dos recursos naturais; 2) destruição do objeto de atração; 3) ambiguidade em relação ao turismo; e 4) conflitos/confrontos de interesses e valores entre grupos diversos. Muitos moradores expressaram que é preciso “frear” essa avalanche que tem sido o turismo, pois apesar da expansão do turismo ter trazido mais dinheiro, há a constante preocupação com os rumos que o local pode tomar. O lixo aumentou e vem acumulando, há cada vez mais conflitos e disputas para ganhar mais dinheiro, e há uma grande polaridade entre nativos e não-nativos, o que também é focado nessa tese mais adiante.

Devido ao turismo há cada vez mais pessoas “de fora” na ilha, o que tem tensionado nas relações com os nativos⁸. Ambas as partes apresentam queixas uma da outra, apresentando uma polarização dos pontos de vista. Tal situação é complexa no local, bem semelhante aos *estabelecidos e outsiders* de Elias e Scotson (2000), que, inclusive, é citado no texto. Porém há uma diferença com relação ao caso apresentado por estes autores. No caso da Vila do Abraão a hierarquia se inverte, são os de fora exercem mais poder no local, sendo então os *estabelecidos*, e os nativos, no caso os moradores mais antigos, são os *outsiders*, pois não exercem mais poder no local, sendo que a maioria não são os donos dos empreendimentos turísticos dali, e sim os empregados, os “subalternos”, que pouca voz tem sobre os rumos de seu próprio território.

Nesse sentido, é fundamental romper com uma visão totalmente negativa do turismo, mas sem gerar uma romantização que acabe por mascarar situações que prejudiquem a população receptora. É preciso repensar a concepção de turismo que temos em nossa sociedade, principalmente porque isso reflete nas ações, tanto públicas quanto privadas, no local. Repensar o foco que é dado quando se fala em turismo, que geralmente são os turistas e o dinheiro gerado

⁸ Cabe ressaltar aqui que eles se consideram nativos, é uma categoria utilizada por eles para diferenciar dos que são “de fora”. A quantidade de tempo em que se mora na ilha é um importante fator da identidade social, para ser ou não considerado um nativo, ou seja, “ser da ilha”.

pela atividade, muitas vezes deixando de lado os anseios e o bem-estar da população e do local que atrai o turista.

Diante da complexidade do turismo, surge a quarta abordagem dos estudos sobre o tema, a plataforma de conhecimento. Nesta, o foco é a construção de conhecimento científico que fuja da perspectiva dualista e maniqueísta, adotando uma visão holística preocupada com o turismo como um todo, não apenas em seus impactos (BANDUCCI JUNIOR, 2001). Nesta plataforma, na qual minha pesquisa se encaixa, além de encarar o turismo como parte de um processo maior, como exposto anteriormente, são considerados também os variados aspectos que o envolvem, os quais se interconectam e se influenciam mutuamente em uma dinâmica complexa que apresenta especificidades dependendo de cada local turístico. Nesse sentido, percebeu-se a:

necessidade de ultrapassar a análise dos efeitos da atividade turística para produzir um conhecimento mais amplo do turismo como fenômeno social, para a compreensão do lugar e do papel dessa atividade no contexto das relações sociais e culturais numa sociedade cada vez mais marcada pela globalização, pelo deslocamento e pela interação cultural entre povos distintos (BANDUCCI JUNIOR, 2001, p. 44).

Nessa relativização da antiga perspectiva, de acordo com Maio (2006), o olhar sobre o passado, presente e futuro, com relação a essas localidades, também mudam. Se busca não romantizar o primeiro, o segundo é visto como uma “reinvenção da tradição” e o último é encarado como “em aberto” e sujeito ao desenrolar da relação entre os locais e os visitantes. Para Maio (2006, p. 4) “essas mudanças nas narrativas são consequências de alterações internas na Antropologia, como por exemplo, um entendimento diferente dos conceitos de ‘comunidade’ e de ‘nativo’”. Ora, se a vida, em seus diversos aspectos, é um contínuo processo e está em constante transformação, não seria diferente com a disciplina, os estudos sobre o turismo, a atividade em si, a localidade receptora e a emissora.

De acordo com Pereiro (2020, p. 2) “nas últimas décadas, antropólogos do turismo têm afirmado e demonstrado várias vezes em nosso trabalho que a antropologia antropologizou o turismo e ao mesmo tempo se turistizou”, surgindo, assim o *homo turístico*. Isso porque além do turismo proporcionar interação entre culturas e sociedades diferentes, produz e consome culturas, podendo servir de ponto de observação de mudanças e de adaptação dos grupos sociais. O autor destaca que esse fenômeno se desenvolve dentro de um contexto capitalista, sendo “imprudente não compreender os fatores humanos socioculturais que intervêm neste negócio, seja para criticá-lo, rejeitá-lo, melhorá-lo ou transformá-lo radicalmente” (PEREIRO, 2020, p. 3)

Apesar da entrada tardia da Antropologia nos estudos sobre o turismo, e da relutância dos pares, muitos pesquisadores se aventuraram no tema, mesmo que muitas vezes indiretamente. Com o tempo, muitos outros começaram a seguir tais passos, trazendo suas contribuições na produção de conhecimento do fenômeno, e a cada ano que passa vem aumentando o interesse de antropólogos e sociólogos em estudar o assunto. Assim,

Os estudos antropológicos do turismo mostram, hoje em dia, novos olhares: a) como as identidades são relacionais, negociadas ou impostas nos cenários turísticos; b) como os nativos e os turistas são seres históricos; c) como as arenas turísticas são multiculturais e interculturais; d) como se introduzem no turismo os discursos ambientalistas, ecológicos e sustentáveis; e) como muitos grupos humanos com turismo reivindicam direitos econômicos, culturais, territoriais e ambientais, numa luta pelos recursos naturais e culturais (PEREIRO; FERNANDES, 2018, p. 212).

Graburn (2009, p. 13) fez a pergunta “existe uma Antropologia do Turismo?”, sendo utilizada como título de um tópico de seu texto, e, como resposta, indicou que “não há uma perspectiva teórica que amarre a pesquisa antropológica sobre o turismo, embora tenha havido nos últimos anos uma preferência geral pelos paradigmas mais interpretativos do que político-econômicos”. A segunda parte da resposta já indicava que tais estudos por parte da Antropologia já apresentavam uma mudança importante. Somado a isso, não se pode desconsiderar o crescente número de pesquisas sobre o tema que, mesmo muitas vezes indiretamente, foram construindo as bases de uma subdisciplina.

A despeito disso, Pereiro e Fernandes (2018, p. 213) ainda afirmam que “entre os antropólogos não há uma aceitação unânime sobre a existência de um campo ou subcampo denominado antropologia do turismo”. Também complementam expressando que os que usam o termo Antropologia do Turismo o fazem para designar os estudos sobre o tema realizados por antropólogos. Entretanto, diante do exposto até aqui, penso que já seja possível fornecer outra resposta àquela pergunta.

Independentemente de ainda haver certa relutância, existe sim uma Antropologia do Turismo já em consolidação, não só por ter estudos que levam essa denominação no título, mas também porque há um esforço de antropólogos em refletir e determinar as bases dessa subdisciplina. Há também instituições, fora do Brasil, que reconhecem tal existência, como o Anthropology of Tourism Interest Group of the American Anthropological Association (ATIG)⁹, ou mesmo através de disciplinas, seja de graduação, pós-graduação ou cursos de curta duração, como por exemplo os que existem na University of Texas Arlington, Universidade

⁹ Em tradução livre: Grupo de interesse em Antropologia do Turismo da Associação Americana de Antropologia - <http://atig.americananthro.org/>

Nova de Lisboa, Western University do Canadá, Universidad de Alicante na Espanha, SOAS University of London, Kennesaw State University e Oregon State University nos EUA.

Se o problema residia também na ausência de embasamento teórico mais sólido, o próprio Graburn, juntamente com Leite, já forneceram um esboço do mesmo. De acordo com esses autores:

Os ancestrais das ciências sociais ocidentais não estudaram o turismo em si, mas muitos de seus conceitos provaram ser fundamentais para os estudos antropológicos do assunto. Por exemplo, o conceito de alienação, que sustenta modelos iniciais influentes de motivação turística (Cohen, 1979; MacCannell, 1976), deriva do trabalho de Marx (1999); os conceitos de efervescência e communitas, chave para a compreensão da experiência de energia intensificada e camaradagem em contextos de grupo, vêm de Durkheim (1965); e o conceito de consumo conspícuo, em última análise relevante para o consumo turístico como meio de afirmação de status e identidade, vem de Veblen (1934). Mais tarde, cientistas sociais de “poltrona” forneceram ferramentas adicionais para análise: Van Gennep (1960), sobre tipos de rituais, relevantes para a compreensão da estrutura das viagens e a alternância entre férias e vida cotidiana (Graburn, 1983a); Mauss (1954; ver também James e Allen, 1998) sobre materialidade, reciprocidade, incorporação e variação sazonal; Simmel (Wolff, 1950), sobre a estranheza; Goffman (1959), sobre “trabalho facial”; e Huizinga (1950), sobre a sociabilidade nas viagens e nos esportes. Embora não estejam engajados na pesquisa etnográfica, esses estudiosos ofereceram uma visão holística das interconexões entre diferentes estruturas e eventos dentro da sociedade, o que tornou seu trabalho particularmente convincente para os antropólogos (LEITE; GRABURN, 2009, p. 7-8).

Em outras palavras, como argumenta Burns (2004), a Antropologia não precisaria se reinventar para estudar o turismo, pois os principais elementos que fazem com que haja uma subdisciplina já estão postos. Assim, o que se tem de teoria antropológica pode, e deve, ser aplicado para o estudo e compreensão do turismo. Como destacam Pereiro e Fernandes (2018, p. 214) “a antropologia do turismo apresenta um valor intelectual e de pensamento fundamental para o turismo, isto é, ela é útil para pensar e aprender a pensar o turismo”. E complementam declarando que:

De forma singular, os contributos teóricos da antropologia do turismo expõem as ligações entre os níveis micro da vida quotidiana e as dimensões macro das conexões transnacionais. Para além disso, a antropologia do turismo tem um uso social aplicado à avaliação de políticas, programas, projetos, produtos e destinos turísticos (PEREIRO; FERNANDES, 2018, p. 214).

Pereiro e Fernandes (2018) enumeram o que seriam as quatro grandes linhas antropológicas do turismo. A primeira seria o “turismo como intercâmbio sociocultural”, ao se considerar as relações estabelecidas entre a população local e os turistas, entre pessoas, entre o eu e o outro em um mundo cada vez mais globalizado. A segunda é o “turismo como uma experiência social moderna”, onde a atividade se apresentaria como “um ritual de passagem ou iniciação que marca o tempo, separando o tempo de trabalho do tempo de lazer, definindo o

tempo cíclico e vital, e delimitando a experiência de uma mudança, de um renascer” (PEREIRO; FERNANDES, 2018, p. 218). Nessa ótica se encontra a concepção do turismo como uma importante válvula de escape da tão agitada, e cheia de problemas, vida moderna.

A terceira versa sobre o “turismo como prática de consumo diferencial”, já que este é visto, nessa perspectiva, enquanto uma atividade que envolve “produção e consumo de bens simbólicos com significação social” (PEREIRO; FERNANDES, 2018, p. 220). A quarta e última encara o turismo como um “instrumento de poder político-ideológico”, tendo como foco as relações e estruturas de poder que envolve a atividade turística.

Por fim, então, ressalto que apesar da importância da problematização sobre a subdisciplina e seus estudos, mais importante ainda é avançar na consolidação da mesma e na produção de conhecimento antropológico sobre o Turismo. Por mais que ainda haja resistência em aceitar que esta exista, não quer dizer que isso seja verdade. e para que isso mude, nós antropólogos que estudam o turismo não devemos evitar usar o termo e de enunciar que seu estudo se dá também no âmbito da Antropologia do Turismo.

1.3 – Turismo e reflexões sobre seus aspectos conceituais

A jornada para repensar o turismo começa aqui, a se delinear melhor a partir da reflexão em relação ao próprio conceito e sua definição, que, como tantos outros nas Ciências Sociais, não possui consenso, justamente devido à sua complexidade e à necessidade de avanços maiores nesse debate. Ao buscar definições de turismo, me deparei com uma gama de manifestações diferenciadas que, ao longo do tempo e diante da crescente complexidade acerca deste fenômeno, ainda vêm sofrendo alterações.

Como destaca Burns (2004, p. 1) “That tourism is a very complex phenomenon is perhaps best demonstrated by the fact that any attempt at a universal, interdisciplinary, definition has historically been problematic”. Margarita Barreto foi uma das primeiras brasileiras a buscar aprofundar-se nesse debate, mostrando o percurso da definição ao longo do tempo. De acordo com a autora, a primeira definição surgiu em 1911. No entanto, encontrei uma tentativa anterior datada de 1905.

Como apontado por Pakman (2014, p. 3), poucos teóricos têm buscado aprofundar-se no debate conceitual e metodológico sobre o tema. Segundo o autor, responder à simples pergunta “o que é o turismo?” além de ser uma tarefa um tanto difícil, pode até ser constrangedor, pois,

como ele afirma “não existe tal resposta”, como afirma. Para ele, “a incerteza impera sobre este tópico, justificada pelo o nível embrionário da teoria do turismo”.

A própria Organização Mundial do Turismo (OMT)¹⁰ produziu várias definições ao longo de sua existência, como aponta Pakman (2014). Em comparação com outras definições publicadas ao longo do tempo, percebe-se uma série de variáveis diferentes levadas em consideração. No quadro 4 abaixo, onde se encontram 39 definições atribuídas ao conceito de turismo distribuídas cronologicamente, é possível observar esse difícil percurso.

Quadro 4 - Definições de Turismo ao longo do tempo

ANO	AUTOR	DEFINIÇÃO
1905	Josef Stradner	"tráfego de viajantes de luxo (aqueles que têm condução própria) que se detêm num local fora do seu lugar fixo de residência e com sua presença naquele país não perseguem nenhum propósito econômico, mas buscam a satisfação de uma necessidade de luxo" (<i>apud</i> BARRETO, 2003a, p. 10).
1910	Herman von Schullard	"turismo como ‘a soma das operações, especialmente as de natureza econômica, diretamente relacionadas com a entrada, a permanência e o deslocamento de estrangeiros para dentro e para fora de um país, cidade ou região” (<i>apud</i> IGNARRA, 1999, p. 23)
1923	Mariotti	"nos princípios do século XX, o turismo foi definido como um movimento espacial de forasteiros” (<i>apud</i> PEREIRO; FERNANDES, 2018, p. 181).
1927/1929	Morgenroth	"turismo ‘é a deslocação de pessoas, que temporariamente ausentam-se da sua morada habitual, para satisfação de exigências vitais ou culturais, ou desejos pessoais de diversos tipos, convertendo-se por outro lado em usuários de bens económicos e culturais” (<i>apud</i> PEREIRO; FERNANDES, 2018, p. 181).
1929	Robert Glücksmann	"um vencimento do espaço por pessoas que vão para um local no qual não tem residência fixa” (<i>apud</i> BARRETO, 2003A, p. 9).
1930	Schwink	"movimento de pessoas que abandonam temporariamente o lugar de residência permanente por qualquer motivo relacionado com o espírito, o corpo ou a profissão" (<i>apud</i> BARRETO, 2003A, p. 10).
1930	Borman	"o conjunto de viagens que tem por objetivo o prazer ou motivos comerciais, profissionais ou outros análogos, durante os quais é temporária sua ausência da residência habitual. As viagens realizadas para locomover-se ao local de trabalho não se constituem em turismo" (<i>apud</i> IGNARRA, 1999, p. 23).
1935/ 1939	Robert Glücksmann	"o turismo como movimento de forasteiros, estadia num lugar diferente da residência, relações com os recetores ou habitantes locais” (<i>apud</i> PEREIRO; FERNANDES, 2018, p. 181).
1939	Benscheidt	"Conjunto de relações pacíficas de viajantes que ficam num lugar, as pessoas ali domiciliadas e os naturais daquele lugar" (<i>apud</i> BARRETO, 2003A, p. 10).
1942	Hunziker e Krapf	"a soma de fenómenos e de relações que surgem das viagens e das estâncias dos não residentes, desde que não estejam ligados a uma residência permanente nem a uma atividade remunerada” (<i>apud</i> PEREIRO; FERNANDES, 2018, p. 181).

¹⁰ World Tourism Organization (UNWTO) na versão original em inglês.

1942	Troisi	"conjunto de viagens temporárias de pessoas, motivadas por necessidades de repouso, de cura, espirituais ou intelectuais" (<i>apud</i> BARRETO, 2003A, p. 11).
1942	Lesczyck	"o movimento turístico é aquele no qual participam os que durante um certo tempo residem em um certo lugar, como estrangeiros ou forasteiros e sem caráter lucrativo, oficial (de serviço) ou militar" (<i>apud</i> BARRETO, 2003A, p. 11).
1963	International Union of Official Travel Organisations (IUOTO)	"atividade desenvolvida por uma pessoa que visita um país diferente daquele de sua residência habitual, com fins distintos do de exercer uma ocupação remunerada, e por um período de tempo de pelo menos 24 horas" (<i>apud</i> PEREIRO; FERNANDES, 2018, p. 179).
1974	Fuster	"turismo é, de um lado, conjunto de turistas; de outro, os fenômenos e as relações que essa massa produz em consequência de suas viagens" (<i>apud</i> IGNARRA, 1999, p. 24).
1974	Morgenroth	"tráfego de pessoas que se afastam temporariamente do seu lugar fixo de residência para deter-se em outro local com o objetivo de satisfazer suas necessidades vitais e de cultura ou para realizar desejos de diversas índoles, unicamente como consumidores de bens econômicos e culturais" (<i>apud</i> BARRETO, 2003A, p. 10).
1974	Lundberg	"o turismo é a atividade de transporte, cuidado, alimentação e entretenimento do turista; tem um grande componente econômico, mas suas implicações sociais são bem mais profundas. Estimula o interesse no passado, na arquitetura e na arte (...)" (<i>apud</i> BARRETO, 2003A, p. 12).
1976	Arrilaga	"o turismo é o conjunto de deslocamentos voluntários e temporais determinados por causa alheias ao lucro; conjunto de bens, serviços e organização que determinam e tornam possíveis estes deslocamentos e as relações e fatos que entre aqueles e os viajantes têm lugar" (<i>apud</i> BARRETO, 2003a, p. 12).
1981	Jafar Jafari	"é o estudo do homem longe do seu local de residência, da indústria que satisfaz suas necessidades, e dos impactos que ambos, ele e a indústria, geram sobre os ambientes físico, econômico e sócio-cultural da área receptora" (<i>apud</i> IGNARRA, 1999, p. 24).
1982	Mathieson e Wall	"turismo é o movimento provisório de pessoas, por períodos inferiores a um ano, para destinos fora do lugar de residência e de trabalho, as atividades empreendidas durante a estada e as facilidades são criadas para satisfazer as necessidades dos turistas" (<i>apud</i> PEREIRO; FERNANDES, 2018, p. 181).
1989	Robert McIntosh	"turismo pode ser definido como a ciência, a arte, e a atividade de atrair e transportar visitantes, alojá-los e cortesmente satisfazer suas necessidades e desejos" (<i>apud</i> IGNARRA, 1999, p. 24).
1992	Smith	"turismo como o conjunto de transações que estabelecem compromissos entre o que ela denominou de anfitriões e convidados, e as consequências das mesmas" (<i>apud</i> PEREIRO; FERNANDES, 2018, p. 217).
1992	Oscar de La Torre	"o turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem de seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural" (<i>apud</i> IGNARRA, 1999, p. 24).

1994	Organização Mundial do Turismo (OMT)	“o turismo compreende as atividades realizadas pelas pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, por lazer, negócios ou outros” (<i>apud</i> PEREIRO; FERNANDES, 2018, p. 181).
1997/1998	Simmonica	“um dos modelos interpretativos mais recorrentes em antropologia do turismo e nos estudos turísticos é o modelo do tempo livre, que outorga proeminência ao lazer e ao dinheiro como estatutos necessários para o turismo” (<i>apud</i> PEREIRO; FERNANDES, 2018, p. 188).
1998	José Vicente de Andrade	“turismo é o conjunto de serviços que tem por objetivo o planejamento, a promoção e a execução de viagens, e os serviços de recepção, hospedagem e atendimento aos indivíduos e aos grupos, fora de suas residências habituais” (<i>apud</i> IGNARRA, 1999, p. 24).
1999	Ignarra	“podemos definir o turismo como o deslocamento de pessoas de seu local de residência habitual por períodos determinados e não motivados por razões de exercício profissional constante” (p. 25).
2000	Chambers	“Antropologia: o turismo é um fenômeno sociocultural complexo que possibilita a turistas e residentes a vivência da alteridade. O turismo é um espaço de encontros entre locais e visitantes, produtores e consumidores de bens turísticos. O turismo é também uma forma de hospitalidade” (<i>apud</i> PEREIRO; FERNANDES, 2018, p. 205).
2003	Marc Augé	“turismo é um mapa de lazes e de exotismo programado” (PEREIRO; FERNANDES, 2018, p. 188).
2003	Barreto	"o turismo consiste no deslocamento de pessoas que, por diversas motivações, deixam temporariamente seu lugar de residência, visitando outros lugares, utilizando uma série de equipamentos e serviços especialmente implementados para esse tipo de visitação. A atividade dos turistas acontece durante o deslocamento e a permanência fora da sua residência" (p. 20)
2003	Barreto	"o turismo, portanto, � um ato praticado por pessoas que realizam uma atividade específica de lazer, fora das suas respectivas cidades, e se utilizam, para atingir seus objetivos, de equipamentos e serviços cuja presta�o constitui um negócio" (p. 21)
2004	Smith	Movimento de pessoas (viagem de prazer, mobilidade temporária); Permanência num lugar; Consumo, entretenimento, atividades, lazer, alimentos, bebidas, eventos, trabalho; Negócio multissetorial, elemento multiplicador da economia; Atividade humana multidimensional e complexo; O centro � o ser humano (sujeito dos estudos turísticos); Campo de investiga�o multidisciplinar.
2006	Banducci Junior	“o turismo aparece como uma busca pela autenticidade a ser encontrada em outras culturas” (p. 22).
2008	Organiza�o Mundial do Turismo (OMT)	"o turismo � um fenômeno social, cultural e econ�mico que implica a movimentac�o de pessoas para países ou lugares fora de seu ambiente habitual para fins pessoais ou comerciais/profissionais. Essas pessoas são chamadas de visitantes (que podem ser turistas ou excursionistas; residentes ou não residentes) e o turismo tem a ver com suas atividades, algumas das quais envolvem gastos com turismo"
2009	Alonso	“o turismo � uma forma de mobilidade espacial contemporânea (Coles, Duval e Hall, 2005), uma viagem de �cio própria da sociedade industrial madura, um estilo de vida que relaciona

		trabalho e férias numa sociedade de consumo de objetos e serviços” (<i>apud</i> PEREIRO; FERNANDES, 2018, p. 193).
2009	Barreto	“o turismo consiste no deslocamento de pessoas que, por diversas motivações, deixam temporariamente seu lugar de residência e visitam outros lugares, utilizando uma serie de equipamentos e serviços – geralmente prestados por pessoas – especialmente implantados para esse tipo de visitação, cuja operação é um negócio” (p. 55)
2011	Spracklen	"uma das características importantes do turismo é que é uma forma de ocupação dos tempos de lazer” (<i>apud</i> PEREIRO; FERNANDES, 2018, p. 188).
2018	Pereiro e Fernandes	“para a antropologia, o turismo é um fato social total e também um processo social, económico e cultural no qual participam vários agentes sociais, sendo fundamentais os mediadores, isto é, políticos, planificadores, profissionais do marketing, hoteleiros, transportadores, guias, agências de viagem, escritores e investigadores” (p. 216)
2018	Pereiro e Fernandes	“nesta ótica, o turismo pode ser entendido como um ritual de passagem ou iniciação que marca o tempo, separando o tempo de trabalho do tempo de lazer, definindo o tempo cíclico e vital, e delimitando a experiência de uma mudança, de um renascer” (p. 218).
2018	Pereiro e Fernandes	“nesta perspectiva, o turismo é entendido enquanto campo de relações de poder (...) e mecanismo de afirmação e construção sócio-política subjacente à invenção e fabrico do local turístico” (p. 221).

Fonte: vários autores, sistematização da autora.

Apesar das variadas formas de definir o Turismo, alguns elementos aparecem como consenso. Para visualizar quais palavras apareciam mais frequentemente numa primeira tentativa, criei uma nuvem de palavras, como pode ser visto na figura 2 abaixo. As palavras que mais aparecem nas definições são, em primeiro lugar, *residência*, seguido por *lugar*, e em terceiro aparece a palavra *atividade*. Outras palavras que se destacam são: tempo, conjunto, local, fora, tempo, viagens, deslocamento, serviço, lazer e turista.

Figura 2 - Nuvem de palavra sobre as definições de Turismo



Fonte: sistematização da autora.

Com isso, já é possível apontar os principais componentes que aparecem com maior consenso nas definições, compreendendo viajar, ou seja, deslocar-se do local de residência fixa para outro temporário, por um período determinado, que se passa longe de casa, e atividades relacionadas ao lazer, principalmente. Barreto (2003a) destaca ser importante considerar a etimologia do termo, que, em seu início, estava relacionado ao verbo em inglês *to tour*, que pode ser traduzido como algo relacionado a “dar uma volta”.

Mas o que realmente teria influenciado no surgimento da palavra é a frase *to make a tour* que “significava fazer um percurso de ida e volta com características peculiares quanto aos locais a serem visitados, ao tempo de permanência neles e às motivações tanto para a viagem, quanto para a estada” (BARRETO, 2003A, p. 14). Assim, o turismo seria um tipo específico de viagem, pois implica um deslocamento, porém, nem toda viagem pode ser considerada como turismo. A autora apresenta como exemplos as viagens de negócios, de estudo e visita a parentes em momentos especiais, como envolvendo compromissos, ou seja, a ida não sendo por iniciativa da pessoa, como na ocasião de falecimento de um ente querido.

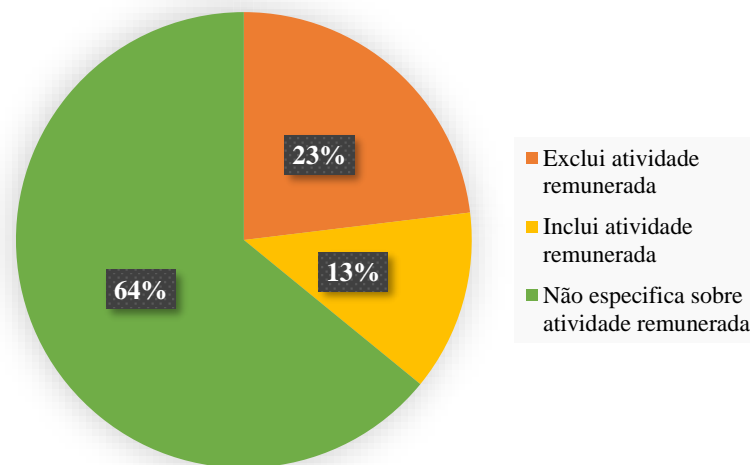
Vale ressaltar que Barreto apresenta indícios de que pessoas que viajam nessas condições, acima citadas, podem se “transformar” em turistas nos tempos livres. Nesse sentido, considerar se algo é turismo envolve outros elementos, como recursos, infraestrutura e superestrutura jurídico-administrativa (instituições normativas), além de outras motivações e atividades. Nem todo deslocamento pode ser considerado como viagem; para que isso ocorra, assim como no turismo, implica em voltar para onde se saiu.

Como aponta Banducci Junior (2001), a própria noção do que seria viajar se alterou ao longo do tempo. Antes, as viagens eram realizadas de maneira individual, mas com o passar do tempo passaram a ser feitas coletivamente, embora ainda sem estrutura e planejamento específicos de lazer. Viagens realizadas sem muito conhecimento sobre o destino e suas possíveis adversidades apresentariam grandes riscos, os quais seriam amenizados pela atuação de pessoas diretamente voltadas para essas questões. Assim, esse fator teria sido fundamental na transformação da viagem em turismo.

De início, mesmo que timidamente, houve associação do turismo a viagens realizadas de um país para outro, como se vê no quadro 4 com Stradner (1905) e IOUTO (1963), nos quais foram utilizados termos como “forasteiros” e “estrangeiros”. No entanto, logo pareceu ser algo superado. Um elemento que ainda parece apresentar certa controvérsia é se o turismo, para ser considerado como tal, pode ou não envolver atividade remunerada.

A priori, me parecia que o segundo caso seria de maior consenso, pois recorrentemente me deparava com definições que diretamente excluía qualquer possibilidade de envolver trabalho, exercício de profissão, negócios, enfim, não poder ter motivação econômica por parte de quem viajava a turismo. Lesczyck (1942), por exemplo, incluía nesse rol de restrições inclusive a atividade militar. Entretanto, ao analisar cuidadosamente as definições aqui listadas, percebi que essa restrição estava longe de ser consenso, pois, como pode ser observado no gráfico 01 abaixo, apenas 23% destacam tal restrição.

Gráfico 1 - Associação de atividade remunerada na definição de turismo



Fonte: sistematização da autora.

A maior parte das definições, 64%, não especifica que para ser caracterizado como turismo é necessária a exclusão de atividades econômicas por parte dos turistas. Ainda há aqueles que incluem diretamente essa questão na definição de turismo, como, por exemplo, Schwink (1930), Borman (1930) e a própria OMT (2008), enquanto Ignarra (1999) apenas pontua que não pode ocorrer de forma constante. Tal parcela de definições representa 13% do total, o que é relativamente próximo da porcentagem dos que excluem. Sendo assim, é possível dizer que o maior consenso é não apresentar a restrição econômica, o que parece ser bastante coerente com os desdobramentos e a fluidez do próprio fenômeno. Hoje, por exemplo, já se fala em Turismo de Negócios¹¹, que, para Ignarra (1999), antecede o turismo de lazer devido à história do surgimento do turismo, e, mais recentemente, o Turismo de Home Office (figura 3), que surgiu diante do contexto da pandemia¹².

¹¹ Esse segmento associa atividades turísticas a ocasiões de eventos corporativos e viagens com motivações de negócios.

¹² Para saber um pouco mais sobre essa nova modalidade visitar:

<https://exame.com/casual/home-office-esqueca-turismo-impulsiona-o-resort-office/>;

Figura 3 - Banner de divulgação do Grand Resort Serra Negra



Fonte: <https://www.turistandocomalu.com.br/resort-office/>

Há também outra modalidade que apenas presenciei relatos, mas não li sobre em lugar algum, e que envolve também residência temporária. Trata-se dos viajantes que trabalham de maneira nômade em Hostels ou estabelecimentos do segmento turístico. Os primeiros buscam trabalhar neste tipo de hospedagem onde também ficam residindo durante o tempo em que permanecem trabalhando. A estadia pode durar muitos meses, às vezes anos, e tem como motivação “turistar” e conhecer lugares, pessoas e culturas diferentes das suas. Tais relatos obtive em conversas com funcionários do Hostel em que fiquei hospedada na cidade do Rio de Janeiro em 2016, onde também foi informado existir uma rede de pessoas com os mesmos objetivos e para troca de experiências.

Os segundos são pessoas, inclusive estrangeiros, que viajam para destinos de seu interesse onde buscam trabalho em bares, restaurantes, lojas, e etc., para poder custear o longo período que passam no local. Estes descobri na viagem que fiz para Búzios/RJ em 2016, local conhecido pela grande quantidade de trabalhadores estrangeiros, principalmente provenientes de países de língua espanhola, que buscam o mesmo objetivo que aqueles, apesar de que vários acabam fixando residência.

<https://www.otempo.com.br/turismo/home-office-e-nova-tendencia-no-turismo-no-brasil-e-no-mundo-1.2483320>;

<https://www.uol.com.br/nossa/noticias/redacao/2020/08/21/meu-escritorio-e-na-praia-campo-ou-serra-os-resort-office-sao-tendencia.htm>;

<https://revistacrescer.globo.com/Turismo-no-Brasil-em-Familia/noticia/2020/12/resort-office-e-vantagens-de-viajar-com-familia-durante-semana.html>.

Como destaca Barreto (2003a, p. 14), cada caso de turismo apresenta suas particularidades, o que com o passar do tempo sofre alterações e novas modalidades seguem surgindo. Para a autora, “cada caso é um caso e deve ser analisado de acordo com a motivação da pessoa e com o propósito de sua viagem (por que e para que viajou)”, mas pensando a partir de um caráter mais amplo, se percebe que não cabe mais as restrições que até então seguem sendo usadas.

A própria realidade da prática turística demonstra que exercer atividades remuneradas não impedem de se realizar o turismo, não impede de estes que estão trabalhando se transformem em turistas nos momentos livres. Aproveitar o tempo livre para fazer turismo, buscando lazer e experiências em um local diferente do de sua origem e consumindo produtos turísticos também fazem parte dos critérios para a definição da atividade, só que, nesse caso, não sendo algo constante, todos os dias o dia todo.

Outros dois exemplos que posso citar, para corroborar com os argumentos aqui postos, são os relatos de um motorista de aplicativo de Belém que comentou que ter um trabalho informal como este o permitia viajar para visitar familiares e aproveitar o local, podendo ficar por bastante tempo enquanto ganha dinheiro “rodando de Uber” na cidade para poder consumir mais lazer no destino. O segundo se tratou de uma paraense que tem um restaurante de comida típica no Rio de Janeiro, que entrou em contato comigo para fazer uma ponte com ribeirinhas da Ilha do Combu para estabelecer parcerias comerciais, mas que também aproveitou “turistar” no local que ainda não conhecia.

Mas o que realmente é indiscutível é a relação do lazer com o turismo, a busca por válvulas de escape momentâneas da rotina exigente e estressante da modernidade. Isso porque o lazer surge na modernidade, haja vista que anteriormente não se tinha uma separação oficial do lazer em relação ao trabalho (PEREIRO; FERNANDES, 2018; BARRETO, 2003a). Assim,

Smith (1987) tem afirmado que o lazer é um processo de relaxamento, entretenimento e liberação contra o stresse. E, segundo Stockdale (1985), o lazer pode ser entendido de três formas:

1. O lazer como tempo de escolha de atividade do tempo livre.
2. O lazer como tempo diferente do trabalho.
3. O lazer como tempo interpretado subjetivamente pelas pessoas (PEREIRO; FERNANDES, 2018, p 190).

O lazer, incluindo-se o turismo, envolve a questão de restauração psíquica e o recarregar as energias para voltar para a rotina cansativa, e conseguir lidar melhor esta, aliviando a pressão dos desafios, responsabilidades, compromissos e problemas da vida (GRABURN, 2009). Como identifica Paiva (1995), no tempo que conseguimos ter para o lazer destinamos a qualquer coisa

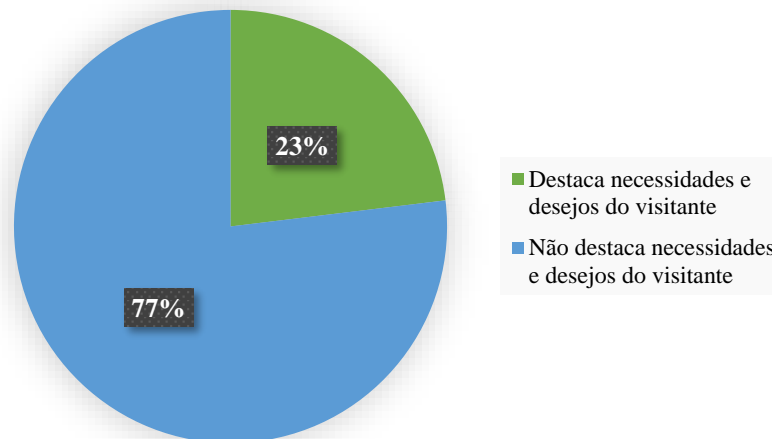
que venha a nos satisfazer, que sirva como fonte de distração, relaxamento e felicidade. E dentre essas possibilidades está a opção do turismo. Para Dumazedier “o lazer teria, portanto, três funções bastante claras: a) descanso; b) divertimento, recreação e entretenimento; c) desenvolvimento da personalidade” (PAIVA, 1995, p. 11).

No desenvolver do turismo, em diálogo com o conceito de lazer, também se está atrelado à lógica das férias, como apontado em momentos diferentes mais acima. Como já apontado aqui, o tempo para descanso, lazer e as férias se expande para toda a população a partir das lutas daqueles que após os desdobramentos da Revolução Industrial não possuíam tais direitos. O que, como salienta Banducci Junior (2001) foi essencial para a grande ampliação do fenômeno turístico, pois muito mais gente passou a viajar.

Cabe destacar que essa questão vai além das conquistas de direitos, pois o turismo enquanto atividade econômica, também se expandiu diante do aumento de seu “consumo” por parte cada vez maiores da população, sendo cada vez mais incentivada a gastar com essa atividade para fazer a economia girar (BARRETO, 2003a). Assim, para a indústria turística uma questão que importa bastante não é a democratização do turismo como opção de lazer, e sim quanto dinheiro mais gente pode com isso gastar. Como salienta Paiva (1995, p. 11), “as atividades de lazer moderno configuram-se como distrações atraentes, muitas delas dirigidas para objetivos comerciais e produzidas dentro da lógica da ideologia capitalista”.

Não pretendo aqui aprofundar os debates acerca do lazer, mas é interessante o breve comentário para a discussão anterior em relação à uma separação total entre o turismo e trabalho para os que viajam. Primeiro, não se viaja com propósitos turísticos apenas nas férias, e nem mesmo em feriados prolongados. A partir do momento que alguém viaja, e há algum tempo livre da obrigação que motivou a viagem, é possível atuar como um turista. Em segundo lugar, o fenômeno do turismo é muito complexo para tal reducionismo, como pode ser visto até aqui, e o que ainda será visto no decorrer da tese.

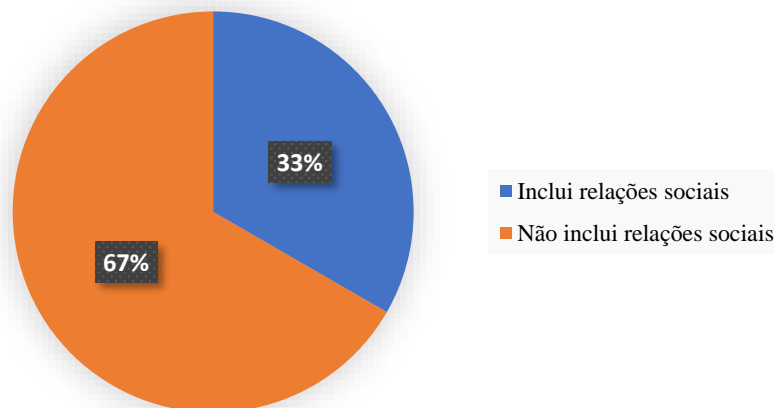
Ainda dentro dessa perspectiva, de busca de satisfação no turismo, julgo ser interessante destacar que um critério que alguns autores consideraram para definir o turismo são as necessidades e desejos dos visitantes. Como se vê no gráfico 2 abaixo, 23% das definições aqui analisadas especifica esse critério como algo fundamental. Apesar de, talvez, parecer pouco, me causou certa surpresa, pois se apresenta como um indício da posição de destaque que o turista, ou visitante em geral, tem quando se fala de turismo, muitas vezes em detrimento da população residente.

Gráfico 2 - Necessidades do turista sendo levado em consideração nas definições

Fonte: sistematização da autora

Que os turistas têm anseios e necessidades não há dúvidas. Sempre que viajamos, criamos certas expectativas que gostaríamos que fossem atendidas, seja com relação à qualidade dos serviços, valores ou opções de atividades. Mas isso é realmente algo que deve conduzir o turismo? Ou mesmo ter maior influência? Quem paga manda? Pode aparecer timidamente nas definições do conceito de turismo, porém, na prática da atividade em si, tenho percebido que essa questão é muito mais latente, o que será melhor aprofundado mais para frente.

Outro elemento presente em algumas definições, que também será aprofundado em outro capítulo, é algo importante para o propósito desta pesquisa. Trata-se de levar em consideração as relações sociais como algo indissociável da atividade, principalmente entre os visitantes e a população residente. Essa variável aparece em 33% das definições, conforme indicado no gráfico 3, como em Glucksmann (1935-1939), Fuster (1974), Smith (1992) e Chambers (2000), por exemplo.

Gráfico 3 - relações sociais como parte da definição de turismo

Fonte: sistematização da autora.

Exercer ou não alguma atividade remunerada não é algo fundamental quando se fala em turismo, principalmente porque quem viaja com ambas as motivações, trabalho e lazer, não deixará de fazê-lo apenas porque uma definição acadêmica e/ou técnica afirma que o que fez durante a viagem não se configura como turismo. Entretanto, ao se deslocar para qualquer destino, não se pode escapar de interações sociais. Mesmo em raros casos em que alguém decida viajar sozinho para um local isolado, em algum momento terá contato com outras pessoas.

Nesse sentido, mesmo não se podendo esquecer que o turismo envolve a questão econômica, minha perspectiva é que o centro não é o dinheiro, e sim as pessoas. O dinheiro não viaja por conta própria, e com o que e quanto ele será gasto vai depender, principalmente, da pessoa que o tem. Sendo assim, sem pessoas se deslocando, e conseqüentemente se relacionando com outras de alguma forma, não há turismo. E como isso se dá também afeta, e muito, os desdobramentos desse fenômeno na vida das pessoas envolvidas direta ou indiretamente. Este é um ponto-chave nesta pesquisa, o que ficará mais nítido no decorrer da leitura.

Diante de tantas mudanças, e diversidade de definições, não há como continuar com os mesmos critérios para definir, e compreender, o turismo. Como afirma Paiva (1995, p. 36) “geralmente o entendimento que prevalece do que seja turismo é atropelado pela multiplicidade de interpretações, embora prevaleçam as visões econômica e técnica”. Nesse sentido, Barreto (2003a, p. 16) apresenta uma proposta interessante, cuja visão compartilho, que necessário “desmembrar o fenômeno turístico em suas partes e a utilizar conceitos mais precisos”.

Pereiro e Fernandes (2018, p. 179) apresentam uma classificação de definições de turismo que se divide em três tipos. O primeiro tipo abrange as definições econômicas, ou seja, é econocêntrico por levar em conta apenas os aspectos econômicos. No segundo, encontram-se as definições técnicas que se preocupam com a execução do turismo. E o terceiro é composto por definições holísticas que “procura[m] abranger a complexidade do fenômeno turístico, sendo central a definição de turista, e procuram adotar abordagens interdisciplinares e multidisciplinares para compreender o turismo”.

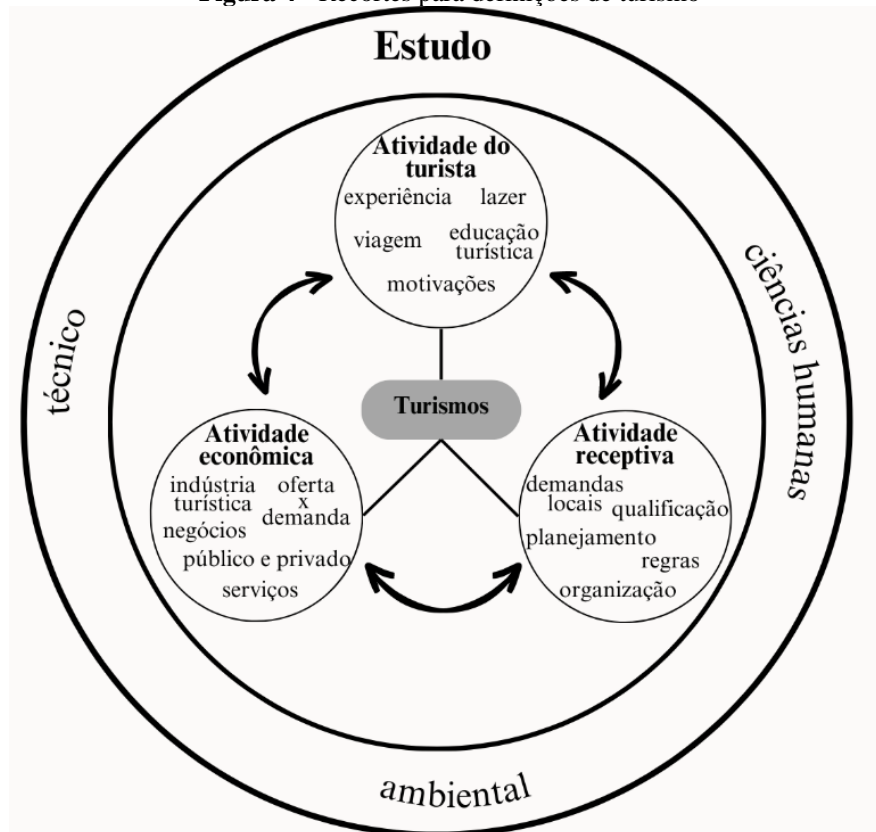
Os autores supracitados destacam que não há uma única forma de definir turismo, conceito este que segue se redefinindo continuamente, entretanto, sendo “necessário ter um quadro de referência que nos permita ter uma linguagem compreensível para os investigadores e agentes sociais do turismo” (PEREIRO; FERNANDES, 2018, p. 178). Para além da classificação elencada por esses pensadores portugueses, há outros que estão encarando o

turismo como um sistema que apresenta uma grande variedade de elementos, como Barreto, (1999) e Burns (2004), por exemplo. Assim, para a primeira:

[...] o turismo passaria a ser entendido como uma prática social e o sistema turístico como uma série ordenada de serviços criados a partir de tal prática; as múltiplas relações que se estabelecem, na prática do turismo, com o sistema turístico e os estudos sobre o fenômeno turístico, a turismologia (BARRETO, 2003a, p. 16).

Já para Burns (2004, p. 1), a “abordagem sistêmica” tem ocorrido devido o reconhecimento do turismo enquanto um fenômeno complexo, buscando “colocá-lo dentro de uma estrutura holística”, ou seja, de maneira mais abrangente. Seguindo essa visão que dá ênfase à interconectividade entre as partes do sistema, esquematizei um esboço com o intuito de orientar recortes a serem realizados ao se falar de turismo, como mostra a figura 4 abaixo.

Figura 4 - Recortes para definições de turismo



Fonte: Thainá Nunes, 2023.

O esquema acima não tem a pretensão de ser algo fechado e acabado, e sim um esboço inicial, que deve ser alvo de reflexões e modificações com o decorrer do aprofundamento acerca da temática. Aqui se apresenta um aspecto geral de classificação, cuja grande diversidade de elementos, ausentes na imagem, pode ser encaixada em alguma das três vertentes de definição e enfoque a ser dado. Reflete, também, um esboço de como deveria ser pensada a base do turismo, enquanto um sistema.

Sendo assim, o turismo pode ser encarado sob a ótica de ser uma atividade econômica, e tudo o que estiver mais diretamente ligado a isso. Dentro desse aspecto, encontram-se os mais variados elementos tendo como centro o turismo enquanto um negócio, como, por exemplo, a indústria turística, relações comerciais, serviços turísticos, a relação entre oferta e demanda, a atuação pública e privada em um local turístico, entre outros.

Outra perspectiva, que também ainda se destaca, é a de encarar o turismo como uma atividade que o turista realiza ao sair de seu local habitual de residência fixa, motivado pelas mais diversas razões. Essa ótica engloba o que estiver mais diretamente ligado às experiências dos visitantes ao fazer turismo, como as questões da viagem, do lazer, entretenimento, seus desejos e vontades, suas percepções acerca da qualidade dos serviços e estruturas oferecidos, etc.

A inclusão que defendo ser fundamental seria o do elemento *educação turística* como crucial para se pensar em mudanças no turismo, buscando visitantes mais conscientes de suas influências no local visitado e na população que ali vive. Ao se buscar repensar o turismo, é preciso também repensar o próprio turista e seu comportamento, haja vista que sem estes não haveria a atividade. Esse é uma das questões chave a ser destacada na tese, que será melhor abordada no capítulo três.

Por último, mas não menos importante, está a vertente do turismo enquanto uma atividade na qual a população local recebe os visitantes. Neste caso, incluem-se aqueles que atuam diretamente e indiretamente com o turismo, bem como aqueles que não têm relação alguma com essa atividade, já que também terão que lidar com os efeitos que o turismo e os turistas causam em seu território.

Essa perspectiva abrange os elementos mais diretamente relacionados à população do local visitado, como o planejamento, organização e qualificação para oferecer produtos e serviços de qualidade, além do estabelecimento de regras com base em suas próprias demandas. Nessa ótica, retira-se do centro do turismo as demandas, desejos e vontades dos visitantes para dar lugar ao que aquela população deseja para si e para seu território. Delinear melhor esse aspecto do turismo traz à tona o debate sobre como criar uma atividade que seja mais benéfica e equilibrada para ambas as partes, visitantes e anfitriões.

Além de ser uma atividade, o turismo também é um campo de estudo que pode ocorrer em três âmbitos: o ambiental, o técnico e o das Ciências Humanas. No primeiro, incluir-se-iam

os estudos, pesquisas e análises sobre as consequências para o meio ambiente decorrentes da atividade, bem como possíveis caminhos para evitar e/ou mitigar tais efeitos. O segundo é composto pelos estudos e cursos que teriam como foco a execução da atividade de maneira mais qualitativa, como os relacionados ao empreendedorismo, administração, planejamento, qualificação profissional e dos serviços oferecidos, entre outros. O terceiro se debruça mais especificamente sobre o componente humano envolvido na atividade, como objeto de investigação científica, incluindo, obviamente, as Ciências Sociais, assim como as Ciências Sociais aplicadas.

Cabe destacar, ainda, algumas questões acerca do esquema. A tríade do turismo enquanto atividade não é excludente, até mesmo porque, como demonstrado na imagem, as vertentes estão em constante interação. Assim, serve de instrumento para auxiliar o recorte a ser utilizado por quem esteja abordando o tema, se apresento, então, como *tipos ideais*. A tríade do turismo enquanto campo de estudo também abre espaço para o diálogo entre si, sob a base da interdisciplinaridade.

Outro ponto a se destacar é que tal esquema foi pensado sob a lógica apresentada por Scoones (1999), como um sistema composto por uma rede de elementos que se interconectam e se interinfluenciam, que é aberto e se expande. Demonstra um turismo como um sistema que deve buscar ser *homeostático*, ou seja, que seu fluxo apresente equilíbrio. Para isso é importante apresentar a característica de *heterostase*, em que se assume variações, não seja estático nem linear e que após algum abalo tenha a capacidade de retornar ao equilíbrio. Por esse motivo, elaborei o esquema em formato circular, em que também não há hierarquização de seus componentes.

Para complementar, então, o fenômeno aparece, aqui, no plural *turismos*, abarcando, assim, suas diversas facetas. Ao surgir a pergunta *o que é turismo?* a resposta pode ser *depende do referencial*, já que é um fenômeno complexo, multifacetado, que pode ser visto como um tipo específico de atividade ou campo de estudo, abrangendo viagem, lazer, trabalho, negócios e as mais variadas relações sociais.

CAPÍTULO 2 – A ILHA DO COMBU: DE UMA VIDA RIBEIRINHA PACATA A UM PONTO TURÍSTICO DE DESTAQUE

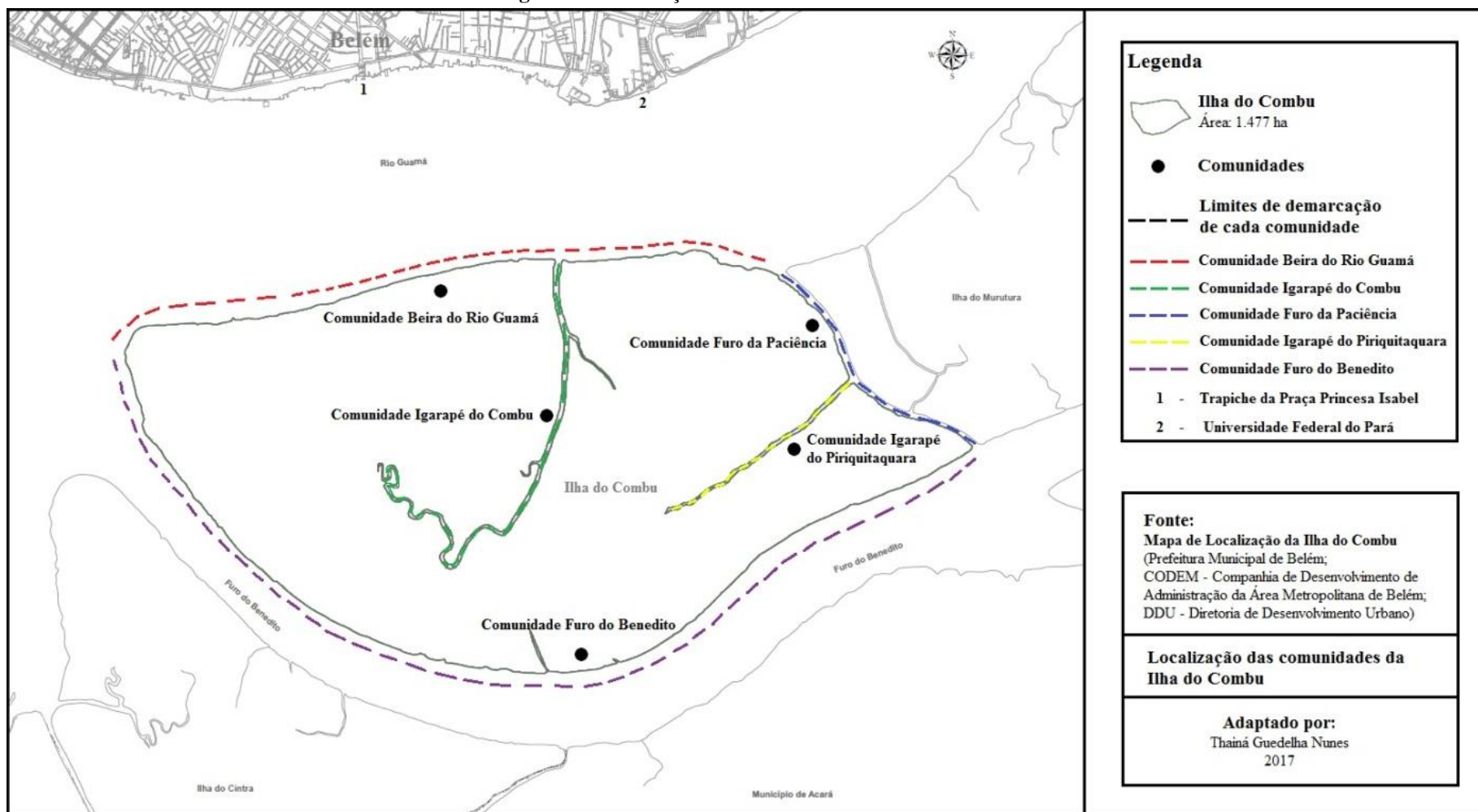
2.1 – A Ilha do Combu: antes de tudo, um local de vida ribeirinha

A capital paraense é dividida em dois contextos: a região das ilhas, a Belém insular, e a área urbana, a Belém continental, ligadas pelas águas típicas da região amazônica. A primeira, com 330 km², é composta por 39 ilhas, sem contar as demais ilhas da região metropolitana e o Arquipélago do Marajó, o que demonstra a grande extensão das ilhas belenenses.

A Ilha do Combu faz parte das ilhas da região sul da cidade, possui uma área de aproximadamente 15 km,² e está situada bem em frente à Universidade Federal do Pará, do outro lado do Rio Guamá, há aproximadamente 15 minutos de barco do continente. Na ilha se encontram cinco comunidades (figura 5), são elas: Beira Rio Guamá, Igarapé do Combu, Furo da Paciência, Igarapé do Piriquitaquara e Furo do Benedito. Como é possível observar nas figuras 6 e 7, as comunidades se estabeleceram ao longo das margens dos rios e furos que moldam as ilhas, tendo poucas exceções de pessoas que moram adentrando a mata.

Cada agrupamento familiar, assim como estabelecimentos comerciais, é construído *na beira* do rio, juntamente com um trapiche, sendo dos mais variados tamanhos, formatos e tipos (NUNES, 2013). Na cidade de Belém se encontram vários espaços que moldam seu contexto sociocultural, dentre os quais o rio tem um papel fundamental, principalmente quando se trata de uma ilha. Na Ilha do Combu o modo de vida tem como elemento principal as águas, ou seja, esse espaço vai além de sua utilidade hidroviária para o transporte, e sim é um componente delimitador de uma identidade ribeirinha, da economia local, de socialização, de sociabilidade e lazer. Esse espaço é tão significativo, em vários níveis, que orientou a disposição espacial da população que ali reside, “na beira”, e é nesse espaço que se concentra a dinâmica social.

Figura 5 - Localização das comunidades da Ilha do Combu



Fonte: CODEM, adaptado por Thainá Nunes, 2017.

Figura 6 - Comunidade Igarapé do Combu



Fonte: Thainá Nunes, 2019.

Figura 7 - Casa na comunidade Furo da Paciência



Fonte: Thainá Nunes, 2019.

Como apontado por Simmel (1986, p. 549), as partes, que compõem um todo, são espaços específicos que também formam suas próprias unidades, pois “siempre concebimos el espacio que un grupo social llena de algún modo, como una unidad, y esta unidad expresa y sostiene la del grupo siendo al mismo tiempo sostenida por ella”. Estes espaços possuem demarcações que os definem e os separa dos demais espaços, sendo, neste caso em particular, o rio que se apresenta como um demarcador daquele espaço ribeirinho. Assim sendo,

Una sociedad se caracteriza como interiormente unida cuando el espacio de su existencia está delimitado por límites perfectamente claros; y al contrario, la unidad

mutua, la relación funcional de todos los elementos entre sí, se expresa espacialmente por el límite que sirve de marco (SIMMEL, 1986, p 549).

Pensando na noção de limite, a qual é abordada por Simmel, o rio se apresenta como uma espécie de separador, assim como no caso das populações que vivem nas montanhas, exemplo citado por este. O rio é um marco espacial que “encerra” o grupo sobre si mesmo, demarcando seu lugar em contraste com o lugar vizinho, delineando a unidade desse grupo o pondo em relação a esse espaço específico, assim como as relações estabelecidas dentro deste.

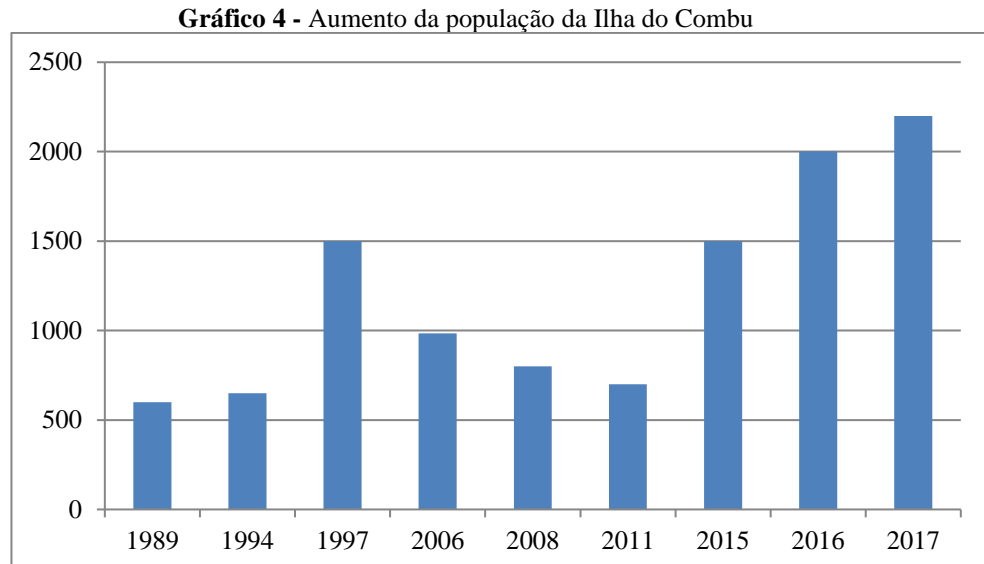
Fronteiras políticas e geográficas muitas vezes se utilizam dos “limites naturais”, como montanhas, mares e rios, pois mais facilmente é possível delimitar visivelmente os espaços. Todavia, socialmente, estes elementos naturais também são utilizados para demarcar os espaços de um grupo, como é o caso da Ilha do Combu que através dos rios também demarcam o espaço dos *combuenses*.

De um lado, o rio separa a ilha da Belém continental, do outro lado, as águas a separam da Ilha do Murutucu - que muitos pensam também fazer parte da Ilha do Combu devido à grande proximidade, porém para eles está claro que o igarapé entre essas duas ilhas os separa em dois espaços distintos. De mais um lado, o curso d’água separa a ilha do município de Acará e da Ilha do Cintra que faz parte deste município.

Com relação à ocupação da ilha, parece ter começado a se formar por volta do final do século XIX, de acordo com Dergan (2006), e é resultado de uma série de acontecimentos ligados aos processos históricos e sociais do desenvolvimento da cidade de Belém. Indígenas e negros foram os primeiros a desbravar o local, que era considerado sem valor no planejamento da urbanização da cidade. O local já passou por complicações fundiárias como consequência do regime sesmarial do Brasil Colônia. Já foi visto como um espaço vazio, mesmo havendo pessoas lá vivendo. Além disso, já foi lugar de veraneio exclusivo da elite belenense da época, já teve fábrica de tijolos e, em outro momento, tornou-se um lugar perfeito para as prisões, que viriam a ser o destino dos transgressores da cidade.

A partir disso, consolidou-se como lugar de moradia de famílias ribeirinhas extrativistas e, hoje, transformou-se em um dos principais pontos turísticos de Belém. A população que habita a ilha é composta, majoritariamente, por ribeirinhos, cujo modo de vida ainda está muito

ligado ao meio ambiente de seu território. Além disso, vem crescendo ao longo dos anos. No Gráfico 4, é possível perceber a variação da quantidade de habitantes da ilha ao longo dos últimos 32 anos.

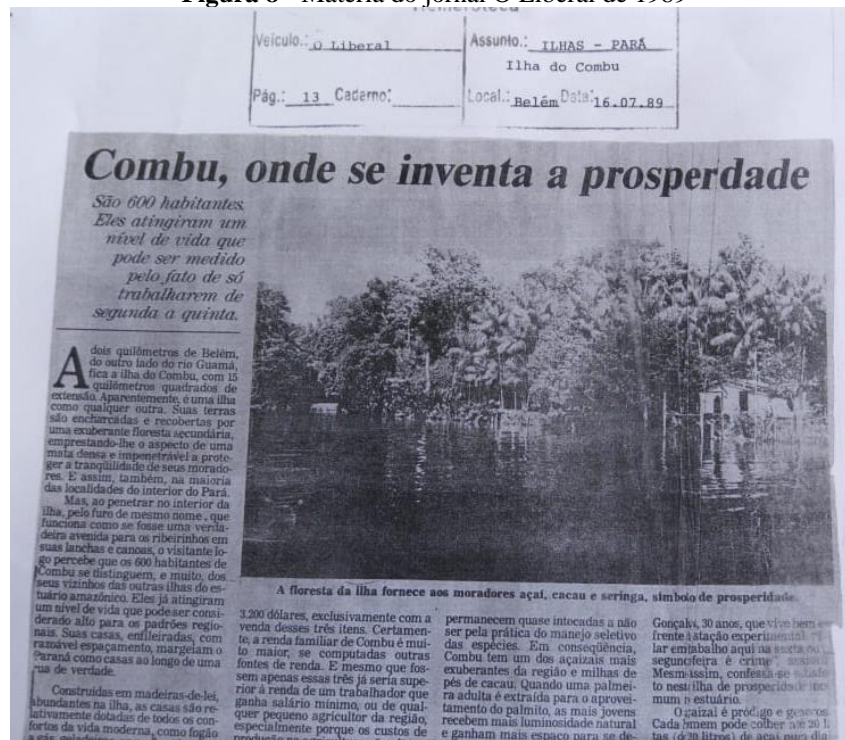


Fonte: Jornal impresso O Liberal (1989, 1994, 1997, 2008); Dergan (2006); Batista (2011); BELEMTUR (2019); Nunes (2017); Rodrigues (2018). Sistematizado pela autora.

Apesar dos números serem aproximados, é possível verificar principalmente dois fatos. Primeiramente, entre 1989 e 2011, houve uma oscilação considerável, e após isso, percebe-se que os números apenas vêm aumentando. Sobre o primeiro período, ainda que com a ausência de dados mais concretos, matérias de jornais da época nos fornecem algumas pistas.

Em O Liberal (1989, p. 13) a matéria se dedicou a mostrar o quanto a vida na ilha era próspera, diferentemente das demais ilhas e até mesmo de muitos belenenses do continente. No texto se afirma que os *combuenses* da época “atingiram um nível de vida que pode ser considerado alto para os padrões regionais”, tendo como principais produtos do extrativismo o açaí, o cacau e a seringa, então considerados “símbolo da prosperidade”, como pode ser visto na figura 8 a seguir.

Figura 8 - Matéria do jornal O Liberal de 1989



Fonte: arquivo pessoal, Rodrigues, 2018.

Como pode ser visto acima, na ilha habitavam somente 600 ribeirinhos, dos quais boa parte tinha renda familiar considerada elevada, apontando que chegavam a ter ganhos entre 2.200 e 3.200 dólares¹³, que, como não é informado, acredito que seja mensalmente. A matéria chega a chamar de “invejável situação” a vida da população da ilha, sendo confirmada pelo pesquisador do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) Anthony Anderson, que realizava pesquisas na ilha e afirmou que a “qualidade de vida é superior à da maioria das ilhas”.

Já em 1993, uma matéria também do jornal O Liberal (caderno 1, p. 03) traz a situação da Ilha do Combu diante do declínio da economia que se instaurava desde o início da década de 90. Combinado a isso, a exploração predatória da palmeira do açaí para extração do palmito que vinha acontecendo na ilha fez com que reduzisse a produção do açaí, principal fonte de renda daquelas famílias. Para além disso, houve uma queda do preço do cacau no mercado, outro elemento que era fundamental na renda familiar.

Esses acontecimentos fizeram com que algumas pessoas decidissem sair da ilha e buscar moradia em algum centro urbano, principalmente o de Belém, atrás de trabalho. Porém, de

¹³ Vale ressaltar que na época da matéria o dólar estava valendo entre 1,70 e 2,16, dependendo do dia, e que a moeda brasileira era o cruzado novo.

acordo com a reportagem, o Combu ainda conseguia se sair melhor da crise do que muitos outros ribeirinhos, mesclando novas tecnologias com seus conhecimentos e tecnologias tradicionais. Isso foi possível, em grande parte, pelo auxílio advindo do Projeto Combu que o MPEG mantinha no local, onde buscaram trazer alternativas econômicas para incremento da renda como a introdução de produtos cítricos, pomares, hortas suspensas e até mesmo planejamentos para apicultura, por exemplo.

Mesmo nem todas as opções tendo dado certo para a realidade local, a ilha, de um modo geral, conseguiu superar aquele momento, e em 1997 o jornal *O liberal* (Cartaz, p. 05) voltou a se referir sobre a ilha como o “paraíso [que] mora em frente”, tendo como principais atividades econômicas o extrativismo vegetal e a pesca do camarão. Tudo isso pode ter sido fator importante para atrair mais pessoas à ilha em busca de maior qualidade de vida, chegando a alcançar 1500 habitantes naquele ano.

Porém, como se pode perceber no gráfico 04, entre os anos de 2006 e 2011 houve uma queda no número de moradores da ilha. Em 2006 *O Liberal* (Caderno atualidades, p. 10) traz uma matéria que fornece uma possível resposta sobre o porquê. Na matéria são ressaltadas as dificuldades que muitas famílias estavam enfrentando durante a entressafra do Açaí, devido a extrema dependência que tinham com relação ao extrativismo desse fruto.

Assim, novamente comentam que, devido a esse cenário de uma economia flutuante e incerta na ilha, muitos recorriam a Belém em busca de trabalho. O que, segundo o jornal, fazia com que aumentassem os “bolsões de miséria” que já havia nas periferias da cidade. Na ocasião, por exemplo, expõem que “o açaí e o cacau também são a fonte de renda da família de Sebastião Soares, 52, que nasceu e foi criado no Combu, mas passou várias temporadas em Belém, movido pela busca de trabalho”. Alguns relatos nesse sentido também surgiram durante os anos de pesquisa de campo que realizei no local, todos contendo, também, o discurso de não haver vontade de repetir a experiência, se for possível, como o de uma interlocutora moradora da comunidade Igarapé do Combu.

Eu já morei cinco anos fora daqui, em Ananindeua cidade nova, mas eu mudei a trabalho logo no início e depois eu me juntei com uma pessoa, aí já fiquei morando lá. Aí terminou o relacionamento e eu vim de novo pra cá. Não gostaria de me mudar novamente, mas eu penso assim, a gente nunca sabe o dia de amanhã né, de repente surge uma oportunidade ou então, em relação ao trabalho aqui, tem que ter uma pessoa lá do outro lado, então a gente nunca sabe. Mas Belém estressa a gente (Pesquisa de campo, 2015).

Nesse sentido, avalio que toda essa conjuntura, aliada a outras dificuldades como a inexistência de energia elétrica na ilha - sem ser através de geradores-, que só foi implementada em 2011, problemas relacionados à saúde, educação, coleta de lixo, acesso à água potável e uma infraestrutura básica para moradia, como falta de saneamento básico, fez com que muitos decidissem deixar a ilha. Mas, a partir de 2015 se observa o sentido inverso, tendo um constante crescimento naquela população ribeirinha, chegando a 2200 pessoas, de acordo com Rodrigues (2018).

A priori, como parte da minha hipótese, considero que isso seja reflexo das mudanças que vem acontecendo devido ao crescimento do turismo e lazer no local. Pois como este tem se mostrado como algo que tem tido êxito no aumento da renda familiar, é lógico presumir que este seja um fator importante na atratividade de mais pessoas para a ilha. Um indicativo dessa suposição estar correta, dentre outras que serão abordadas ao longo da tese, é visto no relato de outra moradora da ilha:

Para mim, o turismo trouxe mais renda, para as outras famílias trouxe emprego, pois antes tinham que ir em busca de trabalho em Belém. Hoje em dia trabalham nos restaurantes de vizinhos ou em seus próprios (RODRIGUES, pesquisa de campo, 2017).

O fato é que, ao longo do tempo, várias pessoas foram se deslocando para a ilha e ali estabelecendo residência, formando família e construindo o modo de vida ribeirinho que conhecemos hoje. Muitos vieram dos arredores, como do continente belenense, Acará, Marajó, Abaetetuba, ou de mais longe como o estado do Ceará. Muitos vieram para trabalhar para “donos” das terras do local que nem pensavam, e nem queriam, ali morar, outros foram a convite de familiares e/ou conhecidos. O objetivo era o mesmo, a busca por melhoria de vida em um lugar onde não era preciso pagar caro para morar, tinha abundância de recursos para subsistência e que era bem perto de várias outras cidades.

Para uma caracterização mais aprofundada, assim como um resumo da história do local e sua trajetória de constituição enquanto uma Área de Proteção Ambiental (APA), consultar Nunes (2017). Aqui, neste momento, busquei realizar uma breve caracterização, com elementos novos, para apenas situar o lócus de pesquisa que será palco para as análises e reflexões acerca da atividade turística ali realizada.

Isso se faz importante, pois, como apresentando em Nunes (2017), é possível perceber um pouco mais de entusiasmo, por parte dos ribeirinhos, ao se falar sobre a vida na ilha. Os dois principais motivos para a chegada de várias pessoas para morar na ilha foram, em primeiro lugar, a busca por uma vida melhor, e em segundo lugar, a busca por trabalho (DERGAN, 2006; NUNES, 2017). Os discursos demonstravam grande encantamento pelo modo de vida local, constituído na contramão da urbanização do continente. Muitos afirmavam que a ida à Belém (continental) se dava, em geral, apenas quando necessário, principalmente relacionado ao trabalho, seja para venda dos produtos extrativistas ou para resolver algo de seu estabelecimento comercial, ou para usufruir de serviços necessários que não eram encontrados na ilha, como o cuidado com a saúde, realizar compras ou educação¹⁴.

Não houve sequer uma resposta negativa ao serem perguntados se gostavam de morar na ilha, e não faltavam razões para enumerarem, mas as principais e mais recorrentes eram: a tranquilidade, segurança, por ser onde está grande parte da família, costume e a presença da natureza. Ou como expressa o interlocutor A., “a gente ainda mora no paraíso, não tem ladrão, o povo se conhece, precisa de um ou de outro a pessoa ta pronta pra ajudar, isso é muito importante, é por isso que eu gosto de morar aqui” (pesquisa de campo, 2015).

A palavra “paraíso” foi utilizada algumas vezes durante as entrevistas para se referir à vida na ilha, demonstrando, além de grande vínculo, grande realização pelo modo de vida ali estabelecido. Até mesmo as crianças tiveram respostas semelhantes, mesmo que com outras formas de responder. Além da tranquilidade, segurança e calma, entre elas o motivo mais consensual era a possibilidade de tomar banho de rio sempre que tivessem vontade.

Tal perspectiva até aqui apresentada é essencial, pois é o ponto de partida para refletir sobre as transformações decorrentes do crescimento pela procura da ilha como destino de lazer e turismo. O conteúdo dos relatos, assim como seus cotidianos, apresenta grandes alterações, tanto positivamente quanto negativamente.

¹⁴ Há duas escolas na ilha, porém só é possível cursar até a 4ª série. Para concluir os estudos e cursar o ensino superior é necessário que o façam no continente.

2.2 – Turistificação e grandes mudanças na Ilha do Combu

Quer dizer, a terra está encolhendo, e a gente vivia num numa paz. É uma paz é muito bom mesmo. E hoje em dia, eu pelo menos, eu quase não durmo, que de noite tem esse barulho de motor.

Interlocutor A., morador da comunidade Igarapé do Combu, pesquisa de campo
2021

A frase acima serve de exemplo dessa transição no modo de vida ribeirinha, antes pacata, agora um atrativo turístico de destaque na cidade de Belém, bastante procurado e, conseqüentemente, movimentado. As mudanças não acontecem tão repentinamente de um dia para o outro, e esse é o ponto aqui desenvolvido. O processo, não tão longo e nem tão lento, da turistificação da ilha em questão, apresenta cinco fatores cruciais: inauguração do restaurante Saldosa Maloca, chegada da energia elétrica, o chocolate orgânico artesanal da Dona Nena, inauguração do restaurante Chalé da Ilha e a gourmetização do lazer e turismo na ilha.

O ponto de partida se deu na década de 1980 com a inauguração do primeiro estabelecimento no local, em 1983, antes funcionando apenas como um bar para os amigos e familiares, o Saldosa Maloca. Este, hoje bar e restaurante, segue sendo o mais conhecido da ilha, estando localizado na comunidade Beira do Rio Guamá, bem na entrada da comunidade Igarapé do Combu. Dergan (2006), ao registrar a história da ilha, também afirma este marcar o início do turismo, ainda que bastante tímido, na ilha.

Apesar de parecer que não havia interesse em divulgação do espaço, gradativamente foram aumentando seus clientes. Talvez pelo fato de que a família por trás desse empreendimento faça parte da família Quaresma, considerada uma das primeiras a se estabelecer na ilha, povoando grande parte desta com seus vários descendentes até os dias de hoje. Essa família é muito conhecida na ilha, e por quem teve contato com a mesma, fazendo parte de vários momentos e conquistas importantes no local (CIRILO, 2013; RODRIGUES, 2006; NUNES, 2017).

Em todo o caso, alguns anos depois, em 1992, outros dois ribeirinhos decidiram seguir o mesmo caminho e abrir seus estabelecimentos, um no Igarapé do Combu, o Sabor da Ilha, e outro no Furo da Paciência, o Bar do Boá. Lentamente estes três restaurantes foram ganhando mais clientes à medida que mais pessoas tomavam conhecimento do local. Pouco tempo depois a ilha já aparecia como um atrativo turístico em potencial em O Liberal (CARTAZ, 1997, p. 05), destacando a “área verde em plena área urbana”, uma entrevista com Prazeres Quaresma,

atual dona do Saldosa Maloca, assim como o fato do local já ser considerado parte do roteiro turístico realizado por barcos que saíam do Novotel, atual Beira Rio Hotel, todos os dias.

No Plano Diretor do Município de Belém (2008, p. 2), através da Lei nº 8.655, afirma ter como um de seus propósitos “VII - incentivar o turismo nas ilhas, por meio de programas que evidenciem o meio ambiente, a diversidade cultural, a paisagem e as características locais típicas das ilhas fluviais do Município de Belém”. E no ano seguinte, no Diagnóstico da Área e das Atividades Turísticas do Pólo Belém (PARATUR, 2009), a Ilha do Combu já aparece como um local com atratividade turística em processo de exploração e desenvolvimento. Mas o próprio documento aponta a ausência de infraestrutura turística e de serviços básicos que pudessem contribuir com o avanço da atividade no local.

Para o desenvolvimento de um produto turístico, um dos elementos importantes é a infraestrutura básica para atender a demanda da atividade, assim como, um conjunto de serviços urbanos de apoio ao turismo (IGNARRA, 1999; BARRETO, 2003a). Em outras palavras, não basta o local apresentar um ótimo atrativo turístico, se os visitantes tiverem dificuldades de, por exemplo, chegar ao destino escolhido. Como salientam Barbosa e Campos (2017), essa questão faz parte das transformações da esfera social ocasionada pelo turismo.

Para que um local se torne um bom produto turístico é preciso somar o atrativo turístico do destino com um mínimo de serviços, infraestrutura básica e serviços urbanos que sirvam de apoio (IGNARRA, 1999). Para as localidades que não recebem diretamente o visitante, principalmente o turista, é fundamental que haja um centro de apoio, um “aglomerado urbano que funciona como núcleo receptivo de apoio ao fluxo de visitantes” (BARRETO, 2003a).

No caso da ilha do Combu, a Belém continental se apresenta como seu centro de apoio. Um fator primordial a ser considerado é o meio de acesso ao destino (IGNARRA, 1999; BARRETO, 2003a), sendo nesse contexto o fluvial, tendo como principal local utilizado para a travessia o trapiche da Praça Princesa Isabel, localizada na Av. Bernardo Sayão com a Av. Alcindo Cacela, no bairro da Condor, periferia de Belém, passou por diversos momentos de descaso. O local, até então, não dispunha de um porto, terminal fluvial ou alguma estrutura propícia para a travessia de maneira segura e de fácil utilização.

Nesse momento preliminar da atividade turística na ilha, o que garantia o contínuo crescimento do interesse dos visitantes pela ilha era tão somente seu atrativo. Ou seja, “aquilo que atrai o turista” (BARRETO, 2003a, p. 33), o que, nesse primeiro momento, seriam os

atrativos naturais. Assim, se buscava ali um contato maior com o que se concebe, no senso comum, a natureza, o rio, a mata, a tranquilidade não tão facilmente encontrada na área urbana.

Nesse sentido, “além da beleza cênica do lugar, o estilo de vida tradicional passa ser produto de atração de pessoas de fora da região – a vida cotidiana é vista pelo turista como espetáculo [...]” (ADRIÃO, 2013, p. 67). De fato,

É comum em países com grande potencial de atrativos naturais tais como praias, cachoeiras, florestas, montanhas, etc., se utilizem dessa “matéria prima” como fonte de atração de visitantes, gerando benefícios diretos e indiretos com a turistificação do local ou região (FALCÃO; CARDOSO; SIMONIAN, 2012, p. 2).

Assim, a Ilha do Combu como um destino turístico, e de lazer para os belenenses, apresentava como grandes fragilidades a “falta infraestrutura turística e de serviços básicos, como saneamento, iluminação pública, abastecimento de água” (PARATUR, 2009, p. 131). E, como afirma Rodrigues (2018, p. 69) “de acordo com a lógica imposta por esse tipo de mercado, há a necessidade de que alguns requisitos, principalmente de infraestrutura, sejam implantados”.

A ilha possuía um posto de saúde, inaugurado em 1999, cujo funcionamento ocorria apenas durante os dias de semana pela parte da manhã, sendo que, nesta época, a travessia para a ilha acontecia somente aos finais de semana e feriados. Nem energia elétrica usufruíam ainda, mesmo estando tão próximo de Belém, sendo necessário utilizar geradores nos estabelecimentos, o que, não sendo algo barato, realmente não incentivava que outros ribeirinhos investissem em abrir mais restaurantes no local. Somente em 2011 este serviço chegou na ilha, o que foi outro elemento fundamental para o crescimento da procura pela ilha, como será visto um pouco mais adiante.

Além dessa precariedade inicialmente exposta, havia o fato de que, apesar de ter sido alvo de matérias jornalísticas, a ilha ainda era pouco conhecida, até mesmo pelos próprios belenenses¹⁵. O ribeirinho proprietário do restaurante Maloca Sabor da Ilha chegou a afirmar que “acredita que o turismo na ilha só não é melhor devido ao fato de que muitos não sabem da existência da mesma, e/ou não sabe o que esta tem a oferecer” (NUNES, 2017, p. 128).

Com efeito, ao iniciar minhas pesquisas em 2010 na ilha, percebi que eram pouquíssimas as pessoas que já tinham ouvido falar desta, e menos ainda onde se localizava,

¹⁵ Devido às diferenças do contexto, assim como do histórico, do local, há uma certa diferenciação entre os que são da Belém continental, os belenenses, e os que são moradores da Ilha do Combu, que, mesmo sendo oficialmente pertencente ao território desta cidade, se identificam como *combuenses* em contraposição aos primeiros (NUNES, 2017).

até mesmo pessoas que frequentavam a UFPA – que está localizada bem em frente. Prazeres também destaca essa questão ao dizer que “a ilha tem uma natureza exuberante, mas é incrível como as coisas que estão próximas da gente passam despercebidas” (O Liberal, 1997, p. 05).

Hoje o quadro se inverteu, sendo agora difícil achar pessoas que não a conheçam, mesmo que ainda não a tenham visitado. Na verdade, é comum ouvir destas que a vontade de conhecer é grande, devido à repercussão do local. Algo que escutei bastante, seja de pessoas conhecidas ou durante várias travessias à ilha, é que não faziam ideia de onde ir ao visitar a Ilha do Combu, pois nada conheciam sobre o lugar.

Como já mencionado anteriormente, não havia o costume, por parte dos ribeirinhos donos de restaurantes, de se dedicar à grande divulgação de seus empreendimentos e da ilha. Até então, outras pessoas ficavam sabendo sobre o local e sua atratividade apenas quando algum conhecido que tivera ido mencionava. Apesar da propaganda “boa a boca” ser até hoje uma importante ferramenta (IGNARRA, 1999; BARRETO, 2003a), sendo o que já vinha proporcionando crescimento da demanda, não estava sendo o suficiente.

Como pode ser visto na figura 9 abaixo, não havia qualquer informação sobre as opções de lazer do local. A Ilha não tem um porto coletivo, terminal fluvial ou trapiche principal para a recepção dos que ali chegam, como é o caso da Ilha de Cotijuba. Cada estabelecimento, assim como a maioria das casas do local, possui seu próprio trapiche, ou ponte como é chamado pelos moradores.

Figura 9 - Trapiche da Praça Princesa Isabel sem nenhuma divulgação sobre a ilha



Fonte: Thainá Nunes, 2013.

Devido à grande desinformação do público que buscava conhecer a ilha, a escolha se dava de maneira aleatória, com a indicação de restaurantes por parte dos barqueiros ou das pessoas que também aguardavam para atravessar. Muitos acabavam simplesmente descendo nas primeiras paradas da embarcação, fazendo com que os restaurantes da Beira do Rio Guamá conseguissem captar a maior parte da demanda. Até o ano de 2014 a ilha, já contava com 12 estabelecimentos, 11 bares e restaurantes e a Casa do Chocolate da Dona Nena.

A quantidade de estabelecimentos voltados para os visitantes já vinha crescendo de maneira exponencial, mas ainda de maneira relativamente gradual. Porém, foi a partir de 2015 que de fato se deu início ao *boom* turístico na ilha, sendo também esta a percepção de alguns ribeirinhos (RODRIGUES, 2018). Em minha análise, atribuo esse marco à duas situações, uma seria a inauguração do restaurante Chalé da Ilha que foi o primeiro a investir mais intensamente, e estrategicamente, na divulgação do seu espaço, a outra foi o alavancar da fama da Casa do Chocolate.

No período entre 2014 e 2016, o chocolate orgânico e tradicional da atual Casa do Chocolate foi ganhando mais fama, com várias pessoas buscando espontânea e frequentemente a casa de Dona Nena para conhecer seus produtos. Como o local fica localizado aproximadamente no meio do percurso da comunidade Igarapé do Combu, adentrando a ilha, mais pessoas acabavam conhecendo mais o local e outras possíveis opções de lazer, saindo um pouco do grande fluxo da Beira do Rio Guamá¹⁶.

Em período, semelhante outro elemento, bastante determinante, trata-se do dono do Chalé da Ilha, antes morador da Belém continental, que decidiu se mudar para a Ilha do Combu e lá montar seu empreendimento. Este, por estar localizado, praticamente, no final da comunidade Igarapé do Combu, percebeu que seria necessário fazer com que os visitantes soubessem de sua existência, pois os barcos não iriam até sem que tivessem pessoas solicitando. Decidiu, então, colocar um banner na Praça Princesa Isabel (figura 10) como estratégia para atrair clientes, e disponibilizar uma embarcação própria no trapiche da praça para levar diretamente para lá os visitantes que desejassem conhecer o espaço.

¹⁶ A trajetória do empreendimento da Dona Nena será aprofundada no último tópico deste capítulo.

Figura 10 - Trapiche da Praça Princesa Isabel com o primeiro banner de divulgação, sendo do restaurante Chalé da Ilha



Fonte: trabalho de campo, 2016.

Ele não foi o primeiro forasteiro a abrir restaurante na ilha, a essa altura tinham ao menos três restaurantes cujos donos não eram nativos, mas, ao que parece, foi o primeiro a se mudar para o local onde abriria o espaço, e foi o primeiro a utilizar o local de travessia para a ilha para realizar sua propaganda. A demanda cresceu rapidamente, ao ponto de precisar recusar clientes por estar lotado. Tal fato acabou sendo determinante para que outros ribeirinhos decidissem também abrir seus próprios restaurantes e aproveitar essa demanda “excedente”, como foi o caso de Rosivaldo, dono do restaurante Ribeirinho:

a gente fazia o transporte, ai viu que tava lotando e não dava mais, ai decidimos abrir também. Surgiu o Chalé, aí começou a procurar o público e aí o Chalé também não aguentou. E aí eu fazia o transporte pro Chalé. E aí eu voltava com o pessoal, porque não tinha mais espaço. [...] é lá pra dentro o Chalé, aí o pessoal começaram a gostar lá do Chalé e tal. Só que era pequeno, então lotava cedo, pessoal voltava e ficavam em outro. Aí, depois de 2 anos do Chalé funcionando, eu falei, agora é a minha hora. Eu vou pegar essa sobra, o barco já era meu mesmo (pesquisa de campo, 2021).

Como ressalta Ignarra (1999, p. 41), “o nível de investimentos em publicidade tem efeito direto na demanda turística”. Percebendo isto, após outros ribeirinhos, e forasteiros, começarem a abrir seus estabelecimentos, e, seguindo a mesma estratégia do Chalé da Ilha, passaram a também divulgar seus espaços no trapiche da praça Princesa Isabel, contribuindo para novas consideráveis mudanças, como pode ser visto na figura 11.

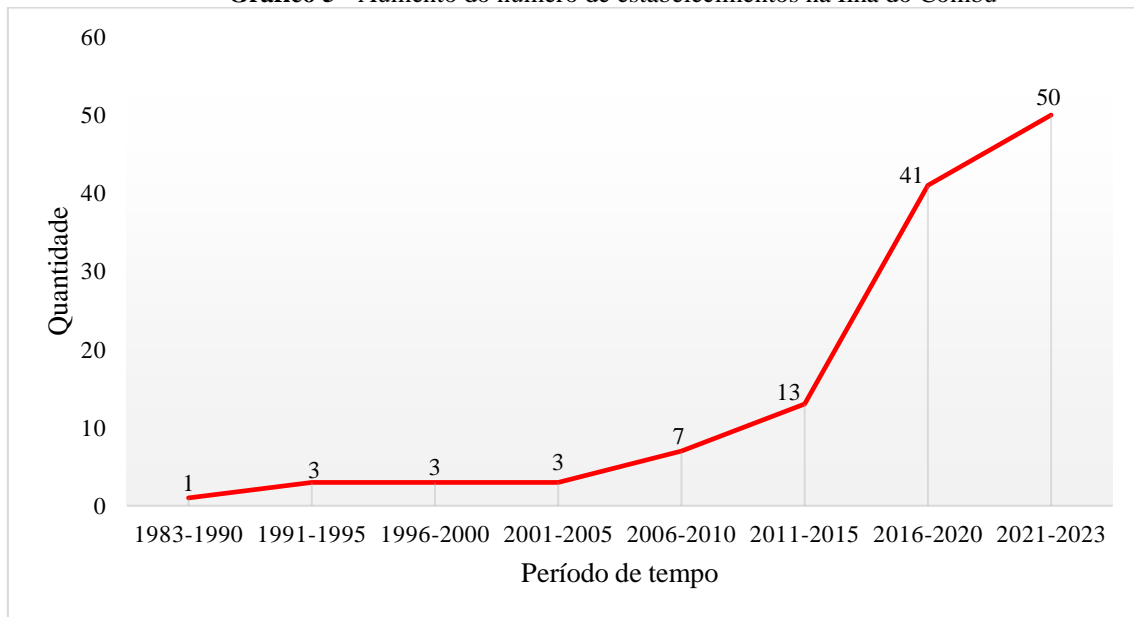
Figura 11 - Trapiche da Praça Princesa Isabel com novos banners



Fonte: Thainá Nunes, 2019.

A partir daquele momento, os visitantes ficariam sabendo de várias opções de serviços turísticos existentes no local. Porém, também indica o início de relativa competitividade entre os donos de bares e restaurantes. Em geral, as análises acerca da competitividade turística se concentram na disputa entre destinos turísticos (PEREIRO; FERNANDES, 2018; DOMARESKI-RUIZ, AKEL, GÂNDARA, 2015) e sob a perspectiva do aspecto mercadológico positivo de gestão turística para desenvolvimento do produto turístico, proporcionar experiência qualitativa para os visitantes e trazer benefícios para a população local. É também considerado brevemente o nível micro, o entorno competitivo do turismo interno ou definindo como oferta concorrente quando há a disputa interna pelos consumidores (IGNARRA, 1999).

Por mais que a presente tese não tenha a intenção de se aprofundar sobre a questão, faz-se necessário destacar esse ponto por ser um dos fatores de mudanças no contexto ribeirinho local, como será visto um pouco mais a frente. Primeiramente gostaria de salientar o importante fato de que com a demanda cada vez mais crescendo, à medida que a ilha vai ficando mais conhecida, mais pessoas buscaram aproveitar esse contexto promissor e decidiram também construir seus próprios estabelecimentos. É impressionante observar o aumento expressivo da quantidade de estabelecimentos comerciais voltados para o lazer e turismo na ilha, como pode ser observado no gráfico 5 abaixo.

Gráfico 5 - Aumento do número de estabelecimentos na Ilha do Combu

Fonte: Rodrigues (2018); análises de documentos e pesquisa de campo, 2020.

Como é possível observar, por mais de duas décadas o número de estabelecimentos, com três bares e restaurantes na maior parte do tempo, os Saldosa Maloca (Beira do Rio Guamá), Maloca Sabor da Ilha (Igarapé do Combu) e Bar do Boá (Furo da Paciência). Em apenas quatro anos, de 2006 a 2010, mesmo ainda sem a chegada da energia elétrica, o aumento foi de 133,33%. Foi nesse período, em 2006, que surge de modo embrionário a Casa do Chocolate, à época denominada de Combu Orgânico, em que o foco era produzir seus produtos na ilha e vender em feiras de Belém.

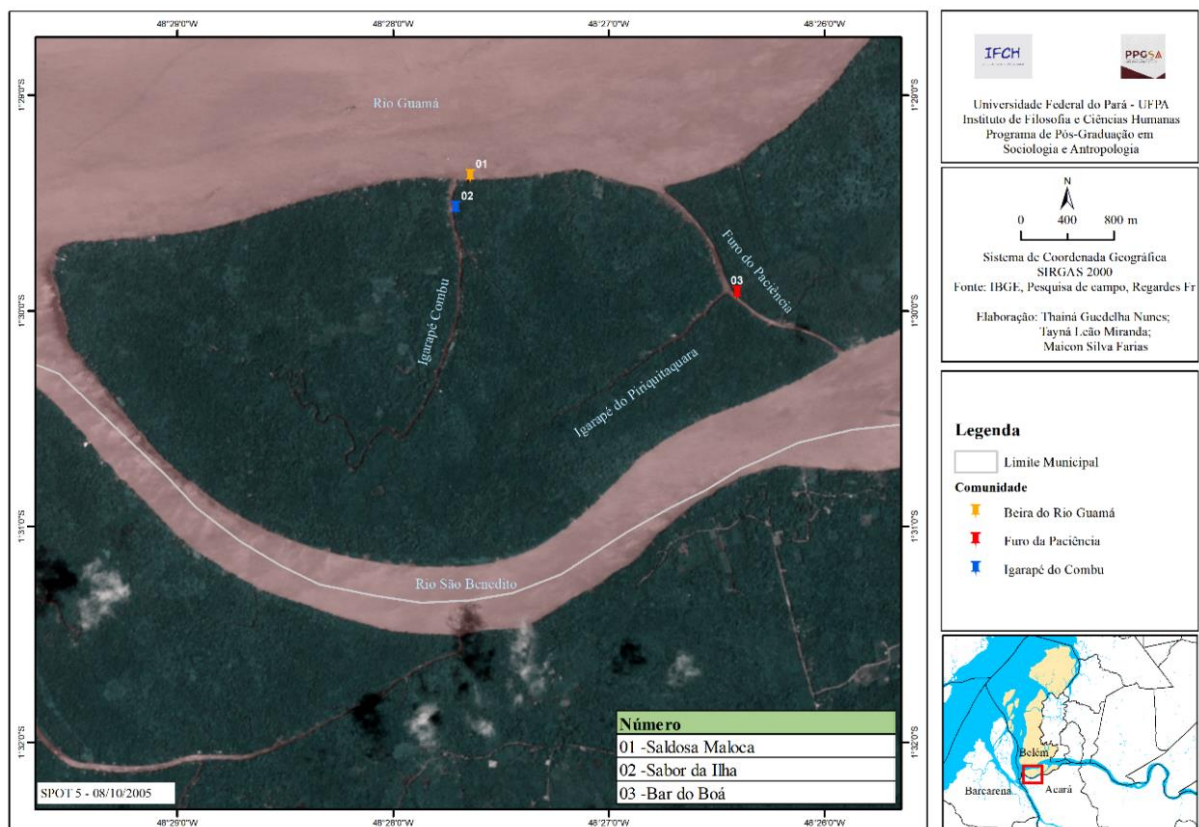
Já entre os períodos de 2011 a 2015, sendo 2011 o ano em que teve início o fornecimento de energia elétrica, a ilha contava com 13 estabelecimentos, representando 85,70% de aumento em relação ao período anterior. Mas é a partir de 2015 que se percebe maior intensidade no crescimento da quantidade de estabelecimentos, aumentando 215,38% em relação ao período supracitado, que de 13 passou para 41.

O último período do gráfico é mais curto, dois anos e meio, mas, ainda assim, é bastante significativo verificar que em tão pouco tempo, e mesmo sendo durante a pandemia da COVID-19, os números aumentaram. O setor do turismo teve sérios impactos devido as restrições geradas pelo contexto pandêmico, o que, cabe destacar, fez com que alguns estabelecimentos da Ilha do Combu fechassem. Todavia, ainda assim, novos surgiram, fazendo o número atualmente chegar a 50 estabelecimentos.

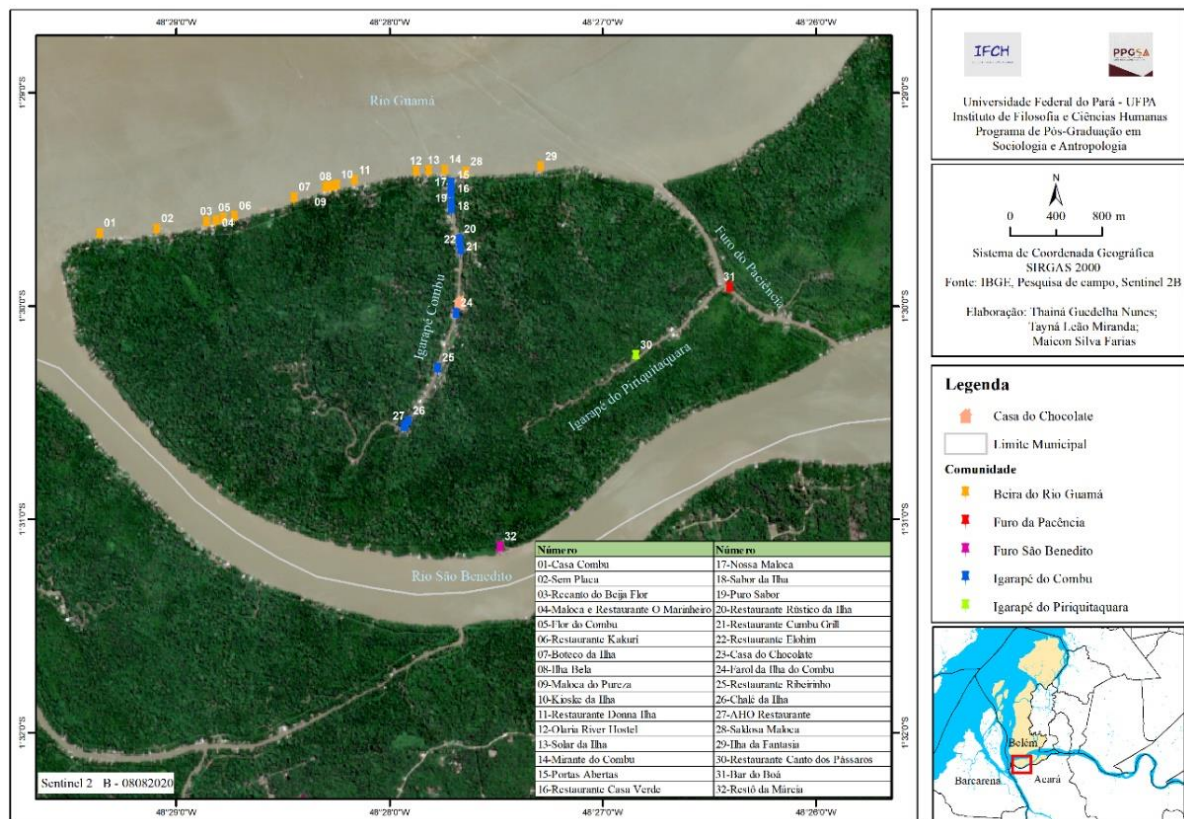
O que me leva a refletir, e se a pandemia não tivesse acontecido? A quantidade seria bem maior? O fato é que esse número segue aumentando, e de maneira bastante significativa, a medida em que cresce a demanda de visitantes. A todo momento se observa um novo espaço em processo de construção, numa rapidez tamanha que rapidamente os dados sobre o turismo na ilha se tornam desatualizados.

Concordando com Barbosa e Campos (2017, p. 825), a partir da expansão da atividade turística em uma localidade “são desencadeados processos de transformações sociais, econômicas, espaciais e ambientais pautados pelas demandas do mercado”. Sobre reflexões mais aprofundadas acerca das transformações espaciais em decorrência do turismo e lazer, em especial na Ilha do Combu, encontra-se em Rodrigues (2018), mas aqui serão abordados alguns aspectos fundamentais analisados durante as pesquisas de campo. Para perceber visualmente a intensidade do crescimento da quantidade de estabelecimentos visto no gráfico, tem-se abaixo os mapas 1 e 2, elaborados para efeito de comparação de antes e depois da turistificação da ilha.

Mapa 1 - Estabelecimentos comerciais de lazer da Ilha do Combu até 2005

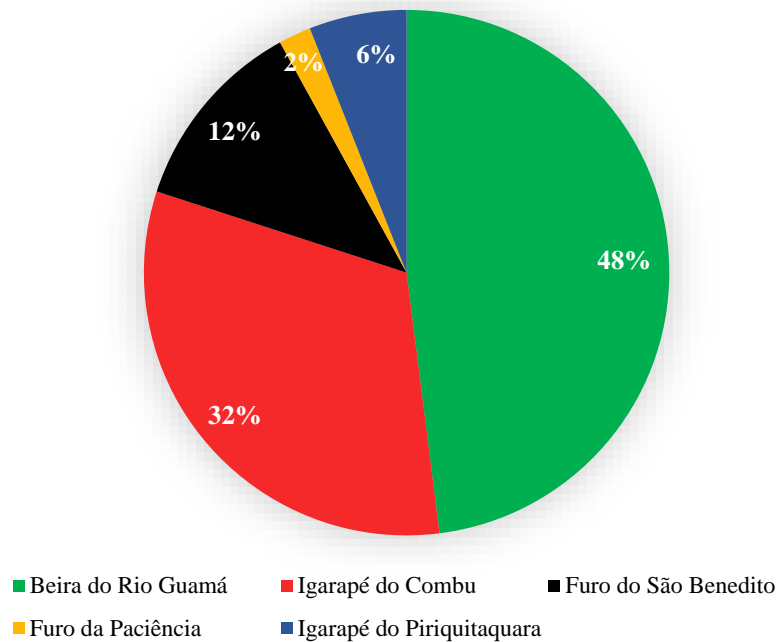


Mapa 2 - Estabelecimentos comerciais de lazer da Ilha do Combu em 2019



Cabe ressaltar que esse mapeamento realizado em 2019 já se encontra desatualizado, pois, como mencionado anteriormente, hoje o número é muito maior, e, inclusive cinco dos estabelecimentos que aparecem no mapa fecharam durante a pandemia. A atualização dos dados ocorreu durante o processo de escrita, através de investigação no âmbito digital, não tendo sido possível, voltar ao local para realizar a atualização. Todavia, o mapa em questão cumpre seu propósito aqui para vislumbre das alterações espaciais da proliferação de bares e restaurantes.

É possível também perceber que das cinco comunidades existentes na ilha, duas concentram o maior número de empreendimentos voltado para os visitantes. O gráfico 6 demonstra que, já contando a partir dos dados atualizados, em primeiro lugar está a comunidade Beira do Rio Guamá concentrando quase a metade dos estabelecimentos, com 48%, totalizando 24; em seguida vem a Comunidade Igarapé do Combu com 32%, somando 16 estabelecimentos; em terceiro lugar, com 12%, está a comunidade Furo do São Benedito que possui 6; as comunidades Igarapé do Piriquitaquara com 3 espaços, representando 6%; e a comunidade Furo da Paciência contam com um bar e restaurante, referente à 2% do total.

Gráfico 6 - Porcentagem da localização de estabelecimentos para lazer na Ilha do Combu por comunidade

Fonte: Rodrigues (2018); pesquisa de campo, 2023.

Isso ocorre devido ao fato de que as duas primeiras comunidades são as que concentram o maior número de moradores, e pela sua localização mais próxima do continente, o que faz com que estas tenham maior visibilidade para os visitantes. A Beira do Rio Guamá acaba sendo a mais visada para um estabelecimento por ser a mais perto para a travessia, é mais “visível” para os visitantes que possuem pouco conhecimento do local e pela vista ao fundo da Belém Urbana, como um atrativo a mais. É razoável considerar também que esta comunidade tem um espaço mais “disponível” para um empreendimento, visto que há mais famílias morando no Igarapé do Combu, assim como é onde se encontram serviços públicos instalados, como o posto de saúde (UPA Ilha do Combu) e a escola.

Mesmo com esse expressivo crescimento da demanda, e da oferta, na ilha, havia um elemento que ainda era motivo de preocupação e descontentamento. Era importante que o local de acesso à ilha tivesse uma boa infraestrutura para a realização do serviço, caso o contrário, apenas continuaria prejudicando o cotidiano da população que necessita transitar pelo espaço, bem como o do visitante que por ali precisa passar.

Esta situação é complicada e é, infelizmente, corriqueiro o delongar da atenção pública referente a demandas tidas como importantes por muitos. Como reflete Falcão, Cardoso e Simonian (2012, p. 13), sobre o contexto encontrado no Marajó, que, sobre o assunto, “há de

se convir, que a espera das realizações estruturais por parte do poder público é algo abstrato de se pensar, argumentando que há décadas as comunidades pleiteiam melhorias sem obtenção de resultados”. De fato, uma mudança no trapiche da Praça Princesa Isabel era um anseio dos moradores do Combu há anos, como se observa no relato de um morador da ilha:

Ta abandonado lá a praça da princesa Izabel, embarca muita gente, muito turista [...] Tem turista de Belém, de outro estado, de outros países que vem, tem muita gente, principalmente no Porto da Palha, aquele porto da Princesa Isabel é muito ruim cara [...] Tava falando pro pessoal, lá na praça, menina, dia de domingo é aquela sujeira. Pessoal chegou lá, e olha que já falam da gente, pessoal de fora, e chegam aí encontram uma nojeira dessa, aí que vão falando mesmo [...] deveria mudar primeiro lugar um porto adequado, porto da palha, feira do açaí, da praça Princesa Isabel, porque vai muitas senhoras daqui, vai gestantes, de madrugada pra feira. (Seu Careca, pesquisa de campo, 2016).

Rodrigues (2018) também destaca a situação de precariedade e descaso da Praça Princesa Isabel, inclusive indicando que uma estrutura abandonada e degradada teria sido um dia um posto de informações turísticas, o qual nunca vi funcionar desde que iniciei pesquisas na ilha, em 2010. Como pode ser observado na figura 12, o trapiche utilizado para a travessia era bastante simples, não possuía estrutura de flutuante que se adequasse aos diferentes níveis de água das marés e sem estrutura lateral que garantisse a segurança dos transeuntes. Na lateral direita havia uma escada de cimento para ser utilizada quando a maré estava baixa, sendo pequena e escorregadia devido ao limo que se acumulava no local.

Figura 12 - (A e B) Trapiche da Praça Princesa Isabel antes



Fonte: Thainá Nunes, 2013.

Foi somente no ano de 2020 que, enfim, foi construído o Terminal Hidroviário Ruy Barata (figuras 13 e 14), trazendo uma boa estrutura garantindo uma travessia organizada e segura. O transporte fluvial foi regularizado através das cooperativas que prestam esse serviço, há a vendas de tíquetes na bilheteria presente dentro do terminal, preço tabelado para a travessia e número de contato para informações. Como ressalta Ignarra (1999), uma boa infraestrutura além de possibilitar maior qualidade de vida para a população receptora, agrega qualidade ao

produto turístico. Ou, como reforça Barreto (2003a, p. 15), “é preciso criar uma série de comodidades que permitam que as pessoas saiam de casa sem risco de vida e com algum conforto”.

Figura 13 - Entrada do Terminal Hidroviário da Praça Princesa Isabel



Fonte: Thainá Nunes, 2020.

Figura 14 - Entrada do Terminal Hidroviário da Praça Princesa Isabel



Fonte: Thainá Nunes, 2020.

Uma novidade de equipamento turístico proveniente do crescimento da atividade no local é a hospedagem. Até então era preciso que os turistas se hospedassem na área urbana de Belém e fizessem a travessia quando quisessem visitar a ilha, a não ser que negociassem com algum morador local para passar a noite em sua residência. Isto era algo muito almejado pelos visitantes, incluindo turistas e os próprios belenenses, que desejavam passar mais tempo na ilha sem ter que realizar várias travessias.

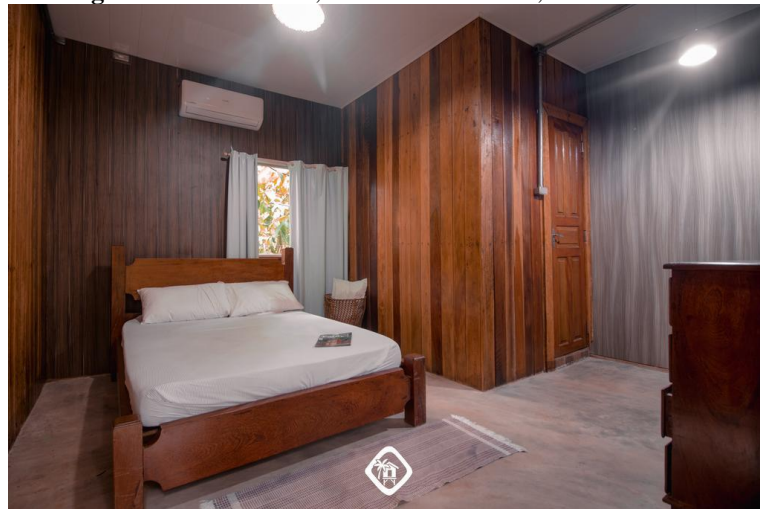
A primeira hospedagem a ser inaugurada na ilha foi a Olaria River Hostel (figura 15), localizada na comunidade Beira do Rio Guamá. O estabelecimento não é de grande porte, possuindo apenas quatro tipos de quartos, quarto misto, suíte de casal (figura 16), quarto duplo e quarto família. Algo interessante é que, mesmo sendo propriedade de um empresário de Belém, houve aparente preocupação de oferecer uma estrutura de qualidade associada aos aspectos tradicionais encontrados na ilha. Por exemplo, tudo é feito de madeira, inclusive os quartos, com o telhado de palha.

Figura 15 - Olaria River Hostel, comunidade Beira do Rio Guamá, Ilha do Combu



Fonte: Thainá Nunes, 2019.

Figura 16 - Suíte casal, Olaria River Hostel, Ilha do Combu



Fonte: Site *booking.com*, 2020.

Atualmente, em menos de cinco anos, já se encontram 13 locais de hospedagem, nove na Beira do Rio Guamá, duas no Igarapé do Combu e no Furo do São Benedito. Há ainda mais três em processo de construção, duas no Igarapé do Combu e uma na Beira do Rio Guamá. Dessas, a maioria tem a hospedagem dividindo o espaço com o restaurante, e as demais atuam apenas com as diárias. Houve também e o surgimento de outros serviços turísticos, como trilhas

ecológicas, passeios pelos rios e experiências ribeirinhas, tanto promovidos por empresas e/ou guias de turismo de Belém (figura 17), quanto pelos estabelecimentos locais (figura 18).

Figura 17 - Arte de divulgação de passeio da Nova Acrópole Belém



Fonte: <https://www.sympla.com.br/evento/descobrindo-belem-ilha-do-combu/377207>

Figura 18 - Panfleto de experiências do Restaurante Saldosa Maloca



Fonte: Thainá Nunes, 2020.

Para além do que já foi apontado, há também locais de venda de artesanatos, aluguel de espaço para eventos, serviço de buffet, canoagem e experiências alternativas. Esta última se concentra principalmente no Espaço Aruna, que além de alugar para eventos, inclusive casamentos, promove atividades diferenciadas, como ioga e meditação, buscando conectar

peças com a ilha. No quadro 5 abaixo, encontram-se todos os estabelecimentos levantados até o momento, divididos por comunidade e indicando que tipo de serviços oferecem.

Quadro 5 - Estabelecimentos voltados para o lazer e turismo na Ilha do Combu

Comunidade	Nome do estabelecimento	Tipo de estabelecimento
Beira do Rio Guamá	Casa Combu	bar, restaurante e hospedagem
	Recanto do Beija Flor	bar e restaurante
	O Marinheiro	bar e restaurante
	Flor do Combu	bar, restaurante e hospedagem
	Boteco da Ilha	bar e restaurante
	Maloca do Pureza	bar e restaurante
	Solar da Ilha	bar, restaurante e hospedagem
	Mirante do Combu	bar e restaurante
	Saldosa Maloca	bar, restaurante e vivências
	Matapy	bar e restaurante
	Pai Dégua	bar e restaurante
	Olaria River Hostel	hospedagem (Booking.com)
	Combu na Cuia	bar e restaurante
	Bangalô Combu	apenas hospedagem
	Chalé das Torres	apenas hospedagem
	Combuzinho Bed and Breakfast	apenas hospedagem
	Maloca Império de Maria	bar, restaurante e hospedagem
	Remanso da Ilha	bar e restaurante
	Amazônia River	bar, restaurante e vai ter hospedagem
	Resenha do Combú	bar e restaurante
Maloca do Seu Pedro	bar e restaurante	
Pier 8 Combú	bar e restaurante	
A Cabana	bar e restaurante	
Espaço Aruna	eventos, experiências alternativas e hospedagem	
Igarapé do Combu	Portas Abertas	bar e restaurante
	Casa Verde	bar e restaurante
	Nossa Maloca	bar e restaurante
	Sabor da Ilha	bar, restaurante e tem hospedagem
	Rústico da Ilha	bar e restaurante
	Combugrill	bar e restaurante
	Elohim	bar e restaurante
	Casa do Chocolate	Loja de produtos regionais/locais e experiências
	Farol da Ilha do Combu	bar e restaurante
	Ribeirinho	bar e restaurante
Chalé da Ilha	bar, restaurante e vai ter hospedagem	

	AHO	bar e restaurante
	Terraço da Ilha	bar, restaurante e hospedagem
	Poronga Lazer e Turismo	bar, restaurante e vai ter hospedagem
	Restaurante Vitória	bar e restaurante
	Bougainville da Ilha	bar e restaurante
Furo do São Benedito	Restô da Márcia	bar e restaurante
	Recanto dos Parentes	bar e restaurante
	Bar e Restô Pôr do Sol	bar e restaurante
	Amazon Paddle Club	complexo náutico - canoagem
	Casa Bené	hospedagem (Airbnb)
	Espaço Oryba	hospedagem e eventos
Furo da Paciência	Bar do Boá	bar e restaurante
Igarapé do Piriquitaquara	Canto dos Pássaros	bar e restaurante
	Bar do Chico	bar e restaurante
	Ygara Artesanal	artesanato, trilha e vivências ribeirinhas

Fonte: Thainá Nunes, 2023

Por um lado, agora turistas e visitantes em geral possuem variadas opções de lazer atendendo as diferentes motivações e desejos. Ou seja, quanto mais equipamentos e serviços turísticos (IGNARRA, 1999; BARRETO, 2003a, 2009; NASSAR, COBRA, VIEIRA, 2017; PERREIRO, FERNANDES, 2018), também chamados de facilidades (IGNARRA, 1999; BARRETO, 2003a), melhor será o produto turístico a ser oferecido.

Há também o fato de muitas pessoas ligadas à atividade, direta e indiretamente, usufruírem das benesses que esta proporciona. Para os que vivem na Ilha do Combu, há resultados benéficos importantes que são motivos de contentamento e entusiasmo. No quadro 6 abaixo encontram-se listados, em ordem decrescente de maior ocorrência nas falas, os principais bônus advindos da atividade de lazer e turismo na ilha.

Quadro 6 - Aspectos positivos da turistificação da Ilha do Combu

Classificação	Transformações positivas
1º	mais renda e maior qualidade de vida
2º	mais empregos e oportunidades
3º	maior valorização da ilha
4º	mais infraestrutura e serviços básicos/ a vida ficou mais fácil
5º	proporciona conhecer muitas pessoas interessantes
6º	mais informações técnicas/capacitação
7º	valorização/divulgação do trabalho local

Fonte: Rodrigues, 2018; pesquisa de campo, 2019-2022.

Os dois primeiros lugares refletem os efeitos mais recorrentes e destacados quando se fala em turismo, em sua esfera econômica, a melhoria da qualidade de vida através do aumento da renda e geração de mais empregos (PEREIRO; FERNANDES, 2018; IGNARRA, 1999; QUARESMA; CAMPOS, 2011). Ambas aparecem quase sempre como as primeiras respostas ao serem questionados sobre as mudanças mais vantajosas diante do crescimento da atividade no local, como expressa o interlocutor B:

olha de bom, de bom que veio é emprego, né? É renda. Né? Porque muitas pessoas que trabalham no restaurante são da Ilha, a maioria, né? No restaurante meus funcionários praticamente são tudo da ilha, só tem uns de Belém. Então veio trazer um benefício muito grande, porque empregou muita gente. Não só do restaurante como o pessoal do trabalho na lancha, e lá do estacionamento, o pessoal estão ganhando, os flanelinha, do terminal [hidroviário da Praça Princesa Isabel], pessoal da lancha até no restaurante, todo mundo ganha. É, emprega muita gente mesmo. (pesquisa de campo, 2022)

Percebe-se que o interlocutor entende a amplitude alcançada com a relevância da Ilha do Combu enquanto um importante ponto turístico de Belém, o que, de acordo com Barbosa e Campos (2017, p. 825) reflete “o efeito multiplicador do turismo [que] abrange direta e indiretamente vários atores sociais”. Assim, é possível agora investir em suas residências, em seus negócios, adquirindo mais infraestrutura e bens que possibilitem trazer mais conforto para seus cotidianos e um futuro melhor para suas famílias.

Em terceiro e sétimo lugar estão elementos do âmbito da esfera cultural, onde há valorização do local (IGNARRA, 1999; QUARESMA; CAMPOS, 2011; BARRETO, 2009; NASCIMENTO; COSTA, 2016; PEREIRO; FERNANDES, 2018), seu território, do modo de vida e dos aspectos tradicionais ali encontrados, assim como o trabalho realizado pela população. Desde as pesquisas realizadas ouvi vários comentários contentes com o fato deles e do local estarem se tornando mais conhecidos, e que se tanta gente voltava era porque gostava, o que os deixavam orgulhosos. Durante o passar do tempo cresceu também a quantidade de vezes em que a ilha aparecia em veículos de comunicação.

Como por exemplo, o antigo programa Estrelas da Angélica que em 2017 fez uma edição no local¹⁷, reportagem no programa Hoje em Dia da Record¹⁸ em 2020, ou, mais recentemente,

¹⁷ Notícia disponível em: <https://shre.ink/angelicailhadocombuuol>. Acesso em: 20 out. 2023.

¹⁸ Notícia disponível em: <https://shre.ink/ilhadocombuhojeemdia>. Acesso em: 20 out. 2023.

o local sendo escolhido como local de gravação da série Cidade Invisível da Netflix¹⁹, que também contou com a participação de jovem ribeirinho da ilha²⁰, e, obviamente, a Dona Nena que coleciona em aparições e reportagens, mas mais recentemente aparece na campanha “Agro: de gente, pra gente” da Rede Globo²¹. Houve também um legado físico deixado pelo Projeto StreetRiver Amazônia realizado em 2015, transformando vários locais da ilha em uma galeria fluvial²² (figura 19).

Figura 19 - Casa ribeirinha da Ilha do Combu participante do Projeto StreetRiver Amazônia



Fonte: Thainá Nunes, 2020.

Na esfera social, em quarto lugar, encontram-se avanços em relação a infraestrutura básica, como o Terminal Hidroviário antes citado, a energia elétrica e cisternas advindas de projetos sociais na ilha. Os serviços básicos também tiveram avanços com, por exemplo, coleta de lixo regular e barco escola para levar estudantes da ilha para completar seus estudos na Belém continental. Houve também quem destacasse o que, como foi visto no primeiro capítulo, é tido como parte elementar na atividade turística, as interações e trocas interpessoais e culturais (PEREIRO; FERNANDES, 2018; BURNS, 2004; BANDUCCI JUNIOR, 2001), aparecendo em quinto lugar nos relatos.

¹⁹ Notícia disponível em: <https://shre.ink/ilhadocombugravacaoserie>. Acesso em: 20 ago. 2023.

²⁰ Notícia disponível em: <https://shre.ink/ilhadocombunaserie>. Acesso em: 20 ago. 2023.

²¹ Notícia disponível em: <https://shre.ink/ilhadocombunenaagro>. Acesso em: 20 ago. 2023.

²² Notícia disponível em: <https://shre.ink/ilhadocombustreetriver>. Acesso em: 20 ago. 2023.

Em sexto lugar, aparecendo em poucos relatos, tem-se a qualificação do trabalho e serviços prestados através de capacitações, cursos ou mesmo assessoria técnica pontual, algo também levantado como importante para o desenvolvimento proveitoso da atividade (FALCÃO; CARDOSO; SIMONIAN, 2012). Por mais que ainda haja, por parte da população local, a ausência de percepção da importância desse fator, cada vez mais chegam oportunidades assim na ilha, como pode ser visto em Rodrigues (2018) e diretamente navegando pelo local, onde é possível encontrar bandeira do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), indicando os estabelecimentos participantes do Projeto Investe Turismo (figura 20). Cabe destacar que o assunto faz parte dos planejamentos futuros dos integrantes da diretoria da Associação dos Moradores da Ilha do Combu.

Figura 20 - Bandeira do Sebrae no restaurante Saldosa Maloca da Ilha do Combu



Fonte: Thainá Nunes, 2020.

Na esfera ambiental não houve relatos diretos indicando melhorias, o que é preocupante, entretanto, ligado ao mencionado acima, percebe-se que as informações técnicas, projetos sociais e capacitações tem auxiliado nas questões ambientais. Um dos maiores exemplos é a Saldosa Maloca que investe bastante em sustentabilidade, adquirindo a definição de Eco

Restaurante por suas iniciativas, como a utilização de equipamentos de biogás (figura 21). Ou mesmo com a conquista do serviço de coleta de lixo e o auxílio técnico para construção dos banheiros de forma que não afete o solo e as águas.

Figura 21 - Prazeres explicando como funciona a transformação de restos de comida em biogás



Fonte: Thainá Nunes, 2020.

Apesar dos avanços e benéficos elencados pela população, claramente houve também uma série de reclamações e descontentamentos ligados à turistificação pelo qual a Ilha do Combu passa. Mesmo que, nas Ciências Sociais, já haja o debate para romper com a atribuição puramente negativa da atividade em seus estudos, como exposto no capítulo um, segue sendo algo ainda bastante presente em grande parte dos estudos. Como expõe Krippendorf (2000, p. 97) “muitos são os lugares de veraneio famosos onde a população autóctone sente um mal-estar crescente face ao boom turístico e seus perigos”.

Arrisco a dizer que provavelmente, com base na literatura consultada, que é algo presente na maioria das pesquisas divulgadas, pois, ao que tudo indica, o fenômeno em geral continua trazendo consigo muitos ônus para as comunidades receptoras. Como é possível ver no quadro 7 abaixo, a lista de problemas apontados pelos moradores da ilha supera a anterior, sendo bem maior.

Quadro 7 - Aspectos negativos da turistificação da Ilha do Combu

Classificação	Transformações negativas
1º	perda da tranquilidade
2º	falta de segurança
3º	poluição
4º	erosão e degradação ambiental
5º	precariedade dos poucos serviços básicos
6º	venda de terreno
7º	muitas pesquisas sem retorno
8º	muita gente de fora
9º	alta velocidade de embarcações e acidentes
10º	péssima gestão da APA e falta de plano de manejo
11º	perca da tradicionalidade
12º	ausência de fiscalização

Fonte: Rodrigues, 2018; pesquisa de campo, 2019-2022.

A esfera social concentra a maior parte, em quantidade, de transformações negativas, oito das doze destacadas no quadro. Ocupando o primeiro lugar, o de maior ocorrência nos discursos locais, está a perda do cenário de tranquilidade que tanto prezavam. Na ata da 31ª reunião em 2017 do Conselho Gestor da APA Ilha do Combu, já se falava sobre alguns problemas relacionados ao turismo, como o grande fluxo de pessoas navegando pelas águas locais gerando a necessidade de “melhorar o ordenamento do turismo nos fins de semana”. E aí está a primeira questão, o turismo no local não é mais de fim de semana e feriados, tendo os dias de segunda a quinta como momentos em que ainda usufruíam de calma (NUNES, 2017).

Essa configuração já se alterou, se antes havia eventualmente durante a semana apenas sob reserva prévia com os restaurantes, agora passou a ser movimentado de segunda a segunda, mesmo que ainda com maior fluxo seja nos finais de semana, com destaque para o domingo. Um exemplo é a Casa do Chocolate de Dona Nena que antes, quando a demanda de visitantes começou a aumentar, funcionava de quarta a domingo das 8h às 17h. porém, atualmente, devido ao aumento significativo da demanda, o estabelecimento passou a funcionar todos os dias, no mesmo horário, e os funcionários se organizam revezando os dias de folga, sendo duas vezes durante a semana e sem serem dias consecutivos. De acordo com Viviane, filha de Dona Nena, em apenas um dia do final de semana passam pelo local uma média de 600 visitantes²³.

²³ Tais informações coletadas ocorreram na pesquisa de campo realizada em 2019, podendo, agora, já apresentar novas mudanças.

Com o intenso crescimento da demanda, da quantidade de bares e restaurantes, e consequentemente da movimentação, cresce também o barulho com o qual todos precisam conviver, seja dos motores de tantas embarcações navegando pelas águas, da gritaria dos visitantes ou do som alto proveniente de alguns estabelecimentos. Além de ter muitos, e um do lado do outro, também estão perto das residências dos moradores, alguns inclusive que não atuam com o lazer e o turismo, mas se veem obrigados a lidar com essas questões. Tais reclamações, também foram apontadas em Rodrigues (2018), são recorrentes ao se tratar sobre o assunto ao conversar com moradores do local, como, por exemplo, o relato do interlocutor A:

quero que tu veja aqui pra cima, cara a casa uma em cima da outra. Aí é barulho de som para tudo que é lado, é ladrão, é traficante, tudo tem. Quer dizer, que a terra está encolhendo, e a gente vivia numa paz, era uma paz muito boa mesmo. E hoje em dia, eu pelo menos, eu quase não durmo, que é de noite e é barulho, é motor, é lancha, é grito, é festa, festa todo dia cara. Quer dizer assim, tem um horário para acabar, então quer dizer não é só eu que sofro, os animais também. (pesquisa de campo, 2022).

Outro aspecto ligado a essa questão está no fato de que a grande movimentação nas águas que compõem a ilha acabou por afastar os camarões e peixes que viviam no local e faziam parte da alimentação dos ribeirinhos. Em Nunes (2017) pode-se verificar que ainda era possível a prática, por exemplo, de colocar o matapi na beira do rio em frente suas casas para a pesca do camarão. Por todas as comunidades era muito comum ver vários matapis ao longo do rio, o que já não é mais visto hoje, principalmente nas comunidades Beira do Rio Guamá e Igarapé do Combu. Alguns ainda colocam, mas poucas vezes conseguem pegar algo, precisando, então, se locomoverem para um local distante para tal. Como relata o interlocutor B:

É muita lancha, então o Combu ele ficou muito cheio. Muita gente pra lá e pra cá. Não dá mais assim pra pessoa colocar o matapi, agora na beira já não pode porque não dá camarão mais (...) E se você colocar uma malhadeira pra pegar um peixe, não dá mais, porque não tem mais. É todo dia tem um fluxo de lancha dentro do Combu. (Pesquisa de campo, 2021).

Em segundo lugar, também relacionado ao crescimento do movimento na ilha, reflexo do que Prado (2003, p. 211) define como “densificação e excessos de todo o tipo”, estão relatos de brigas, roubos e até mesmo uso de drogas ilícitas. A sensação de insegurança cresce na ilha, inclusive com atuação dos que são chamados de piratas ou ratos d’água²⁴. Tanto em Rodrigues

²⁴ Exemplos de notícias sobre a questão da insegurança na ilha disponível em: <https://tvamazonia.com/noticia/199/desembargador-gilberto-pinheiro-e-amarrado-e-obrigado-a-fazer-pix-para-criminosos-em-ilha-do-para> e <https://www.pm.pa.gov.br/component/content/article/80-blog/news/4667-cipflu-realiza-operacao-preventiva-na-ilha-do-combu.html?Itemid=904>. Acesso em: 30 set. 2023.

(2018) quanto em relatos durante a pesquisa de campo, aparecem menções acerca do tema, que na verdade é uma realidade de várias ilhas dos arredores do local, sendo indicado que acontecem mais durante o período da noite. Por mais que, no Combu, ainda não pareça ser algo frequente, é alvo de preocupação por algo que começa a crescer no local.

Outro aspecto que, de certa forma, também contribui para a sensação de insegurança é a alta velocidade de vários tipos de embarcações, desde iates de pequeno e médio porte a jet ski. Além de contribuírem, de acordo com os moradores, fortemente com a erosão pelo qual a ilha vem passando, tem gerado acidentes. Este foi um dos primeiros problemas que comecei a escutar há alguns anos (NUNES, 2017), chegando a me ser relatado que já teve morador que ficou sem sua embarcação devido ter sido acertado por uma pessoa navegando de jet ski e que já aconteceu acidente fatal com um morador do local, mas que não houve consequências para essa pessoa por ser filho de alguém com elevado status social e econômico de Belém. Inclusive, um interlocutor afirmou que muitos utilizam jet ski alcoolizados ao saírem de restaurantes ou da prainha sazonal que fica próximo da ilha.

Este problema chegou a ser relato em reuniões no Conselho Gestor, como constam nas atas da 31ª reunião, em 2017 e na 35ª em 2019, pelos conselheiros que são moradores da ilha. O representante do INCRA sugeriu que fosse feita uma sinalização no local no intuito de educar e orientar os condutores que ali passassem. Isto de fato pode ser visto na figura 22 abaixo, onde mostra um banner indicando a necessidade de redução de velocidade. A sinalização é presente no Igarapé do Combu por ser a comunidade que mas é afetada com a questão por ter um fluxo intenso em um trecho de água estreito.

Figura 22 - Sinalização sobre a velocidade de navegação na Ilha do Combu



Fonte: Thainá Nunes, 2019.

Em quinto lugar aparece a precariedade dos já poucos serviços básicos ofertados na ilha. Uma das questões destacadas foi a UPA localizada na ilha, além de ter apenas um médico, não funcionar 24h, não tem remédio e apresenta dificuldade de armazenar vacinas devido o fornecimento de energia elétrica não ser de qualidade. Na maioria das vezes, de acordo com moradores locais, são encaminhados para o posto de saúde do bairro do Jurunas, afirmando alguns que as vezes acabam preferindo ir direto para lá devido esses problemas. Como acabado de mencionar, a energia elétrica também é algo que tem trazido alguns incômodos, pois fica oscilando. Isso ocorre porque a implantação do serviço foi baseada na demanda que havia na época que foi instalada, em 2011, e, como já exposto aqui, houveram significativas mudanças. A seguir, tem-se os apontamentos de moradores acerca do tema:

O ponto negativo foi isso e também. Como veio muito empreendimento para dentro da ilha a nossa energia ficou muito ruim pra gente, fraca, porque o pessoal chega instalam equipamentos pesado e aqueles que tem equipamento pequeno fica sofrendo porque a energia fica oscilando, não dá conta. Já era complicado, agora ficou pior. (Interlocutor B, pesquisa de campo, 2022).

Na verdade, a Celpa, na época, foi fazendo todo o cadastro do pessoal, mapeamento, e era tudo ribeirinho. E aí o cara não tinha um gerador, porque ia ter um freezer? uma máquina de bater açaí se vivia na lamparina? e aí o cara [da Celpa] foi lá, “você pretende usar o que na energia?”, um freezer, um ventilador, uma televisão. Era o sonho do ribeirinho que não tinha. E aí ele veio, botou 3 tomadas, 3 lâmpadas, pronto. 10 anos, vai fazer 11 anos de energia e nunca foi mudado. (Interlocutor P, pesquisa de campo, 2022).

Ligado a isso, outro ponto levantado por eles, estando na oitava colocação, é a entrada de muita gente de fora da ilha construindo seus empreendimentos no local, alguns se mudando para lá, outros apenas tem seu negócio na ilha, mas seguem morando em Belém. Cabe salientar que, nos mais de 10 anos que frequento e pesquiso o local, os ribeirinhos nunca mostraram aversão à chegada de pessoas externas. Pelo contrário, eram hospitaleiros encarando a vinda com alegria e orgulho, partindo da compreensão de que “se está vindo para cá é porque gosta daqui e do nosso modo de vida”, como é encontrado em Nunes (2017) onde discorro sobre identidade e pertencimento no local.

A questão, hoje, é que muitos dos que vem de fora estabelecer seu empreendimento na ilha, morando ou não, não parecem ter a intenção de estabelecer ligação com o lugar ou com a população nativa. E além disso, traz consigo sua própria perspectiva de vida, visão de mundo, sem buscar compreender a vida local estabelecendo ali uma relação puramente comercial, com

a intenção apenas de usufruir do local do outro para lucrar sem parecer se importar com as consequências para os que ali vivem.

Eu tenho assim pra mim que eles são interesseiros, cara, porque eles veem a gente trabalhar e aí eles compram pra fazerem o deles. Como tem acontecido com vários aí que ficam “ah vou comprar e fazer um restaurante” aí ficam nisso. São interesseiros, ou do gozo aqui que chama mesmo, gananciosos, né? (Interlocutor C, pesquisa de campo, 2022).

Esse olhar pautado pelo sentimento de ganância, com toque de inveja, de quem é de fora, pude perceber durante a participação de uma programação elaborada por um guia de turismo com parcerias locais, realizado em 2020. A atividade promovia o debate de novas possibilidades de roteiros turísticos elencadas pelos próprios donos de alguns restaurantes, sendo voltada para belenenses interessados pelo turismo realizado na ilha. Visitamos três estabelecimentos, e em todos eles um homem, aparentemente pequeno empresário de Belém, fazia os mesmos comentários, com não tão bem disfarçada jocosidade, de que eles, os ribeirinhos donos dos estabelecimentos, já estavam ricos.

Os comentários “engraçados” desse tipo se repetiam em vários momentos de maneira aleatória durante o debate, causando, inclusive, certo desconforto nos que estavam presentes que seguiram sem dar atenção ao indivíduo. No último destino, o dono do espaço respondeu ao comentário dele dizendo “sou rico por morar no meio da natureza”. O sujeito parecia estar ligeiramente incomodado com o sucesso daqueles ribeirinhos, demonstrava nada saber sobre a realidade local pensando apenas em quanto dinheiro estava sendo gerado pelo turismo na ilha.

A visão de muitos dos “forasteiros” acaba destoando em grande medida com a percepção local, prevalecendo a lógica do capital independentemente dos custos que isso possa trazer. Essa questão está interligada a outros problemas aqui já citados e a outras que ainda serão abordados, sendo fundamentais para as reflexões encontradas no capítulo quatro. Felizmente, há vários que estabelecem relações e parcerias com a população local, adquirindo produtos ou serviços locais, assim como desenvolvendo projetos sociais e atividades para a população local.

Agora, em sétima posição está algo que muito se debate no âmbito acadêmico, ao menos em Ciências Sociais na UFPA, diz respeito diretamente a nós pesquisadoras e pesquisadores, que é a falta de retorno das pesquisas realizadas no local. Na pesquisa de campo realizada até 2016 ainda não havia presenciado comentários especificamente com esse teor. Compreendia

que isso poderia estar ligado ao fato de que pareciam estar, de certa forma, acostumados com o contato com pesquisa e pesquisadores, já que em 1989, inclusive, foi estabelecida uma estação científica do MPEG no local (DERGAN, 2006), funcionando por bastante tempo. Porém, com o crescimento da popularidade da ilha, parece que também cresceu sua procura por pesquisadores e estudantes de graduação para realização de trabalhos acadêmicos de disciplinas. Observe o seguinte diálogo:

Interlocutor E: *É, na verdade, Thainá. Eu quero dizer que, espero que você não se ofenda, mas somos bombardeados com esse tipo de coisa aqui. Resultado, resultado e retorno? tenho 42 [anos] e nunca veio.*

Interlocutor P: *Têm uns alunos que fazem estágio e tal, precisa pesquisar uma coisa. Assim, e aí vinha muita gente, “há porque a gente veio pesquisar água. O senhor mora aqui quantos anos?” “tantos anos”, “você fatura, quanto?” Aí, “ah porque é pesquisa disso e disso” “Tá, A gente vai pesquisar sobre a água se é potável. Isso que serve pra Lava roupa e tal”. E vão embora. Não traz resultado nenhum. E aí sempre foi isso, entendeu? e aí só que assim, isso foi desgastando ribeirinho. Quando a pessoa fala ‘eu sou da universidade, queria fazer uma pergunta’, “não, eu tô ocupado. Não, não dá pra fazer”, porque a pessoa pega meia hora de pergunta, aí veio perguntar o nome do pai, mãe, filho e depois não dá um retorno pro ribeirinho para dizer “essa água aqui, tu não pode tomar banho porque está contaminada de fezes”.*

Interlocutor E: *Há Anos atrás teve uma pessoa que fez uma filmagem com o tio Herbe, finado, você lembra disso? E ganhou um prêmio no foi? Ganhou os prêmios. Passou pela televisão e tal. E ele morreu sem ter uma casa decente. (Pesquisa de campo, 2021).*

Não tenho a intenção, no momento, de aprofundar sobre essa questão em particular, mas é fundamental destacar o descontentamento com a prática acadêmico-científica ali realizada. Cabe destacar que, de fato, há retornos de pesquisa há muitos anos, como, por exemplo, o fato de que o relatório de pesquisa do pesquisador do MPEG, Anthony Anderson, foi o ponto de partida para a transformação da Ilha do Combu em APA (CIRILO, 2013). Ao longo dos anos observei várias iniciativas de pesquisadores com oficinas, implementação de tecnologias sociais, auxílio e acompanhamento de criação de associações.

Durante o tempo que frequentava o Campos de Pesquisa do Museu Paraense Emílio Goeldi, soube de algumas atividades realizadas na ilha, como oficinas para construção de hortas suspensas. Eu mesma atuei por um bom tempo no Projeto Social Sala de Leitura, da Dra. Denize Adrião, que, inclusive, contava em vários momentos com estudantes e pesquisadores levando resultados e atividades de pesquisa. Mais recentemente, houve a criação da Associação de

Mulheres Extrativistas do Combu (AME Combu) como resultado de um projeto de dissertação da UEPA²⁵.

Todavia, isso não deve descredibilizar tais reivindicações, mas deve nos levar a refletir mais seriamente sobre nossa atuação enquanto pesquisadores. Por mais que haja vários retornos, definitivamente há muitos que, após coletas de dados, desaparecem, ou mesmo que tenham atitudes durante o trabalho de campo que vão contra o que se debate como um pesquisador deve se portar no lócus de pesquisa, cuja situação nesse sentido já cheguei a presenciar. A chamada de atenção também vale para os que não atuam na área acadêmica, mas para qualquer profissional que tenha a intenção de realizar alguma atividade na ilha.

Há também, alcançando a 10^a colocação, o descontentamento da população com relação à gestão da APA, sendo indicada como péssima, chegando a desmotivar a participação dos conselheiros moradores da ilha nas reuniões, ou mesmo a se candidatarem para fazer parte do Conselho Gestor. Casado a isso, em 12^a posição, está a fraca fiscalização e controle do que acontece no local. Sobre esses aspectos em particular, será mais aprofundado no tópico seguinte.

Com relação a esfera ambiental, na terceira colocação, encontra a poluição, principalmente por parte dos visitantes. A principal questão levantada por eles é da quantidade de lixo na ilha, seja sendo de visitantes da ilha jogando lixo no rio, como lata de cerveja que certa vez presenciei durante a travessia, seja vindo do outro lado do rio, da Belém continental. De fato, esse é um tipo de comportamento, péssimo, rotineiro na área urbana de Belém, que acaba refletindo na ilha, como destaca o Interlocutor C:

Não tem educação, cara. Olha, cansei de falar aqui, pegar o microfone e falava. Que vinha família de Belém trazer a criança, que toma refrigerante, água mineral, e “pei” [joga] na água e eu “meu amigo, não faça isso, que o peixe, o camarão vai chorar”. Depois ele não pode sobreviver, ele não pode tomar essa água, tu pensa que o peixe não toma essa água? o camarão? Não faça isso, não faça isso, você está poluindo o nosso rio aqui, nosso rio. Aqui é onde a gente toma banho, aonde a gente pesca, entendeu? tudo isso que faz aqui, você joga isso aí, amanhã se o rio seca vai morrer, vai morrer eu, você vai morrer”, não é?! (Pesquisa de campo, 2022).

Em quarto lugar, aparece um motivo de preocupação de algum tempo para os moradores locais, a erosão e o desmatamento, principalmente da mata ciliar. De acordo com os moradores,

²⁵ Notícia disponível em: <https://herbariomfs.uepa.br/associacao-ame-combu/>. Acesso em: 10 set. 2023.

a velocidade, e quantidade, das embarcações tem contribuído muito para o desgaste do solo nas margens dos rios, acrescido a isso, está o fato de que, como as comunidades se localizam quase que exclusivamente nas margens dos rios, muitos acabam retirando desregradamente a vegetação da beira para construir seus estabelecimentos, utilizando partes cada vez maiores do terreno para isso. As figuras 23, 24 e 25, abaixo, demonstram um pouco dessa realidade.

Figura 23 - Árvore tombando em trecho do Igarapé do Combu



Fonte: Thainá Nunes, 2017

Figura 24 - Barreira para evitar a força da água e a erosão no restaurante Casa Combu



Fonte: Thainá Nunes, 2019

Figura 25 - Casa caída após aumento do nível das águas e erosão na Ilha do Combu



Fonte: Thainá Nunes, 2020.

Seria importante estudos ambientais especializados que possam apontar um laudo sobre essa situação encontrada na ilha, indicando possibilidades para que isto seja mitigado. Silva (2019) aponta algumas alternativas de técnicas, como gabião regional, revestimento com árvores, parede Krainer e esteira viva. Para além disso, obviamente, tem-se a sinalização de redução de velocidade das embarcações, que já está sendo feito, e regulamentação do uso da terra através do Plano de Manejo, casado com uma fiscalização que o faça ser cumprido.

Outra transformação negativa, estando em 6º lugar, destacada pelos moradores, muito comumente atrelada à intensificação do turismo na localidade receptora, é o surgimento, ou crescimento, da especulação imobiliária (PAIVA, 1995, IGNARRA, 1999; PRADO, 2003; QUARESMA; CAMPOS, 2011; BARBOSA; CAMPOS, 2017; PEREIRO; FERNANDES, 2018). Tal fato foi ressaltado na 35ª reunião do Conselho, em 13 de agosto de 2019, pela conselheira e moradora da ilha Izete dos Santos Costa, ao relatar a “venda desregrada de terrenos pelos próprios ribeirinhos para pessoas estranhas, que não fazem parte da comunidade” (IDEFLOR-BIO, 2019c, não paginado). Está questão é mais complicada quando, como no caso da Ilha do Combu, se trata de uma Unidade de Conservação. O que também terá aprofundamento maior a seguir.

Por fim, em 11º lugar, encontram-se as alterações nos aspectos tradicionais da cultura local, como parte da ambiguidade do poder do turismo na esfera cultural (QUARESMA; CAMPOS, 2011). Apesar de não aparecer tanto, ao menos diretamente, nos relatos dos

ribeirinhos, é algo bastante visível a um olhar mais atento, sendo que, ao meu ver, estaria entre as primeiras colocações sobre as transformações negativas.

Em geral, se associa um certo afastar das atividades extrativistas, prevalecendo as ligadas ao turismo, por ser o que possibilita um retorno financeiro maior. Há também um aparente crescimento do desinteresse de jovens de aprenderem tais práticas tradicionais, algo também identificado em demais estudos sobre o tema em populações tradicionais, como em Falcão, Cardoso e Simonian (2012) e Adrião (2003), por exemplo. Se antes a principal atividade econômica na ilha era o extrativismo, hoje, cada vez mais, acaba sendo para muitos a segunda fonte de renda.

Muitos, inclusive, deixando de vez essa atividade para trabalhar apenas com o lazer e turismo, seja como dono de um estabelecimento, como funcionário, ou como barqueiro. Muitos estudiosos da área apontam esta mudança, essa descaracterização cultural, como algo frequente em contextos semelhantes (IGNARRA, 1999; PAIVA, 1995; QUARESMA; CAMPOS, 2011). Prado (2003, p. 208) indica que uma das “passagens” da realidade encontrada em Ilha Grande no, Rio de Janeiro, como “da pesca ao turismo”, pode-se dizer que, talvez, estejamos presenciando uma passagem semelhante na Ilha do Combu, sendo, nesse caso, do extrativismo ao turismo.

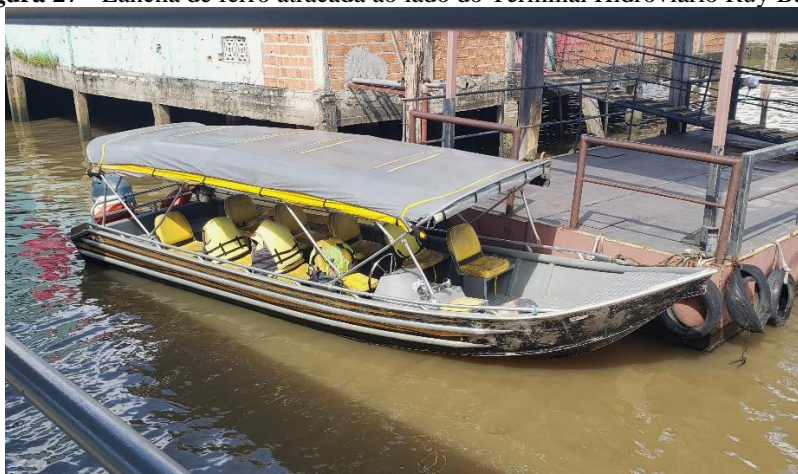
Outra questão observada reflete aspectos mais visíveis dos padrões tradicionais, como as embarcações, assim como “a arquitetura tradicional local [que] também pode se transformar a partir de uma demanda turística” (IGNARRA, 1999, p. 123). No primeiro caso, cresce a troca do tipo de embarcação tradicional regional, conhecido como “pôpôpô” (figura 26), pela lancha de metal (figura 27).

Figura 26 - Barco tradicional da região (pôpôpô) navegando pelo Rio Guamá



Fonte: Thainá Nunes, 2015

Figura 27 - Lancha de ferro atracada ao lado do Terminal Hidroviário Ruy Barata



Fonte: Thainá Nunes, 2021

A mudança não foi total, ao menos ainda, mas, desde que foi inaugurado o novo terminal, nas vezes em que por ali atravesssei, encontravam-se apenas as lanchas. Navegando pela ilha ainda se vê muitos barcos tradicionais, inclusive realizando passeios. De acordo com moradores que possuem lancha, esta se apresenta como uma alternativa mais rápida – na travessia-, prática e barata. Assim, gastam menos gasolina, fazem mais viagens sem ter que esperar tanto até encher, minimamente, a embarcação para compensar. Alguns tem os dois tipos de embarcação, destinando o de modelo tradicional para passeios de grupos maiores pré-agendados.

Com relação à arquitetura tradicional local, já era possível observar a mudança paulatina do estilo das casas, palafitas de madeira, para de alvenaria, chegando a ter de dois andares e, mesmo que de madeira, sendo construída acima do trapiche (NUNES, 2017). A construção de uma casa em local de várzea precisa ter o cuidado de ser condizente com essa condição, sendo

de alvenaria ou não. Não é pertinente julgar o desejo e escolha de ribeirinhos que buscam certos aspectos do conforto urbano, inclusive tecnológico, como se fosse um abandono, ou até desvalorização, da cultura que eles mesmos ali constituíram.

Barreto (2003b) faz reflexão semelhante em seu livro, tendo como foco a cultura caiçara. Seria produtivo investigar mais a fundo essa questão, sob suas perspectivas. Mas acho interessante evidenciar que, de acordo com Silva (2019), que realizou pesquisas no local para seu trabalho de conclusão de curso em arquitetura, o estilo mais tradicional, além de ser mais coerente com o ambiente de várzea proporcionam maior ventilação e menor acumulação de calor no interior das residências e, com pouca retirada da vegetação, auxilia na captação do vento e protege contra a radiação do sol.

Mas, ligado diretamente ao turismo e lazer, tem-se grandes mudanças na tradicionalidade na estrutura dos bares e restaurantes, que antes possuíam um visual mais rústico e simples (figura 28). O foco era estabelecido no atrativo principal que era a proximidade com a mata e o rio, com o estilo de vida ribeirinho e sua tranquilidade, longe da agitação urbana e de seus artigos luxuosos, e um tanto quanto supérfluos, que, se quisessem, tanto eles quanto os visitantes, encontravam ali perto, do outro lado do rio.

Figura 28 - Restaurante Saldosa Maloca que segue sem abrir mão da tradicionalidade



Fonte: Thainá Nunes, 2020

O restaurante Chalé da Ilha do Combu também trouxe consigo a concepção de investimento a estrutura do espaço, aumento sua atratividade para os visitantes), porém estabelecendo um diálogo entre o moderno e o tradicional. Ele demonstrou que dá para aperfeiçoar o espaço, deixando-o mais elegante sem perder seu elo com os aspectos tradicionais

loais (figura 29). Seguindo sua deixa, outros ribeirinhos resolveram também investir para aprimorar os seus espaços (figura 30).

Figura 29 - Restaurante Chá da Ilha do Combu



Fonte: reprodução, rede social, 2023.

Figura 30 - Restaurante AHO na Ilha do Combu



Fonte: Thainá Nunes, 2022.

Obviamente, os empresários externos à ilha, os com maior poder aquisitivo, também chegavam à ilha trazendo seus aspectos modernos urbanos para inserir em seus empreendimentos na ilha. A lógica por trás dessa ação pode se enquadrar no exposto por Ignarra (1999, p. 123), de que visitantes apesar de querer conhecer um lugar diferente de sua origem “quer também o conforto com o qual ele está acostumado em sua casa. Assim, a arquitetura local passa a incorporar estes quesitos de conforto que não são tradicionais no local”. Assim,

os componentes rio e mata ficam relegados para segundo plano, se tornando espaços modernos muito bem arborizados.

Essa realidade também tem se expandido para as hospedagens que tem surgido na ilha, como pode ser observado a figura 31. Percebe-se nesse estabelecimento, que é bar, restaurante e hospedagem, que se uma pessoa desavisada e distraída enquanto passeia pela sua rede social, ao se deparar com essa foto, mesmo sendo frequentadora da Ilha do Combu facilmente não identificaria que era ali que esse espaço se encontra. Poderia facilmente por um estabelecimento na Belém Urbana.

Figura 31 - Terraço da Ilha Pousada e Restaurante na Ilha do Combu



Fonte: reprodução, rede social, 2023.

Assim, novos elementos externos vão se consolidando como algo comumente encontrado naquele lugar ribeirinho, como, principalmente, piscinas, espreguiçadeiras, e, em caso de hospedagem, ar condicionado e até hidromassagem. Mesmo que possa não ser da vontade de alguns ribeirinhos, a competitividade desleal desses restaurantes e hospedagens acabam por pressioná-los a se adaptar para que não perca e/ou conquiste essa demanda que, em parte, tem preferido tais tipos de lugares. Porém, ainda há os empreendedores externos que buscam manter a essência tradicional local imbricados com elementos do conforto moderno, cuja a diferença é bastante evidente (figura 32). Assim como há também visitantes que seguem buscando algo mais autenticamente ribeirinho.

Figura 32 - Bangalô Combu, hospedagem



Fonte: reprodução, rede social, 2023.

Percebe-se aqui a dimensão do que Prado (2003) prefere denominar de “invasão do turismo”, substituindo o termo explosão do turismo, apresentando-se para os ribeirinhos enquanto um dilema. A tranquilidade de outrora, com menos oportunidades e renda para muitos, versus mais renda, trabalho e reconhecimento, atrelado a um cotidiano agitado e barulhento, típico do lado urbano do rio, que tanto evitavam.

Outros elementos que aqui deixam de constar, serão abordados no decorrer da tese, pois suscitam outras discussões pertinentes ao propósito desta. Cabe ainda destacar, que essa realidade de turistificação até aqui exposta se estabelece de maneira desigual entre as comunidades. Como indica Graburn (2009, p. 38), deve-se “reconhecer que, apesar de o desenvolvimento do turismo poder aumentar a renda e o emprego pode também aumentar as desigualdades econômicas e políticas na comunidade receptora”.

A concentração ocorre em duas das cinco comunidades, na Igarapé do Combu e na Beira do Rio Guamá, onde se encontram a maior parte dos estabelecimentos voltados para o lazer e turismo, e, conseqüentemente, tem um fluxo mais intenso de visitantes, e dos bônus e dos ônus da atividade. Na comunidade Furo do São Benedito, a partir de 2020, parece ter começado ser um novo foco para novos empreendimentos, mesmo que ainda timidamente. Talvez pelo fato de as comunidades citadas anteriormente já estarem ficando abarrotada, ou também pelo fato de fugir dessa agitação. Em todo caso, no momento são apenas hipóteses. As comunidades Furo

da Paciência e Igarapé do Piriquitaquara ainda permanecem distante da algazarra que tem se tornado aquele eixo principal da atividade na ilha. Porém, até quando?

2.3 - Uma Área de Proteção Ambiental, seu Conselho Gestor, os órgãos públicos e várias adversidades

As complicações que vêm surgindo, como já visto até aqui, se agravam pelo fato do local ser uma Área de Proteção Ambiental. Devido a isso, poderia se ter a ideia de que, então, que o turismo se desenvolveria de maneira organizada, ou ao menos minimamente controlada. Infelizmente não é o que comumente acontece, como pode ser visto em Quaresma e Campos (2011) e Prado (2003), por exemplo.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS):

O Estado do Pará possui um índice de áreas protegidas bastante significativo, figurando como o estado brasileiro com o maior número de Unidades de Conservação Federais, visando à proteção das comunidades, a proteção de áreas que dão o acesso a essas populações, no modo de vida associado ao extrativismo, através de reservas, nas unidades de uso sustentável e em áreas que ainda necessitam ser conservadas e transformadas em Unidades de Conservação – UCs. (PARATUR, 2009, p. 12).

A Ilha do Combu faz parte desse cenário, tendo sido importante sua instituição enquanto uma Área de Proteção Ambiental. Não somente pelos objetivos pelos quais se pauta a criação de uma Unidade de Conservação, mas também pelo fato do local se encontrar tão próximo a uma realidade urbana, apresentando grande risco de ser cooptada pelos interesses urbanos da vida moderna. Questões internas também levantavam algumas preocupações que mereciam atenção e auxílio da ciência e de órgãos públicos.

O destaque da ilha começou com a atuação do MPEG, principalmente na figura do pesquisador Anthony Anderson e sua equipe que atuavam no local. O pesquisador foi o primeiro a constatar e divulgar a possibilidade de uma degradação futura a partir da derrubada desenfreada das palmeiras para extração do palmito, o que, inclusive, está indicado na Lei Estadual nº 6.083/97 de criação da APA (PARÁ, 1997, p. 1):

Art. 2º – Na elaboração dos estudos básicos, plano de manejo, implantação e funcionamento da APA do Combú, serão adotadas, entre outras, as seguintes medidas:

(...)

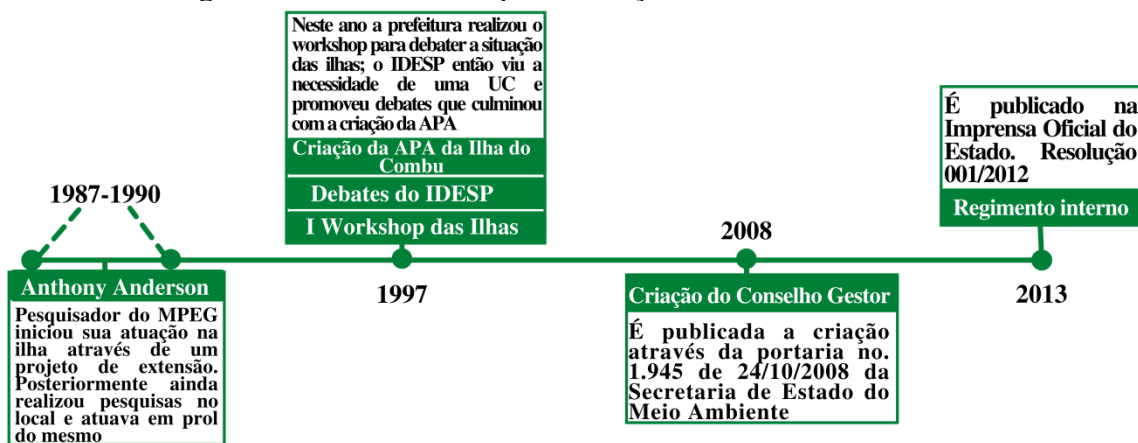
IV. A utilização dos instrumentos legais e dos incentivos financeiros governamentais, para assegurar a proteção e uso racional dos recursos naturais;

V. Aplicação, quando for necessário, das medidas legais destinadas a impedir ou evitar o exercício de atividades causadoras de sensível degradação da qualidade ambiental, em especial as atividades de derrubada dos açazeiros, para a retirada do palmito;

VI. A divulgação das medidas preventivas desta Lei, objetivando o esclarecimento do povo, em especial, a comunidade local, sobre a APA e suas finalidades.

Foi através de um projeto de extensão, durante o período de 1987 e 1990, que Anderson relatou sua surpresa com a conservação ambiental do local, mesmo estando muito próxima a uma área urbana. Também foi nessa época que soube de planos que estavam sendo debatidos sobre a construção de uma ponte que passaria pela ilha, então, para preservar o local e o modo de vida de sua população ribeirinha, sugeriu em seu relatório a necessidade de a ilha ser transformada em uma Unidade de Conservação (CIRILO, 2013). Na figura 33 abaixo é possível observar o resumo do que envolveu o processo de criação da APA.

Figura 33 - Linha do tempo da Criação da APA Ilha do Combu



Fonte: Cirilo (2013); Pará (1997;2008; 2013), sistematizado pela autora

Em 1997 ocorreram, de fato, os processos essenciais que culminaram na criação da APA, sendo o primeiro o Workshop das Ilhas realizado pela Prefeitura de Belém, e o segundo foi o Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (IDESP), que tomou conhecimento dos resultados da pesquisa de Anderson e viu a importância de incluir a ilha nos projetos de UC de áreas em região metropolitana. Porém, a movimentação com relação a essa APA, oficializada em 1997, aparentemente logo esfriou, pois foi somente em 2008 que o Conselho Gestor foi criado e empossado. Ou seja, um dos elementos principais na gestão de uma Unidade de Conservação só passou a existir quase dez anos após a criação da mesma. E, para completar, somente cinco anos depois o Conselho passou a ter um regimento interno oficial.

Apesar do processo de criação da APA ter se dado de forma rápida, os demais pontos cruciais do funcionamento da mesma se arrastaram, e ainda se arrastam, de maneira bem lenta. Primeiramente, no que diz respeito ao Conselho Gestor, este, que tem caráter deliberativo, também desde o início vem enfrentando dificuldades. Inicialmente o órgão a frente era a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), sendo definido que a composição do Conselho seria de 20 membros, divididos igualmente entre representantes do poder público e da sociedade civil. Nestes últimos se incluem as comunidades locais, instituições de pesquisa, Organizações Não-Governamentais (ONG) e Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), tendo cada membro um suplente (PARÁ, 2008).

No estudo realizado por Cirilo (2013) é possível visualizar que logo nos seus primeiros anos os objetivos elencados pelo Conselho não foram alcançados em sua plenitude. No quadro 8 abaixo a autora sistematizou as atividades que tinham sido definidas em cada ano, e comparou os resultados mostrando a porcentagem aproximada do que não foi concluído. O Conselho começou suas atividades ao final do ano de 2008, e das atividades planejadas para o ano seguinte, primeiro ano de atuação de fato do mesmo, apenas 22% foram concluídas. E como é possível observar, nos anos seguintes também não obtiveram êxito no que tinha sido programado, chegando a não concluir sequer uma atividade no ano de 2012.

Quadro 8 - Conclusão das atividades da gestão da APA da Ilha do Combu para o período de 2009-2012²⁶

ANO	Nº DE ATIVIDADES PLANEJADAS	ATIVIDADES CONCLUÍDAS (%)	ATIVIDADES NÃO CONCLUÍDAS (%)
2009	9	22%	78%
2010	7	14%	86%
2011	8	25%	75%
2012	6	0%	100%

Fonte: Cirilo, 2013.

No artigo 2º da lei de criação da APA (1997), citado anteriormente, consta no item VI que haveria a divulgação do conteúdo desta lei para que fosse esclarecido o funcionamento e a finalidade de a APA, principalmente para as comunidades locais. O que se percebeu é que isto não foi feito de maneira satisfatória, pois muitos sequer tinham o conhecimento de que a Ilha

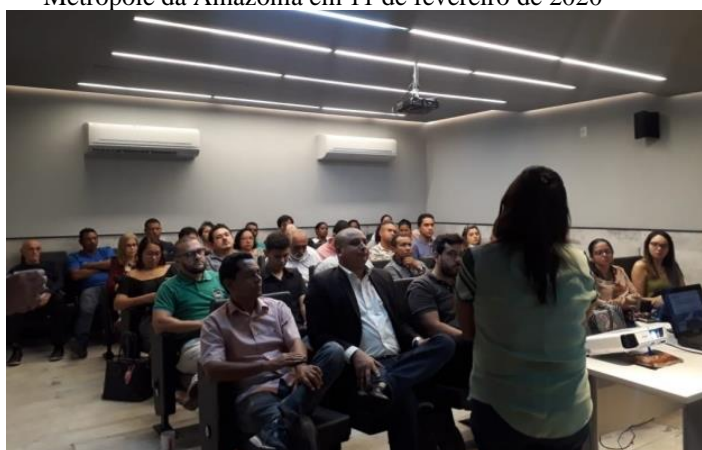
²⁶ porcentagens aproximadas

do Combu havia se tornado uma Unidade de Conservação. Em minhas pesquisas até o ano de 2016 a maioria dos entrevistados não sabia precisar o que significava o fato da ilha ser uma APA. Os que tentaram dar alguma resposta a resumiam em proteger a natureza. Hoje essa questão parece estar mais esclarecida, para alguns, que, inclusive, reivindicam tal pauta face a expansão do lazer e turismo no local.

Atualmente a administração e presidência da APA, e consequentemente do Conselho Gestor, é responsabilidade do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (Ideflor-bio). Uma das principais questões observadas acerca dessa mudança é que as pautas e demandas da APA da Ilha do Combu são discutidas e gerenciadas em conjunto com o Conselho Gestor do Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia, o que pode haver seus pontos positivos, porém certamente existem os negativos. Afinal, se os esforços da presidência de um único Conselho Gestor não conseguiram garantir completamente seu funcionamento, como é possível ter resultados diferentes quando dois Conselhos são executados simultaneamente? A fusão ocorreu devido ao Ivan José dos Santos, do Ideflor-bio, ser presidente de ambos os Conselhos.

Em 12 de setembro de 2019 foi publicado no Diário Oficial do Estado, nº 33978, um edital de chamada pública para cinco vagas no Conselho Gestor da APA em questão. Este foi empossado em 11 de fevereiro de 2020, com 18 representações, dos quais apenas 13 estavam presentes. O Conselho tinha a vigência de dois anos (2020-2022), com reuniões que acontecem na sede do Ideflor-bio, no Parque Estadual do Utinga (figuras 34).

Figura 34 - Reunião de posse dos Conselhos gestores da APA da Ilha do Combu e do Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia em 11 de fevereiro de 2020



Fonte: divulgação Ideflor-bio.

O Conselho deliberativo é de extrema importância na gerência de uma Unidade de Conservação para garantir que se faça cumprir o seu propósito, para auxiliar o gestor que não pode, e nem deve, concentrar todas as ações em si, dentre outros tantos motivos. Algo que vale a pena ressaltar é a importância de que seja uma gestão participativa, principalmente no que diz respeito à população local que é a mais diretamente afetada por tudo que acontece na ilha. De acordo com a Portaria no. 1.945 de 24 de outubro 2008, da Lei Estadual de criação do Conselho:

Art. 2º - Compete ao Conselho da APA da Ilha do Combu:

- I - acompanhar a elaboração, implementação e revisão do Plano de Manejo da Unidade de Conservação, garantindo o seu caráter participativo;
- II - buscar a integração da Unidade de Conservação com as demais unidades e espaços territoriais especialmente protegidos e com o seu entorno;
- III - envidar esforços para compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a unidade;
- IV - avaliar o orçamento da unidade e o relatório financeiro anual elaborado pelo órgão executor em relação aos objetivos da Unidade de Conservação;
- V - ratificar a contratação e os dispositivos do termo de parceria com Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, no caso de gestão compartilhada da unidade por determinação do órgão executor;
- VI - acompanhar a gestão por OSCIP e recomendar a rescisão do termo de parceria, quando constatada irregularidade, no caso do inciso anterior;
- VII - manifestar-se, sempre que solicitado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA, sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto na Unidade de Conservação;
- VIII - propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar a relação com a população do entorno ou do interior da unidade; e
- IX - elaborar o seu regimento interno.

Gostaria de destacar a primeira competência do Conselho, que é de extrema importância, inclusive no que se refere ao tema aqui tratado, que é a elaboração e implementação do Plano de Manejo. Este item se repete no regimento interno publicado na Imprensa Oficial do Estado (PARÁ, 2013, caderno 2, p. 07) em 08 de janeiro e na sua versão atualizada na resolução 01/2017 publicada em 19 de junho no Diário Oficial (PARÁ, 2017, Nº 33397, p. 27): “Art. 9º. Compete à Assembleia Geral: (...) IX - acompanhar a elaboração, implementação e a revisão do Plano de Manejo; X - zelar pelo cumprimento do Plano de Manejo da APA da Ilha do Combu”.

Agora, a pergunta que se sobressai em minhas reflexões é: como zelar pelo cumprimento de um plano que ainda não existe? Se o regimento interno, item IX também do artigo 2º da lei de criação do Conselho Gestor, foi finalizado somente cinco anos após a posse dos primeiros membros, quanto tempo irá levar para que finalmente seja produzido tal documento? No momento, já fazem 15 anos desde a posse do Conselho e a Ilha do Combu segue sem seu

principal instrumento que é o Plano de Manejo. A lei N° 9.985, de 18 de julho de 2000, que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), artigo 2º, esclarece sobre esse documento:

XVII - plano de manejo: documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma Unidade de Conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade. (BRASIL, 2000).

Nesse mesmo documento, o artigo 27 afirma que “as unidades de conservação devem dispor de um Plano de Manejo”, sendo que no inciso 3º fica estabelecido um prazo máximo de cinco anos a partir da data de criação da UC. Apesar da existência dessa legislação, parece ser uma realidade apenas formal que não encontra seu reflexo na realidade.

Apesar da elaboração do plano de manejo ser obrigatória em um prazo máximo de cinco anos após o decreto de criação da Unidade, a maioria (70%) dos planos das Unidades de Conservação da Amazônia Legal ainda não foi iniciada ou não está concluída. Das 308 UCs estaduais e federais analisadas, apenas 24% possuíam planos de manejo aprovados; 1% estava com seus planos em fase de revisão; 20% estava na fase de elaboração, e 50% sequer tinham iniciado seus planos de manejo em dezembro de 2010 (VERÍSSIMO ET AL, 2011, p. 31 *apud* QUARESMA; CAMPOS, 2011).

Apesar do dado ser de 2011, já mostra que não é recente esse cenário alarmante, pois de acordo com Flores et al (2022) a Amazônia segue com 75,5%, ou seja, 244 unidades, sem plano de manejo. Apesar das disposições legais, muitas unidades que conseguem obter seus planos parecem ter que esperar bastante tempo. Quaresma e Campos (2011) apontavam a mesma problemática com relação à APA de Algodual/Maiandeuá, onde seu processo de turistificação não condizia com os objetivos de uma UC. No ano seguinte, em 2012, essa meta foi enfim alcançada²⁷, passados 22 anos desde a criação da respectiva unidade, sendo que o local é um destino turístico bastante procurado no estado, e mesmo após o documento segue enfrentando várias problemáticas devido o turismo (MORAIS, 2022).

No caso da APA Ilha do Combu, se for contar desde a data de sua criação, já se passaram quase 26 anos. No PDITS supracitado (PARATUR, 2009), é apontado que na ausência do Plano de Manejo, ou Plano Diretor como aparece no documento, a ilha então teria como parâmetro o Plano Diretor de Belém, instituído pela Lei nº 8.655/08. Neste documento a Ilha do Combu

²⁷ Disponível em: https://documentacao.socioambiental.org/ato_normativo/UC/2114_20160311_175754.pdf. Acesso em: 20 out. 2023.

não aparece vez alguma diretamente, estando genericamente inclusa na Macrozona do Ambiente Natural (MZAN) da cidade, cujas diretrizes são:

- I - organizar e utilizar, de forma adequada, o solo municipal com vistas a compatibilizar sua ocupação com as condições exigidas para a conservação e melhoria da qualidade ambiental do Município;
- II - recuperar áreas degradadas, livres ou ocupadas, potencializando as suas qualidades materiais e imateriais para que possam ser incorporadas a Unidades de Paisagem;
- III - mitigar os impactos advindos da sazonalidade de uso intenso das ilhas, sem prejuízo à população local;
- IV - resgatar e valorizar a fisiografia e a visualização dos elementos naturais e paisagísticos peculiares das ilhas;
- V - assegurar espaços necessários, em localização adequada, destinados ao desenvolvimento de atividades humanas;
- VI - respeitar as características geomorfológicas do sítio das ilhas, para a adequação dos usos e atividades;
- VII - incentivar o turismo nas ilhas, por meio de programas que evidenciem o meio ambiente, a diversidade cultural, a paisagem e as características locais típicas das ilhas fluviais do Município de Belém (BELÉM, 2008, p. 46).

Percebe-se que as diretrizes não estão inteiramente coerentes com as realidades dos fatos na localidade, assim como não estão sendo respeitadas todas as definições acerca das atividades que poderiam ser realizadas nesses espaços. A saber:

- I - agricultura, em pequena escala ou de produção familiar;
- II - extrativismo vegetal e extração mineral em áreas previamente definidas pelo Poder Público, respeitadas as premissas legais e normas ambientais vigentes;
- III - pesca e criação de espécies aquáticas, respeitadas todas as premissas legais;
- IV - turismo ecológico, cultural e de aventura;
- V - esportes náuticos, desde que não coloquem em risco os ecossistemas aquáticos;
- VI - lazer e contemplação;
- VII - habitação unifamiliar de baixa densidade e núcleos tradicionais familiares;
- VIII - atividades de ensino e pesquisa compatíveis;
- IX - serviços e equipamentos públicos de caráter local (BELÉM, 2008, p. 47).

O decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que regulamenta artigos do SNUC, em seu artigo 15, institui que até que se tenha um Plano de Manejo a UC deve ter ações de proteção e fiscalização formalizadas de alguma forma. Por mais que o Plano Diretor de Belém possa se encaixar nessa norma estabelecida, este documento não prevê a fiscalização para que se faça cumprir qualquer regra que seja em relação ao que foi posto. E mesmo que tivesse, acho difícil que se fizesse cumprir também.

Este é um grande contributo para o que vem acontecendo no tocante a turistificação da Ilha do Combu, pois não há regras específicas estabelecidas, e nem qualquer tipo de controle do que ali acontece. Assim como em Ilha Grande analisada por Prado (2003), há o reconhecimento do crescimento do turismo desordenado no local, haja vista que não foi nada

planejado, sendo debatido nas reuniões do Conselho Gestor, porém sem refletir em ações mais concretas. Resta para a população o descontentamento, a necessidade de lidar com as consequências por conta própria, e aos que vêm de fora fica o “sinal verde” constante para que façam quase tudo o que quiserem para usufruir, e lucrar, com o local.

Como destaca Prado (2003), locais como uma UC são vistos como um paraíso ecológico do qual se possa usufruir, inclusive através do lazer e turismo, mas tendo o cuidado de preservar. Como já mencionado anteriormente, o turismo nesses locais pode contribuir para aumento de renda da população e promoção do desenvolvimento local. Como ressalta Ignarra (1999, p. 113) “com a possibilidade da população local auferir lucro com a visitação turística é evidente que a mesma terá interesse na preservação deste patrimônio natural”. Entretanto, é importante tomar cuidado para não romantizar nativos de qualquer lugar e permanecer atento para os contextos complexos que as localidades apresentam.

Obviamente, a Ilha do Combu por tanto tempo se mantendo com um meio ambiente bastante preservado se deu principalmente pela população que ali habita ter um modo de vida que se coaduna com essa realidade. Porém, eles não são naturalmente totalmente conservacionistas, nem estão passíveis de erros, intencionais ou não. Há a questão de falta de informação, ou mesmo de decisões arriscadas frente a um contexto de dificuldades, como, por exemplo, foi o caso de anos atrás estarem desmatando as áreas de açazais para a retirada do palmito na entressafra do fruto para obtenção de renda em um momento de vulnerabilidade. Há possibilidade também de serem seduzidos pelo dinheiro e/ou oportunidades que suas ações possam render.

Como já exposto, há um grande problema na ilha relacionado à venda de terrenos para pessoas de fora da comunidade, seja para construírem estabelecimentos ou para se tornarem novos moradores. De fato, navegando pela comunidade Igarapé do Combu foi possível observar um banner anunciando um terreno, com casa e trapiche, à venda (figura 35). Isto não é recente, pois durante pesquisa de campo anterior (2015-2017) houve um interlocutor que afirmou que já houve casos de venda de restaurante/bar para pessoas de fora da ilha, assim como de casas (NUNES, 2017).

Figura 35 - Terreno à venda na Ilha do Combu, Comunidade Igarapé do Combu



Fonte: Thainá Nunes, 2019.

Em uma rápida pesquisa na internet não foi difícil achar anúncios de venda de terreno na ilha (figura 36), com valores entre R\$ 20.000,00 a R\$ 30.000,00²⁸. De acordo com um interlocutor, muitos estão vendendo para se mudar para Belém e outros para poder comprar lancha para trabalhar com o lazer e turismo na ilha. Outro interlocutor informou que alguns barqueiros servem de mediadores entre quem quer comprar e quem tem interesse em vender, combinando com este último cobrar um valor a mais como uma espécie de comissão.

Figura 36 - Anúncios de venda de terreno na Ilha do Combu

Imagem	Preço	Descrição	Localização
	R\$80.000	Terreno na ilha do combu 38x500 Terreno na ilha do combu ,próximo ao furo são benedito, já com uma casa medindo 5x16 com patio, sala, 2/4 [...]	Belém, PA
	R\$45.000	Vendo Terreno de 1.500m² na Ilha do Combu Vendo Terreno de aproximadamente 1.500,00 m² na Ilha do Combu em Belém do Pará, contendo diversas árvores [...] 1 Vaga na garagem	Belém, PA
	R\$20.000	Sítio na ilha do combu Ótimo para restaurante e descanso. Fazenda / sítio com venda por R\$20.000, localizado em Guamá, Belém	Guamá, Belém - PA

Fonte: Site pa.mgfimoveis.com.br, 2020.

Além das questões ambientais suscitadas, tem as questões sociais e também legais relacionadas a regulamentação de uma Unidade de Conservação. Um interlocutor, inclusive,

²⁸ Valores encontrados em novembro de 2020.

afirmou que se tiver denúncias pode ocasionar conflitos, pois alguns querem se beneficiar dessa oportunidade, ainda mais com a procura pela ilha aumentando. Porém, na Ilha do Combu:

Por ser uma APA, eles não são, oficialmente, proprietários das terras, já que são terras públicas da união, os moradores locais tem a concessão de uso para morar e para executar suas atividades econômicas. Os ribeirinhos da ilha não possuem o documento de posse da terra, pois é de patrimônio da união, o que eles possuem é um documento de permissão de uso, indicando que moram lá. Seu Careca disse que foram pessoas na sua casa, tiraram uma foto dele em frente da mesma para registrar quem está morando naquele terreno, que será passado para seus descendentes (NUNES, 2017, p. 70).

De acordo com Rodrigues (2018), muitos são os que sabem que não é permitida essa prática, mas, em sua interpretação, muitos não entendem que suas atitudes são erradas. Há também, de acordo com interlocutores, os “espertos” que tentam ludibriar o comprador vendendo uma pequena porção na beira do rio que já está apresentando sinais de erosão, com a expectativa que, em um futuro não tão distante, esse local seja tomado pelo rio, deixando assim de ter esse vizinho indesejado. Há também os que acabou se deixando levar pelo dinheiro, vendeu um terreno ao lado de sua casa e se arrependeu devido ao barulho produzido pelo novo vizinho, inclusive até de madrugada, que não se preocupa se está incomodando. Como comenta dois interlocutores:

Interlocutor B: *Objetivo maior também é se fortalecer, porque a ilha está crescendo, então crescer de forma ordenada, sem bagunça, sem barulho. A gente quer chegar no nível de evitar essas festas que vira noite que isso aí não é legal.*

Interlocutor P: *Tem órgão competente para isso. Porque se a gente chegar com o cara lá, “olha, a gente não quer que tu faça isso”. Aí vai ficar como inimigo ali de vizinhos que tu cresceu junto, entendeu? E o que a gente quer é que esses órgãos competentes venha fiscalizar e punir. Entendeu? “a se tu continuar aqui, tu vai pagar multa de x ou tu fecha”. É definir a norma. “A norma da ilha é essa”, entendeu? (pesquisa de campo, 2021).*

Em Rodrigues (2018) se observa o desagrado do desenrolar de todo esse processo, tanto com relação ao IDEFLOR-Bio quanto a outros órgãos do poder público. E, assim como durante a pesquisa de campo, há a reivindicação do Plano de Manejo que nunca chegou, como pode ser visto no relato abaixo.

Sou um dos fundadores da APA. Fui conselheiro, era o gestor Justino Rego, eu queria era dar porrada nele na frente de todo mundo. Somos pessoas simples, mas não gostamos de ter problemas, principalmente na questão financeira. Fizemos o levantamento topográfico, pra fazermos o que é meu sonho de realização um dia, fazer o plano de manejo da ilha que não temos, meu sonho, que vai dizer a regra, impor a regra pra ser levada a sério. Aí foram colocar a energia elétrica na ilha, aí na prestação de contas nem me convidaram. Sabe quanto a gente colocou de gasolina

no barco pra rodar a ilha fazendo as coisas? 30 mil reais pra rodar a ilha
(Interlocutor E, pesquisa de campo, 2021).

Cabe destacar que vários interlocutores informaram que não têm o interesse de expulsar os que ali já estabeleceram residência ou estabelecimento comercial, mas que o que reivindicam são regras para organizar a situação, um pouco caótica, em que a ilha se encontra. Desejam também que não sintam que seu território está sendo invadido por empresários forasteiros de maneira indiscriminada, sem o aceite coletivo e sem a submissão a regras que permitam o desenvolvimento local de fato de maneira sustentável.

É verdade que houver tentativas para que o Plano de Manejo fosse produzido, pois foi aberta uma licitação para a contratação de uma empresa para tal em junho de 2010, divulgado no Diário Oficial do Estado do Pará (nº 31.680). A empresa Vida Meio Ambiente foi a que ganhou a licitação e tinha como previsão de entrega agosto de 2011 (CIRILO, 2013).

De acordo com Cirilo (2013, p 99), a empresa informou que o valor pago não seria o suficiente para concluir o trabalho, então em dezembro de 2011 a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) cancelou o contrato. Não somente pela negativa da empresa, mas também por ter apresentado dois relatórios da segunda etapa que não apresentavam qualidade o suficiente, além ter sido entregue depois do prazo.

Diante do insucesso desta tentativa, em 17 de junho de 2016 foi publicada a Portaria Ideflor-bio nº.394 no Diário Oficial nº 33.150 a criação Comissão Executiva de Elaboração e Acompanhamento de Produtos - Combu (CEEAP Combu). De acordo com esse documento, este grupo de membros do Conselho teria “o objetivo de assegurar o eficaz e transparente andamento do processo de elaboração e validação do Plano de Gestão da Unidade de Conservação ‘APA Ilha do Combu’, bem como dos subprodutos deste Plano decorrentes”.

Logo em seguida, em 22 de junho de 2016, foi publicada, no Diário Oficial do Estado do Pará nº 33.153, nova abertura do processo de licitação para a produção do tal plano. O resultado do processo se deu na contratação da Ecosis Soluções Ambientais S/S Ltda, empresa da cidade de Porto Alegre/RS, com a assinatura do contrato em 24 de agosto de 2016. Os produtos envolvidos eram elaboração, validação, diagramação e impressão do Plano de Manejo, um resumo executivo e cartilha oficial da APA da Ilha do Combu, tendo como prazo final previsto

para a conclusão em 270 dias. Porém, novamente, mesmo com o acompanhamento da CEEAP Combu, esta tentativa fracassou em alcançar seus objetivos.

Diante disso, em 18 de setembro de 2017, outro processo de licitação foi aberto através do Edital de Concorrência IDEFLOR-Bio nº. 03/2017. No resultado da licitação consta que apenas a empresa Instituto de Avaliação, Pesquisa, Programas e Projetos Socioambientais, de Brasília, tinha dado entrada nesta concorrência pública. Este mesmo documento divulgou que a proposta desta foi julgada como inabilitada por não atender todos os critérios dispostos no edital. Mesmo interpondo recurso, o Ideflor-bio publicou no Diário Oficial nº 33593 em 09 de abril de 2018 o resultado final da inabilitação da dita empresa. Este foi o último certame lançado para a produção do Plano de Manejo, não havendo outra abertura de licitação desde então.

Este tema aparece em seis reuniões do Conselho Gestor desde 2015. A primeira ocorreu na 24ª reunião, em 30 de abril de 2015, onde a Prazeres (dona do restaurante Saldosa Maloca) que estava naquele momento concluindo sua participação como um dos membros do referido Conselho, expressou esperar maior progresso com a nova gestão, “pois nada é feito e a unidade está estagnada e nem o plano de manejo foi elaborado e nem o documento que autorize o manejo dos açais de forma legalizada”.

Na 25ª reunião, em 11 de agosto de 2015, Júlio Meyer, presidente do Conselho na época, citou sobre a “importância do Plano de Manejo e do Conselho Gestor como instrumento de gestão em Unidade de Conservação”. Na reunião seguinte, em 29 de setembro de 2015, houve o questionamento sobre o plano, seguido do informe dos problemas que houve entre a SEMAS e a empresa contratada, como anunciado mais acima.

Na 29ª reunião, em 21 de setembro de 2016, o presidente informou que a empresa ECOSSIS havia ganhado a licitação e já estava contratada. Posterior a isso, somente na 35ª reunião, em 13 de agosto de 2019, que Helena, representante da Superintendência do Patrimônio da União (SPU), resumiu a ressaltar que ter um Plano de Manejo seria importante. A última vez que o assunto apareceu em pauta foi na 1ª reunião extraordinária, em 27 de agosto de 2019, onde Eduardo Barros, representante do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio):

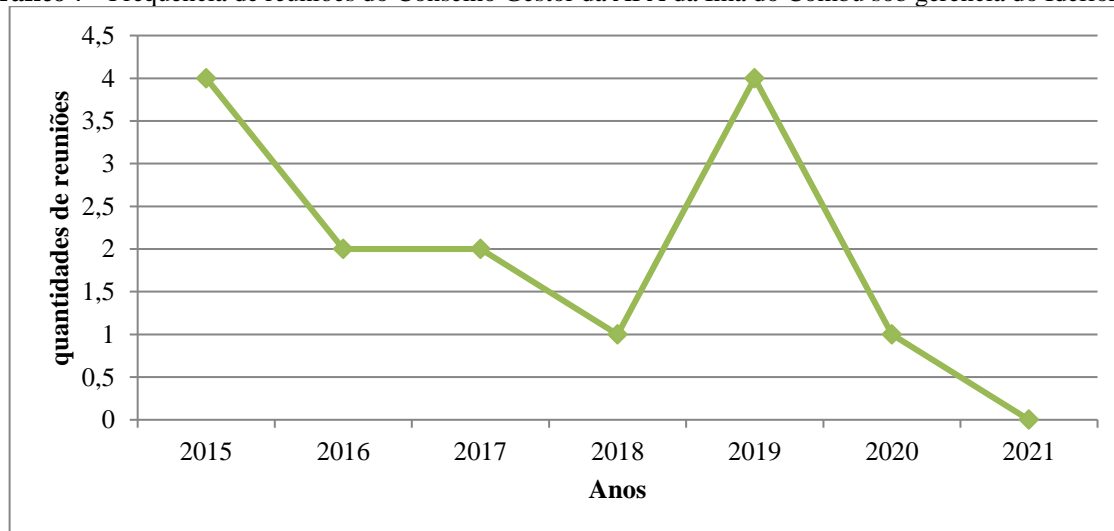
fez relatos de experiências muito positivas no novo modelo que a Instituição vem adotando sobre elaboração de plano de manejo em Unidades de Conservação Federal,

colocando-se à disposição para orientações sobre plano de manejo da APA da ilha do Combu (IDEFLOR-BIO, 2019, agosto).

No Relatório de Gestão de 2022 do IDEFLOR-Bio, é reafirmado que a instituição continua tendo como um importante propósito de concluir o Plano de Manejo da Ilha do Combu, dentre outras APA's também. Neste documento consta que “foi constituído grupo técnico que estão coordenando a elaboração do Plano de Manejo da APA” (IDEFLOR-BIO, 2022, p. 124), indicando também que que haviam estabelecido o prazo para dezembro de 2022, o que não aconteceu.

Analisando as atas das reuniões do Conselho Gestor da APA da Ilha do Combu de 2015²⁹ até o presente momento é possível observar informações importantes no que diz respeito a sua atuação na ilha. Em primeiro lugar, destaco que no regimento interno (Diário Oficial, Nº 3.3397) consta que as reuniões ordinárias são três vezes ao ano, e as extraordinárias sempre que houver necessidade, sendo convocada pelo presidente. Porém, o que se vê é uma frequência de reuniões inconstantes. Como se pode observar no gráfico 7 abaixo, somente em 2015 e 2019 que as reuniões superaram o previsto pelo regimento, sendo que em 2018 e 2020 houveram apenas uma reunião. Esta última foi pouco antes da pandemia e, devido esse contexto, as reuniões foram suspensas.

Gráfico 7 - Frequência de reuniões do Conselho Gestor da APA da Ilha do Combu sob gerência do Ideflor-bio



Fonte: Ideflor-bio, sistematizado pela autora, 2021.

²⁹ Como consta na ata da 24ª reunião, foi a partir desse momento que a gerência da APA passou a ser do Ideflor-bio.

No site institucional nada mais da APA foi postado, não ficando tão compreensível se as reuniões oficiais foram ou não retomadas. Porém, no Relatório de Gestão de 2022 encontra-se a menção de uma reunião realizada na ilha em que foi debatido sobre as irregularidades que têm ocorrido no local e formas de combatê-las. Essa iniciativa é importante, ainda mais com a novidade de buscarem ir até o local ao qual administram para realizarem uma reunião, o que não havia acontecido anteriormente. Mas é preciso que a atuação saia do campo da discussão e de levantamentos e vá mais efetivamente para a prática, pois, infelizmente, o órgão ainda tem deixado a desejar em suas ações em relação a APA.

O turismo, por exemplo, também apareceu como pauta em algumas reuniões, sendo a primeira ocorrência na 27ª reunião, de 19 de novembro de 2015, a 4ª reunião desde a mudança de gerência da APA. Neste documento constam os resultados de oficinas participativas com moradores da Ilha do Combu para subsidiar o planejamento anual das Unidades de Conservação. Foi realizado um levantamento das principais demandas e ações, onde, dentre outras coisas, foi levantado como um problema o turismo desordenado na área. Como principal causa foi apontada a ausência de regras para essa atividade no local, o que é consequência, ao menos em grande parte, da inexistência de um Plano de Manejo que oriente as ações na ilha.

Afinal, como garantir que o turismo não se dê de maneira desorganizada e insustentável sem esse documento? Haja vista que mesmo uma APA tendo o plano ainda irá continuar enfrentando diversos desafios. Nessa oficina a solução debatida foi trabalhar o turismo de base comunitária na ilha, tendo como parceiros a Secretaria de Estado de Turismo (SETUR), o IDEFLOR-Bio, a Associação de Moradores Extrativistas e Pescadores da Ilha do Combu (AMEPI) e Associação dos Trabalhadores do Transporte Marítimo de Passageiros das Ilhas de Belém e Baixo Acará (ASTIB), sem indicação de quais ações para alcançar esse objetivo.

Em 25 de abril de 2019, na 33ª reunião, houve o informe de que estaria sendo construído um roteiro de Turismo de Base Comunitária (TBC), o que não é mais citado nas reuniões seguintes. A técnica Letícia Freitas Freitas ressaltou a importância do turismo nas Unidades de Conservação, o que não foi aprofundado na ata. Na 2ª reunião extraordinária realizada em 30 de outubro de 2019, Elda Cristina dos Santos Rêbello, nova conselheira juntamente com Sandra Maria de Simões Costa representando a Secretaria de Economia, “ressaltou que foi muito importante o convite, e também por que a Secretaria trabalha também a questão do turismo e

pelas questões ambientais existentes na ilha que se agrava com o turismo desordenado”. Aqui fica evidente que havia a percepção de que o desenvolver desta atividade no local estava se dando de maneira desorganizada, o que é preocupante por se tratar de uma APA muito próxima de uma área urbana e que, até o momento, ainda possui grande parte de sua natureza preservada.

Porém, obviamente que o crescimento do turismo estaria gerando mais renda para os ribeirinhos da ilha, e conseqüentemente para a cidade, o que não deixaria de ser observado e considerado pelos membros do Conselho. Assim, na 1ª reunião ordinária conjunta de posse do Conselho Gestor de 11 de fevereiro de 2020, um pouco antes da pandemia se instaurar no Brasil, o presidente do Conselho Ivan Santos chegou a destacar a importância de “incentivar e fazer fluir o turismo sustentável nas áreas de unidades de conservação, na APA Combu, APA Belém e REVIS, como forma de dar incentivo à economia dos comunitários que vivem nas áreas”.

Lamentavelmente, algumas semanas depois o país encarava uma pandemia que mudou a realidade de todos, e, mais inquietante ainda, em dois anos desse contexto delicado além de não parecer ter ocorrido nenhuma reunião oficial, parece também que muitas famílias ribeirinhas não tiveram qualquer amparo desse órgão. Neste momento, se tornou mais perceptível a desigualdade que vem se instaurando na ilha, assim como certa dependência do turismo, por muitos que ali estão, e a necessidade de regras e fiscalização que as façam ser cumpridas.

Por determinações governamentais, os estabelecimentos comerciais em geral precisaram fechar totalmente, como também aconteceu na ilha. Permaneceu proibido o funcionamento por quatro meses (de março a junho de 2020), pegando todos de surpresa, já que não houve qualquer anúncio da possibilidade dessa medida. Todos passaram por certas dificuldades nesse período, mas algumas famílias enfrentaram essa realidade de maneira mais intensa, como relata um interlocutor: “*não tivemos problemas de alimentação e essas coisas, mas a comunidade teve. A comunidade toda passou por um aperreio, porque não tinha pra quem vender açaí que estava tudo fechado*”.

Os que dependiam mais das feiras em Belém para realizar a venda de seus produtos foram mais atingidos, sendo que o período já representava uma baixa na renda familiar dos extrativistas por ser entressafra do fruto. Ao menos, como destaca outro interlocutor, só não foi pior porque ainda havia uma quantidade razoável para garantir a alimentação mínima de muitas

famílias. Com relação aos que trabalham com o lazer e turismo, os que mais tiveram dificuldades foram os que tinham sua renda atrelada exclusivamente a essas atividades, sejam donos de estabelecimentos, funcionários destes ou barqueiros. O estabelecimento de uma dependência econômica do turismo, e lazer em geral, é indicado como um elemento negativo para essas comunidades (IGNARRA, 1999; PEREIRO; FERNANDES, 2018). A superação desse momento de crise, por alguns donos de restaurantes, foi se estabelecendo através de acordos entre eles, seus funcionários e os fornecedores.

Eu não paguei o salário dos funcionários, cheguei para eles “olha, não tenho condição de pagar salário, pra mim não dar baixa em carteira o que acontece, a carteira vai ficar assinada, vou pagar os impostos e o que eu posso dar é uma cesta básica mensal até voltar ao normal”. E aí eles concordaram. [...] E aí, o que aconteceu? fornecedor ligava e eu falei “olha, sabe o que aconteceu? Eu estou com freezer abarrotado, não tem para quem vender, eu tô até dando pra uns parentes aqui pra não estragar, porque não tem previsão de voltar. E aí, calma que a gente vai se acertar”. Só que no momento eu tava zerado de grana. o que aconteceu, quando deu quatro meses, íamos voltar. Aí eu falei assim, “agora vou para o cheque especial”. Eu fui lá, peguei o cheque especial, paguei a dívida, comecei a pegar fiado [...] e em 15 dias funcionando consegui quitar tudo. (Interlocutor P, pesquisa de campo, 2021).

De acordo com vários interlocutores donos de restaurantes, os que conseguiram se sair melhor nesse período foram os que tinham outra fonte de renda, principalmente os que trabalhavam com açaí, e mais ainda os que possuíam destino certo para venda em Belém. O interlocutor do relato acima, por exemplo, conseguiu manter o compromisso acordado com seus funcionários, e ainda manter uma estabilidade alimentar da sua família, por possuir duas rendas além do restaurante, além dos contatos que possui externos à ilha. Algumas iniciativas de ajuda externa também foram fundamentais para esse momento de crise, como, por exemplo, doações de alimentos, materiais de higiene e máscaras, com a ação denominada “solidariedade ribeirinha” realizada por um grupo de belenenses³⁰.

Para os pequenos empresários externos também houve grandes dificuldades, pois, de acordo com os donos de restaurantes nativos, é muito mais custoso manter um estabelecimento na ilha se este também não for seu local de moradia, e dos seus funcionários também. Diante desse cenário, alguns chegaram a fechar de vez as portas, como por exemplo, o restaurante Donna Ilha. A outra questão grave que se sobressaiu no contexto pandêmico foi, novamente, a

³⁰ Notícia disponível em: <https://dol.com.br/noticias/para/589803/grupo-arrecada-doacoes-para-ajudar-comunidades-ribeirinhas?d=1>. Acesso em: 25 out. 2023.

ausência de normas e fiscalização no local, pois alguns estabelecimentos descumpriram as regras estabelecidas em decretos para conter a pandemia. Passaram a funcionar de maneira clandestina, durante o *lockdown*, e/ou sem seguir, também, as orientações dos órgãos de saúde para a não transmissão do vírus, como o distanciamento, uso de máscara e higienização com álcool em gel.

Mesmo que o movimento não seja tão alto como anterior a pandemia, os ribeirinhos donos dos empreendimentos tiveram que se adequar às regras e protocolos de funcionamento obrigatórios diante de tal contexto crítico, o que para muitos tem sido desafiador. Como é possível observar nas figuras 37, 38 e 39, muitos ainda frequentam os bares e restaurantes da ilha mesmo diante do cenário em que se encontravam, e em alguns casos provocando aglomerações regadas a bebidas alcólicas. As duas últimas mostram cenas mais preocupantes, pois, além de mostrar aglomeração sem máscaras, foram em dias em que estava vigente o lockdown, amplamente divulgado nas redes sociais, que duraria de 15 a 22 de março de 2020, mas foi prorrogado até o dia 29 do mesmo mês.



Fonte: reprodução rede social, 26 de novembro de 2020.

Figura 38 - Amigos na Ilha do Combu durante o *lockdown*



Fonte: reprodução rede social, 22 de março de 2020.

Figura 39 - Aglomeração em restaurante na Ilha do Combu durante o *lockdown*



Fonte: reprodução rede social, 28 de março de 2020.

Como é possível observar nas figuras acima, para um olhar desatento às datas, nem parece ser referente a um momento tão alarmante de uma pandemia que todos os dias ceifava a vida de milhares de pessoas³¹. Tal atitude também representa um desrespeito para com as famílias ribeirinhas locais que se preocupavam em se proteger do vírus, mas se viam diante da invasão de pessoas que não se importavam com as possíveis consequência de seus atos, nem para si mesmo e nem para os outros.

³¹ Uma notícia que também reflete a questão citada encontra-se disponível em: <https://dol.com.br/noticias/para/602125/video-mostra-pagode-da-pandemia-no-combu-depois-estao-atras-de-leito?d=1>. Acesso em: 25 out. 2023.

Diante do exposto até aqui neste tópico, há duas questões atreladas às adversidades enfrentadas pela população ribeirinha da Ilha do Combu com o poder público que gostaria de destacar. Em primeiro lugar, há um grande descompasso entre o que é discutido e planejado, e o que de fato se concretiza. Banducci Junior (2001) afirma que de início a área que estudava bastante o turismo era a de planejamento, contudo, isto não tem se refletido positivamente em muitos destinos turísticos. Em muitos casos chega bastante atrasado, como indica Prado (2003), quando um turismo desordenado, e as vezes massivo, já está instaurado, e em outros casos, é inadequado, como aponta Quaresma e Campos (2011).

Em ambos os casos, há muitos prejuízos para a localidade, para a população residente e seu meio ambiente. De acordo com Quaresma e Campos (2011, p. 2053), “é necessário que sejam revistas a elaboração, execução e o controle do planejamento e da gestão das UC, a fim de que possam alcançar seus objetivos”. Com efeito, esse apontamento deve ser expandido para todos os órgãos públicos competentes, pois estes também influenciam no que acontece, ou deixa de acontecer, nas comunidades receptoras.

No caso da Ilha do Combu, além de ainda ter que avançar bastante no planejamento com relação ao turismo e lazer, no geral aliás, do que é debatido e definido como ações para o local pouco “sai do papel”, e menos ainda é dado continuidade. Como por exemplo, além do que já foi aqui exposto, na 28ª reunião do Conselho Gestor, em 29 de março de 2016, o conselheiro representante da SETUR, recomendou a utilização de verba disponibilizada pelo Programa do Ministério do Turismo (PRODETUR) para agir com relação ao turismo.

Foi dado como exemplo a construção de um Centro de Recepção do Turista, e a realização de um curso de Turismo de Base Comunitária (TBC) em parceria com a SETUR. Esse Centro de Recepção do Turista foi planejado com conjunto com o que seria uma sede administrativa a ser construída na ilha, cujo projeto já existia desde 2009, como pode ser observado na figura 40. e, como tantas outras propostas, essa também não se cumpriu.

Figura 40 - Proposta de estrutura para gestão da APA e recepção de visitantes na Ilha do Combu



Outra questão, que inclusive é apontada também no PDITS (2009), é sobre a falta de informação sobre o produto turístico. A ilha mesmo já alcançando notória visibilidade, e consequentemente mais visitantes, ainda há até hoje muito desconhecimento sobre o local. Há algumas informações espalhadas pelas notícias produzidas pelos variados meios de comunicação, mas por não ter um ponto fixo que seja referência para conseguir informações, muitos buscam pessoas que frequentam a ilha para sanar suas dúvidas. Muita gente, por exemplo, por saber que pesquisa há muito tempo na ilha me procura por informações, para si mesmo ou conhecidos.

Houve uma interessante iniciativa por parte da Prefeitura em 2019 de criar um aplicativo para promoção turística de Belém, estando incluso a Ilha do Combu também. Após a realização de um inventário turístico, no mesmo ano foi lançado o Explore Belém³². Apesar dessa proposta ter sido concluída e entregue, não houve muita divulgação desse produto, e após um tempo o projeto foi deixado de lado. Na Play Store, por exemplo, a quantidade de downloads é um pouco mais de 100, constando como última atualização em maio de 2021.

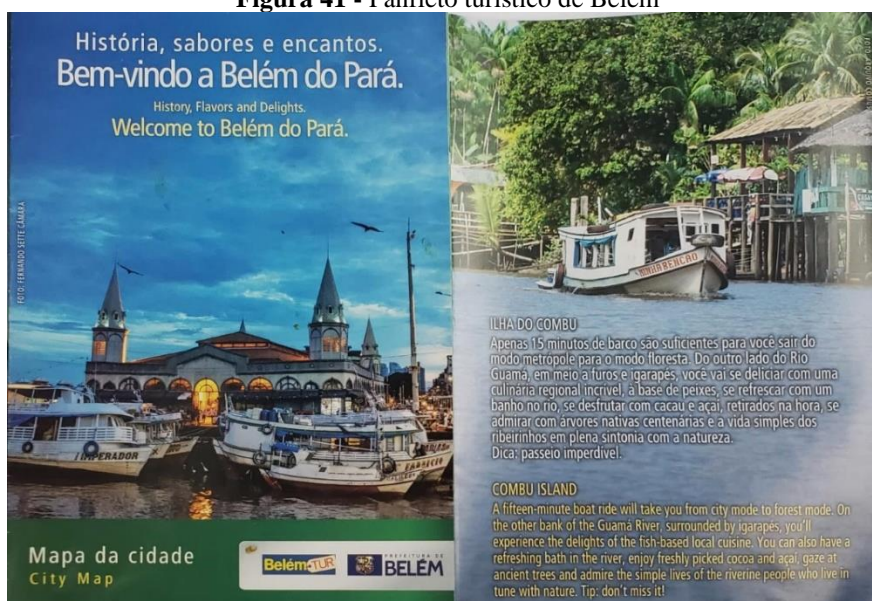
Utilizando o aplicativo se percebe que ele não é muito dinâmico, não funciona direito e está com as informações incompletas e desatualizadas. Ao se achar opções de lazer e turismo

³² Notícia disponível em: <https://redepara.com.br/Noticia/203397/belem-ganha-aplicativo-de-oferta-turistica>. Acesso em: 26 out. 2023

na ilha, não consta nem como chegar, não consta nada sobre o novo terminal e nenhuma informação da travessia, havendo apenas botões clicáveis que redireciona para o aplicativo da Uber ou da 99. Ao clicar, o visitante teria a possibilidade de chamar um carro por aplicativo para chegar ao seu destino escolhido, mas, no caso das atrações da ilha, apesar do que indique ao clicar, não é possível chegar de carro à ilha.

Um turista desavisado iria encarar contratempos como esse, e possivelmente não iria ficar satisfeito. De acordo com uma das pessoas envolvida no projeto, ao ser concluído não houve qualquer designação que garantisse a continuidade do funcionamento do aplicativo. Ela chegou a tomar para si essa tarefa por enxergar sua importância, mas precisou parar quando seu estágio na BELEMTUR chegou ao fim. Ainda no sentido de informação turística, com relação à ilha, os avanços tem sido poucos e precários. Em 2020, ao visitar o Solar da Beira, no complexo do Ver-o-Peso, despretensiosamente encontrei um panfleto de divulgação de pontos turísticos de Belém, que, como pode ser visto na figura 41, encontra a indicação da Ilha do Combu, mas sem muitos detalhes.

Figura 41 - Panfleto turístico de Belém



Fonte: Thainá Nunes, 2020.

Outra tentativa foi a de colocar um guichê de informação turística no novo Terminal Hidroviário da Praça Princesa Isabel. Não é de meu conhecimento se essa iniciativa chegou a funcionar na época de inauguração do espaço, mas, como se vê na figura 42, atualmente se encontra abandonado em um canto do terminal.

Figura 42 - Guichê de informação turística no Terminal Hidroviário Ruy Barata



Fonte: Thainá Nunes, 2022.

A confiança da concretude de ações do poder público também faz parte do descontentamento da população ribeirinha, um dos motivos pelos quais dizem não ter mais interesse em participar do Conselho Gestor. De acordo com um interlocutor, a SETUR chegou a visitar a ilha para discutir um projeto de hospedagem familiar em casas de ribeirinhos, e após cinco anos se passarem não houve uma conclusão do acompanhamento por parte do órgão para que acontecesse.

Há até um aspecto positivo dessa descrença no poder público no sentido de que algumas propostas sem o respaldo da população também acabam sendo esquecidas. Por exemplo, algum representante da Prefeitura informou à representantes da Associação dos Moradores da Ilha do Combu que havia um projeto para a construção de uma torre de visitação, semelhante ao que se encontra no Mangal das Garças. A notícia não foi do agrado deles, chegando um a se exaltar e ouviu de resposta de outro “*calma, é projeto, tu já viu um projeto ser executado?*”.

A segunda questão trata-se do comportamento dos agentes do poder público em relação aos ribeirinhos da ilha. Como já dito anteriormente, há grandes problemas relacionados com a fiscalização do que acontece na lei que vai de encontro ao propósito de uma APA e que influencia nas transformações negativas no local. Porém, como a ilha já é bastante famosa,

quando algo acontece algo que afete os visitantes e ganha repercussão na mídia rapidamente aparece algum órgão de fiscalização.

Ainda durante a pandemia, em julho de 2020, houve um desabamento de parte do trapiche de uma restaurante, o que deixou algumas pessoas feridas (figura 43), logo após isso, 32 estabelecimentos foram notificados durante uma fiscalização (figura 44). a notificação versava sobre a necessidade de regularidade e de segurança.

Figura 43 - Reportagem sobre desabamento em restaurante da Ilha do Combu durante a pandemia



Fonte: G1 Pará, julho de 2020.

Figura 44 - Reportagem sobre fiscalização nos restaurantes da Ilha do Combu durante a pandemia



Fonte: G1 Pará, julho de 2020.

Muito moradores acabam abrindo seu estabelecimento sem tanto conhecimento da burocracia necessária para que seja considerado regular. Para realizar ações que tragam informação, instrução e acompanhamento desses moradores que buscam empreender é

colocado muitas dificuldades, mas na hora de cobrar é rápido que acontece. Quando eles mesmos vão à Belém para resolver suas questões documentais novas barreiras surgem, agora com relação à desinformação e desinteresse de atendimento por parte dos agentes. Como é relatado por um ribeirinho:

*Aí vem a delegada da DPA. Eu falei pra ela “sinceramente eu quero deixar uma coisa bem clara aqui para a senhora. [...] Eu vou na DPA, não sei se a senhora que me atende lá, a gente vai na DPA, chega lá oito horas, fica até duas horas da tarde e ninguém dá uma dica para a gente lá! Ninguém ajuda, entendeu? Aí quando está funcionando, você chega aqui e querem fechar”. Ela “nossa, mas o senhor tem que ir lá”. Quem que ajuda? Não já tenha ido várias vezes, uma vez Thainá, eu fui lá na DPA, o delegado mandou atravessar a rua umas três ou seis vezes. Para tirar isso, para tirar aquilo, eu peguei, já estava aborrecido. Cara, mais de meio-dia, tava com fome. Fui lá com o doutor e disse “então faça o seguinte. Esse papel aqui tenho. Cancele esse papel. Eu não vou precisar mais esse papel, e o senhor ainda vai fazer carro me bater que o trânsito é grande, então faz o seguinte, cancela esse papel, eu já tô indo passe bem”. Ai ele “vem cá, vem cá”. Aí, bateu no computador lá “tá aqui”. Fiquei olhando para a cara dele. Fiquei muito p***, só que como a gente é pequeno perto dele, né, eu não falei nada, mas me deu vontade de meter a mão na cara dele, tá? Na SEMMA eu fui a mesma coisa, e eu cheguei lá oito horas. “Quero falar com o delegado, quero é uma licença para mim tirar”, “o delegado está numa reunião”. Aí eu me sentei das oito da manhã às duas da tarde. Aí perguntei pro rapaz lá “vem cá, esse chá aí, vai demorar muito?”. Ele “então, esqueci de falar que o delegado não pode atender agora, já foi almoçar e não vem mais”. Égua, mas eu fiquei demais com raiva, cara. Peguei a porta lá, aqui eu posso fazer, dê-lhe uma porrada na porta lá. Fiz uma ignorância mesmo. Eu disse “rapaz, eu não estou pedindo favor aqui, rapaz, porque tu não me falou, rapaz? Que o delegado não podia atender. Estou com fome, com sede aqui”. Esculhambei com ele, aí peguei a porta lá e pá. E aí vim me embora. [...] Eu falei pro pessoal do bombeiro, “olha, a gente precisava da força de você, mas vocês não ajudam a gente, vocês fazem é a gente fechar”. Eu falei um monte de coisa pro pessoal do bombeiro. Eu disse, “olha eu já paguei a vistoria lá para vocês virem aqui e até hoje vocês não vieram fazer. Aí finda um ano e vocês não vem fazer? Quer dizer que vocês não andam ajudando, vocês estão atrapalhando” eu disse (Interlocutor A, pesquisa de campo, 2022).*

Além de toda essa dificuldade para conseguir os documentos necessários para estar regularizado, ainda se acrescenta o fato de que não é algo barato. De acordo com alguns interlocutores o custo total de toda a documentação chega a ser por volta de R\$ 4.000,00, sendo obrigatório renovar todo ano. Alguns não possuem o poder aquisitivo necessário para estar sempre em dia com sua documentação.

Quando buscam recursos para poder investir, seja através de empréstimos ou projetos que poderiam ser financiados por fundos das mais diversas instituições e órgãos públicos, encontram barreiras também na documentação. Acontece que em muitos casos precisam de CNPJ, o que muitos hoje já tem, em outros casos precisam da mediação de uma organização local, já que são considerados população rural sem a posse da terra. Diante disso tem surgido

associações e cooperativas para que possam, também, buscar mais oportunidades de investir no desenvolvimento de seus negócios e do local em que vivem.

Ah também os que relatam do tratamento rude, com ar de superioridade, de agentes públicos, que, além disso, demonstravam não ter conhecimentos específicos sobre a realidade local. Em uma vistoria, uma mulher, sargento, dos bombeiros no restaurante de um nativo e avisou que ia colocar algumas observações para alterações que ele precisaria realizar. Ela destacou a necessidade de fazer saídas de emergência no restaurante, que foi recebida com o questionamento do ribeirinho “*mas doutora, saída de emergência? Isso aqui é tudo aberto, a pessoa corre para onde quiser*”. Outra recomendação foi de instalação de iluminação de emergência, ouvindo em resposta “*essa luz, doutora serve pro cara que trabalha em lugar fechado e a noite, que quando falta luz essas lâmpadas aí ficam iluminando. E aqui eu só trabalho de dia*”. De acordo com ele, ela parecia apenas querer “mostrar que sabia”, e acabou ficando sem jeito com as indagações dele.

Essa falta de informação por parte dos próprios agentes públicos se estende até mesmo para aqueles que lidam diretamente com o contexto no qual a ilha se insere. Alguns parecem até mesmo nunca ter visitado o local onde deveriam atuar. Os presidentes que já passaram pelo Conselho Gestor também são uns dos que parecem não costumar visitar a ilha, mas outros órgãos também seguem comportamento semelhante. Como expressa outro interlocutor:

Estamos no Distrito Administrativo de Outeiro, né? Pergunta se o coordenador de lá veio alguma vez no Combu. Cheguei lá, não tava. Eu estive numa reunião no BASA. E ele me chamou para falar “olha, vai lá que eu não dou conta de falar agora”. Eu fui logo dando uma escroteada nele [...] porque ele nem sabia onde era o Combu. [...] Tivemos uma reunião no Ministério Público, me apresentei, sou o presidente do Sindicato Rural de Belém, a promotora lá falou assim “Belém não tem área rural”. Eu “como não?” (Interlocutor E, pesquisa de campo, 2022).

Em vários momentos dos relatos se percebe uma grande falta de destreza e humildade para lidar com os ribeirinhos, assim como grande desinformação por parte de muitos agentes do poder público. Reclamam, em com razão, que quando buscam ajuda muitos não demonstram esforço algum, mas quando convém querem fazer rígidas exigências “para mostrar serviço”. Após novamente parte de um restaurante ceder, dessa vez devido ao peso da grande quantidade de pessoas aglomeradas para apreciar um show musical, novamente a fiscalização voltou à ilha.

Ribeirinhos relataram que haviam dois funcionários dos bombeiros que se dividiram para abranger todos os restaurantes, e cada agente empregava exigências diferentes, algumas delas também não condizentes com a realidade local. Para penas alguns restaurantes o agente chegou a exigir que trocassem o telhado de palha inteiro para telha, dando 60 dias para o cumprimento da medida. Tal atitude gerou revolta nos ribeirinhos, pois além de não ter qualquer justificativa e respaldo plausível para o que estava sendo requisitado, iria descaracterizar o aspecto tradicional da arquitetura dos estabelecimentos locais. Eles se recusaram a realizar tais mudanças comentando “*voltaram? voltaram nada. Foi só porque caiu o mirante lá, aí deram uma semana de pressão, aí depois de uma semana sumiram, aí agora só quando acontecer outra coisa*”.

Outro informou que confrontou o bombeiro dizendo que só trocaria se ele fizesse todos os locais de Alter do Chão e de Algodual também trocarem, já que também são destinos turísticos de destaque e sempre utilizaram telhado de palha. Em outro momento, diante de uma situação alarmante relacionada a doença de chagas adquirida ao consumir açaí. Chegaram com alguns extrativistas que vendem o fruto indicando a necessidade de pararem de usar as rasas tradicionais na venda do açaí, o que gerou nova revolta. De acordo com eles, não foi informado qualquer relação do uso da rasa com a propagação da doença, que, na verdade, está mais associada ao manuseamento do fruto para a venda da polpa, o que os moradores da ilha não fazem, ao menos para venda.

Nota-se que ao buscar pensar em uma prática turística mais harmônica, sustentável, tanto no âmbito cultural, social, econômico e ambiental, é algo que vai muito além de analisar o produto turístico e a atuação do visitante. São por esses e tantos outros motivos que se considera um fenômeno extremamente complexo, visto que engloba uma gama muito grande de atores sociais e elementos imbricados em uma grande teia de interinfluência. Necessitando, assim, de uma perspectiva mais holística, mais sistêmica, não deixando de lado, claro, os protagonistas, os visitantes e os visitados.

CAPÍTULO 3 - “SINTA-SE EM CASA, MAS LEMBRE-SE QUE NÃO ESTÁ”

3.1 – De um lado: os visitantes, suas motivações e experiências

Por mais que já esteja mais do que provado que a atividade turística vai além do simples dualismo entre “anfitriões” e “convidados”, segue evidente a importância de compreender a interação, e relação, entre os sujeitos protagonistas desta prática. Como afirma Barreto (2009, p. 58-59), “é necessário que nos aprofundemos no grande paradoxo da relação turistas-anfitriões”. No caso desta tese, mais coerente utilizar o termo visitantes e visitados, utilizado em outro momento pela mesma autora, por refletir o caráter mais amplo dos tipos de sujeitos que passam pela Ilha do Combu cotidianamente. Isso porque há uma variedade de situações que podem ser observadas dependendo de cada contexto, sendo necessário um olhar com prudência afim de não se perder em simples generalizações (BARRETO, 2004).

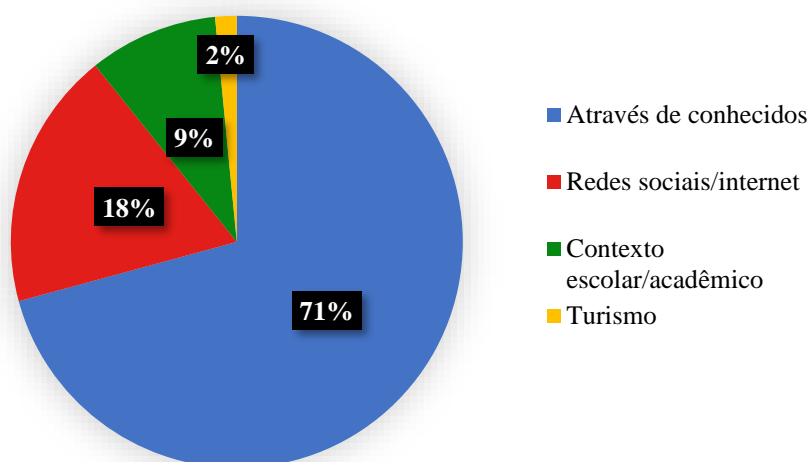
Parte-se aqui de o foco ser a construção da Ilha do Combu enquanto um ponto turístico, que não é frequentado apenas por turistas. Tal progressão teve início com uma simples, e comum, convivência social entre indivíduos. Familiares e amigos, moradores das redondezas, realizavam visitas aos seus conhecidos que moravam na ilha. O que, inclusive, contribuiu para que o pai de Prazeres decidisse abrir o Saldosa Maloca, que, como já dito anteriormente, marca o início comercial do lazer no local.

O caso em questão remete à uma realidade diferente do que Ignarra (1999, p. 42) aponta como surgem destinações turísticas que se tornam famosa. O autor aponta que a localidade “torna-se conhecida vagarosamente, através do relato dos aventureiros que a descobrem”. Porém, no Combu, não foram aventureiros a procura de um lugar diferente e inexplorado, e sim as relações afetivas de pessoas conhecidas, sendo estas, de fato, convidadas dos moradores locais. O que se assemelha, e que parece ser algo próprio do desenvolvimento turístico espontâneo, é o “boca a boca”, também já citada anteriormente como a mais forte propaganda que há.

Nós seres humanos, enquanto seres sociais que somos, estabelecemos diversos laços com outros indivíduos ao longo da vida, e estes estão marcados por uma grande força que orienta nossas ações, o que fortalece esse método de divulgação voluntária e “natural”. E assim, cada vez mais pessoas, conhecidos de conhecidos, paulatinamente começavam a visitar a ilha, estabelecendo certo grau de amizade com moradores.

Hoje, mesmo com a crescente fama da ilha, já havendo maior preocupação e investimento em divulgação, na internet principalmente, este segue sendo a maior forma de divulgação e incentivo à visita. Como pode ser visto gráfico 8, dos visitantes entrevistados 71% conheceram a ilha através de familiares e/ou amigos, sendo que duas pessoas informaram que cresceram sendo levadas por suas famílias que gostavam de frequentar o local, uma delas atribuindo tal fato especificamente aos avós que “gostavam de ir para ficar perto do rio”.

Gráfico 8 - Como os visitantes conheceram a Ilha do Combu



Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

Tal questão é reforçada pela pesquisa de campo de Rodrigues (2018), que aponta que 56% dos visitantes por ela entrevistados também afirmaram conhecer a ilha através de indicação de amigos. Cabe destacar que, como já mencionado anteriormente, percebo que mesmo os que já conhecem a ilha, inclusive os que já visitaram, ainda buscam indicações mais precisas, para o que buscam fazer na ilha, com conhecidos que já frequentam a mais tempo, e/ou que visitaram mais recentemente.

Os principais autores sobre a temática apontam a necessidade de uma mínima infraestrutura para que se desenvolva o turismo em uma localidade, que apenas pessoas decidindo visitar o local não seria o suficiente. Entretanto, no Brasil, e mais especificamente na Região Norte é de conhecimento geral o pouco investimento e organização voltados para o turismo, e mesmo com as debilidades o turismo segue crescendo e surgindo em novos lugares.

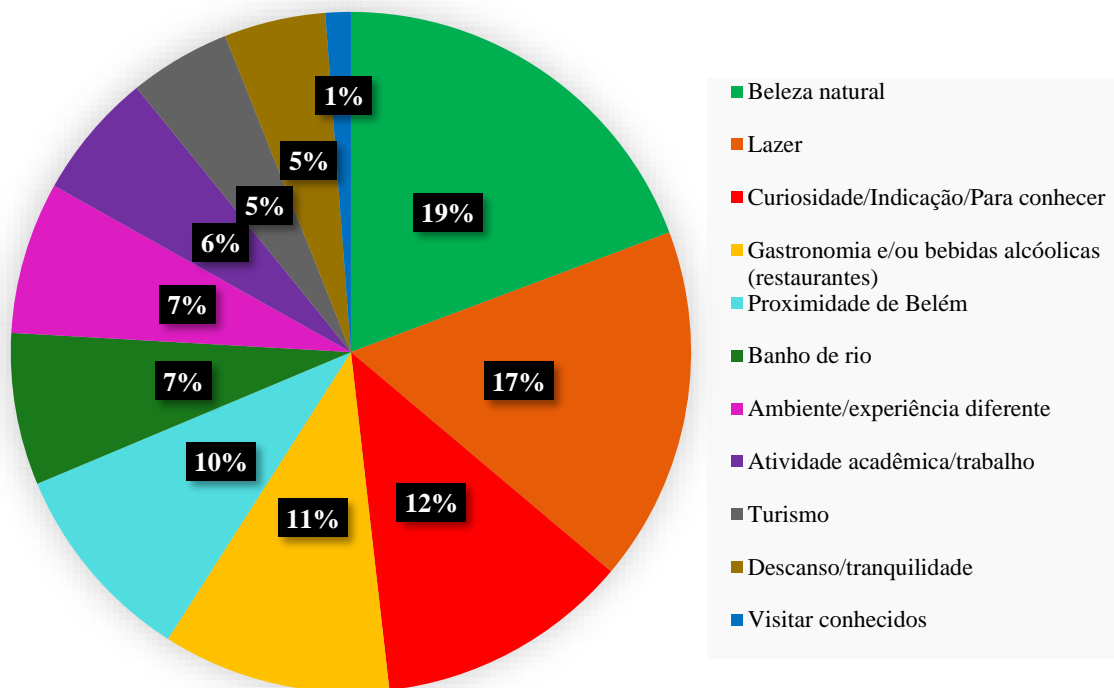
Quando se trata de um desenvolvimento turístico espontâneo, se tem um meio de acesso, mesmo que precário, basta o visitante ter o desejo de estar no local que ele encontra uma forma

de o fazê-lo, como, por exemplo, é demonstrado por Falcão, Cardoso e Simonian (2012) em relação a comunidades da RESEX Marinha Soure-Marajó. Me recordo também de crescer ouvindo relatos de familiares e/ou seus amigos se aventurando em viagens a lugares que, na época, não havia qualquer conceito de turismo.

Um exemplo que recordo com clareza, de tantas vezes que fora contado, é sobre as diversas vezes que minha mãe e seus amigos iam para a então desconhecida Ilha de Algodal, onde não havia transporte comercial, hospedagem e nem energia. A forma que encontravam era contar com a gentileza de pescadores que realizavam a travessia em seus barcos e alguns casos sediam espaço em suas residências para que pudessem dormir, tendo como alternativa também acampar ao ar livre nas praias próximos aos ranchos de pescadores. Como mencionado mais acima, um destino turístico pode assim se transformar através dos relatos de aventureiros, também exposto por Krippendorf (2000) sobre a história de uma ilha grega, contada por Regula Renscheler, afirmando que é algo comum de se encontrar pelo mundo.

A infraestrutura, muitas vezes, como é o caso da Ilha do Combu, começa a vir posteriormente à uma mínima consolidação de visitação ao local. O que efetivamente ocasiona o início de uma turistificação espontânea é a motivação gerada por elementos considerados atrativos pelos visitantes em potencial. De acordo com Ignarra (1999, p. 47) “o conceito de atrativo turístico é complexo, dado que a atratividade de certos elementos varia de forma acentuada de turista para turista”, abrangendo ampla gama de possibilidades de classificações, devido a variedade de objetivos almejados pelos visitantes, mesmo dentro da categoria mais recente de turismo de interesse específico (BARRETO, 2003a).

O que se percebe, nesse primeiro momento, duas principais atratividades do local sendo as impulsionadoras do crescimento da visitação, o atrativo natural, de um meio ambiente tão presente e tão próximo à uma área urbana, e o atrativo social, pautado pela agradável hospitalidade oferecida por moradores locais. Poder ter uma interação prazerosa com pessoas próximas, das comunidades ou não, com um contato bem próximo com o meio ambiente até hoje é um dos principais fatores da procura pela ilha. Com o aumento da quantidade de visitantes, e das opções encontradas na ilha, a motivação também foi variando, como pode ser visto nos resultados da pesquisa com visitantes no gráfico 9 abaixo.

Gráfico 9 - Motivo da visita à Ilha do Combu

Fonte: Trabalho de campo, 2023.

A pergunta foi aberta, possibilitando maior espontaneidade nas respostas, podendo listar quantas motivações/objetivos quisessem destacar. Assim, foi possível observar quais as prioridades eram estabelecidas nas respostas, gerando uma classificação de 11 motivos que os levaram a visitar, ou revisitar, a ilha. Em primeiro lugar, com 19% de ocorrência nas respostas, aparece a beleza natural da ilha, demonstrando o indicativo desse seguir sendo o principal atrativo.

Em segundo lugar encontra-se a motivação mais comum dos visitantes em geral, a busca por lazer, divertimento e descontração, surgindo em 17% das respostas. Em terceiro lugar, corroborando com o que foi apontado anteriormente, aparecendo em 12% das respostas, está a empolgação e curiosidade gerada pela recomendação e relatos de conhecidos que visitam a localidade. Em seguida está a gastronomia e confraternizar com pessoas fazendo uso de bebidas alcólicas nos restaurantes da ilha, estando em 11% das respostas, entretanto, o que foi observado in loco é que, na verdade, em geral essa é a maior procura pelos visitantes, associado a beleza natural, o que será melhor abordado mais adiante.

Em quinto lugar, com 10% das ocorrências, está uma característica particular compartilhada pelas ilhas de Belém, que é a proximidade destas com a área urbana, o que

permite maior facilidade, e rapidez, no acesso, sem precisar se distanciar tanto das benesses e confortos da vida urbana moderna. Nesse aspecto, a ilha me parece ser, muitas vezes, percebida metaforicamente como o “quintal” de Belém, sendo o continente a casa mais bem estruturada, mesmo que nem tanto em alguns “cômodos”. Um quintal grande, bem arborizado e bonito, valorizado por uns, negligenciado por outros, dependendo de qual sujeito se tem como referência.

É fato que lugares fortemente caracterizados como pontos turísticos sejam tomados mais pela presença de turistas, pois são vistos como algo familiar, como destaca Ignarra (1999, p. 48) “é bastante usual que elementos que compõem o cotidiano das pessoas que residem em determinada localidade não lhes chamem a atenção e se mostrem extremamente atrativos para os visitantes que não participam desse cotidiano”. Esse não é o caso da Ilha do Combu, pois apesar de ser parte de Belém representa uma realidade não encontrada no continente.

Assim, com 7% nas respostas dos visitantes, aparece a busca por um ambiente e experiência diferentes, o que aparece tanto em respostas de quem é da cidade e de quem é de fora. Também com a mesma porcentagem aparece que o objetivo da ida é poder tomar banho de rio, o que não é recomendado de se fazer no lado do continente, por não ser seguro e ser poluído. Isso ocorre por que um “atrativo turístico possui, via de regra, maior valor quanto mais acentuado for seu caráter diferencial. O turista procura sempre conhecer aquilo que é diferente do seu cotidiano” (IGNARRA, 1999, p. 48).

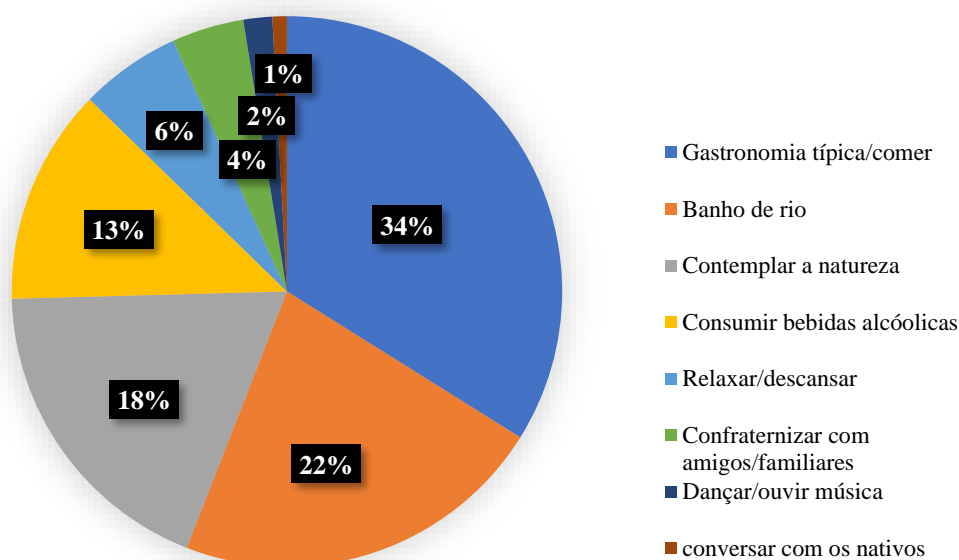
Outra atratividade, já mencionada no capítulo anterior, é a acadêmica-científica, o que também vem crescendo juntamente com o turismo e lazer. No documento da PARATUR (2009), inclusive, se encontra a referência de que haveria no local um turismo de estudos e intercâmbio. Várias universidades e faculdades da cidade já tiveram alguma atuação na ilha, principalmente com realização de trabalho de campo para produção de textos para disciplinas, como lócus de pesquisa para monografias ou para atuação em projetos com a população. Tal contexto representa 6% das motivações dos visitantes entrevistados, juntamente com pessoas que vão a trabalho ao local.

Com 5%, aparece a busca por realizar turismo, de maneira geral, e, com a mesma porcentagem, a busca por descanso e tranquilidade, este último encontrado mais facilmente nos

restaurantes das comunidades Furo da Paciência, Furo do Benedito e Igarapé do Piriquitaquara. Apenas uma pessoa informou frequentar a ilha para visitar conhecidos que ali residem.

Ao questionar de maneira mais específica o que os visitantes gostam de fazer em suas visitas, foi possível estabelecer oito categorias, sendo as maiores ocorrências foram comer nos restaurantes (34%), com destaque para a gastronomia local, e tomar banho de rio (22%). Em seguida aparecem contemplar a natureza (18%) e consumir bebidas alcóolicas (13%), e com menor ocorrência aparecem relaxar e descansar (6%), confraternizar com amigos e familiares (4%), dançar e ouvir música (2%) e 1% indica gostar de conversar com moradores locais, como pode ser observado no gráfico 10 abaixo.

Gráfico 10 - O que visitantes gostam de fazer na Ilha do Combu



Fonte: Trabalho de campo, 2023.

Destaca-se que tais respostas refletem as prioridades de uma pequena amostragem referente à uma abordagem qualitativa da pesquisa, mas que permite demonstrar um indicativo da perspectiva dos visitantes, tendo como base principal da realidade local a observação sistemática da pesquisa de campo. Considera-se também que os visitantes que retornam outras vezes, em muitos casos, acabam realizando uma variedade de atividades, podendo ir para almoçar em família em um restaurante, posteriormente a ida pode ser para realizar uma visita à Casa do Chocolate, em outro momento a realização de uma trilha e até decidir passar uma noite em alguma das hospedagens presentes na ilha. Dentre esses

visitantes 80% visitaram a ilha mais de uma vez, sendo que 92% afirmam que pretendem voltar mais vezes.

Mas, quem são esses visitantes de que tanto se fala aqui? Quais as diferenças entre eles? Como estes se comportam na localidade turística? Quais os desdobramentos de suas atitudes ali empregadas? Como poderia ser diferente, no sentido de aperfeiçoar a atividade em busca de resultados mais positivos para os principais envolvidos? Estas deveriam ser algumas das reflexões orientadoras das pesquisas realizadas em localidades turísticas com o intuito de compreender o fenômeno e seus desdobramentos.

Em muitas análises, principalmente por planejadores e profissionais que atuam nessa atividade, o foco maior é a compreensão das motivações dos visitantes, principalmente turistas, no sentido de trabalhar na atratividade do produto turístico a fim de atrair mais pessoas, mais consumidores dispostos a deixar ali seu dinheiro. Para se avaliar as interferências, positivas e negativas, desse fenômeno em um local, é fundamental que se observe atentamente para como o comportamento daqueles que ali transitam influenciam nessa questão, como destaca, há bastante tempo, Cohen (1974 *apud* BANDUCCI JUNIOR, 2001).

Concordando com Krippendorf (2000, p. 50), o “viajante é um ser complexo, por isso é difícil classificá-lo numa categoria bem definida”, pois “o turista como tal não existe – o que existe são diferentes modalidades de turistas ou de experiências turísticas” (COHEN, 1974; 1979 *apud* BANDUCCI JUNIOR, 2001, p. 23). Inicialmente, a figura do turista era associada aos estrangeiros que se deslocavam de seu país de origem, como se percebe nas definições de Norwal (1936), de Iouto em 1968, da OMT na década de 90 (Barreto 2003a) e na afirmação de Krippendorf (2000, p. 14) de que “o ser humano não nasceu turista, mas com a curiosidade e um sentimento um tanto nostálgico quanto aos países longínquos, que gostaria de conhecer”.

Segundo com Araújo (2001), o termo turista surgiu dentro da categoria de viajante, a partir do termo *tour-ist* no século XIX, sendo que em 1847 surgiria a primeira menção a passeio turístico, que definira a diferenciação relacionada às viagens, como visto no capítulo um. Visitante é a categoria mais abrangente, sendo o turista um dos tipos que existem, no geral tendo em comum a visita a um lugar diferente do qual reside. Como foi visto, a complexidade do

fenômeno do turismo se reflete, inclusive, no desafio de uma conceituação única e consensual do termo turismo, o que influencia também na conceituação dos tipos de visitantes. Assim,

um exemplo é a produção do conceito de visitante como unidade social do turismo e a sua diferenciação entre turista (pernoita no lugar de visita), excursionista (visitante de dia que não pernoita) e passageiro em trânsito (de passagem por um lugar e em viagem para outro, ex. aeroporto ou cruzeiro) (PEREIRO; FERNANDES, 2018, p. 180).

Para a ONU, em 1954, a definição de turista, além do aspecto geral mencionado, precisaria permanecer um mínimo de 24 horas no local de visita, estabelecendo o tempo máximo de seis meses (IGNARRA, 1999). De acordo com Barreto (2003a) para a OMT o tempo máximo seriam três meses, mesmo parâmetro utilizado por alguns países para não exigência de visto. A IOUTO, em 68, delimitava que seria preciso pernoitar na localidade, além das 24h de permanência, para ser configurado como turista, sendo considerado excursionista aquele que teria uma permanência inferior a 24 horas, sem pernoitar no local, o que a autora discorda. Para a IOUTO essa categoria abrangeria viajantes de um dia, incluindo quem estivesse de passagem através de uma viagem de cruzeiro, o que para Pereiro e Fernandes (2018) seria considerado como passageiros em trânsito. Para Barreto (2003a) um excursionista é o que menos de 24 horas fora de sua residência.

Diante desse contexto, é essencial compreender que “o turista é também um ser histórico. Não um ser acabado, mas um ser em contínua construção, em contínua formação” (NETTO, 2011, p. 35 *apud* PERREIRO; FERNANDES, 2018, p. 178). No decorrer do tempo, cada vez mais pessoas começaram a viajar, a buscar lazer comercial próximo ou distante de suas casas, o que ampliou mais ainda a diversidade de sujeitos e contextos que envolvem a atividade turística.

Na Ilha do Combu, assim como tantos pontos e destinos turísticos em geral, há um fluxo muito grande de pessoas que, num primeiro momento, dificulta a percepção de que tipos de visitantes ali se transitam. Quem é ou não turista, e, dentre estes, quais tipos seriam. Primeiro é necessária a diferenciação do visitante residente e o turista, o primeiro é morador de Belém, mas, devido a diferenciação de contextos, podem ser considerados como um tipo de forasteiro em relação à ilha (NUNES, 2017).

O segundo, utilizando a classificação de Ignarra (1999), de maneira adaptada, vai depender da distância percorrida para se chegar ao local. Assim, tem o turista local, que são os

que residem em municípios próximos, do Pará, porém não pertencentes à Região Metropolitana de Belém, podendo-se estabelecer a distância máxima de 500 km. O turista regional compreenderia os municípios do Pará que se localizam à uma distância superior a 500 km, devido à grande extensão do estado, assim como os provenientes dos demais estados da Região Norte do país. O turista doméstico seria o que residem nos demais estados brasileiros, já o turista internacional são os que se deslocam de outros países.

Seria preciso um estudo tendo como foco os visitantes da ilha para que fosse possível um maior aprofundamento sobre os aspectos relacionados a estes. Porém, a abordagem qualitativa com alguns visitantes, aliada a pesquisa de campo extensa ao longo de alguns anos permite que se tenham indicativos importantes para a pesquisa em questão. Como os produtos culturais da ilha são voltados para todos os tipos de visitantes citados acima e o foco de análise é o local enquanto um ponto turístico, ao se falar das questões ligadas às atividades de lazer ali realizadas abrangerá também os visitantes residentes, sendo realizada a diferenciação quando for necessária.

Os tipos de turismo presente na ilha estão relacionados, para além das motivações, com os tipos de experiências que os visitantes buscam. Quando o foco de interesse é o meio ambiente abundante na ilha e o modo de vida da população se tem o ecoturismo e o turismo cultural, que no caso deste contexto ribeirinho se encontram imbricados. Em ambos envolve uma experiência mais próxima da realidade local, sendo considerado ecoturismo quando envolve a preocupação com a sustentabilidade, a preservação, a responsabilidade para com os componentes ambiental e sociocultural (BURNS, 2004; GRABURN, 2009; QUARESMA; CAMPOS, 2011).

A ilha por fazer parte da Amazônia, como também refletir o imaginário social desta, acaba sendo um grande alvo de visitantes que buscam esse tipo de turismo (QUARESMA; CAMPOS, 2011), sendo apontado por Falcão, Cardoso e Simonian (2012, p. 7) como uma opção viável para se trabalhar dentro de Unidades de Conservação. Já o turismo cultural abrange o interesse pelos aspectos da vida cotidiana das comunidades, dos costumes, da maneira de pensar e ver o mundo (IGNARRA, 1999; BARRETO, 2003a).

Entrelaçando esses dois tipos de turismo há o que vem sendo definido como Turismo de Experiência ligada às experiências turísticas de maior profundidade, que saia do trivial. Ou seja, “precisa superar a banalidade, os aspectos triviais, estereotipados e convencionais e estruturar-

se como uma experiência que nasça da riqueza pessoal do viajante em busca de momentos e lugares que enriqueçam sua história” (TRIGO, 2013, p. 35 *apud* SILVA; TRENTIN, 2018, p. 180). Para efeitos de uma análise mais abrangente, classifica-se esta como uma experiência turística profunda.

Esse segmento vem sendo destacado como fundamental para valorização cultural por parte de vários sujeitos envolvidos com a atividade turística, externos e internos. Como é o caso de roteiros proporcionados pelo Saldosa Maloca, em que, por exemplo, é possível ter a experiência de chef de cozinha do restaurante e aprender um prato típico para consumir (figura 45).

Figura 45 - Material de divulgação de possíveis roteiros turísticos no Saldosa Maloca

PACOTE	MÍNIMO	MÁXIMO	VALOR POR PESSOA	INCLUSO
CHEFF POR UM DIA	5	15	R\$ 150,00	TRANSLADO, ENTRADA, ALMOÇO, SOBREMESA, DRINK
EXPERIENCIA AÇAÍ	10	20	R\$ 55,00	TRANSLADO / COMO SE APANHAR E AMASSAR
TRILHA	10	30	R\$ 55,00	TRANSLADO

Fonte: trabalho de campo, 2020.

Prazeres relata que investe em Turismo Cultural, Turismo Criativo³³ e Turismo de Experiência para proporcionar vivências para além dos bares e restaurantes da ilha. De acordo com a dona do Saldosa Maloca, isso contribui para a valorização do local através do que alguns

³³ Nesse tipo de turismo, o visitante assume um papel mais ativo e participativo (PERREIRO; FERNANDES, 2018).

chamam de experiências ribeirinhas, proporcionando maior proximidade entre visitante, a ilha e o modo de vida da população receptora.

Outro que busca fortalecer o Turismo de Experiência é Eronildo, dono do restaurante Canto dos Pássaros, localizado no Igarapé do Piriquitaquara, fora do eixo Beira Rio-Igarapé do Combu. Sua localização acaba contribuindo para uma vivência mais próxima do tradicional modo de vida ribeirinha, indicando que proporciona o que ele chama de vivência do açaí e experiência de floresta. Tais roteiros podem envolver, por exemplo, demonstrações das atividades ligadas ao tradicional fruto regional, tendo como destaque a famosa, e diferente para muita gente, “subida no açaizeiro”. Para este ribeirinho, o foco buscado em suas experiências é o pertencimento, diálogo e trocas.

Irmã de Eronildo, Nena, é a mais conhecida na atuação desses segmentos por trabalhar quase que exclusivamente com estes. Sua empresa, denominada Filha do Combu, em sociedade com o dono da empresa Vida Caboca, oferece diversos tipos de roteiros semelhantes ao da figura 46. Há os que buscam apenas conhecer e/ou adquirir seus produtos que atracam em seu trapiche para visitar a famosa Casa do Chocolate, onde há, às vezes, “amostra grátis” de seus chocolates artesanais.

Figura 46 - Roteiro turístico do Vida Caboca

1ª parte: caminhada ecológica no sítio do Instituto Saudoso Combu.

- História e Lenda do açaí.
- Formas de comercialização do fruto na região das ilhas.
- Cacho de açaí. Debulha. Peconha. Alguidar. Peneiras.
- O processo de extração do vinho do açaí: provaremos o fruto com a polpa amolecida (estágio inicial).
- Degustação do Mingau de açaí.

2ª parte: Economia do açaí. Mercado interno e cadeia global.

- Artesanato: sachês, sementes, essências e tintura, o Hábitos de consumo ribeirinhos e em restaurantes.
- Propriedades físico-químicas do açaí. Super alimento.
- Diferença entre o açaí puro e os doces e sorvetes.
- Degustação do chocolate de cacau com açaí, sorvete de açaí e drink de açaí (JACK BEBE).

3ª parte: Açaí Caboco

- o Degustação do açaí como parte da refeição dos paraenses → Tigela de açaí com uma proteína e farinha de mandioca.

Tempo para compras no Empório de produtos regionais.



Fonte: <https://www.vidacaboca.com.br/produtos/roteiro-02-acai-tuiral/>. Acesso em: 27 out. 2023.

Em contraste a esse tipo de experiência, há também o Turismo Contemplativo, que acaba sendo uma vivência mais superficial, podendo ser dividida em simples e banal. A experiência contemplativa simples, ou, de maneira mais geral, experiência turística superficial simples, seria aquela em que visitantes têm bastante interesse pelos atrativos culturais e/ou naturais, mas seu envolvimento com o local se encerra aí. Nessa classificação podem se enquadrar, por exemplo, a busca por passeios de barco ou lancha pela Ilha do Combu apenas para apreciar a paisagem, ou ao passear de jet ski e fazer canoagem, com a mesma finalidade. Se inclui também aquelas visitas às lojas de artesanato, souvenir ou qualquer tipo de produto local que se pretende levar como lembrança.

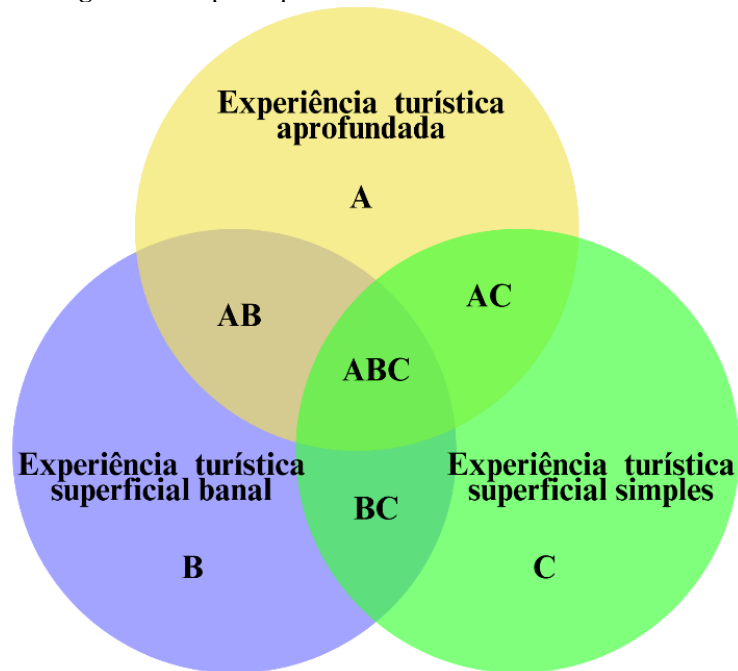
Nesse tipo de experiência há um certo componente de valorização cultural e das características ambientais do local, busca-se uma proximidade com estes tipos de atrativos, porém não há um envolvimento mais concreto com a localidade e a população nativa. Deve-se ter cautela para não atribuir impulsivamente um caráter negativo, pois vai depender de cada situação analisada, levando-se em consideração as motivações mais específicas e o comportamento dos visitantes. Um aspecto negativo que pode ser associado a esse tipo de experiência turística em larga escala é a assemelhação a um contexto de zoológico (KRIPPENDORF, 2000; BARRETO, 2009).

A experiência contemplativa banal, ou experiência turística superficial banal, apresenta maior superficialidade na atividade turística, compreendendo uma atuação de visitantes que buscam puramente lazer e distração em um local que considera bonito e/ou diferente. No caso da Ilha do Combu, seriam aqueles momentos em que os visitantes apenas atravessam para beber e/ou se divertir com shows ou festas. Há, geralmente, o interesse por atrativos artificiais, como as piscinas, podendo ser enquadrado também o passeio de jet ski.

São atividades que poderiam ser realizadas na Belém continental, mas ao ser realizado na ilha traz um caráter diferencial. O caso, aqui, é que o foco está na atividade em si, estando os atrativos locais em uma posição secundarizada, com destaque para os naturais. Em muitos casos se percebe algo que tem se tornado bastante comum na era das redes sociais, a transformação da localidade turística em um espaço puramente “instagramável”. Assim, o foco acaba sendo também a atratividade fotogênica do lugar, em que é possível fazer uma bela foto para postar na internet.

Cabe destacar que esse tipo de experiência também não é necessariamente negativa, mas sim uma das maneiras de vivenciar a localidade turística que pode apresentar aspectos que a tornem problemática. Há também que se considerar também a complexidade, variedade, e até a mutabilidade da atuação dos visitantes, que em suas visitas pode realizar mais de um tipo de experiência, como pode ser observado na figura 47.

Figura 47 - Tipos experiência turística e suas interconexões



Fonte: Thainá Nunes, 2023.

O esquema indica a versatilidade da atividade turística, onde no grupo A se tem a predominância do interesse dos visitantes por momentos de maior envolvimento com a localidade, mas durante a visita também realiza atividade de menor vínculo local (AC). Como por exemplo, no caso da Ilha do Combu, um visitante busca experiências ribeirinhas, como as citadas anteriormente, e em seguida retorna ao continente (A). Ou, no caso do tipo AC em que participa daquela vivência, mas também quer um agradável passeio de lancha para apreciar a paisagem e passa na Casa de Chocolate para levar um produto local. Outra possibilidade é de uma ou mais visitas que se enquadrem no tipo AB, em que, por exemplo, o visitante após participar de um roteiro turístico decida parar em algum bar e restaurante apenas para beber e confraternizar com amigos, produzindo uma bela foto para postar em sua rede social.

No tipo C poderia se encontrar aquele visitante que foi ao Saldosa Maloca para apreciar a gastronomia típica, visita a Loja Curupira de artesanatos e produtos locais e passeia pelo

terreno do restaurante conhecendo sua horta suspensa e o sistema de biogás. Na classificação BC, o visitante, além da visita mencionada, decide em outro momento conhecer um restaurante diferente e apenas fique bebendo, comendo petisco e aproveitando um show.

Com relação ao tipo B, é aquele visitante que foi em busca apenas de confraternizar com pessoas conhecidas e após isso retorna. Agora, se este durante sua estadia no restaurante acaba realizando uma trilha que havia no local, guiado por um nativo, a experiência se torna do tipo AB. E, por fim, se o visitante realizar os três tipos de experiências, seja em uma ou mais visitas, se enquadra nas experiências do tipo ABC.

Dentro das análises, considerando essas classificações, há uma gama de variáveis que irão influenciar, como o tempo e condição financeira disponível para realizar certas atividades, quantas visitas pretende fazer, assim como o nível de informação ou conhecimento que a pessoa possui sobre o local e suas opções. Ignarra (1999) define tais questões como restrições simples da atuação dos visitantes, e, aliada às classificações existentes acerca das características de visitantes (IGNARRA, 1999; BARRETO, 2003a; PEREIRO; FERNANDES, 2018), a investigação engendrada deve considerar que “diferentes tipos de turistas estabelecem diferentes relações com a comunidade visitada” (BARRETO, 2004, p. 136).

Certas situações talvez precisem de um olhar mais cuidadoso do pesquisador, pois, por exemplo, se alguém buscar pernoitar na ilha não necessariamente estará enquadrado no tipo A ou AC. Se decidir ficar no Chalé das Torres e utilizar os serviços oferecidos pelo proprietário com parceiros locais, se encaixaria no A. Se, além disso, decide também passar em algum restaurante para beber com seu cônjuge, se encaixaria no tipo AB. Se este, em outro momento, também decide fazer um passeio de jet ski e resolve dar uma parada na Casa do Chocolate, seria do tipo ABC. Agora, se o visitante busca apenas se hospedar no Terraço da Ilha e se divertir nesse restaurante durante o dia, aí seria apenas do tipo B.

Outro segmento do turismo que está presente na ilha é o alternativo, sendo, na verdade, o primeiro segmento³⁴, exclusivamente de lazer, a se instaurar na ilha e, posteriormente, a contribuir para a turistificação do local. De acordo com Burns (2004) o ecoturismo, por exemplo, é um tipo de turismo alternativo, podendo também se enquadrar o turismo cultural,

³⁴ O primeiro foi o que é denominado de turismo de estudos e intercâmbio, como aparece em PARATUR (2009), que tem como base motivações acadêmicas e científicas.

haja vista que, segundo Krippendorf (2000, p. 60) “os turistas alternativos querem ter mais contatos com os autóctones”. Nesta perspectiva haveria uma interação entre visitantes, visitados e o local mais produtiva e benéfica (PEREIRO; FERNANDES, 2018).

Há também a perspectiva do turista alternativo ser aquele que prefere estabelecer certa distância de aglomerações de visitantes (BARRETO, 2003a), nesse sentido, demarcam como parte importante de sua caracterização a diferenciação do turismo de massa (KRIPPENDORF, 2000; BURNS, 2004; PERREIRO; FERNANDES, 2018). Assim, observa-se que, atualmente, esse tipo de turismo se encaixa nos tipos A, C, AC e ABC da classificação de experiências turísticas aqui proposta. Os roteiros de experiências mencionados, por exemplo, assim se enquadra porque há um maior controle do número de visitantes, o que Banducci Junior (2001) também chama de turismo “seletivo”. Esse tipo de turismo tem predominância nas comunidades Furo do São Benedito, Furo da paciência e Igarapé do Piriquitaquara.

Com o passar do tempo, a ilha ficando mais conhecida, foi também surgindo o turismo de massa, como já mencionado, sendo assim que, de acordo com Krippendorf (2000, p. 61) “sem querer, os turistas alternativos fazem o papel de batedores desse turismo de massa, do qual justamente tentam escapar”. Para Barreto (2003a, p. 18) “aquelas destinações turísticas que todo mundo quer pertencem ao turismo de massas”. Assim, esse tipo de turismo acontece em maior grau nas comunidades Beira do Rio Guamá e Igarapé do Combu, tendo como predominâncias as experiências turísticas de tipo B e BC.

Há algumas questões a considerar sobre os desdobramentos ligados ao crescente turismo de massa que vem se consolidando na Ilha do Combu, pois os tipos de turistas, suas motivações e desejos influenciam da decisão de mudanças por parte dos estabelecimentos (BARRETO, 2003a). Como já foi destacado no capítulo anterior, houve um processo de mudança nos aspectos tradicionais, motivado pela competitividade entre estabelecimentos para agregar mais atratividade, gerando, conseqüentemente, maior número de visitantes e lucro.

Percebe-se, então, a “gourmetização” da ilha e seus espaços voltados para o turismo e lazer. Não me refiro à busca dos empreendedores por aperfeiçoar e profissionalizar seus produtos e serviços, como, por exemplo, o investimento em melhor marketing nas redes sociais, com uso, inclusive, de drones para filmagens mais cinematográficas, ou na culinária tipicamente regional, envolvendo técnicas mais rebuscadas da gastronomia.

Estou me referindo justamente ao crescimento de atrativos artificiais, como o observado na figura 48, em que demonstra o oferecimento de espaços infantis para atrair grupos com crianças, ou, no caso observado na figura 49, em que se tem uma banheira de hidromassagem instalada no trapiche de uma hospedagem. Neste último caso se agrega a atratividade imagética, onde se confere um certo status de requinte para os visitantes que também buscam uma bela foto, com ênfase ao fato de que a imagem da Belém Urbana ao fundo fortalece mais ainda a atratividade daquele espaço. Pode-se ver, inclusive, que a banheira nem está sendo de fato utilizada, sua utilidade, naquele momento ao menos, é fazer parte de um cenário instagramável.

Figura 48 - Espaço infantil em restaurante na Ilha do Combu



Curtido por th_machado_ e outras pessoas

mirantedocombu Traga seus filhos para se divertirem no Mirante do Combu

Fonte: Mirante do Combu, divulgação, 2022.

Figura 49 - Mulheres posando em banheira de hidromassagem na Beira do Rio Guamá



Fonte: Bangalô Combu, divulgação, 2023.

A figura 50 representa a crescente iniciativa de agregar atratividade com programações mais elaboradas, com a divulgação de uma estrutura mais sofisticada, como essa programação de ano novo. Vale destacar que programações noturnas não são comuns, e em alguns casos nem recomendadas, devido representar certo perigo no retorno à Belém. No caso em questão é uma particularidade por se tratar de uma festa de réveillon, em que, muito provavelmente, os visitantes tenham a intenção de ir e permanecer até o amanhecer. O que também deve gerar cautela, pois atravessar, mesmo que depois do dia clarear, pode representar perigo devido a provável condição alcóolica destas pessoas.

Figura 50 - Cartaz de divulgação de programação de festa de Réveillon



Fonte: Solar da Ilha, divulgação, 2022.

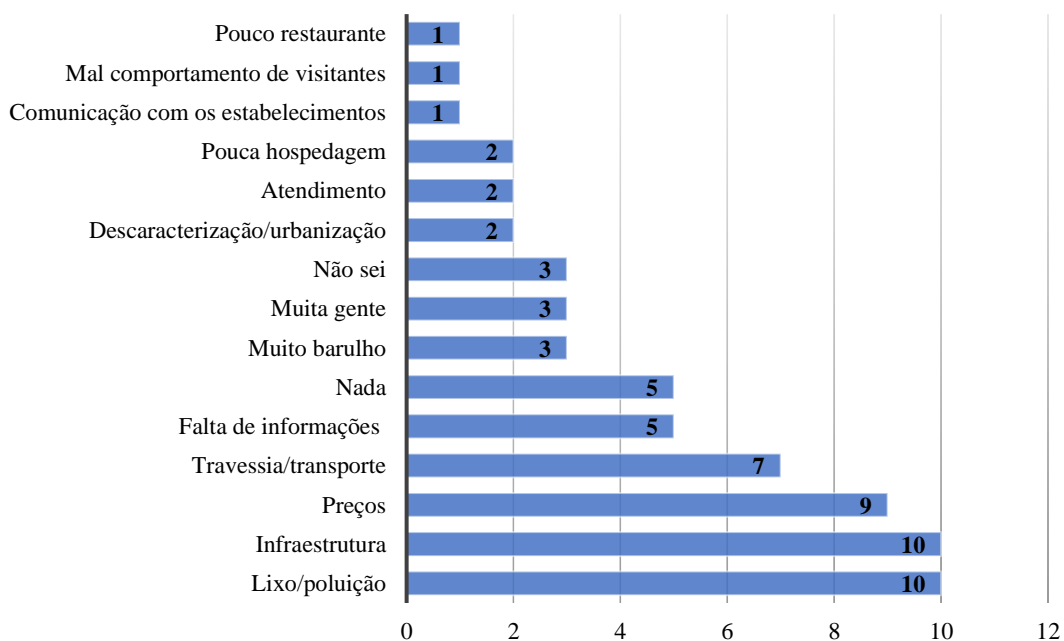
Essa gourmetização acaba se caracterizando em um movimento de se assemelhar aos estabelecimentos encontrados na Belém continental. Estes tipos de lazer são facilmente encontrados na área urbana, e com mais opções, mas o que gera esse movimento é justamente a possibilidade da experiência contemplativa, nesse caso, banal, se pautando, então, das experiências turísticas do tipo B.

Tais questões de fato têm conseguido atrair mais e mais visitantes, porém, esse contínuo crescimento do fluxo de pessoas, além de certos problemas gerado na ilha e para a população, também têm afetado a experiência dos visitantes. A localidade, que já não foi previamente

planejada para receber tamanha quantidade de pessoas, acaba, mesmo com os avanços, fortalecendo o caráter desorganizado que ali se encontra.

No gráfico 11, é possível ter uma ideia geral de algumas questões negativas apontadas pelos visitantes, e não parecem ser poucas. Na categorização realizada, se percebe que os principais problemas indicados se trata da poluição e de aspectos relacionados à infraestrutura. Nesta última alguns apontam, por exemplo, problemas relacionados ao acesso à internet, receio quanto à estrutura de alguns restaurantes e o desejo por mais opções turísticas na área dos restaurantes como loja de artesanato e trilhas.

Gráfico 11 - Questões problemáticas na percepção de visitantes da Ilha do Combu



Fonte: trabalho de campo, 2023

Outra demanda apontada consideravelmente pelos visitantes consultados foram problemas ligados ao transporte fluvial, que envolve ausência de horário certo para a passagem das lanchas no terminal e nos restaurantes, a impossibilidade de se locomover entre estabelecimentos - sendo uma mudança nesse sentido inviável e indesejável diante do contexto particular da Ilha do Combu – e também o fato de que, muitas vezes, o barqueiro só realiza a travessia se houver um certo número mínimo de pessoas.

Outras questões versam sobre a falta de informações sobre ilha, refletida também na percepção de um visitante que acredita ter poucos restaurantes e outros que acreditam que não

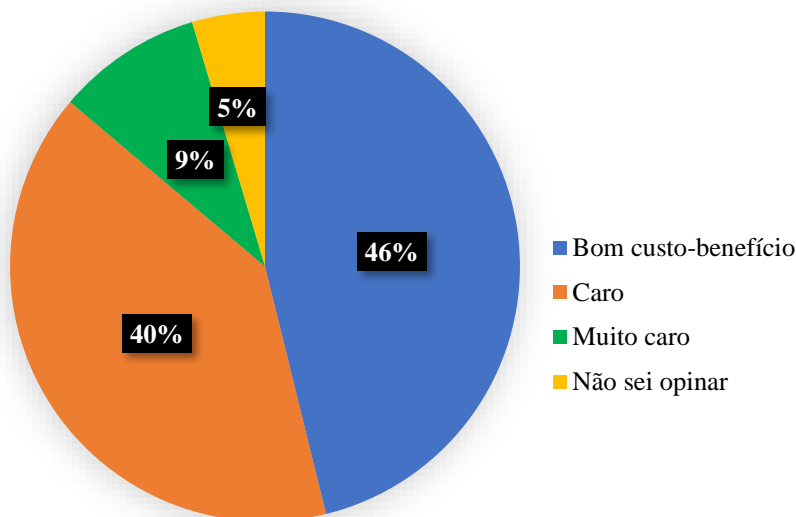
há hospedagens na ilha; muito barulho, devido a quantidade de pessoas e som alto em restaurantes muito próximos; muita gente, tanto em relação ao fluxo constante em algumas comunidades, o que além do barulho afeta o banho de rio, quanto no fato de muitos restaurantes ficarem superlotados, principalmente durante os domingos.

Menos recorrentes, porém não menos importante, foram apontamentos sobre a descaracterização do local, indicando preocupação com um possível processo de urbanização na ilha; atendimento em restaurantes encarados como ruins; a frágil comunicação entre visitantes e os estabelecimentos, que apesar de ter apenas uma ocorrência é algo que tenho observado e escutado bastante; e houve quem apontasse como negativo o comportamento de alguns visitantes, tanto residentes quanto turistas.

Outra questão bastante apontada, mas que merece um pouco mais de atenção, é a percepção que mais vem crescendo por parte dos visitantes, que é sobre o encarecimento da visita à ilha. Iniciando-se pelo valor da travessia, que hoje está no valor de R\$ 20,00, mas já chegou a ser R\$ 3,00, quando a ilha ainda era desconhecida por muitos. Mas os preços altos também são apontados nos produtos vendidos nos restaurantes, tornando a experiência na ilha, em geral, bastante onerosa, principalmente para os visitantes com poder aquisitivo mais baixo.

Tais respostas foram espontâneas em uma pergunta aberta, mas ao direcionar a resposta especificamente sobre o tema, com uma pergunta fechada, o resultado foi que apesar disso, muitas pessoas encaram o valor gasto como um bom custo-benefício, representando 46% das respostas. Entretanto, como pode ser visto no gráfico 12, 40% considera caro visitar a ilha e 9% considera muito caro, sendo que somando essas duas percepções acaba ultrapassando um pouco os que não consideram caro.

Gráfico 12 - Percepção dos visitantes quanto ao custo para visitar a Ilha do Combu



Fonte: trabalho de campo, 2023

Apesar da amostragem consultada representar um universo pequeno, os resultados refletem em grande medida o que venho observando no decorrer dos anos enquanto uma visitante frequente da ilha, no trabalho de campo e no acompanhamento de postagens no Instagram de perfis de veículos de imprensa. Na figura 51 pode-se verificar alguns dos milhares de comentários que foram encontrados em postagens semelhantes como esta, onde há os que manifestam desejo de voltar, o apego que tem pelo local, mas muitos desabafam sobre a questão dos custos da visita. Um comentário, inclusive, reflete uma perspectiva muito comum entre visitantes residentes, que a ilha se tornou um espaço “para turista” devido os altos preços. Dos visitantes consultados um chegou a definir o local visitado como elitista.

Figura 51 - Comentários em postagem de rede social sobre a Ilha do Combu



Fonte: trabalho de campo, 2022

Como ressalta Ignarra (1999, p. 42), quando uma localidade se torna conhecida e vira um destino “da moda” a taxa de crescimento da atividade turística se torna bastante elevada, sendo que essa demanda excessiva “passa a ter interferência na qualidade do produto” turístico. Outra questão é que se a lógica por trás seria a busca por lazer, distração e alívio para os desgastes da vida moderna, muitas vezes acaba por ter o efeito contrário, gerando mais estresse. Afinal, quem ficaria feliz ao sair de casa para se divertir e voltar irritado e frustrado?

3.2 – Do outro lado: os visitados e suas percepções

Agora, e o outro lado dessa história? Afinal, toda situação possui, no mínimo, dois lados, duas percepções, duas versões. Os visitados também passam por experiências particulares na atividade turística, na realidade em maior medida, visto que convivem constantemente nesse contexto turístico, muitas vezes, ininterruptamente. Quando o visitante encerra sua experiência turística retorna para sua residência e para seu cotidiano, diferente daquilo que vivenciou temporariamente. Para os visitados, pelo contrário, este já é parte de seu cotidiano, a sua casa.

Como foi visto no capítulo um, a base do turismo, incluindo sua definição, tem certa tendência em direcionar o foco para os visitantes, estando estes em um papel de demandantes. Há vários indicativos deste fato, cuja análise terá outros aspectos no capítulo seguinte, como em Araújo (2001) ao destacar que em meados do século XIX, antes mesmo das definições técnicas/científicas de turismo, já surgia a concepção da figura do turista enquanto uma pessoa que espera que tudo seja feito por ele e para ele.

Isso segue sendo bastante comum, principalmente no sentido mais técnico de se pensar, analisar e planejar o turismo. nesse sentido, a figura dos visitados fica direcionada para um papel puramente de ofertante. Ou seja, aquele anfitrião que deve fazer de tudo para agradar o “convidado”, ou como aponta Barreto (2003a, p. 15) sobre a necessidade da localidade turística de “criar uma série de comodidades que permitam que as pessoas saiam de casa sem risco de vida e com algum conforto”.

Considerando o aspecto mercadológico da atividade, será mesmo que o cliente tem sempre a razão? A resposta mais objetiva é claramente que não, há diversas variáveis a ser considerada em cada situação. E o que a população acha do turismo praticado em seu território? É comum ver reclamações direcionadas aos prestadores de serviços, como por exemplo o atendimento, mas e o que os prestadores de serviços acham dos clientes? O que as pessoas da localidade acham dos visitantes que ali trafegam constantemente?

Como aponta Banducci Junior (2001, p. 23) “é preciso atentar para que tipos de interferência e reações esses diferentes tipos de turismo provocam nas culturas em que atuam”. Para isso, é fundamental trazer à tona as impressões dos visitados como parte indissociável dessa relação, sendo este, então, o objetivo desse tópico.

Segundo Barreto (2009, p 58), as poucas pesquisas que abordam essa questão indicam que “os habitantes dos lugares turísticos que se beneficiam economicamente da presença dos turistas não estão interessados exatamente em recebê-los, mas no dinheiro deles”. Na Ilha da Combu, na verdade, o que observei ao longo dos anos foi diferente. A população sempre teve um caráter bastante hospitaleiro, mesmo os que não trabalhavam diretamente com visitantes.

Durante as diversas visitas à ilha, como visitante ou pesquisadora, percebia que havia, em geral, sentimentos de animação e satisfação com os visitantes. Em trabalho de campo, em 2015, uma moradora demonstrou considerar uma valorização do modo de vida local, relatando que se decidem conhecer a ilha, e mais ainda quando decidem retornar, ela sentia que significava que essas pessoas gostavam de estar ali. Obviamente ficaram felizes que isso trazia mais renda, mas me parece que era algo, de certa maneira, secundário, como uma consequência excelente de algo que já consideravam bom.

Os problemas quanto a interação com os visitantes parece ter começado com a intensificação da turistificação da ilha. Apesar de Barreto (2003a) considerar que a quantidade de pessoas usufruindo do turismo em uma localidade não interferir na definição de turismo de massa, Krippendorf (2000, p. 21) declara que “o turismo de massa constitui uma das formas mais marcantes e de maiores consequências”, justamente por considerar que “o principal problema do turismo moderno está, na realidade, no volume – no grande volume”.

O crescente fluxo de visitantes acabou trazendo consigo mudanças na percepção da população em relação aos seus visitantes. Krippendorf (2000) ressalta que a população da localidade turística, ou autóctone, acaba ficando sobrecarregada com a interação constante com tantos visitantes. Para o visitante é algo temporário, para o visitado é algo permanente. Porém, o que realmente vem prejudicando essa relação na ilha, para eles, não é exatamente a quantidade em si, mas a parcela de pessoas desrespeitosas que vieram junto com as demais. Várias questões sobre a percepção nativa em relação ao turismo já foram expostas no capítulo dois, mas trarei alguns elementos novos aqui.

Imagine que você tem uma casa grande e bonita, e que você goste de receber amigos para um churrasco, ou para confraternizar em geral. Em outra ocasião seus convidados trazem seus cônjuges que não estavam sendo esperados, mas até então tudo bem, a reunião foi divertida e todos saíram felizes. Agora imagine que mais adiante chegue um momento em que conhecidos

seus ficaram sabendo da sua hospitalidade e do ótimo espaço para se divertir que é a sua casa, e decidiram chegar de surpresa e com diversos amigos que nem lhe conhecem, adentram sua casa e começam a usufruir do espaço para seu bel prazer.

Você, e se reclamar ainda acabam lhe ofendendo e falando mal de você para outras pessoas. Após todos irem embora, você vê sua bela casa suja e com vários objetos importantes quebrados, e é você que irá arrumar e consertar tudo. Só que é bem tarde e você gostaria de já estar dormindo, mas não conseguiu devido ao barulho e toda a situação. Se essas pessoas ao saírem deixassem uma quantia considerável de dinheiro para você pelo uso do espaço, você esqueceria e relevaria tudo? Estaria tudo bem? Você estaria feliz? Detalhe, eles disseram que adoraram e que voltariam com mais pessoas ainda.

Apesar do exemplo simples e fictício, é um importante exercício de empatia para refletirmos sobre nossas ações quando estamos na condição de turista, ou visitante no geral. É mais ou menos dessa forma que muitos ribeirinhos estão se sentindo com uma parcela dos visitantes, porém esse é o trabalho de muitos deles, sua fonte de renda, então terão que receber novamente esses visitantes indesejados.

A questão do lixo já foi abordada, mas, para reforçar, há relatos em Rodrigues (2018) que corroboram com os resultados que obtive em minha pesquisa. Tem interlocutor que afirmou ver muito visitante sem preocupação ambiental, que jogam lata no rio, outro afirmou que presenciou dois homens alcoolizados que se desentenderam e quase terminou em tiro, afirmando que “agora tem muito porre” na ilha. Quanto mais foi crescendo a demanda, mais foi buscando-se ofertar, o que também contribui para seguir aumentando o turismo de massa na ilha. E além de ter pessoas que não se preocupam muito com as consequências dos seus atos, estas ainda acabam consumindo álcool, o que acaba piorando a situação. Como é relatado pelo interlocutor A:

Porque agora tem gente que funciona quase todo dia. Antigamente era só mesmo final de semana e feriado. Olha, eu quero que tu veja, dá muita gente aí, cara. É porrada, né? Eu quero que tu veja, é grito. Isso também é um problema, trazer muita gente e ficarem bêbadas, aí vomita. (Pesquisa de campo, 2022).

Não se deve pensar que o fato de envolver bebidas alcólicas seja o principal fator do mal comportamento, na verdade é apenas um elemento que intensifica um aspecto negativo que já existe no indivíduo. Muitos nem precisam estar sob o efeito do álcool para ter uma atitude

descortês, como se observa no relato da interlocutora G (Pesquisa de campo, 2022) sobre um parente que foi divulgar o restaurante dela próximo à entrada do terminal hidroviário, e voltou chateado. Sobre alguns visitantes, a ribeirinha respondeu: *“alguns são muito legais, mas tem uns mal educados. Na praça tem muitos que respondem de maneira rude quando a pessoa tá entregando panfleto para divulgar o espaço”*.

Às vezes o desrespeito não vem de forma agressiva, mas em atitude que pode até ser sem intenção, mas é inconveniente. Dois exemplos refletem bem a questão. Ao navegar pelas águas da ilha observei uma placa posta bem na frente do trapiche de uma casa, avisando que ali era uma residência privada e não um estabelecimento comercial, que não era para adentrar. Questionei sobre ao interlocutor que conduzia a lanche que revelou que visitantes decidiram atracar no trapiche daquela família ribeirinha para tirar fotos e tomar banho de rio. Seguiu dizendo que alguém da família viu e pediu para que se retirassem, afirmando que eles tinham ficado bastante chateados com a situação e por isso decidiram colocar o aviso.

Outra situação semelhante aconteceu com a Nena da casa do Chocolate, que anteriormente estabeleceu seu funcionamento de quarta a domingo, das 8:00 às 17:00 horas. Apesar de comercializar seus próprios roteiros turísticos, através de seu sócio, a Casa de Chocolate, durante esse período de funcionamento, estava aberta para todos que quisessem conhecer e comprar seus produtos. Outras pessoas e agências podiam combinar uma visita planejada por eles, desde que agendado e combinado previamente o que seria feito. A residência da família da Nena fica no mesmo terreno que seu empreendimento, e mesmo com uma placa indicando o funcionamento, por vezes pessoas atracavam em seu trapiche querendo conhecer o espaço.

Uma das pessoas que trabalha com os roteiros turísticos da Nena informou que já teve guia turístico que durante um passeio pela ilha parou no trapiche, sem qualquer aviso prévio, em seu dia de folga, em um momento que deveria ser de descanso, e se sentiram desconfortáveis, inclusive por não estarem “apresentáveis” para receber as visitas. Apesar de não terem gostado da “falta de noção e educação” elas se trocaram e atenderam os visitantes. Elas não queriam se recusar para não frustrar os visitantes que, na sua visão, não tinham culpa pelo comportamento do guia.

Outra situação bastante recorrente, e também já mencionada, é referente a condução de embarcações. Devido a fama da ilha, e até mesmo o status gerado por fotos realizadas ali, muitos buscam passear por conta própria em lanchas de médio porte, ou em passeios de agências de turismo. Certa vez presenciei, no estreito Igarapé do Combu, um iate de médio porte navegando pelas águas, com muitos jovens de roupa de banho bebendo escutando música alta. Os tipos de embarcação mais comum são esses da figura 52, que também mostra que esses visitantes atracam nos restaurantes voltados para o público de maior poder aquisitivo.

Figura 52 - Embarcações atracadas no restaurante Solar da Ilha



Fonte: divulgação, rede social, 2022.

Todavia, o mais preocupante são os jet skis. Muitos que pilotam esse tipo de embarcação o fazem de maneira imprudente, em alta velocidade e sem parecer se importar em causar acidentes. Essa percepção é geral na população, em todas as entrevistas ao abordar o assunto a reclamação acaba se voltando para essas pessoas.

*Quando a gente fala para eles reduzirem, eles mandam a gente pra longe, quer atirar nas pessoas. Um dia desses eu falei pro camarada, “acontece o seguinte, cara, às vezes por uma pessoa esbandalha tudinho o grupo. Porque tu vem com essa tua ignorância tu me pega aqui com outro ignorante vai dar m**** isso aí. Tu devia ter educação. Tu quer passear na tua lancha porque tu não vai lá pro Rio [Guamá]? Isso aqui é igarapé. Porque tu não vai lá pro rio, cara, aí a gente tem obrigação de ouvir tudo o que tu queres dizer para a gente. Se eu pego uma espingarda e te dou um tiro aqui? Ou tu me atira? Aí vai dar uma m*****, rapaz. Você tem que ter educação, rapaz, tu quer passear com a tua família, porque você não anda de boa com a família? Anda reduzido aí, vão batendo papo, namorando, vão até onde vocês quiserem, rapá (Interlocutor A, pesquisa de campo, 2022).*

Esse parece ser um caso que mais tem se considerado grave, não só pela grande quantidade de jet ski navegando pelo igarapé, o que contribui para a erosão, mas também devido a possibilidade de acidentes. Muitas pessoas tomam banho de rio nos restaurantes e nas residências ribeirinhas. Como já dito anteriormente, já ouvi relato de acidente fatal com um ribeirinho, e em Rodrigues (2018, p. 158) se encontra outro: *“Já teve um acidente que matou pessoas. Matou um primo meu. A lancha bateu na rabetinha e ele morreu. Queremos que eles passem devagar. Isso é uma ilha!”*.

Infelizmente, o que se percebe é que, juntamente com o crescimento da procura pela ilha para o lazer, cresce em conjunto a quantidade de visitantes que se comportam de maneira irresponsável e desagradável. Tais pessoas agem como o que foi definido por Krippendorf (2000) de “hóspede-rei”, aquele que demonstra não se importar com as consequências dos seus atos e sim somente com seu prazer.

Diante de tais situações problemáticas, “os habitantes das regiões visitadas começam a sentir também um certo rancor em relação aos efeitos negativos do êxodo das massas turísticas” (KRIPPENDORF, 2000, p. 19). A imagem do visitante acaba adquirindo um teor negativo, podendo ser percebido por muitos como “filhinho de papai”, “mal educados”, “sem noção”, “irresponsáveis”, etc. Como não é possível selecionar quem chega, e muito menos prever quem agirá de forma negativa, os visitantes se tornam um mal necessário, em que a convivência é, muitas vezes, tolerada para que se possa obter o dinheiro que trazem (ARAÚJO, 2001; BARRETO, 2004).

Mesmo assim, há a possibilidade desencadear reações mais hostis como resultado dos sentimentos negativos gerados nos habitantes destas localidades, o que Krippendorf (2000) chama de “revolta dos autóctones”. Em Rodrigues (2018, p. 158) encontra-se um relato de um interlocutor da ilha em que afirma *“a gente até pensou em fechar aqui caso eles não obedecam. Dizem que não pode, mas, pode sim! Se a gente quiser, fecha! Nós moradores é que temos de fazer. Se a gente deixar “ao Deus-dará” vai ser pior”*. Se antes ao falar de visitantes da ilha, e da sua turistificação, havia um tom bastante amistoso, atualmente percebo que há uma dualidade de sentimentos, dando espaço agora para irritabilidade e preocupação. Não só com quem visita, mas de maneira generalizada com sujeitos externos.

Mas, sobre a percepção dos visitantes, houve uma revelação inesperada. Apesar da bibliografia consultada sobre turismo focar no turista em si, e no comportamento deste, o problema maior na relação ali estabelecida está situada não nos turistas, mas nos visitantes residentes. Ou seja, as principais reclamações dos ribeirinhos da Ilha do Combu são sobre seus vizinhos belenenses. Todos os ribeirinhos, donos de restaurantes, entrevistados compartilharam desse discurso. Como se observa nos relatos abaixo:

É tem diferença, né? Hoje em dia a gente tem um grande problema aqui na ilha. No Igarapé do Combu. Não é dos turistas, é mais esses filhinhos de papai que andam nessas lancha e que não respeita ninguém (Interlocutor A, pesquisa de campo, 2022).

Interlocutor P: *Não e Aí nós temos problemas com turista, principalmente por isso, turista não, com os Visitantes de Belém é que às vezes eles vêm para cá e acabam querendo exigir uma coisa que não é realidade nossa, entendeu.*

Interlocutor E: *O paraense, quer piscina quer o ca*****, quer aparecer, quer tudo.*

Interlocutor P: *Assim, é um exemplo de algumas pessoas, mas tem essas pessoas assim, entendeu? Mas os turistas que vêm de outros estados, outros países de boa, porque ele vem para a Amazônia, vai pro meio da mata, ele quer isso. Se ele quer conforto, ele fica onde ele está, porque eu sei que ele tem condições de estar no conforto. Então, se ele vem para cá para conhecer, é o Combu, é Amazônia, está no meio da mata, ele está no meio da lama, está no meio das arvores* (Pesquisa de campo, 2021).

Como é possível verificar nos relatos, o descontentamento não é com todos os visitantes. São várias situações, mas não é, ao menos ainda, uma quantidade tão grande de visitantes que se comportam de maneira desagradável, e dentro desse grupo de pessoas os principais causadores de problemas não são os turistas. Ao que parece, a relação de conflito está relacionada com a distância percorrida pelo indivíduo, o que caracteriza em qual tipo de visitante este está enquadrado. Assim, tem-se que quanto de mais longe vier, menor é a probabilidade de atitudes desrespeitosas, como ilustrado na figura 53.



Fonte: Thainá Nunes, 2023

Cabe destacar que, embora a Ilha do Combu seja considerada um ponto turístico, ou localidade turística, de Belém, esta é visitada em sua maioria pelos visitantes residentes. Tais

dados divulgados pela PARATUR (2009) foram os únicos encontrados sobre a origem dos visitantes da ilha, e, apesar de não ser atual, ainda reflete o que se observa na atualidade.

As cores na figura 53 acabam também representando o volume do fluxo de cada tipo de visitante. Quanto mais distante é a origem, menor a ocorrência da visita. Assim, tal fato pode vir a ter certa influência na grande quantidade de pessoas causadoras de problemas serem desse tipo de visitante. Fica a reflexão, se houvesse mais turistas visitando a ilha, será que também ocorreriam mais situações desagradáveis com esse tipo de visitante?

Com efeito, há ocorrências de mal comportamento de turistas, mas em comparação com os visitantes residentes acaba se tornando um número irrisório. Há que se apontar ainda que estes também contribuem em outros aspectos da turistificação. Por exemplo, apesar de Eronildo, do restaurante Canto dos Pássaros, afirmar que sua clientela maior é de turistas, por estar mais afastado do grande fluxo, não quer dizer que não tenham os que vão para os de maior estrutura. O que acaba reforçando a busca de outros restaurantes em investirem em atrativos artificiais, ou mudanças de seus aspectos tradicionais, para atrair essa demanda.

Outra questão é que nem todo turista que decida visitar a ilha fica de fato a vontade com o contato maior com o meio ambiente. Ao participar de um dos roteiros turísticos da Nena, da casa do Chocolate, vi que havia uma família, com 4 adultos e 1 criança, proveniente de São Paulo. Durante o relato da Nena sobre sua trajetória, e a explicação sobre o processo de fabricação do chocolate artesanal, estes demonstravam estar maravilhados com tudo que estava acontecendo.

Porém, durante a trilha, que estava com trechos de lama devido ao período chuvoso, os adultos pareciam estar bastante desconfortáveis, chegando a permanecer distante do grupo, em algumas paradas, para ficar em local mais firme e não se sujarem tanto. Ao fim da experiência todos poderiam escolher restaurantes do Igarapé do Combu ou da Beira do Rio Guamá, desde que não tão distante. A família em questão decidiu parar em um restaurante com mais estrutura.

Outro exemplo interessante é a de uma portuguesa, que faz pouco tempo de se mudou para Belém e agora frequenta a Ilha do Combu. Ela está no limiar entre as duas extremidades, turista internacional e visitante residente. Ela se tornou amiga de um dono de restaurante, e como já havia marcado de visitá-lo, ao chegar mais cedo acabou acompanhando a reunião.

Quando os ribeirinhos estavam comentando sobre suas preocupações com o futuro da ilha, com relação às demandas de visitantes que não condiz com a realidade local, a mulher apontou um de seus desejos, na condição de visitante.

Portuguesa: *Eu acho que um apurador, uma pista para bicicleta e pra moto. Era importante, cara. Eu acho que ...*

Interlocutor E: *Tá doida? Tu acha bacana tu ta ali lá na tua casa, fazer topless e aí um cara passa lá e te dá tchau. Vai tirar a sua privacidade pô* (Pesquisa de campo, 2021).

Não é da vontade dos ribeirinhos que haja rua ou pista de qualquer tipo de pista construída no local, pois traria mais problemas para seu cotidiano. Esse tipo de percepção externa vai de encontro ao modo de vida tradicional local, refletindo o caráter urbano da qual está acostumada, o que tem sido um fator de interferência preocupante na ilha. Aflige pois todo o modo de vida ribeirinho, sua história, foi construído em grande medida a partir da rejeição do processo de urbanização que se deu, e se dá, na Belém continental (DERGAN, 2006; NUNES, 2017). Apesar do comentário supracitado não apresentar qualquer caráter ofensivo, representa uma lógica, que se desdobra em comportamentos, que não é desejada. Como reflete o interlocutor A:

Porque infelizmente, não é nem só do belenense, é uma coisa do ser humano mesmo, sabe? E quanto mais urbano, mais sacana, mais filha da mãe, às vezes, mais desrespeitador. É por isso também. Eu me preocupo com o turismo, e o lazer em geral, né? Porque não é só turista, né? Tem muita gente de Belém que vem aqui. Me preocupa muito por causa disso, porque atrai muita gente que é sem noção (Pesquisa de campo, 2022).

Outro fato apontado pelos ribeirinhos como influência no mal comportamento dos visitantes refere-se a classe social que este pertence. Como se verifica na figura 54, quanto maior o capital econômico do visitante, maior é a ocorrência de comportamentos que desagradam os ribeirinhos. O maior problema, então, não é o visitante residente, mas principalmente os que possuem, ou até os que querem parecer possuir, considerável poder aquisitivo. Tais indivíduos, além do dinheiro, trazem consigo também a arrogância, fortalecendo o caráter inconsequente de suas atitudes.

Figura 54 - Fluxo da percepção nativa quanto comportamento em relação ao poder aquisitivo do visitante



Fonte: Thainá Nunes, 2023

É evidente que não se deve fazer generalizações. O que se busca é compreender quais fatores vêm contribuindo para abalar a relação entre os ribeirinhos da Ilha do Combu e os visitantes que usufruem do local. De maneira geral, ainda permanece a boa interação entre as partes, ainda há o desejo e o entusiasmo por parte dos ribeirinhos em receber os visitantes, apenas é necessário ajustar esses focos de problema. O que os locais demandam é bem menos do que os visitantes: respeito e que os visitantes sejam, de alguma forma, parceiros dos moradores. Seja para preservar a ilha e seu modo de vida, seja divulgando o local e suas maravilhas, para que outros visitantes possam também usufruir e seguir contribuindo para o aumento de renda da população local.

Por isso o título desse capítulo é “sinta-se em casa, mas lembre-se que não está”, pois eles querem seguir recebendo visitas, mas que estas sejam agradáveis para ambos os lados. Se você for desagradável e causar problemas ao visitar alguém, é lógico de se pensar que você não será bem-vindo novamente. Os visitantes precisam compreender que a ilha é a casa desses ribeirinhos, e que estes continuam deixando a porta aberta para que retornem, e que tragam mais pessoas, desde que se comportem adequadamente. Nesse sentido, no tópico a seguir, veremos como pensar antropologicamente essa relação para que seja o mais harmônica o possível.

3.3 – Os dois lados da mesma moeda: reciprocidade e educação turística

Estabelecidas as considerações dos dois lados, é necessário se debruçar na interação destes, visto que “não são totalidades separadas, mas, pelo contrário, são relacionais” (PEREIRO; FERNANDES, 2018, p. 237). Em uma localidade turística se estabelece variadas interações socioculturais, mobilidades, ações que irão refletir nesse contato e irão repercutir nas vidas dos sujeitos envolvidos. Analisar essa diversidade turística, com sujeitos e experiências diversas é essencial para compreender o turismo (PEREIRO; FERNANDES, 2018; BARRETO, 2004), e mais do que isso, propor mudanças na direção de uma nova prática turística, de um novo turismo.

Segundo Barreto (2004) os visitantes se encontram na condição de forasteiros, e sempre assim serão vistos pelos visitados, cujo o encontro é caracterizado por Cohen (1984 *apud* BARRETO, 2004) como pautado na efemeridade, desproporcionalidade e descontinuidade. Todavia, assim como expressado por Pereiro e Fernandes (2018), há os que retornam para a mesma localidade uma ou mais vezes, seja porque apreciaram o local, e talvez os residentes, porque não foi possível conhecer – ou aproveitar- outras atrações que tenham interesse, ou porque possuem algum vínculo com quem ali reside. Há também que se considerar os visitantes residentes e turistas mais próximos, que devido a curta distância é possível realizar visitas frequentes.

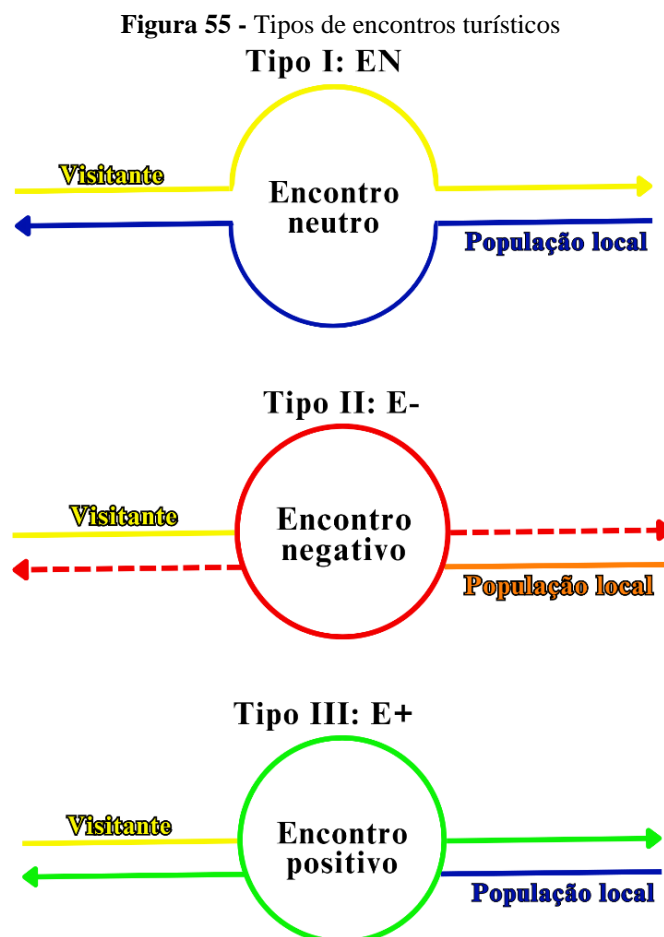
A Ilha do Combu se encaixa nesse cenário, encantando muitos dos seus visitantes que, independente do tipo, decidem retornar. Como mencionado anteriormente, a maior parte dos entrevistados já tinham visitado o local ao menos duas vezes, sendo que para 46% haviam retornado mais de seis vezes. Apesar deste ser um aspecto positivo, é essencial entender como se estabelecem os encontros entre esses sujeitos, visitantes e visitados.

Sharon Roseman (2008 *apud* PERREIRO; FERNANDES, 2018) elenca cinco tipos de encontros turísticos: entre as pessoas e a natureza; entre umas pessoas com outras; entre os turistas e o lazer; entre turistas e o trabalho; e dos turistas com eles próprios. O primeiro e terceiro tipo podem ser articulados com os tipos de experiências turísticas expostas no primeiro tópico deste capítulo.

Neste momento, interessa aprofundar o segundo tipo de encontro, o que considero que influenciará no último tipo, isso porque, como afirma Dumazedier (1979 *apud* PAIVA, 1995),

para além do descanso e do entretenimento, o lazer, sendo o turismo um tipo, tem a função também de desenvolver a personalidade dos indivíduos. Esse processo pode ocorrer de várias maneiras, em vários níveis, e a maneira como os sujeitos envolvidos se portam durante o encontro irá afetá-los, negativamente ou positivamente, como também aponta Alfonso (2003). É nesse ponto que avalio ser imprescindível iniciar as intervenções, ou planejamentos, para um turismo mais harmônico e responsável.

Dentre as diversas possibilidades interacionais, elaborei três tipos gerais de encontros turísticos (figura 55) que podem servir de instrumento analítico para avaliar as práticas turísticas numa localidade. Nesse primeiro aspecto, a intervenção se dá no âmbito particular, individual, como cada sujeito envolvido no encontro atua e quais desdobramentos podem ter.



Fonte: Thainá Nunes, 2023

O primeiro tipo seria o *encontro neutro*, com ocorrências principalmente nas experiências turísticas do tipo C e B. Esses tipos de encontros se dão de maneira tão superficial que em um

primeiro momento pode parecer que sequer houve um encontro. Porém, no momento em que o visitante adentra o lugar do outro, é estabelecido um mínimo de contato, mesmo que indiretamente.

Um exemplo desse tipo de encontro, utilizando-se o contexto da Ilha do Combu, é quando um visitante contrata um pacote de passeio de barco de uma agência de Belém, cujo o roteiro é apenas navegar pelas proximidades da ilha, pelo Rio Guamá e Furo do São Benedito, oferecendo serviço de bordo, não fazendo parte da programação qualquer parada na ilha. Semelhante ao ilustrado na figura, não houve o contato direto, mas o encontro se dá pela aproximação do visitante com a localidade. É a “síndrome do zoológico” em que “uns e outros se observam” (KRIPPENDORF, 2000), como mencionada anteriormente.

Outros exemplos que podem ser considerados deste tipo é o passeio realizado com algum barqueiro da ilha que, após navegar pelas redondezas realiza uma parada na prainha, que fica próxima à ilha. Mesmo que, nesse caso, haja a figura do barqueiro bem próximo ao do visitante, o contato pode ser quase nulo, se atendo a interação puramente comercial. Ou quando, sendo o mais recorrente, o visitante compra a passagem no terminal, atravessa de lancha, operada pela cooperativa local, interlocução é resumida em “coloquem os coletes”, “passagens, por favor”, “gostaríamos de ir para o restaurante x”, ou alguma dúvida a ser tirada brevemente. Ao chegar no restaurante x, o contato é mínimo, exclusivamente com a pessoa que está atendendo e para realizar pedidos do cardápio.

Diferentemente do contexto de zoológico do exemplo anterior, nestes até há o contato direto, mas superficialidade é tamanha que os visitados, muitas vezes, parecem seres sem uma forma tão concreta, ou como um mero meio para ter suas demandas atendidas. Mesmo estando ali, tão próximo, os sujeitos parecem estar envoltos com uma capa de invisibilidade, operando de maneira, metaforicamente, semelhante aos estabelecimentos avançados tecnologicamente onde não há qualquer interação humana³⁵, apenas clientes adquirindo um produto e/ou serviço. Por mais que se saiba que há um componente humano envolvido por trás, este é secundarizado, fica escondido, ficando mais à tona a materialidade da relação comercial.

³⁵ Atualmente muito comum na Ásia, como se vê na notícia disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Tecnologia/noticia/2018/08/os-restaurantes-na-asia-onde-tecnologia-esta-do-cardapio.html>. Mas o tipo de iniciativa começa a se espalhar para outros lugares do mundo, como se na matéria disponível em: <https://gizmodo.uol.com.br/amazon-fresh-supermercado-loja-londres/>. Acesso em: 28 out. 2023.

Como é possível visualizar na imagem, as duas linhas, que representam o movimento dos sujeitos que estão indo ao encontro, ambos não têm trocas reais, não há de maneira consistente o encontro entre sujeitos propriamente dito. O uso de cores diferentes para cada tipo de sujeitos turísticos é para representar as realidades diferentes de cada um e o resultado destas após o encontro.

No tipo I as trajetórias não estabelecem uma conexão, por isso as linhas nem se tocam, vivenciam esse momento efêmero e seguem suas vidas sem uma alteração considerável. Cada um cumpriu o seu “papel”, levando consigo apenas uma boa lembrança de um dia agradável em um lugar diferente, no caso do visitante, e a sensação de dever cumprido e retorno financeiro garantido, no caso do visitado trabalhador do lazer. Nesse sentido, “via de regra, o viajante não aprende nada, ou muito pouco, sobre como realmente é a vida nas regiões visitadas” (KRIPPENDORF, 2000, p. 43), assim como o visitado também não, em relação a vida do local de origem do visitante, com exceção do residente cujo o local de moradia conhece, mas não contribui para aproximações.

Talvez possamos ter o impulso de julgar como sendo algo ruim, mas, em minha análise, não considero exatamente assim. O real problema está no tipo II, o *encontro negativo*, predominantemente encontradas nas experiências turísticas do tipo B, mas também frequente no de tipo C. Como ilustrado na imagem, neste tipo há um encontro mais direto e concreto, porém, gerando, em algum grau, prejuízos para os sujeitos, representado pela mistura das cores amarelo e laranja. O resultado é a cor vermelha, como símbolo de alerta, criando fissuras nas relações interpessoais que repercutirão nas vidas dos sujeitos após o encontro.

As situações citadas no tópico anterior sobre comportamentos problemáticos de visitantes são exemplos desse tipo de encontro com repercussões negativas. A situação em que há conflito abala fortemente a relação entre visitado e visitante, contribuindo para que ambos nutram certos ressentimentos, e outros sentimentos negativos, que reforçarão a construção da imagem negativa da figura do outro. No caso do visitado, reforça a visão de que o outro é um intruso desrespeitador, criando o receio de que mais outros assim apareçam. Dessa forma, gera-se um comportamento de apreensão ao lidar com novos visitantes, podendo até causar introspecção, minando aos poucos a vontade de trocas mais sinceras e profundas com forasteiros e a satisfação de trabalhar com o lazer de outrem, que, no caso da Ilha do Combu, ainda existe.

No caso do visitante, mesmo que o residente no contexto do Combu, em caso de não assumir seu papel como causador de problema, acaba reforçando seu complexo de superioridade, podendo ter esses tipos de comportamento de maneira recorrente na mesma localidade e em outras. Carregando, então, consigo parte do veneno que vem corroendo o turismo sociedades afora. O que talvez essas pessoas não tenham ainda percebido é que esse tipo de atitude também reflete negativamente em si mesmo.

Segundo Krippendorf (2000, p. 14-15) “as pessoas viajam porque não se sentem mais à vontade onde se encontram, seja nos locais de trabalho, seja onde moram”. Ou mesmo os visitantes residentes que também, como destacado pelo autor, compartilha com os turistas a rotina estressando e massificante da vida moderna. Apesar dos avanços tecnológicos e de obtenção de confortos materiais, proporciona uma queda na qualidade de vida, gerando “esgotamento físico e psíquico, o vazio interior e o tédio”. Assim, nessa fuga da realidade através do lazer, e turismo, descontam suas frustrações na localidade turística e na população residente, mesmo que, muitas vezes, sem deliberada intenção. Ao invés daquele momento proporcionar relaxamento, descanso, o “recarregar das baterias” antes de retornar ao cotidiano desgastante, acaba por reforçar essas questões da qual se tinha a intenção de escapar.

Para Araújo (2001, p. 60) o turismo pode se constituir “na linguagem pela qual se articularia um conjunto importante de valores da vida moderna, por meio do qual se estaria vivenciando a possibilidade de ir ao encontro do outro”. Entretanto, nos casos de tipo E- o que acontece é que os sujeitos vão de encontro ao outro, ocasionando, assim, um certo choque, sendo que quando dois corpos colidem os resultados não são muito interessantes, podendo ser catastróficos.

Krippendorf (2000, p. 50-51) destaca que “as motivações e os comportamentos dos viajantes são fortemente centrados no ego[...] elas permitem entrever, desde logo, as dificuldades de um turismo harmonioso em todos os aspectos”. Ou seja, o egocentrismo tem sido a base dos problemas dessa relação, pois navega com velocidade na Ilha do Combu, faz barulho, destrata trabalhadores ou julga questões da vida ribeirinha local, está apenas considerando suas demandas de maneira, às vezes, inconsequente. Ou seja, buscam, através do imediatismo, a satisfação pessoal em detrimento do outro e de uma possível continuidade dessa relação de maneira harmônica (BARRETO, 2004).

Cabe lembrar que a relação é uma via de mão dupla, então há que apontar que muitos moradores também podem acabar tendo comportamentos que prejudiquem essa relação, ao tratar de maneira ríspida os clientes que nada de mal fizeram. Esse é o ápice da noção de “mal necessário”, em que esse trabalhador, e morador do local, busca fazer somente aquilo que precisa fazer para que o visitante deixe ali seu dinheiro. Não observei casos assim na Ilha do Combu, mas em outras experiências enquanto turista já vivenciei, o que pode gerar repulsa pelo local, ou ao menos a decisão de não voltar àquele estabelecimento em particular. Percebe-se, então que,

essa efemeridade das relações é a que propicia a exploração, o engano, a hostilidade e a desonestidade, que são moeda corrente na relação entre turistas e população local justamente porque nenhuma das partes envolvidas se sente comprometida com as consequências da sua ação (BARRETO, 2004, p. 137).

O tipo I (EN) pode não ser tão construtivo, mas não causam mal, já o tipo II (E-) não só não constrói como, na verdade, destrói a relação turística, o turismo e, muitas vezes, a localidade. Para Krippendorf (2000, p. 86) “quando nada de comum nos aproxima, quando os papéis são muito diferentes, não existe nenhuma base para o diálogo”, chegando a expor que acredita que, diante do que se vê acontecendo nas localidades turísticas, as chances de uma interação verdadeira estão cada vez mais fracas. Todavia, o autor, ainda assim, demonstra ter esperanças sobre o futuro do turismo, das quais compartilho. Para ele:

Uma nova compreensão das viagens e um novo comportamento durante as mesmas poderiam talvez contribuir para desenvolver também o senso de humanidade e de equidade. Portanto, o turismo poderia ser, eventualmente, enriquecedor e um estímulo para um cotidiano e uma sociedade melhor (KRIPPENDORF, 2000, p. 23).

Acredito realmente que não é algo impossível, pois vejo que há muitos visitantes e visitados que se preocupam e querem uma relação harmônica. Há muitos encontros do tipo III, *encontros positivos* (E+), como os encontrados nas experiências turísticas do tipo A, AB, AC e principalmente ABC. Nesse tipo de encontro, como consta na figura 55, geram repercussões favoráveis durante o encontro, garantindo boas e construtivas experiências para além daquele momento. Utilizando o simbolismo das cores, ambos os lados dispostos, ao se misturar, nesse

caso o amarelo e o azul, o resultado verde que pode ter vários significados como esperança, meio ambiente, vida, renovação e equilíbrio³⁶.

Além de contribuir para a restauração psíquica do visitante, não se torna algo desgastante para o visitado, perpetuando assim essa boa relação com outras pessoas e lugares a serem visitados ou a receber visitantes. A Ilha do Combu está repleta de exemplos, como já foi demonstrado, os casos negativos são, até o momento, minoria. Muitos são os que trabalham diretamente com visitantes que permanecem felizes em trabalhar na área do lazer, como se confere no relato a seguir.

Olha sobre o lazer aqui eu gosto, sabe por quê? Quando não tem atrito, essas coisas, é bom, quando uma pessoa está se divertindo, tá brincando é uma Alegria pra mim também. Porque eu estou vendo que a pessoa poxa, principalmente trabalhadores, não é? que trabalha a semana toda, tira um domingo para o lazer né? É, então eu acho legal a pessoa estar num ambiente desse aqui, com a mulher ou namorada, ou seja, o que for, está se divertindo, dançando, brincando. Eu fico satisfeito, cara. Agora, se a pessoa vem para brigar, arrumar confusão, não era nem pra ele vir pra cá, é melhor ele ficar pra lá, né? (Interlocutor A, pesquisa de campo, 2022).

Da parte dos visitantes também há muitos que desenvolvem um grande afeto pelo local e/ou a população, e por isso acabam voltando e defendendo melhorias e atenção aos problemas do local. Em Rodrigues (2018) nas entrevistas com visitantes, na pergunta sobre suas percepções sobre o desenvolvimento do turismo, das 37 respostas 19 demonstraram preocupação, ou estabeleceram algum vínculo afetivo, com o local e/ou os moradores. Em minha pesquisa online realizada com os visitantes também observei várias respostas com preocupações com a população, com o meio ambiente e as transformações negativas advindas com a turistificação do local. Para ilustrar, segue alguns exemplos.

Visitante 1: Ruim nada, mas me preocupo com o crescimento do turismo e com o lixo. Não sei se os trabalhadores e os turistas descartam corretamente. Me preocupo se não estamos agredindo o que tem de mais bonito lá, a natureza (árvores, rio, solo, vegetação e todo tipo de vida que lá habita). Acho que poderia melhorar se profissionais críticos junto a Prefeitura e os moradores acompanhassem e tivessem autonomia p/ gerenciar o espaço.

Visitante 2: Acredito que várias empresas têm causado muito mais impacto que benefícios para os moradores e empreendedores locais. Então acredito que um programa que possa garantir a segurança das famílias da ilha seja indicado, para que não sejam prejudicados por quem se aproveita do turismo danoso.

³⁶ GUIMARÃES, Luciano. Percepção das cores e cultura. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, XIX., 1996, Londrina. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/d0d3e15aa39c04910d8cd86e4cc8342e.pdf>. Acesso em: 29 out. 2023.

Também disponível em: <https://www.dicionariodesimbolos.com.br/significado-cor-verde/>. Acesso em: 29 out. 2023.

Visitante 3: *Acho importante o cuidado com a qualidade de vida dos moradores e o estudo para entender os limites sustentáveis da atividade turística na ilha.*

Visitante 4: *Ruim: quantidade excessiva de visitantes, precisando melhorar o controle sobre o número de restaurantes no local pra não prejudicar a área de proteção ambiental.*

Visitante 5: *Acredito que a ilha agora está cheia de bares e restaurante que não são da população de lá, vai perdendo a caracterização. Se pudesse mudar algo, seria não deixar ter festas a noite e espaços que mudem tanto essa configuração ribeirinha (como restaurantes de alvenaria) (Questionário online com visitantes, 2022-2023).*

Pensando nas expressões populares, considerando ensinamentos ou reflexões que podem conter, tem-se uma bastante conhecida que é “uma andorinha só não faz verão”, que pode ser relacionado a coletividade, em uma busca conjunta de uma situação mais favorável. A mudança de comportamento é essencial, abandonando o egocentrismo e o egoísmo, levando em consideração o outro, tendo como uma das bases a alteridade. Ressalta-se que os tipos de encontros representados na figura 55 é uma simplificação, pois, obviamente, nas localidades turísticas ocorrem um emaranhado de relações concomitantemente entre vários sujeitos. Por isso é importante que muitas pessoas adiram esse tipo de perspectiva. Assim,

está na hora de desenvolver outras formas de lazer para que todas as pessoas envolvidas possam tirar o melhor proveito, sem prejudicar os habitantes e o meio ambiente locais. Talvez as férias e o lazer experimentados longe de casa possam se transformar realmente num campo de aprendizado e de experiências, não apenas para fugir do cotidiano e dos problemas, mas também para se ter a oportunidade de enriquecimento interior, de exercer a liberdade, a compreensão mútua e a solidariedade, e de poder descobrir um pouco de tudo isso no cotidiano (KRIPPENDORF, 2000, p. 22-23).

Segundo Krippendorf (2000, p. 53) “não nos tornamos de repente uma outra pessoa porque somos turistas”, e por isso é algo bastante difícil, porque é algo sistêmico, faz necessário, de fato, nos tornarmos não outras pessoas, mas pessoas melhores, e assim, seremos visitantes melhores. É trabalhoso, é um processo longo, mas não impossível. Primeiro é preciso, de maneira urgente, tirar do foco principal a questão comercial e econômica, não enxergar os visitantes como consumidores, a demanda, e a comunidade como as prestadoras de serviços, a oferta.

É preciso deixar de enxergar primeiramente a localidade turística como um espaço de produtos turísticos. É evidente que não deixarão de ter esses papéis, mas estes devem ser, de certa forma, secundarizados, pois “o grande paradoxo do turismo é que essa atividade coloca em contato pessoas que não enxergam a si mesmas como pessoas, mas como portadoras de uma função precisa e determinada” (Barreto, 2009, p. 59). Pode ser difícil de considerar isso na

concretude, porque somos treinados constantemente para pensar de acordo com as bases capitalistas. Porém, quando uma atividade, que envolve dinheiro, é bem realizada, proporcionando experiências agradáveis, o dinheiro virá como consequência. É preciso pensar o turismo como um fenômeno que envolve trocas, e para isso, é preciso estabelecer sua base em outro elemento que é a reciprocidade.

A Sociologia também fornece contribuições importantes para a compreensão da importância do que venho abordando. Se observarmos o turismo na perspectiva funcionalista de Durkheim (1999), este como um organismo social, tem-se que para garantir o funcionamento minimamente harmônico é necessário que as partes desempenhem bem seus papéis específicos. E para que se tenha uma mínima coesão social é fundamental a solidariedade social, e tais laços, no turismo, estão enfraquecidos.

Para fortalecer esse elo entre os sujeitos turísticos é interessante considerar as noções de dádiva e a reciprocidade apresentadas por Marcel Mauss (2003, p. 88) que acredita ter encontrado nessa questão as “rochas sobre as quais são construídas nossas sociedades”. Não se trata apenas da troca de objetos ou serviços, mas de relações, em que se estabelecem ou se reafirmam alianças, mesmo que temporárias, com base em colaborações mútuas das partes envolvidas. Aos que visitam mais de uma vez um local, como na Ilha do Combu e os visitantes residentes de maneira mais frequente, mas também turistas que retornam outras vezes, esse vínculo pode ser ainda mais forte.

Para os que visitam, por exemplo, uma vez apenas um local e, em outro momento, partem para o próximo destino, principalmente no tocante aos turistas, a lógica também pode se aplicar. Para Mauss (2003) essas prestações recíprocas, obrigatórias, não são pensadas individualmente e sim coletivamente. Podemos adotar a concepção das categorias dos sujeitos turísticos como parte de uma coletividade, e, assim, as noções podem ser aplicadas.

Diante disso, visitantes e turistas, quando nesta condição, fazem parte de um enorme grupo que transita por várias comunidades receptoras, estabelecendo trocas com diversos grupos de visitados. Os indivíduos podem fazer parte dos dois grupos, em momentos distintos, ou seja, ao sair da sua localidade deixa sua condição de visitado e integra temporariamente o grupo, a “comunidade” dos visitantes. Apresenta, então, uma identificação e pertencimento móvel, em menor ou maior grau, dependendo do contexto de cada indivíduo.

Ainda seguindo a lógica de adaptação dos fundamentos da reciprocidade para o contexto moderno, e do turismo, tem-se que nas interações turísticas há um ciclo constante de dar, receber e retribuir. Não se trata apenas da questão material, de ordem concreta, ou seja, objetos, ou, nesse caso, produtos ou dinheiro, mas a principal questão está no caráter abstrato que existe por trás. Nesse sentido, seriam as atitudes, o atendimento, a comunicação, a experiência proporcionada, os sentimentos envolvidos, o intercâmbio cultural, etc.

Todas essas trocas são, então, material e simbólica, carregando consigo uma propriedade espiritual dos sujeitos da dádiva envolvidos, criando laços entre estes. Em outras palavras, “se coisas são dadas e retribuídas, é porque se dão e se retribuem “respeitos” — podemos dizer igualmente ‘cortesias’. Mas é também porque as pessoas se dão ao dar” (MAUSS, 2003, p. 263). Assim sendo, ao passarmos por uma localidade turística deixamos um pouco de nós e levamos conosco um pouco dos que ali residem, como ilustrado no Encontro Positivo (E+).

Os moradores da Ilha do Combu deixam a porta aberta do seu lar, com toda sua riqueza natural e cultural, para receber os visitantes, oferecem o transporte e recebem o dinheiro e animação de quem chega. Retribuem com hospitalidade, com atendimento de suas vontades, podendo o visitante aproveitar dos atrativos ali encontrados, alguns dos quais envolve diretamente aspectos do modo de vida local. Em seguida o visitado retribui com respeito, satisfação e, claro, dinheiro, recebendo em troca gratidão e um convite, mesmo que indireto, para que retorne.

Mesmo que um turista visite apenas uma vez não retorne, a experiência vivida, quando pautada na reciprocidade aqui discutida, leva consigo sentimentos e memórias boas. Segue, então, disposto a estabelecer novas trocas semelhantes nos próximos destinos que visita, fortalecendo e propagando essa “dádiva turística” por vários “clãs” de visitados. Como já exposto, esse tipo de relação, de laços, não é algo irreal, pois já acontecem.

Um visitante consultado sobre o que gosta na visita à ilha respondeu “o passeio nos barcos pequenos, contato com a natureza e com as pessoas da região”. Inclusive, essa relação recíproca permite com que possíveis contratempos durante a visita - o que é normal de acontecer, haja vista que na vida social não há perfeição - sejam relevados, não se tornando uma questão realmente negativa. O que se reflete na resposta de outro visitante:

Não tenho o que criticar, pois vários aspectos sejam eles positivos (natureza) ou negativos (acesso) fazem parte da experiência única que é visitar o espaço. Daí se fosse fácil de chegar por exemplo, não seria a mesma coisa, seria comum, ou sejam até o que é mais difícil como o acesso, torna a experiência única (Questionário online com visitantes, 2022-2023).

Com o perdão da breve saída do lócus de pesquisa, gostaria de expor um exemplo de encontro turístico pautado na reciprocidade que considero bastante interessante e pertinente. No Distrito de Bom Jardim, interior de Mato Grosso, um morador de residência simples e rústica percebeu que muitos turistas retornavam de passeios tarde e não encontravam mais nenhum restaurante aberto e decidiu recebe-los em sua casa fornecendo um serviço improvisado de restaurante. A experiência parece ter sido tão boa que as pessoas começaram a retornar com muitas outras pessoas, ao ponto de o morador precisar de panelas emprestadas para atender a todos.

Sendo ele o cozinheiro, atendente, garçom, animador e caixa, um dia não conseguiu ter tempo para atender turistas que não podiam esperar, pediu que estes deixassem o dinheiro numa caixa de sapato (que utilizava para guardar o dinheiro) e pegassem o troco. Ao ver que a iniciativa deu certo, resolveu aderir o que denominaram de “método de pagamento à base da confiança”, o deixando mais livre para os demais afazeres. Assim, focou em proporcionar uma ótima experiência autêntica e regional, o que resultou em crescimento de seu empreendimento, da renda familiar e a felicidade e bem-estar tanto de sua família quanto dos visitantes³⁷. Seu relato resume bem meu argumento:

Atendo bem, com carinho, confio e deixo a responsabilidade do pagamento a eles, então não terão coragem de sair sem pagar. A pessoa pode ser ruim, mas todas têm coração [...]. Não fico cobrando e nem pego número de telefone. Também não fico cuidando se eles vão sair sem pagar ou não. O meu papel é cozinhar e atendê-los bem. Às vezes faço a comida e saio para dançar [com eles], quando volto, está tudo certo, o caixa está cheio (Chapolin Pedroso, G1 Mato Grosso, 2019).

Como se percebe, a questão econômica foi secundarizada, sendo, então, priorizada a questão social, o encontro e a experiência turística, sob as bases da reciprocidade. O retorno financeiro aconteceu, e de maneira crescente, como consequência. A relação estabelecida com os turistas é tal sorte que contribui para um comportamento honesto, o que, há de se convir, é algo que nossa sociedade moderna anda necessitada. Tal exemplo demonstra explicitamente o

³⁷ SEM atendente em caixa, restaurante em ponto turístico de MT permite que clientes paguem e peguem o troco por conta própria. **G1 Mato Grosso**, 26 jun. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2019/06/26/sem-atendente-em-caixa-restaurante-em-ponto-turistico-de-mt-permite-que-clientes-paguem-e-peguem-o-troco-por-conta-propria.ghtml>. Acesso em: 01 out. 2023.

valor ético que pode haver nesses encontros, mesmo que envolvendo transações econômicas, assim, a:

hospitalidade entre grupos locais e visitas - festas, feiras que servem para as trocas voluntárias-obrigatórias. [...] A finalidade é antes de tudo moral, seu objeto é produzir um sentimento de amizade entre as duas pessoas envolvidas, e, se a operação não tivesse esse efeito, faltaria tudo (MAUSS, 2003, p. 211).

Visitante e visitado, num primeiro momento são pessoas desconhecidas entre si, estranhos dos quais não se sabe bem o que esperar no encontro. Porém, ambos orientando seus pensamentos e comportamentos para uma interação recíproca permite que se seja estabelecido um laço. Mesmo temporário este pode ser forte e, eventualmente, se for possível, é provável que haja um retorno. No caso da Ilha do Combu, por exemplo, muitos acabam voltando a visitar, e no caso dos visitantes residentes, se tornam clientes frequentes.

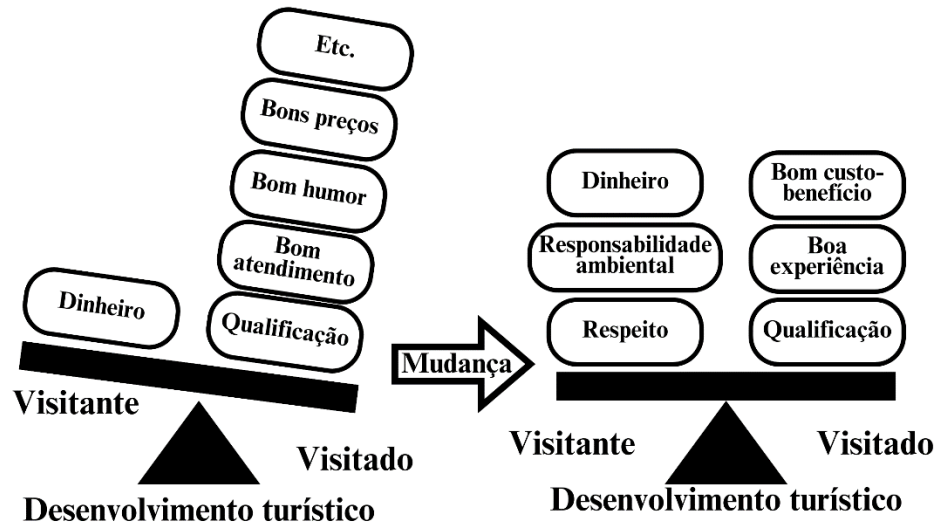
Não é a intenção afirmar a necessidade de estabelecer, de fato, uma amizade, no sentido mais corriqueiro do termo, apenas o mínimo, que é uma interação harmoniosa, tratar o outro bem. Por exemplo, sendo visitante, é tratar com educação o barqueiro, conversar com o nativo que lhe atende, buscar compreender um pouco sobre o local para se situar, comentar o que achou da experiência no ato de pagamento, seguir as recomendações de avisos. Enquanto visitado, é buscar atender com bom humor, buscar conhecer os visitantes e seus anseios, auxiliar nas dúvidas, oferecer produtos e serviço de qualidade, etc. Cada pessoa tem personalidades diferentes, alguns, tanto visitantes quanto visitados, podem não se sentir tão à vontade para muita conversa. Quando espontâneo, é interessante haver uma conversa um pouco mais profunda que permita o intercâmbio cultural, até mesmo porque, segundo Alfonso (2003) o turismo sempre teve um aspecto cultural. Assim sendo,

O estranho é alguém potencialmente hostil, ao qual se pode aplicar um código de hospitalidade seguindo princípios de reciprocidade e dádiva – saber dar e receber no mesmo valor ou quantidade-, bases e fundamento das construções sociais de comunidade. O estranho é, alguém, profundamente ambíguo, misterioso, sagrado e divino, que tem de ser socializado e transformado socialmente em convidado (PEREIRO; FERNANDES, 2018, p. 241).

É importante perceber, como indica Krippendorf (2000), que o visitante é um ser humano que busca se divertir, busca a satisfação pessoal, que, em grande medida, não sabe muito sobre as consequências negativas das práticas turísticas e como pode estar contribuindo para tal. Na realidade, “no geral, nem o turista, nem o autóctone sabem como é, de fato, o universo do outro” (KRIPPENDORF, 2000, p. 87), ou seja, há uma incompreensão de ambos os lados. Porém, o

que mais se observa é uma cobrança maior da população residente, que trabalha diretamente com os visitantes, para o turismo se desenvolva. Do visitante, em geral, o que se espera é apenas que este venha com bastante dinheiro para ser gasto. Assim, defendo que essa relação de expectativa e cobrança seja planejada e compartilhada entre os visitados e os visitantes, como ilustrado na figura 56 abaixo.

Figura 56 - Balança das expectativas e cobranças para um bom desenvolvimento turístico



Fonte: Thainá Nunes, 2023

Considero crucial para o desenvolvimento de um turismo mais harmonioso e responsável, contribuindo para fortalecer sua base fundamentada na reciprocidade, a consolidação de três elementos. Em primeiro lugar, que ocorra a ruptura da concepção “turistocêntrica” do turismo, em que considera o turista como ponto central, e de maior importância. Principalmente os âmbitos público, técnico e comercial precisam nivelar o foco estabelecido na atividade.

Por exemplo, em um vídeo introdutório do curso Gestor de Turismo, o qual cursei online, do Ministério do Turismo, o então secretário Nacional de Desenvolvimento e Competitividade do Turismo, Aluizer Malab, comenta sobre a importância de planejar melhor o turismo para saciar as vontades do turista que está cada vez mais exigente. Mas e as vontades, anseios e exigências da população receptora? Não é importante também?

Nós pesquisadores também precisamos ter cuidado para não fortalecer essa lógica, como quando, apesar de destacar as preocupações com a localidade e sua população, ao procurar contribuir para a compreensão técnica para o desenvolvimento do turismo, acabar também concentrando o foco no que os trabalhadores locais precisariam fazer. Por exemplo, se fala

bastante sobre a importância com a qualificação dos trabalhadores, com a capacitação dos recursos humanos (IGNARRA, 1999; BARRETO, 2003).

Na Ilha do Combu há a preocupação em oferecer bons produtos e serviços, assim como com capacitações de trabalhadores. É discutido isso em reuniões, associação que está buscando parceria com o SEBRAE para realizar formações, de preferência adequadas à realidade local. A Prazeres (Saldosa Maloca) é formada em Turismo e investe bastante na gastronomia de seu restaurante, a filha de Eronildo (Canto dos Pássaros) também possui ensino superior, Nena (Casa do Chocolate) começou pedindo consultoria profissional para seus produtos e seguiu buscando informações para administrar bem o seu negócio.

Em segundo lugar, então, é preciso agora que as cobranças também se destinem ao visitante, e que as demandas dos visitados sejam igualmente consideradas. Em geral, o que mais se vê, com relação a levantamentos/pesquisas técnicas, é a realização de inventário turístico na localidade, às vezes com apontamentos sobre os problemas que a localidade enfrenta, entretanto com o objetivo é evitar a perda de qualidade do produto turístico. Para os visitantes, se destinam as pesquisas para saber seus anseios e impressões sobre a visita, no sentido de buscar melhorar o produto a ser oferecido para os demais visitantes.

Por último, o que proponho é que, com certa periodicidade, sejam realizadas pesquisas que investiguem demandas e impressões de ambos os lados. Deve-se compreender o que a população do destino tem e quer oferecer, como gostaria de estabelecer e desenvolver o turismo em seu território, se possível com reuniões e decisões coletivas. Ao confrontar com as demandas e impressões dos visitantes, define-se como proceder mediando as considerações de ambos os lados, concedendo certa prioridade para a localidade receptora.

A modo de ilustração, se na Ilha do Combu os visitados têm interesse em maior divulgação do seu estabelecimento, assim como o visitante sente necessidade de maior informação, deve-se dedicar um tempo para pensar e executar estratégias que alcancem esses objetivos convergentes. Com um site, igual ao idealizado por mim, confecção e distribuição de panfletos em locais estratégicos, investir em capacitação de uso das redes sociais para os estabelecimentos.

Se considerar a vontade do dono de estabelecimento de melhorar sua estrutura para atrair mais visitantes, e estes indicarem que também têm esse desejo, pode-se investigar quais itens mais são apontados pelos visitantes, levar os dados para a localidade afim de que cada estabelecimento decida quais aceitariam atender. Caso haja a necessidade, é necessário também fornecer informações e auxílios para que o nativo possa executar sua decisão.

Agora, se o visitante quer que sejam abertas estradas de terra para se locomoverem entre os restaurantes e demais atrativos, dada a condição de APA, a caracterização do modo de vida ribeirinho do local e ausência de vontade coletiva de realizar tal mudança, deve-se desconsiderar tal demanda. Porém, é viável analisar as possibilidades de contornar tal situação, dentro das condições fixadas pela população, como, por exemplo, uma rabeta para transitar pela comunidade, sendo solicitada por algum colaborador do estabelecimento.

Alguns casos em que há essa mediação, a partir das decisões da localidade receptora, garantindo um turismo harmonioso, encontram-se em Barreto (2004). Um dos exemplos é o que acontece em Bali. De acordo com McKean (1989 *apud* BARRETO, 2004), os balineses realizaram um processo que consiste na exaltação de formas tradicionais e sua comercialização dentro da racionalidade capitalista, sem perder os significados e as qualidades características. Em Bali, na Indonésia, a população comercializa a arte local de acordo com as lógicas mercantis, buscam melhorar em como mostrar a cultura local, tratam com respeito os turistas. Em contrapartida, pedem respeito ao não participarem de alguns rituais que preferem manter de maneira privada

Seguindo a mesma ideia, indígenas Pataxó, do litoral da Bahia, decidiram criar uma encenação de aspectos de sua cultura para os turistas. A decisão não é segredo, então, os turistas que chegam sabem que o que veem é apenas uma “amostra grátis” da cultura local. Estes, ainda assim, aproveitam a experiência sabendo que os visitados preferem deixar os aspectos mais íntimos e sagrados apenas para nativos.

Barreto (2004) destaca outras experiências como em Amish (EUA) e Tiradentes (Minas Gerais), onde foi constituído um turismo que atenda as demandas de visitados e visitantes, cada contexto com suas particularidades. Apresenta também casos em que a maneira como foi desenvolvido o turismo no local acabou gerando conflitos. Um caso caótico aconteceu em Florianópolis (Santa Catarina), onde, com o turismo de massa, principalmente com turistas

advindos da Argentina, causou problemas entre os visitados, de visitado com visitante, assim como de visitantes com visitados, chegando ao ponto de necessitar de intervenções policiais.

Por último, há outros dois exemplos interessantes de modos particulares de se pensar o relacionamento entre a localidade e os visitantes. No Panamá, os Kuna mantêm sob seu controle o turismo desenvolvido em seu território, onde “só algumas comunidades Kuna mantinham contato direto com os turistas, e seus membros separavam muito bem o tempo que dedicavam aos visitantes do tempo destinado a atividades pessoais” (BARRETO, 2004, p. 143). Nesse ponto gostaria de destacar que, ao que parece, a pressão da demanda turística não determinou uma mudança local, mas sim a decisão local que determina a visita ali realizada.

O caso de Nena pode ter se dado de maneira contrária, pois, de acordo com os relatos, a pressão da demanda turística, com invasões no seu trapiche em dias destinados a folga, levou à decisão de mudar o funcionamento de seu estabelecimento para todos os dias. Ela e seus colaboradores revezam durante a semana pra ter seus dias de folga, mas talvez a atitude seja resultado de ter cedido às questões externas, no caso o turismo. Entretanto, se a mudança é vista por eles como algo positivo, atendendo principalmente seus próprios objetivos, se encaixaria na mesma a lógica.

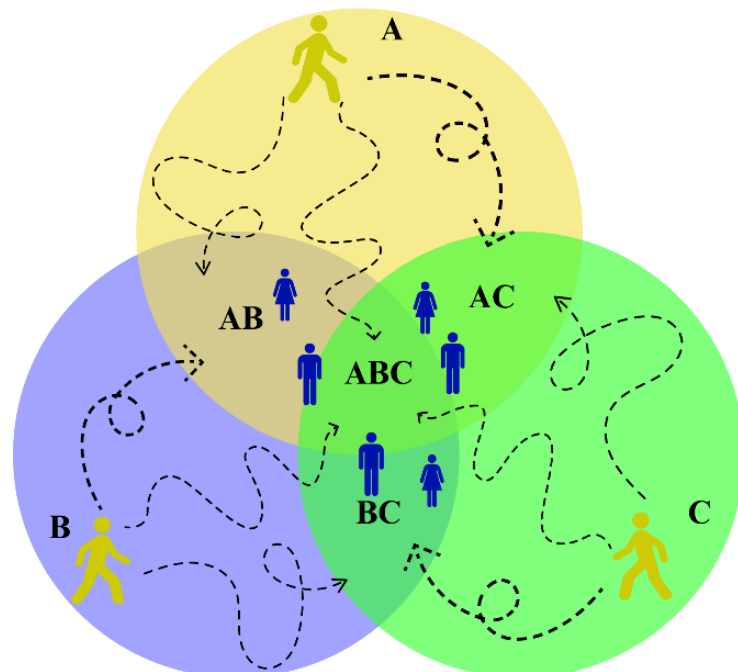
O outro exemplo é sobre a decisão de uma pequena mudança do turismo praticado no arquipélago de Tonga. O passeio de ônibus que levavam os turistas diretamente para os pontos turísticos, considerado um “turismo de ver”, foi substituído por passeios a pé, proporcionando maior possibilidade de interação com locais, o “turismo de conviver” (BARRETO, 2004). Apesar da autora definir esse caso como uma pseudoconvivência, ainda permanecendo dentro da lógica de zoológico, considero uma iniciativa interessante que pode ser encarada como um avanço, mesmo que pequeno.

Tomando como ponto de reflexão minhas experiências enquanto turista, para considerar contextos mais distantes de minha realidade, e de pessoas próximas a mim, percebo que a diferença entre as duas modalidades de passeios é considerável. De fato, em passeios a pé, ou de maneira híbrida, ficamos mais livres para conhecer o que há nas redondezas dos pontos turísticos e interagir com as pessoas que ali trabalham e transitam. Em Ouro Preto, por exemplo, a todo momento buscávamos ir além do que foi estabelecido no roteiro do passeio, o que também parecia ser o objetivo da agência e do guia turístico.

Em uma das paradas, em que eu e meu acompanhante decidimos não adentrar o local da visita, exploramos as redondezas, entramos em lojas diversas, conversamos com vários moradores. Eram trabalhadores das lojas visitadas, artista de rua vendendo seu artesanato e lembrancinhas da cidade que nos indicou outro ponto turístico bastante interessante para visitar. Através da interação com moradores transeuntes conseguimos achar o local que visitaríamos no dia seguinte, conversamos com o segurança da portaria sobre a história do espaço e o que precisaríamos saber para a visita, retornando então para o ponto de encontro para voltar ao roteiro pré-definido.

A questão aqui levantada é que a experiência turística possui um caráter móvel, devendo ser pensada de maneira interligada ao encontro turístico, orientando, assim, a prática turística se aproxime o máximo possível do centro do esquema elaborado, com o ilustrado na figura 57. É neste espaço que se encontram os sujeitos da localidade visitada, proporcionando maior contato entre visitantes e visitados, o que, ao se estabelecer a base da reciprocidade aqui discutida, geraria maiores encontros positivos, fortalecendo as relações entre esses sujeitos e o desenvolvimento saudável do turismo no local.

Figura 57 – Necessidade de mobilidade na experiência turística em direção ao encontro turístico positivo



Fonte: Thainá Nunes, 2023

Nesse sentido, é crucial que seja dada a devida atenção à educação turística, não como uma tarefa apenas da população local, mas principalmente do poder público, sendo importante a parceria do setor privado. Segundo Rodrigues (2018) o II Plano de Turismo da Amazônia tinha como o primeiro programa, dentre os quatro elencados, para a consolidação do turismo na região, o de educação turística. Infelizmente, não é algo que se perceba estar tendo êxito, ao menos em Belém.

No caso da Ilha do Combu, como já visto, nem mesmo a divulgação de informações turísticas sobre a ilha é feita de maneira satisfatória. Nesse contexto em particular, iniciativas nesse sentido são fundamentais principalmente para a população belenense, já que, como visto, é a principal fonte de problemas para as comunidades. Nem mesmo nas reuniões do Conselho Gestor da APA Ilha do Combu tal questão foi abordada.

Este é um fator importante pelo fato de que o que vai, em grande parte, determinar uma atuação harmônica e responsável na prática turística é o nível de conscientização das pessoas envolvidas diretamente na atividade. Não é só pensar em capacitação formal da população local, que também deve ser sob as bases da reciprocidade, mas também uma capacitação, ainda que informal, dos visitantes. Felizmente, há um movimento de conscientização e ação nessa direção. Observa-se que,

Não somente os antropólogos e a população local, o público-alvo, que sentem uma sensação de ofensa e responsabilidade sobre a má reputação do turismo. o livro de Butcher (2003) assinala o crescente senso de responsabilidade moral da parte de muitos turistas, ONGs e alguns representantes dos negócios turísticos (GRABURN, 2009, p. 39).

Graburn (2009) comenta sobre iniciativas que buscam um turismo responsável, propagando a moralidade e o respeito na prática turística. Em Belém tal fato também é uma realidade, mesmo que ainda um tanto tímida é de extrema importância. Como se vê na figura 58, a pequena agência de turismo Monotour, de Belém, que realiza roteiros turísticos na Ilha do Combu, utiliza da sua participação no turismo na ilha para promover a conscientização dos visitantes.

Figura 58 - Postagem de conscientização turística de agência de turismo em Belém



Fonte: divulgação redes sociais, Monotour, 2023.

Partindo-se da compreensão do poder da divulgação “boca-a-boca” do turismo, é necessário que não só seja propagada as indicações de onde visitar, mas que também seja transmitido também a conscientização de um comportamento responsável no local a ser visitado. Nesse sentido, figuras públicas têm um papel bastante relevante devido ao alcance que suas publicações possuem. Como é o exemplo de Mary Tupiassu, através de seus canais de informação do Belém Trânsito Mais (bt+), em que possui uma seção destinada a temáticas relacionadas à Amazônia, que realizou uma postagem compartilhando sua preocupação com o turismo na Ilha do Combu (figura 59), que foi compartilhada por Rubens Herbert.

Figura 59 - Postagem sobre preocupação com o turismo praticado na Ilha do Combu



Fonte: divulgação redes sociais, @prof.rubensherbert e @btamazonia, 2023.

Em uma relação turística pautada pela reciprocidade, a troca voluntariamente obrigatória assim se estabelece, quando espontânea, pela compreensão de um acordo tácito estabelecido. Ou seja, há o entendimento, mesmo que inconsciente, de que a não retribuição afetará negativamente a relação social estabelecida na localidade turística, podendo afetar, inclusive, o ambiente físico.

Não é o suficiente apenas apontar os problemas, divulga-los e esperar que as pessoas mudem seus comportamentos, pois nem todos absorverão o conteúdo da conscientização e educação turística, e nem estarão dispostos a se comportar de maneira responsável. Ou mesmo nem todos os moradores da localidade apresentarão atitudes positivas para a coletividade, podendo tomar decisões preocupantes por falta de informação, egoísmo e até mesmo ganância.

Assim sendo, se torna necessária a constituição de trocas formalmente obrigatórias, através de regras pré-estabelecidas, que serviria como um contrato entre os sujeitos ligados ao turismo em uma localidade receptora que regularizaria o turismo responsável. No caso de Unidades de Conservação, como a Ilha do Combu, o instrumento principal seria o Plano de Manejo, podendo ser complementado com documento mais específico sobre o turismo, caso necessário.

Após essa etapa, deve-se buscar ampla divulgação das regras estabelecidas, para que os envolvidos estejam cientes e que ao fazer parte demonstra que aceita as condições, ou seja, “a pessoa sabe que se compromete” com aquela coletividade (MAUSS, 2003, p. 248). Assim como na Polinésia havia sanções para os que não cumprisse o acordo de reciprocidade, no contexto atual deve haver penalidades como ferramentas coercitivas.

Para Ignarra (1999) restrições, inclusive legais, podem afetar economicamente o turismo em uma localidade. Entretanto, quando se rompe com a lógica turistocêntrica, prioriza-se questões mais importantes como o social, cultural e ambiental. Tais restrições, por mais que afetem inicialmente, não resulta no fim da prática turística. Pelo contrário, como já se exposto, pode não só valorizar o dito produto turístico, como valoriza a população residente, sua cultura e seu território, podendo, na verdade, gerar bom retorno financeiro garantindo um turismo realmente sustentável.

Um ótimo exemplo é Machu Picchu (Patrimônio Cultural da Humanidade), no Peru, que possui um regulamento de visita rígido, que recentemente passou por mudanças³⁸, e segue sendo um dos destinos turísticos mais visitados. Em média a cidadela inca recebe cerca de um milhão de visitantes por ano³⁹, ou seja, quando o local é valorizado e divulgado haverá quem se interesse em conhecer, mesmo havendo condições impostas. No do local em questão, já houve diversas penalidades aplicadas aos visitantes desrespeitosos. Um caso reportado pelo jornal Estado de Minas mostra turistas sofrendo as penalidades máximas, cinco foram expulsos do local e deportados, sendo proibidos de ingressarem no país por 15 anos, por terem danificado o local. Outro turista que fazia parte do grupo, devido a gravidade de suas ações, foi detido e impedido de regressar ao seu país de origem, pois iria enfrentar um processo judicial, no Peru, por seus atos⁴⁰.

Essa prática é adotada em diversos locais pelo mundo, como na Itália, Indonésia, Espanha, Croácia, Holanda, entre tantos outros. Mesmo que a divulgação das regras não chegue até o visitante, este deve criar o costume de pesquisar sobre o local que pretende visitar. Tal hábito além de fortalecer a busca por uma troca recíproca, pode evitar que o indivíduo se depare com situações complicadas, ou até mesmo bem sérias como o exemplo supracitado.

A escolha do título desse capítulo reflete a concepção de que o turismo envolve a relação entre pessoas e que esta deve ser uma via de mão dupla, assim possibilitando que o turismo seja uma experiência boa para ambos os lados. Os *combuenses* querem, e gostam, de receber os visitantes, mas é necessário que seja um contato pautado pelo respeito, sem prejudicar ninguém. Afinal, como é expresso em outro ditado popular, “o combinado não sai caro”.

³⁸ Disponível em: <https://www.machupicchu.gob.pe/reglamento-de-visita/>

³⁹ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/viagemgastronomia/cnn-viagem-gastronomia/machu-picchu-reabre-para-turistas-apos-de-ficar-fechada-por-quase-um-mes/>. Acesso em: 28 out. 2023.

⁴⁰ Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2020/01/16/interna_internacional,1114894/turistas-detidos-em-machu-picchu-sao-deportados-e-proibidos-de-entrar.shtml. Acesso em: 28 out. 2023.

CAPÍTULO 4 – DESENVOLVIMENTO PARA QUEM? REFLEXÕES PARA TURISMO DECOLONIAL

4.1 – Turismo e colonialidade

Para seguir no propósito de repensar o fenômeno do turismo, a partir do contexto da turistificação da Ilha do Combu, é necessário abordar algumas questões que tiveram forte influência em seu desenvolvimento. Como afirma Krippendorf (2000, p. 15) “o grande êxodo das massas que caracteriza a nossa época é consequência das condições geradas pelo desenvolvimento da nossa sociedade industrial”.

Assim como o visitante é considerado um ser histórico (PEREIRO; FERNANDES, 2018), Escobar (2014) aponta que todos os sujeitos são produtos do contexto histórico. Com efeito, o turismo em geral deve ser compreendido como resultado de processos sociais complexos, ligados a outros contextos históricos da humanidade. Para Paiva (1995), o turismo encontra-se dentro do sistema capitalista, mas as questões que produziram seu surgimento, bem como sua consolidação e as consequências, vão além disso.

O turismo, e o processo pelo qual passou a Ilha do Combu, convida-nos a refletir sobre a lógica desenvolvimentista que fora imposta desde o período da colonização, que se mantém nos discursos e no imaginário atual de grande parte de nossa sociedade. Por essa razão, é preciso problematizar a noção de desenvolvimento e modernidade como parte de um projeto civilizatório que parte desde o colonialismo e, ainda, encontram bases atualmente com a colonialidade.

Modernidade, colonialidade e decolonialidade se apresentam como “uma tríade que nomeia um conjunto complexo de relações de poder” (MIGNOLO, 2017, p. 13). Por trás há vários outros elementos que se entrelaçam em uma teia complexa que nos remete à chegada, conquista e dominação dos europeus no Brasil, estando relacionado ao conceito de desenvolvimento. Não tenho a pretensão de aprofundar o debate sobre o desenvolvimento, mas sim de estabelecer a conexão da lógica desenvolvimentista e do colonialismo como a base sob a qual foi construído o turismo.

O conceito de desenvolvimento é comumente apontado como tendo surgido em 1949 a partir do discurso do então presidente dos Estados Unidos da América, Harry Truman

(GARDNER; LEWIS, 1996; GUDYNAS; ACOSTA, 2011). Entretanto, como destaca Gardner e Lewis (1996), o que precede, e origina, tal noção é a compreensão da ideia de progresso surgida na Europa. Essas questões moldaram como vemos o mundo e a nós mesmos, pois:

o desenvolvimento é um conjunto de ideias enormemente poderoso que guiou o pensamento e a ação em todo o mundo durante a segunda parte do século XX; envolve mudanças deliberadamente planejadas e continua a afetar a vida de muitos milhões de pessoas em todo o mundo. Ao falar de desenvolvimento, consideramos sua natureza altamente problemática como um dado, usando o termo para descrever um conjunto de atividades, relacionamentos e trocas, bem como ideias (GARDNER; LEWIS, 1996, p. 2).

Como já visto no decorrer desta tese, o turismo está fortemente atrelado a seu aspecto econômico, sendo este visto com grande prioridade, podendo, através da mercantilização do lazer, proporcionar o “desenvolvimento” das localidades. Essa é uma visão herdada da colonização de vários territórios pela Europa, cuja principal motivação também foi mercadológica.

A constituição da modernidade, assim como nossa história, política e cultura, é eurocentrada. O processo histórico da Europa, com o Iluminismo, a Revolução Industrial e o positivismo, trouxe profundas mudanças no modo de ver e ser no mundo, o que foi levado, e imposto, para as colônias. A supervalorização da ciência e da razão surge com os colonizadores. A concentração de poder, acúmulo de riqueza, avanço tecnológico e estratificação social, aliados à ideia de progresso, a influência das ciências biológicas, principalmente das teorias de Darwin, e o contato intercultural, difundiu não só a violência, dominação e a exploração, mas também uma maneira de viver, e pensar, tida como a mais correta.

A concepção do desenvolvimento e progresso enquanto algo que evolui de maneira única e linear, pautada na busca inconsequente de riquezas, satisfação de desejos particulares de uma parcela de indivíduos etnocêntricos que estabeleceram a si mesmos no topo da hierarquia social e cultural, devido sua posição privilegiada nas relações de poder, fundamentou os rumos da modernidade. Todo esse processo influenciou as sociedades geradas pela colonização, e, dentro disso, o movimento precursor do turismo.

Como visto no capítulo um, a história do turismo está atrelada à história das viagens, envolvendo viagens comerciais, peregrinação e, em alguns casos, para fins mais ligados a entretenimento. O surgimento de estabelecimentos comerciais, envolvendo viagens, foi na

Europa do século XIII, onde também se inicia a ideia de viagem para fins instrutivos, através de intercâmbios.

Como forte influências de viagens, que originaram o que se definiu posteriormente como turismo, foram as instâncias termais, principalmente da Alemanha e as grandes viagens transoceânicas, que culminaram na colonização. Durante esse período as viagens se intensificaram, inclusive dos nobres europeus de férias, nos séculos XVII e XVIII. Um grande marco para o impulsionamento do turismo foi o transporte em larga escala de pessoas, em trens, no século XIX, tendo pioneira a Inglaterra. Vários autores estabelecem a ligação direta entre o turismo e o colonialismo, e Imperialismo, como Paiva (1995), Krippendorf (2000) e Pereiro e Fernandes (2018), por exemplo. E é nesta direção que busco contribuir com reflexões sobre detalhes desse contexto.

Se a história do turismo está entrelaçada com o colonialismo, obviamente no Brasil não foi diferente, como mostram Camargo (2004) e Marcelo (2011). Qual cidade brasileira é mais conhecida pelo turismo internacional? Rio de Janeiro, capital do Brasil, que antecede Brasília, instituída pela monarquia. Não é coincidência, não é aleatório. As ações da família real no país abriram caminho para o que depois foi definido como turismo. Como destaca Ignarra (1999, p. 19), a história do turismo no Brasil tem início com o “descobrimento” do país. Ou seja, com a invasão resultante das viagens exploratórias, estabelecendo-se, assim, um “turismo de negócios entre a metrópole e a colônia”.

Segundo Camargo (2004) desde essa época eram construídos refúgios longe dos centros urbanos para descanso da realeza, afastados das responsabilidades e obrigações. No século XIX surgiram no Brasil, à semelhança da Baden-Baden alemã, as estâncias termais para fins terapêuticos e de descanso. A medicina brasileira divulgou e recomendou tais lugares como tratamentos curativos, sendo publicado na Revista Brasiliense, da Academia Real de Medicina, sobre as “potencialidades das águas e da importância de investir nesse campo tomando como referência a Europa” (MARCELO, 2011, p. 14).

Durante esse período também surgiu a ideia de idas à praia, tão consolidadas no turismo moderno. Assim como hoje compreende-se que onde se estabeleça um fluxo considerável de visitantes começam a erguer-se estabelecimentos comerciais para atender a demanda, assim foi nas praias cariocas do Flamengo e Santa Luzia. Outros dois elementos fundamentais do turismo

já surgiam na época, a questão do acesso ao destino escolhido, com investimentos e transportes, e a divulgação de informações turísticas, que na época tinham os guias de viajantes esse papel. Outro local que se sobressai na pré-história do turismo no país é Petrópolis que:

substituiu, na segunda metade do século XIX, a Imperial Fazenda Santa Cruz como o lugar de residência de verão, ou sítio de vilegiatura adaptado à realidade brasileira, da Família Imperial, dessa vez apontando para elementos que permitiriam anos depois turismo se expressar. As facilidades de acesso à cidade que existiam durante as últimas décadas do século XIX permitiram não só o traslado dos Bragança e Orleans, mas de numerosas famílias de capitalistas e negociantes enriquecidos da capital do Império que contavam para se hospedar na cidade (MARCELO, 2011, p. 21-22).

Essa cidade, chamada de “pequeno Versailles Brasileiro” por um guia de viajante da época (MARCELO, 2011), tem, até hoje, uma particularidade que reflete a estreita relação com o passado colonial. A família Orleans e Bragança, descendentes da família imperial brasileira, seguem recebendo uma porcentagem, em forma de taxa, sob a venda de imóveis da região. Tal imposto foi instituído por Dom Pedro II, o que ficou conhecido como a “taxa do príncipe”⁴¹.

Mesmo após deixar a condição de colonizados, o país manteve proximidade com a Europa através de sua elite que herdou e perpetuou as relações de poder e visão de mundo. As recomendações de viagens e passeios eram todas ligadas ao comportamento e legado europeu, onde iam e o que faziam virava atrativos e motivações de viagens. Os guias ou relatos de viagens faziam constantes referências à Europa, demonstrando o estabelecimento do padrão a ser seguido. O discurso continha o teor de “sinta-se como se estivesse na Europa”.

Entretanto, quem mais realizava tais viagens no Brasil eram pessoas de outros países, com destaque para os EUA, pois a elite brasileira não via tanta atratividade no seu próprio país. Ao que parece, não é que não visitassem esses espaços como seus antepassados reais, mas não o faziam com o mesmo olhar e motivação que um estrangeiro, não consideravam uma “viagem de férias”. Este tipo de olhar era direcionado à Europa, preferência de destino para viagens em família, levando consigo, inclusive, os criados (MARCELO, 2011).

Possivelmente isso ocorria devido à dificuldade de “estranhar” o que nos é tão familiar, o cotidiano nos embota e não nos desperta tanto interesse quanto o que faz parte do cotidiano

⁴¹ Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2022/02/18/interna_nacional.1346048/laudemio-entenda-o-que-e-a-taxa-paga-a-familia-real-em-petropolis.shtml. Acesso em: 29 out. 2023.

do outro, que é diferente. Parece familiar? Com efeito, é uma das bases que foram estabelecidas para conceituar o turismo, como pode ser visualizado no primeiro capítulo.

Nessa época, nem mesmo as outras regiões do país, que eram diferentes, eram encaradas da mesma forma que outro país. Tal contexto influenciou as definições de turismo e turista atrelado ao âmbito internacional, o que mudou no decorrer do tempo de acordo com as mudanças nas práticas sociais ligadas às viagens.

Outro legado para o turismo, já não associado aos colonizadores, é a construção, espontânea, das belezas naturais nacionais como um atrativo. Segundo Marcelo (2011, p. 16), na capital, os lugares mais visitados para “as recreações aristocráticas e lazeres burgueses” eram a Floresta da Tijuca, Jardim Botânico e o Corcovado, que seguem sendo importantes pontos turísticos até hoje. Segundo Ignarra (1999), o trem que transporte os visitantes pelo corcovado, inaugurado em 1885, é a primeira infraestrutura atribuída para a construção de um atrativo turístico.

A mesma motivação contemplativa se direcionava a Juiz de fora, próximo a Petrópolis, e seu entorno, o que era bastante divulgado pelo guia de viajante de Klumb que “estava povoado de um raciocínio cuja matriz, europeia, as práticas da viagem e a preferência pelos espaços rurais eram já comuns” (MARCELO, 2011, p. 19). Segundo o autor, vários estrangeiros buscavam as belezas naturais paisagísticas, sendo frequentes as viagens marítimas de norte-americanos para o inverno dos trópicos.

O Brasil já fazia propaganda de seus atrativos naturais, para os EUA, como a viagem mais atrativa conhecida, sendo “vendidos” como algo exótico. Perceba que desde o estágio embrionário do turismo no Brasil, o âmbito social não é citado pelo discurso da época, as pessoas locais, em geral, não aparecem. Tirando a família real, ou a elite no geral, que eram as que viajavam, aos demais era conferido um caráter de invisibilidade.

Me parece que aí se caracteriza o precursor do turismo contemplativo raso, que reflete as experiências turísticas superficiais banais do capítulo anterior. A motivação era puramente os aspectos ambientais naturais, levando em consideração o acesso ao local e se haveria uma infraestrutura básica para atender essa demanda. São citados bondes que garantiam a

mobilidade, os transportes a vapor, hotéis e estabelecimentos em geral, mas estes não possuíam funcionários? Petrópolis e Juiz de Fora não tinham habitantes?

Klumb pode ter tido a intenção de instruir jovens brasileiros, que pouco conheciam sobre seu próprio território, com seu guia (MARCELO, 2011), mas com certeza não estava considerando todos os jovens do país. A elite comandava, era destacada e privilegiada. E foi o comportamento dela, sua recreação, suas viagens, e as viagens das elites estrangeiras, que determinava investimentos e criava tendências que culminaram no turismo moderno que já não mais condiz com a realidade ou o que se quer construir para o futuro.

O comportamento da elite brasileira além de influenciar na construção da imagem nacional como exótica para os que são de fora, contribuiu para estabelecer o padrão europeu a ser seguido colocando o país numa posição de inferioridade frente a uma Europa “melhor e mais interessante”. Os visitantes norte-americanos, reforçaram esse ponto ao expressar em seus relatos o descontentamento com os hotéis do Rio de Janeiro. Demonstravam o interesse de que estes estabelecimentos se equiparassem aos de seu país de origem, o que seria mais condizendo com a importância daquela cidade (MARCELO, 2011).

Essa maneira de pensar refletia também o discurso desenvolvimentista compartilhado pelos sujeitos colonialistas e imperialistas, do que seria considerado civilizado, avançado, ou seja, moderno. O Brasil deveria buscar modernizar seu território para tentar se equiparar com as potências internacionais.

A modernidade, encarada por Mignolo (2017, p. 26) como uma “uma ficção na qual o eurocentrismo se funda”, determinou o que caracterizaria uma sociedade avançada, ou seja, desenvolvida. O que definiria a posição de uma sociedade na “evolução social” seria, segundo Escobar (2014), o nível de industrialização, urbanização, produção da vida material, tecnicização da agricultura e a incorporação dos valores ditos modernos. Nesse sentido,

a “Modernidade” é justificativa de uma práxis irracional de violência. O mito poderia ser assim descrito:

1. A civilização moderna autodescreve-se como mais desenvolvida e superior (o que significa sustentar inconscientemente uma posição eurocêntrica).
2. A superioridade obriga a desenvolver os mais primitivos, bárbaros, rudes, como exigência moral.
3. O caminho de tal processo educativo de desenvolvimento deve ser aquele seguido pela Europa (é, de fato, um desenvolvimento unilinear e à européia o que determina, novamente de modo inconsciente, a “falácia desenvolvimentista”).

4. Como o bárbaro se opõe ao processo civilizador, a práxis moderna deve exercer em último caso a violência, se necessário for, para destruir os obstáculos dessa modernização (a guerra justa colonial).
5. Esta dominação produz vítimas (de muitas e variadas maneiras), violência que é interpretada como um ato inevitável, e com o sentido quase-ritual de sacrifício; o herói civilizador reveste a suas próprias vítimas da condição de serem holocaustos de um sacrifício salvador (o índio colonizado, o escravo africano, a mulher, a destruição ecológica, etcetera).
6. Para o moderno, o bárbaro tem uma “culpa” (por opor-se ao processo civilizador) que permite à “Modernidade” apresentar-se não apenas como inocente mas como “emancipadora” dessa “culpa” de suas próprias vítimas.
7. Por último, e pelo caráter “civilizatório” da “Modernidade”, interpretam-se como inevitáveis os sofrimentos ou sacrifícios (os custos) da “modernização” dos outros povos “atrasados” (imatuos)¹⁷, das outras raças escravizáveis, do outro sexo por ser frágil, etcetera (DUSSEL, 2005, p. 60).

Tais discursos impositivos “modernos” moldaram a vida e a mente dos sujeitos sociais, gerando consequências que vemos no turismo. São comportamentos perpetuados pela colonialidade, ou seja, são reflexos de uma “matriz ou padrão colonial de poder” (MIGNOLO, 2017, p. 13). A situação colonial que definiu nossa história produziu os sujeitos coloniais, o colonizado e o colonizador, que internalizaram o discurso de um projeto civilizatório que seria benéfico para todos (RESTREPO; MARTÍNEZ, 2010).

O “progresso” justificaria qualquer atitude que pudesse ser considerada como errada, ou mesmo violenta, haja vista que as recompensas compensariam. A questão central é que os propagadores desse discurso, e das ações que o seguiram, tinham como foco objetivos materiais e comerciais, e seus próprios desejos e necessidades, desconsiderando, e invisibilizando, os alvos de sua dominação. Não se tinha a intenção real de partilhar essas recompensas e os privilégios modernos. E durante esse processo, se estabelece uma hierarquização dos sujeitos a partir de relações de poder desiguais.

É por esta razão que, sobre o turismo, Krippendorf (2000, p. 74) afirma que as relações estabelecidas na atividade parecem simples, “as relações comerciais perfeitamente corretas entre parceiros iguais, com propósitos econômicos comuns. Mas a realidade é muito diferente”. Por mais que o turismo seja praticado em um território habitado por uma comunidade específica, ao ser transformada em localidade turística, a construção das relações entre os sujeitos é discrepante entre si. Nesse sentido, “a verdadeira relação de forças pode ser expressa da seguinte forma: quem mexe os pauzinhos é quem fornece o capital”.

Quem está na posição mais elevada da hierarquia das relações de poder, condição esta autoimposta, não leva, em geral, em consideração os danos mais diretos e nem os subjetivos de

sua atuação. Há que se considerar consequências como o sentimento de inferioridade, o medo, o desespero e o servilismo. Tais fatores são frutos da relação entre os sujeitos coloniais que imputaram nos colonizados um modo de viver que assimilou a concepção de desenvolvimento e modernidade. Diante disso, segundo Restrepo e Martínez (2010, p. 47), “el colonialismo no hay que entenderlo sólo como los aparatos militares y administrativos para la dominación física de unas poblaciones y geografías, sino también como los discursos de inferiorización de los colonizados”.

O neocolonialismo no turismo se estabelece de forma variada. Neste fenômeno o colonizado se transformou nos visitados, os sujeitos das localidades receptoras que colocadas em posição subalterna, de inferioridade. Os colonizadores invasores e dominadores foram convertidos em visitantes, empresas e o poder público, cuja condição de “superior” lhes confere valor e autoridade para ditar os rumos de uma localidade turística. Vários exemplos já foram apresentados no decorrer dos capítulos anteriores.

O turista, em geral, busca lugares diferentes do que ele encontra no seu dia-a-dia. Conhecer lugares e culturas diferentes é um dos atrativos ao se fazer uma viagem, e um lugar considerado exótico muitas vezes chama atenção na hora de escolher o destino. Assim como na época de um Brasil colonial e imperial, a imagem da Ilha do Combu é “vendida” como um paraíso exótico, de muitos atributos atrativos e, nesse caso, de fácil acesso.

O local foi construído como um pedaço ainda muito preservado da Amazônia, bem em frente ao conforto da área urbana de Belém. A ilha é apresentada como uma ótima opção para quem quer beber e comer, ressaltando-se o cardápio com as comidas típicas de Belém, e possibilitando um reencontro com o “passado” da relação do homem com seu meio ambiente, proporcionando experiências sensoriais singulares. Principalmente no início do processo de turistificação, do crescimento do turismo de massa, eram destacados e valorizados os atrativos, as belezas naturais, os restaurantes, mas nada relacionado aos habitantes locais.

De maneira semelhante ao passado, a localidade é “descoberta”, usufruída e divulgada como um território inabitado que possui muitas riquezas a ser explorado. No máximo é destacada a “vida ribeirinha” como um atrativo, porém de maneira genérica sem dar real destaque para os ribeirinhos em si. Dessa forma, como destaca Barreto (2009, p. 57), entre os sujeitos internos e externos, “o relacionamento continua sendo assimétrico apesar dos séculos

transcorridos”. Tal herança colonial e imperial leva aos encontros turísticos neutros - no sentido da indiferença, mesmo que não intencional – e negativos – no sentido da ausência de empatia para com a localidade e sua população.

Ter criado canais de divulgação da Ilha do Combu me proporcionou mais contatos diversos com visitantes e turistas, buscando informações, recomendações e/ou contatos locais. De um lado querendo experiências mais autênticas, ou a exemplo de uma paraense moradora e empresária de São Paulo que buscava contato específico de mulheres ribeirinhas que trabalhassem com o açaí para parceria comercial, tendo como objetivo a valorização e empoderamento feminino local. De outro lado, surgiam visitantes frustrados por falta de facilidade de acesso à informação e dificuldade de contato por parte dos restaurantes locais.

Duas mensagens em particular me chamaram atenção por apresentarem perguntas no sentido de “que horas abre o Combu?”, como se a ilha funcionasse tal qual um shopping center. Diante de tamanho desconhecimento e visão comercial do local, respondi que se tratava do lugar de moradia de diversas famílias ribeirinhas que proporcionavam lazer para visitantes, tendo cada estabelecimento seu horário, dias de funcionamento e atrações particulares.

Como dito anteriormente, a figura do turista, assim como sua definição, surge tendo como foco seus desejos a seres satisfeitos, em troca do seu dinheiro. Muitos, então, se sentem donos do local que estão visitando, e, como detêm o “bem” mais precioso que lhes confere maior poder, acreditam não haver tantos limites para a satisfação de suas vontades. Como se vê no relato de um morador ao expor sua percepção de que “o desenvolvimento levou a muitas coisas preocupantes. [...] Uns oferecem coisas ótimas, outros se acham no direito e liberdade de fazer o que quiser” (RODRIGUES, 2018, p. 152).

Outros exemplos já foram aqui citados, como a invasão do trapiche de uma residência por visitantes, a navegação em alta velocidade de jet skis e embarcações de médio e grande porte, o descarte de lixo no rio e na mata, a cobrança/expectativa de transformações locais para atender demandas externas, entre outros. Todo lugar que apresenta um turismo predatório segue essas mesmas bases de atitudes por parte de agentes externos. A título de exemplo, Furtado et al (2012) apresentam relatos semelhantes sobre comportamentos de visitantes em Curuçá. Sobre a modalidade turística de pesca esportiva:

é recorrente nos discursos dos pescadores (principais atingidos por essa atividade) o constante conflito entre “as pessoas que vêm de fora” e os pescadores. “Eles chegam com seus carrões e lanchas poderosas pescam tudo, competindo com a gente, arrebatam nossas redes, levam os peixes e deixam o lixo pra nós [...] isso não é justo e ninguém faz nada [...] Eles vêm de fora, só barão, são japoneses e outros são da ‘Yamada’ [...] isso é pesca esportiva?”. (Ibidem, p. 113).

Sobre a visitação nas praias de Romana e Cai N’água, durante as férias escolares e feriados prolongados, por não possuírem infraestrutura básica, os visitantes que chegam ocupam os ranchos dos pescadores. Ao chegarem no seu local de trabalho, os pescadores observam indignados seus ranchos servindo de hospedagem, sem qualquer autorização e nem retorno financeiro. Inclusive, sobre as redes que colocam na praia, relatam que os invasores se apropriam de seus peixes para comer. Afirmam que: “*é pura maldade, eles podiam pedir ou comprar, ainda roubam o que nós tem, às vezes deixam as coisas deles e levam nosso prato, colher, panela, de maldade porque não vale nada*” (Ibidem).

Se situações nesse sentido forem descritas de maneira resumida e generalizante - como forasteiros chegando a um território, se estabelecendo como superiores e usufruindo a seu bel prazer do que o local tem a oferecer sem se importar com quem ali habita -, não é possível afirmar com segurança se está falando-se da colonização ou do que acontece com muitas localidades turísticas. Em comum, há também o interesse mercadológico e econômico. Nessa perspectiva, o eurocentrismo, reforçado pelo imperialismo norte americano, fornece as bases da hierarquização no turismo.

A lógica turistocêntrica, mencionada no capítulo anterior, na verdade se mostra ser “dinheirocêntrica”, ou seja, centrada na grande quantidade de dinheiro que o fenômeno pode proporcionar. Como observado na figura 60, esse é o elemento definido como prioridade, como mais importante. Em seguida se encontram os visitantes, haja vista que estes os portadores do “bem mais precioso”, as instituições públicas e privadas estão em terceiro lugar, devendo proporcionar o crescimento da atividade, agradar os visitantes e, assim, gerar mais dinheiro. E, por último, na base da pirâmide, tido como menos importante, a localidade e sua população, assim como os povos originários e escravizados, sendo apenas um meio para se chegar ao que está no topo.

Figura 60 - Pirâmide da hierarquia turística

Fonte: Thainá Nunes, 2023.

O dinheiro encontra-se acima dos visitantes, pois, além do fato de muitos destes terem pouco poder aquisitivo, e assim serem considerados menos importantes, se observa que “a economia se distanciou do ser humano, colocou-se acima deste e, de uma certa forma, apoderou-se de sua liberdade” (KRIPPENDORF, 2000, p. 20). Perdemos nossa liberdade em parte porque direcionamos nossas vontades e decisões a partir dessa lógica consolidada pela modernidade, às vezes sem ter tanta consciência das consequências negativas.

Diante desse contexto, a comunidade receptora pode, em diferentes níveis, assimilar o discurso desenvolvimentista e moderno e acabar por contribuir com transformações que possam afetar negativamente. Isso porque, nesse sentido, o turismo “em sentido restrito, na perspectiva dos núcleos receptores, é um negócio. Um negócio que vende algo diferente, sim: prazer e lazer, mas que é conduzido pela lógica da sociedade capitalista” (BARRETO, 2004, p. 147).

Pereiro e Fernandes (2018) aponta que algo a ser avaliado em uma localidade turística seria se o dinheiro está substituindo os valores tradicionais. Por exemplo, na Ilha do Combu, tal aspecto pode ser analisado a partir da venda de seus terrenos, ou parte deles, para empresários externos, ou a busca por “modernizar”, ou urbanizar, seu estabelecimento para agradar e atrair mais visitantes. Talvez também possa assim ser categorizada a mudança dos tradicionais barcos da região por lanchas. Porém, essa é a atitude que, em geral, a sociedade demonstra esperar das

populações receptoras. É assim que estas, supostamente, devem se “desenvolver”. A “modernização”, desde muito tempo, se refere “primordialmente a la transformación inducida de las ‘sociedades tradicionales’ en ‘sociedades modernas’ (a la USA). Al final del cuento, todos seríamos ricos, racionales y felices” (ESCOBAR, 2014, p. 27).

Tal cenário se intensifica com a chegada de novos moradores que, principalmente em contextos de populações tradicionais, trazem na mudança tal lógica “moderna” e, sem tanto esforço, propaga tais ideais. Como exposto por Nunes e Furtado (2022), a população da Ilha do Combu construiu seu modo de vida na contra mão da urbanização da Belém continental, por não ter interesse em se adaptar à modernidade ali sendo estabelecida. Até não muito tempo atrás, os novos moradores que ali chegavam o faziam por ter encarado tal contexto como mais condizente com o que buscava para suas vidas. Sendo assim, se incorporavam ao local, aderindo a lógica interna.

Com o iniciar do processo de turistificação, os novos moradores passaram a buscar o local motivados não pelo modo de vida ali estabelecido, mas atraídos pelo potencial monetário da atividade turística. Outrossim, neste cenário se agrega a intensificação da atuação de empresários belenenses⁴², os que também possuem estabelecimentos na ilha, mas moram no continente, e os que possuem empresas em Belém e atuam no local.

Como já visto, o estabelecimento de um recém chegado na ilha foi um dos principais fatores que contribuíram para a intensificação do turismo no local. Este, apesar de manter aspectos tradicionais na estética de seu espaço, introduziu o quesito de “modernizar” o espaço para atrair mais turistas. Outros começaram a seguir o mesmo caminho, introduzindo cada vez mais atrativos artificiais e modificando aspectos da tradicionalidade local.

Para competir com esses forasteiros, muitos nativos decidiram aderir tais estratégias para não perder clientes e, com isso, perder o retorno financeiro com a atividade que é realizada em seus próprios territórios. Estes buscam mesclar os elementos da modernidade/urbanidade, como “melhores” cadeiras, brinquedos e piscinas, com o aspecto tradicional local. Alguns, como Nena da Saldosa Maloca, investem em outros elementos, como loja de artesanato, qualidade

⁴² Ao usar o termo belenense me refiro aos moradores da Belém continental, mas também podendo ser assim defino os recém moradores da Ilha do Combu que são originários daqui originários e se mudaram para a ilha apenas por objetivos comerciais. Tal perspectiva segue o estabelecido em Nunes (2017).

gastronômica e experiências turísticas variadas, preferindo não incrementar seu estabelecimento com elementos urbanos artificiais.

As estratégias são diversas, entretanto, alguns não possuem condições para realizar investimentos consideráveis. Apesar de, no geral, não serem a favor de expulsar os estabelecimentos de empresários externos à comunidade, tem os que observam a atuação destes como injusta com os empresários locais. A título de exemplo, tem-se o relato da interlocutora G (Pesquisa de campo, 2022): *“acho que não deveriam vir, tem condições e querem mais e tiram do nosso. Tem condições de dar maior qualidade no estabelecimento e aí a concorrência não é justa”*.

Há aspectos positivos com a entrada de pessoas “de fora” que trazem novos conhecimentos e perspectivas que possam agregar. Como o Chalé da Ilha, que mesmo sendo originário de Belém, se adaptou ao modo de vida local e trouxe a visão empreendedora de investir na estrutura e na divulgação para alavancar o turismo no local. E, nesse caso, associando ao aspecto tradicional ribeirinho, como alguns dos forasteiros também buscam fazer. Porém, quando trazem consigo apenas a lógica mercadológica, associada ao maior poder aquisitivo que possuem, interceptam a demanda de estabelecimentos nativos e fortalecem o padrão moderno a ser seguido por estes.

Essa situação também é reflexo da colonialidade, pois, além disso, usurpam a renda advinda da atividade realizada em seus próprios territórios. Se o turismo é por muitos encarado como promotor de aumento de renda da população local, sendo um dos principais pontos positivos da atividade, gerando desenvolvimento local, este sentido acaba, assim, se perdendo. Essa prática também é reflexo do discurso desenvolvimentista moderno ao defender a crença de que ao desenvolver uma atividade econômica em um local, direta e indiretamente a população do lugar também beneficiaria e se desenvolveria. Diante disso,

mesmo que nem todos se beneficiem diretamente do crescimento, o 'efeito gotejamento' garantirá que as riquezas daqueles que estão no topo da escala econômica acabarão beneficiando o resto da sociedade por meio do aumento da produção e, portanto, do emprego. [...] O desenvolvimento é quantificável e redutível à economia. Uma grande desvantagem em definir o desenvolvimento como crescimento econômico é que, na realidade, o 'efeito gotejamento' raramente ocorre; o crescimento não leva necessariamente a melhores padrões de vida (GARDNER; LEWIS, 1996, p. 7).

Escobar (2014), ao destacar a teoria pós-estruturalista, discorre que, ironicamente, as pessoas que deveriam se beneficiar do dito "desenvolvimento" foram excluídas, tendo seus conhecimentos, vozes e desejos deixados de lado. Krippendorf (2000, p. 19) reforça sobre a ilusão do desenvolvimento beneficiar a todos ao afirmar que, com o advento do turismo de massa, “essas populações têm cada vez mais a impressão de que são invadidas por esse desenvolvimento e, ao mesmo tempo, dele são excluídas”.

Em outras palavras, os lucros e as benesses, de atividades realizadas em um local, vão para os que são de fora, restando para muitos indivíduos da comunidade apenas as “migalhas”. Para alguns, nem isso, pois muitos que não trabalham com o turismo não usufruem da renda gerada pela atividade, alguns, inclusive, se encontram em situação um pouco precária. Às vezes, esses resquícios do turismo se apresentam em forma de empregos subordinados aos forasteiros.

Então, na Ilha do Combu, um empresário belenense compra um terreno, constrói um ótimo estabelecimento que atrai muitos visitantes e, benevolente que é, contrata nativos para as funções de garçom, caixa, limpeza, etc. Não é a intenção atribuir apenas aspectos negativos a tal atitude, porém, a justificativa de gerar emprego por empresários externos é um discurso que, mesmo sem intenção, esconde a colonialidade que há por trás. Visto que,

funções como garçom, cozinheiro, camareira, faxineira, jardineiro, aeromoça ou motorista, só para citar algumas nas quais o turismo gera a maior parte dos empregos, foram, até 200 anos atrás, realizadas por escravos ou servos, conforme a estrutura social vigente (BARRETO, 2009, p. 56).

Se apropriar de um lugar que já tinha “donos” para tirar proveito e lucrar, provocando degradação, desrespeito e inferiorização para a população é um legado do colonialismo. Tal fato tira o protagonismo de parte da população local, os submetem à subordinação externa e a maior parte do retorno financeiro não fica na comunidade. Ora, mas esse é o preço a se pagar pelo progresso, não? A Ilha do Combu agora é famosa, conseguiram um porto novo no continente, muitos aumentaram sua renda, conseguiram mais trabalho, então não têm o que reclamar de todas as questões negativas aqui apontadas, correto?

É assim que boa parte da sociedade moderna ainda pensa. E quem se posicionar de forma contrária, principalmente se for nativo, que deveria estar feliz com todos os benefícios advindos da turistificação, se coloca como sendo um empecilho ao desenvolvimento. Como é frisado por Gardner e Lewis (1996) as noções provenientes da modernidade propaga a visão de que os

colonizadores são os racionais que proporcionam o progresso, quanto os colonizados são os atrasados. Essa percepção acaba sendo assimilada pelos visitantes também, pois

essa maneira de pensar os encontros contribui tanto com a criação de simulacros para atender a um mercado turístico, quanto com a captação de turistas etnocêntricos, e que julgam as comunidades visitadas como atrasadas. Talvez a noção de reencontro com o passado não se deva às simulações culturais oriundas da sua transformação em produto turístico, mas sim aos resquícios de memória, por pertencimento a nações colonizadoras, e ao ideal civilizador (ARAUJO; GODOY, 2016, p. 8).

Quando há quem tenha comportamento diferente da lógica capitalista hegemônica causa estranheza por parte de muitos. E assim, muitos começam a trabalhar arduamente para alcançar o patamar esperado, seguindo a ilusão de que se você se esforçar muito você chegará no mesmo nível dos que estão situados no topo da hierarquia social. Afinal, como seria possível alguém não querer cada vez mais dinheiro?

Com efeito, existem muitas pessoas que não compactuam com os mesmos valores capitalistas, como é o caso de muitos da Ilha do Combu. Essa questão, em geral, também é explorada em Nunes e Furtado (2022), mas, com relação específica ao turismo, há um dos relatos que representam esse tipo de pensar diferente:

Eu tenho assim pra mim que eles [empresários externos] são interesseiros. Cara, porque eles veem a gente trabalhar e ai eles compram pra fazerem também. Como tem acontecido com vários aí. [...] São interesseiro, ou do gozo aqui que chama mesmo, gananciosos, não é? [...] Tem gente aqui, que praticamente trabalha noite e dia se matando. Pra que isso, cara? Os dono de restaurante. Eu falo pra minha mulher “é o seguinte, a gente não tá passando fome não, a gente tá bem de saúde? Tá. Deixa rolar o resto. Não adianta ficar rico, porque nós já estamos velho, no final da vida. Ficar rico pra quê? Que eu vou morrer, não vou levar nada, né? Então bora se manter, tem dinheiro. O quer comer hoje? quer comer não sei o quê? toma, vai comprar”. Pronto! (Interlocutor A, pesquisa de campo, 2022).

Tal perspectiva contribui para o que defendo que deva compor as bases para um novo turismo, retirando-se o foco do âmbito econômico direcionando o desenvolvimento da atividade. Da maneira que o turismo se consolidou reforça a ganância ressaltada pelo interlocutor, o que pode gerar vários tipos de consequências negativas. Além de possibilitar desgastes físicos e mentais para muitos trabalhadores, pode significar riscos para os visitantes.

De um lado, ribeirinhos, da Ilha do Combu ou das redondezas, podem buscar transportar visitantes de maneira irregular, o que pode gerar acidentes e fatalidades. Do outro lado, empresários realizando festas e shows de médio porte, que não condizem com a estrutura do

local, que também levam a acidentes e talvez fatalidades. Esse último caso já aconteceu, felizmente sem fatalidades.

Como já exposto no capítulo dois, houve um desabamento em 2020 em um restaurante da ilha após um grupo se aglomerar em uma parte do trapiche. Devido a sobre carga, e possivelmente ausência de manutenção, o piso não suportou o peso, quebrou e as pessoas caíram na água se machucando. Mesmo após esse fato, alguns estabelecimentos começaram a investir em shows, o que atraiu muitos visitantes, lotando o espaço. Eis que em 2021, durante o show da cantora Viviane Batidão, muitas pessoas aglomeradas, pulando e dançando, próximo ao palco, parte da estrutura acabou cedendo.

Na reportagem do G1 Pará (2021)⁴³ é possível observar a grande quantidade de pessoas que se encontravam no local, e, para além disso, o fato ocorreu após o anoitecer. Destaco esse detalhe por representar mais perigo ainda, pois esse restaurante está localizado na Beira do Rio Guamá, e se alguém tivesse caído na água o risco de afogar seria maior. Há também o fato de que não é recomendável ficar na ilha após anoitecer, a não ser que vá ali pernoitar, pois a travessia para o continente se torna mais perigosa. Um relato corrobora com minha percepção de que, diferente das casas de show na beira do rio em Belém, os trapiches da Ilha do Combu não são compatíveis com a realização de show nesse estilo, até mesmo pelo volume do barulho que gera.

É verdade, porque essa nossa estrutura não é feita pra show. Como tu falou, não é preparada para show. A gente tem um limite que é tudo feito de maneira manual. Entendeu? A gente tem um limite, por exemplo. Quantas toneladas? Quantas pessoas? Não é? Não adianta eu fazer um show aqui, por exemplo, com roqueiro famoso, eu vou colocar 10.000 pessoas aqui. Vai cair! Na Marina eles colocam 20.000 e 30.000 pessoas lá. Mas lá é solo, né, não é trapiche como aqui. Então tu tá certa, porque pro cara fazer uma estrutura pra show, tem que fazer uma estrutura boa. Não adianta fazer coisas pequenas porque sabe como é o povo. O povo, principalmente de Belém, eu gosto muito da minha cidade, mas o povo de Belém, não vou falar todos, mas tem um povo de Belém que tu é doido, cara. Cara, se eu colocar 3.000 gringos aqui, tu nem sabe se tem gringo aqui. Tô te falando, eles come, bebe, ficam conversando. Mas tu bota 50 pessoas aqui, belenense, é uma gritaria enorme, é briga é, não é? (Interlocutor A, pesquisa de campo, 2022).

Mesmo assim, esses empresários continuam sendo vistos, por muitos, como mais importantes, por contribuírem para o desenvolvimento do turismo da ilha e, conseqüentemente, do “desenvolvimento” desta também. A concepção de superioridade dos sujeitos externos à

⁴³ Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2021/09/07/parte-de-restaurante-de-palafita-cede-na-ilha-do-combu-em-belem-durante-show.ghtml>. Acesso em: 29 out. 2023.

comunidade é compartilhada, e reforçada, pelos agentes do poder público. Estes também refletem a colonialidade, ou seja, representam “un patrón de poder que opera a través de la naturalización de jerarquías territoriales, raciales, culturales y epistémicas, possibilitando la reproducción de relaciones de dominación” (RESTREPO; MARTINEZ, 2010, p. 15).

A atuação tanto do poder privado quanto do poder público, em geral, exclui do processo de tomada de decisão importante para seus territórios, mesmo sendo estes os que, por sinal, precisam lidar com as consequências negativas do turismo (BANDUCCI JUNIOR, 2001). Enquanto isso, visitantes estão felizes, empresários externos estão prosperando financeiramente e os agentes do poder públicos estão justificando formalmente o seu salário. Este último tem papel fundamental na vida cotidiana dos indivíduos, e nas comunidades tradicionais seria crucial que o trabalho seja próximo da população, auxiliando na construção de um futuro melhor. Entretanto,

Apesar da questão da conservação, da biodiversidade e do desenvolvimento se converter em uma presença efetiva nos mais diversos fóruns e discussões acerca da questão ambiental, a efetividade prática das ações políticas pode ser questionada, seja pelo desconhecimento das especificidades sociais da região seja pelo distanciamento dos estudos elaborados nestes espaços, que poderiam apontar viabilidades para a minimização dos conflitos existentes nestas áreas (QUARESMA; CAMPOS, 2011, p. 2041).

Como visto no capítulo dois, a população da Ilha do Combu enfrenta diversas dificuldades com agentes do poder público que não estão familiarizados com o contexto ribeirinho local, que não ajudam na resolução de problemas ou processos burocráticos, que tratam com arrogância ou indiferença, etc. Normalmente, o *modus operandi* dessas instituições é “de fora para dentro” e “de cima para baixo”. Isto é, com relação à primeira expressão, tem suas ações motivadas por questões externas à comunidade, por exemplo, a construção do Terminal Hidroviário Ruy Barata não foi resultado das demandas dos ribeirinhos, que reivindicaram por anos, e sim devido a turistificação da ilha e a crescente demanda de visitantes. Beneficiar as comunidades ribeirinhas foi uma feliz consequência.

A segunda expressão refere-se que as decisões são tomadas por quem está acima das comunidades na hierarquia social, cabendo a estes receberem o informe e às vezes a consulta. Muitos agentes, no exercício das competências de seus cargos, agem sob a visão de que são os detentores do saber, são especialistas e/ou experientes nos assuntos que afetam a vida das populações receptoras. Então, se acredito que sei o que estou fazendo, e faço bem o meu

trabalho, para quê envolver aqueles sujeitos, que pouca instrução têm, no processo decisório e na elaboração? Basta inseri-los na execução do que foi planejado para eles. Será para o bem deles, devem ficar felizes.

Não é incomum que ações nesse sentido não tenham resultados satisfatórios. Um ótimo exemplo foi a realização do Circuito Gastronômico Igara, a primeira edição ocorrida em 2019 na Ilha do Combu para divulgar a gastronomia e o turismo local. Não pude estar presente, mas quando vi a notícia considerei uma iniciativa interessante e importante. Todavia, ao ser divulgada a segunda edição, que ocorreu em 2021, percebi pelos comentários de quem participou que não foi uma experiência prazerosa, como pode ser observado na figura 61.

Figura 61 - Comentários em rede social sobre a primeira edição do Circuito Gastronômico da Ilha do Combu



Fonte: divulgação Diário Online, 2021

O planejamento não envolveu os donos de restaurantes da ilha, foi totalmente conduzido pela Prefeitura de Belém e os que estavam a frente do processo decidiram fazer alterações que afetaram a quantidade esperada para o evento. Diante disso, a experiência não foi negativa apenas para os visitantes, mas para os restaurantes também

Interlocutor P: O que aconteceu nesse evento. Eu fiquei de fora. Como tinha o valor do prato [definido], eles que colocaram o valor, transporte é x, a entrada é R\$ 20,00, aí você não pode aumentar, pode só baixar. Ai eu não quis. Pensei “vou ficar com a sobra”. Deu 13h da tarde eu tava só com quatro mesas, dispensei umas três pessoas [funcionários], quando deu 14h da tarde eu tava com 50 mesas, porque não deram conta. Era muita gente, foi brabo.

Interlocutor S: *Foi uma loucura.*

Interlocutor P: *É, mesmo o de agora, parece que teve um evento, e aí foi R\$ 60,00 o prato, aí melhorou, mas pra mim não melhorou, o que melhorou foi a organização. Não melhorou porque, foi R\$ 60,00, mas a pessoa tinha entrada, prato principal e sobremesa. E aí pra mim não era vantagem. O que aconteceu, a primeira não foi organizado, aí depois o pessoal não quiseram [alguns restaurantes], deu fraco. O pessoal ligavam “é do restaurante X? Você tá participando do evento?”, eu falei “não”, aí “tá a gente vai praí então”. Tavam procurando quem não tava participando. Porque o primeiro foi ruim.*

Interlocutor E: *Aí a arrogância do secretário “olha o prazo de inscrição é até dia 25”, aí o pessoal começaram “não não, não vai não”, aí não deu ninguém. Aí o secretário voltou e deu mais um prazo.*

Interlocutor P: *É isso, por isso que eu nem participei da reunião, porque eles já venham formado, aí fico de fora. O cara vem de lá pra querer colocar norma no meu estabelecimento, quero saber se ele tá doido. Mas é isso que falta, pesquisas do órgão competente, porque se ele faz um evento desse, a Prefeitura vem botar um evento na ilha sem vir na ilha participar com a comunidade (pesquisa de campo, 2021).*

Essa postura das instituições públicas é reflexo e perpetua o comportamento pautado pela colonialidade em relação ao turismo, mantendo a população receptora em condição de subalternidade. Escondem-se sob o discurso de que suas ações visam o desenvolvimento, o progresso, tendo como foco “a economia [que] reina, soberana, em nossa civilização. Ela é, ao mesmo tempo, a força motora, o fim e o meio. Ela dita a conduta a adotar” (KRIPPENDORF, 2000, p. 28). E o fenômeno segue se estabelecendo nessa lógica, esperando-se que as “inconveniências” sejam relevadas, pois “dadas as vantagens econômicas, será difícil encontrar quem desaprove o turismo” (*Ibid.*, p. 71).

Outro exemplo que mostra a problemática que pode ser gerada quando o poder público não age de maneira coerente com o contexto local, e descompromissada com o diálogo estreito com a população, é encontrado em Barreto (2004). Segundo a autora, em Sulawesi, na Indonésia, o Estado buscava promover maior interação entre visitantes e visitados, decidindo, então, divulgar os funerais, com rituais tradicionais, como atrativos turísticos. A grande questão é que a tradição indicava, como dever sagrado, o oferecimento de farta alimentação e estadia sem qualquer tipo de retribuição. O resultado foi que com o crescimento da participação de turistas nesses momentos, a comida acabou ficando escassa para a população receptora. Diante disso, percebe-se que,

Aqueles que usam o termo e trabalham em instituições de desenvolvimento estão, portanto, ajudando a reproduzir as relações de poder neocoloniais, mesmo enquanto muitos acreditam estar envolvidos em processos de empoderamento ou redistribuição das riquezas do mundo (GARDNER; LEWIS, 1996, p. 3).

É extremamente arriscado planejar algo sem uma profunda análise das possíveis consequências negativas das ações, principalmente para as comunidades rurais em geral, tradicionais, ou que em algum grau apresentem vulnerabilidade. Sabendo-se dos possíveis desdobramentos prejudiciais, deve-se planejar também saídas para lidar com tais questões.

Agrega-se a isso o fato de que muitos projetos planejados pelo poder público acabam não se concretizando, ou se inicia, porém é interrompido. Como ressaltam Falcão, Cardoso e Simonian (2012, p. 12), é preciso “garantir a continuidade de propostas que visem o incremento do turismo com a participação dos membros das comunidades na inclusão socioeconômica”.

Para que seja possível avançar no processo de descolonização do turismo, é preciso que os indivíduos da localidade turística sejam encarados como sujeitos ativos do processo, e não objetos passivos ora vistos como simples adereços e ora como obstáculos. Ou seja, parar de secundarizar a população e passar a dar espaço para o empoderamento da população, garantindo que estes sejam os protagonistas de suas próprias histórias e território é condição *sine qua non* para o sucesso de um novo turismo.

4.2 – Agência e protagonismo ribeirinho

Dos sujeitos ligados ao fenômeno do turismo, os mais importantes são os que compõem a população da localidade turística. Não me parece nada coerente que os visitantes tenham boas experiências, empresários externos estejam lucrando, funcionários do poder público, cumprindo ou não sua função para com aquelas pessoas, seguem recebendo seus salários, todos vivendo suas vidas normalmente, enquanto a população local, ou parte desta, enfrenta uma série de transformações, desafios e problemas.

Em geral, quem tem alto poder aquisitivo, e/ou cargo com certo privilégio, estão a frente das decisões sobre o futuro do turismo em um determinado local. Marginalizam as comunidades do processo, se apropriam do espaço, e, para eles, à população cabe a passividade e entendimento de estão tomando as melhores decisões. Se tornam figurantes nas suas próprias histórias e territórios.

Às vezes invisíveis, outras vezes são vistos como seres passivos, como ignorantes que nada sabem ou como empecilhos para o desenvolvimento. Quase sempre vistos como inferior, raramente como atores sociais com importantes contribuições a oferecer. Falcão, Cardoso e

Simonian (2012) relembram que, por exemplo, no Brasil o debate sobre a preocupação com áreas naturais, seguindo modelo estrangeiro, foi direcionado para proteção do meio ambiente físico sem levar em consideração os que habitavam tais locais, o que provocou tensionamentos e conflitos.

Muitos esquecem que não é apenas a escolaridade formal, ou mesmo a ciência, que proporciona conhecimento e discernimento para lidar com os acontecimentos da vida e a capacidade de agir. A experiência prática e a transmissão dos aprendizados empíricos para as próximas gerações compõem um rico conhecimento local que muito tem a agregar. Segundo Gardner e Lewis (1996, p. 15), sobre o pensar desenvolver um local, “eles geralmente sabem muito melhor do que os planejadores de desenvolvimento como criar estratégias para obter o melhor das circunstâncias difíceis, embora as estratégias de modernização raramente, ou nunca, deem atenção ao conhecimento local”.

Na realidade, o pensamento decolonial nos mostra que essa seria a chave para uma importante transformação da sociedade moderna e solução para graves problemas pelos quais tantas sociedades passam. Ao se tratar de desenvolvimento local e turismo, quem mais sabe sobre o lugar do que aquele que ali residem há tanto tempo? As pessoas que trabalham diretamente com a atividade turística precisam conhecer bem o local, caso o contrário, pode contribuir negativamente para a experiência do visitante, na vida da população ou para o desenvolvimento do turismo no local.

Certa vez, em conversa sobre a importância, e necessidade legal, da condução de passeios turísticos por um guia credenciado, surgiram reflexões e questionamentos com relação a atuação destes, enquanto agentes externos à uma comunidade tradicional visitada, e a possibilidade de um nativo realizar esta função, mesmo que sem ter estudado para tal. No caso da Ilha do Combu, quem teria mais autoridade para apresentar o local e falar sobre para os visitantes? De maneira mais objetiva, seria aquele que possui o respaldo formal/legal, atribuído pelas instituições competentes. Mas um documento, um registro oficial, garante um bom exercício da função? Um relato de um morador da Ilha do Combu corrobora com tais reflexões:

Tu sabe, eu trabalhei com agências de turismo. Teve um guia, talvez o guia era pior do que o gringo, que o gringo lá de fora sabia o que tava acontecendo em Belém, o gringo. O guia, o guia não sabia. Uma vez vi o guia falando coisa errado pro gringo. Uma vez o guia fez o gringo comer uma fruta de aninga, que é que ela é tóxica, coça tudinho. Tu sabe que aninga né? que dá na beira de Rio. E a gente “eh rapá tu, tá

ficando doido rapaz?”, aí ele “ah, pensei que era uma fruta que comia”, “conhece nada, tem que perguntar se tu não sabe, vai estudar”. Falei pra ele, escolhambe! (Interlocutor A, pesquisa de campo, 2022).

Houve outro momento que presenciei certo confronto, ainda que sem real tensionamento, dessa questão que aqui levanto. Um nativo da ilha ao falar sobre a trilha que estava elaborando no terreno de seu restaurante, com a intenção de mostrar a mata para os visitantes, ouviu de um profissional da área do turismo que apenas um guia poderia conduzir tal passeio. Sua resposta humorada foi que o terreno era dele, e se ele não quisesse ninguém ali entrava.

Não é a intenção deslegitimar a atuação desses profissionais, nem questionar a importância da sua formalização. O intuito é apenas proporcionar reflexões que expandam a compreensão sobre o turismo, direcionando para que a população, e seus conhecimentos, seja posta em lugar de destaque ao se pensar a atividade no local. Nesse sentido, duas questões são importantes considerar, a capacitação de nativos para atuação como guia de turismo e que os guias tenham a postura de estabelecer parcerias com os nativos.

Os profissionais ligados a atividade turística em comunidades precisam se portar como aliados dessa população e da transformação do turismo como tem se estabelecido em tantos lugares. Cada vez mais indivíduos não estão aceitando que forasteiros se coloquem como superiores e detentores da razão comandando suas vidas. Como alerta Quijano (2014, p. 855), “desde o final do século 20, uma proporção crescente das vítimas desse padrão de poder passou a resistir a essas tendências, em praticamente todo o mundo”.

Desde que iniciei as pesquisas na Ilha do Combu percebo um comportamento, aparentemente inconsciente, de considerar acadêmicos, pesquisadores, funcionários públicos como alguém considerado acima destes, para a sociedade da qual fazem parte. Como, por exemplo, o tratamento, algumas vezes sendo direcionados a mim mesma, como “doutor” ou “doutora”. Em determinada ocasião, durante pesquisas para o mestrado, respondi para a ribeirinha que eu era apenas eu não era doutora e que não precisava assim se referir a mim. Esta respondeu que era um tratamento de respeito por eu ser “estudada”, e que não sabia se poderia ser de muita utilidade pois eu saberia mais que ela sobre “as coisas”.

Mesmo que a interlocutora não demonstrasse se intimidar a partir da maneira que me enxergava, procurei desconstruir tal visão. Afirmei que havia muito o que eu precisava aprender, e que sobre a Ilha do Combu ela seria a quem tinha muito a me ensinar. Anos depois,

me deparo com um relato relativamente semelhante. Um ribeirinho se referindo à um funcionário público como doutor, porém em um contexto de embate, reivindicando sua posição de destaque no que diz respeito à ilha e seu modo de vida.

Eu falei “o sr é doutor nisso aí, eu sou doutor em apanhar açai. Eu não resolvo sua situação e você resolve a minha? Então sobe lá e apanha pra mim. Mas aí depois pararam a fiscalização. Até inclusive exigiram muito de alguns que tavam com a cozinha com uma situação precária devido não ter condições mesmo de resolver. Aí “ah eu quero que com 60 dias você troque sua cozinha que é de madeira pra alvenaria”. Também não existe isso (Interlocutor E, pesquisa de campo, 2021).

Na fala “eu não resolvo sua situação e você resolve a minha”, o sentido empregado foi o de não se meter em como o funcionário deveria fazer seu trabalho, mas que este estava se intrometendo no trabalho deles. Sabem que tem regras a serem seguidas, mas o que estavam expondo para mim é que acham que os agentes públicos deveriam orientar, informar e auxiliá-los para buscar melhorias. Mas afirmam que a maioria não se interessa em saber suas perspectivas, suas dificuldades, apenas aparecem com arrogância cobrando e impondo alterações, que às vezes nem condizem com a realidade, sem se preocupar com as condições daquelas pessoas.

Ao longo dos anos, constantes atitudes semelhantes, tendo tantos aspectos de suas vidas determinados por pessoas externas à comunidade e a precariedade da atuação dos órgãos públicos no sentido de colaborarem com suas demandas e o desenvolvimento local, a mobilização desses ribeirinhos apresentou oscilações. Vários foram os percalços pelos quais passaram, afetando a participação mais ativa de membros da comunidade e, até hoje, enfrentam problemas para uma união efetiva entre os indivíduos de todas as comunidades em prol de uma força coletiva em busca de melhorias.

Na ata da 35ª reunião do Conselho Gestor da APA, em 13 de agosto de 2019, foi criticada a falta de mobilização dos próprios moradores, contudo, como exigir maior atuação dos ribeirinhos e uma fiscalização adequada se nem mesmo o Conselho Gestor é atuante? Como manter a vontade de participar quando quase tudo o que é debatido não se concretiza? Como sentir que tem voz se são vistos como inferiores e, muitas vezes, se sentem ofendidos pelos agentes públicos? Em grande parte, os próprios órgãos públicos desincentivam a participação dessa forma. Como um caso relatado por um morador.

Já aconteceu isso com meu primo. Ele ficou tão aborrecido que não participou de reunião mais. Porque ele desmatou mais árvore da área dele, plantou açai e pupunha

*porque financeiramente né... e o cara chegou lá, falou, “*****, tu fizesse burrice, que não era para fazer isso”. O cara do órgão chamou de burro e ele ficou chateado, não participou mais de reunião. Porque o certo era eles terem sempre participando e orientando o cara. “Então olha, não pode tirar essa árvore, não pode tirar essa árvore”. E aí, o meu primo sabia que o que tava rendendo era açaí e pupunha... entendeu? “Há porque se tu botou isso aí, mas aí matou uma coisa ali, o pássaro se alimenta da fruta dele”. Mas também está errado. Mas se ele tivesse orientado no começo, entendeu? Já foi de um jeito que ele falou com ele, se aborreceu, chamar ele de burro... (Interlocutor P, pesquisa de campo, 2022).*

O descontentamento com o poder público, assim como com outros atores sociais externos, foi um dos principais fatores que gerou uma desmobilização das comunidades. Com efeito, durante a pesquisa de campo, em que houve reuniões para também falar do site que estava propondo, percebi a grande dificuldade de promover uma participação qualitativa dos donos de estabelecimentos. Mesmo com o esforço na divulgação, mesmo que em contato virtual muitos tenham demonstrado interesse e confirmado a presença de algum representante, poucos de fato compareceram.

Até mesmo quando algo planejado é iniciativa interna, referente a demandas de muitos moradores, não há, em geral, movimento para endossar a ação. Um dos interlocutores revelou que durante bastante tempo tentou buscar melhorias para a ilha e mobilizar os ribeirinhos para juntar forças para garantir os resultados esperados. Em vários, momentos não só não obtinha sucesso com suas tentativas como também encarava situações de conflitos com algumas pessoas da vizinhança. Observa o relato abaixo.

Major F. veio aqui comigo, “bora fazer uma reunião aqui para gente colocar uma base [policial] aqui?” Aí convidei o pessoal. Aí o pessoal respondeu pra mim que eu queria segurança só pra mim, porque eu tinha restaurante. Eu disse “não rapá tu tá enganado. Eu não quero só pra mim, eu quero pra comunidade. Agora se vocês acham que...”. Eu falei assim pra eles “eu achava, na minha opinião, [...] ia ser bom pra vocês que mora aqui pra dentro. Não é? Eu não quero segurança pra mim. Quero pra nós todos, né? Se você não quiser, beleza”. Aí mesmo assim, veio umas pessoas grande da polícia, né? Veio major, o coronel. Chegou aqui, deu umas 6 pessoas. Aí o coronel disse “mas seu A., a comunidade aqui é grande?”, “isso, é muito grande”, “porque só veio isso?”. “Eu convidei num vieram”. Fiquei mufino, né, cara? Foi, acabou. Aí passou, passou. Aí teve uma confusão vieram aqui pra eu chamar a polícia. “Eu não, pega o telefone, está ali na caixa, liga ai porque eu não vou ligar pra ninguém. E nem venha aqui pedir para me ligar para a polícia, porque eu não vou ligar, porque quando eu pedi ajuda pra vocês, vocês não quiserem me ajudar. E não é só eu que moro na ilha, então faz o seguinte, tá ali o número pega lá e liga lá e digam o que está acontecendo, tô fora”. Também não vieram mais cara (Interlocutor A, pesquisa de campo, 2022).

Apesar de não terem rompido as relações pessoais no cotidiano, quando há questões coletivas o que se percebe é uma fragilidade na união comunitária. O descontentamento com

reuniões, agentes externos e ação coletiva, aliado aos desdobramentos negativos da turistificação da ilha, têm contribuído para intensificar várias situações de conflitos internos. Tais questões vem prejudicando o sentimento de união, o aspecto comunitário e de solidariedade que observava anos atrás.

Outro exemplo que corrobora com essa análise encontra-se no fato de que a chegada de novos moradores, antes, não representava problemas para a coletividade, pelo contrário, a reforçava (NUNES, 2017). Atualmente, o processo de intensificação do turismo proporcionou opiniões divergente entre os comunitários. Um morador ao denunciar a venda irregular de terrenos, o que considera fator de intensificação dos problemas aqui já destacados, acabou ocasionando discussões com outros moradores que não concordaram com sua atitude.

Considero que esse descompasso da coesão interna, em grande medida, é resultado da força da colonialidade de nossa sociedade, que muito se fortalece com esse contexto. O choque de interesses, valores e percepções de mundo provoca desunião, o que afeta o combate à logica hegemônica e as consequências de um turismo desorganizado e predatório. Diante disso, é importante que haja incentivo no sentido de fortalecer a união da população receptora, destacando o caráter coletivo e não individualista.

Os moradores da Ilha do Combu possuem muitas qualidades e grande força social, que muito tem a contribuir no debate aqui posto, mesmo com suas fragilidades internas. Na realidade, deve ser ainda mais valorizado, justamente diante das adversidades pelas quais sempre passaram. Para Restrepo e Martínez (2010) não é interessante que somente os efeitos da dominação estejam no foco do debate, reduzindo-o a compreensão de unilateralidade dessa relação. Assim, se faz necessário direcionar o foco para as respostas e estratégias dos que até então são inferiorizados, exaltando a agência, protagonismo e resistência desses ribeirinhos.

Há um órgão formal destinado à atuação conjunta do Estado, sociedade civil e, especificamente, das comunidades da Ilha do Combu. Trata-se do Conselho Gestor da ilha enquanto uma APA. É fundamental que os ribeirinhos ocupem esse importante espaço, trazendo suas demandas, tomando conhecimento de tudo que envolva seu território e contribuindo nas tomadas de decisões, haja vista que tal Conselho tem caráter deliberativo.

Há vagas para as comunidades da ilha fazerem parte da gestão, porém após a posse muitos foram deixando de frequentar as reuniões. A mobilização local, que havia no período em que se discutiu e implementou a APA, foi perdendo força com o tempo. Na comunidade Igarapé do Combu, por exemplo, o centro comunitário que ali existia se extinguiu. O único centro comunitário que continua existindo e que permanece ativo é o da comunidade do Piriquitaquara, assim como os representantes dessa comunidade são os que continuam frequentando as reuniões do Conselho. De acordo com interlocutores, os moradores dessa comunidade seriam mais unidos, garantindo o funcionamento de seu centro comunitário até hoje (NUNES, 2016; 2017).

Muitas iniciativas de melhoria para a ilha, como a criação da APA, partiram de agentes externos e, apesar da participação de vários moradores, a população como um todo não fez parte do processo. Ao meu ver, a ausência de iniciativas internas, nesse primeiro momento, se dava pelo fato de que a ilha era considerada como parte de Acará, com a qual mantinha relação estreita mesmo após ter sido agregada à Belém (NUNES, 2017). A relação como está foi se estabelecendo aos poucos com o passar dos anos.

Para além disso, havia falta de conhecimento, por parte dos ribeirinhos, dos seus direitos e, possivelmente, de seu potencial para obter conquistas. Existe também o fato, já mencionado, dos poucos, quando havia, esforços de inseri-los nos processos que determinariam seus futuros. Na criação da APA, mesmo envolvendo a vida de todos que moram no local, muitos só ficaram sabendo sobre o assunto após esta já ter sido criada. Devido a isso, não estavam felizes por não terem feito parte do processo, mas, posteriormente, vislumbraram que foi algo benéfico (NUNES, 2016).

Este cenário não tira a agência dessa população ribeirinha, que teve sua participação e contribuição para muitos avanços na vida local. Com o tempo, foram fortalecendo seu protagonismo, criando centros comunitários e articulando com o poder público, com instituições no geral, o atendimento de suas demandas para o desenvolvimento local.

O Centro Comunitário do Igarapé do Combu, por exemplo, chegou a fazer parte da Associação das Ilhas de Belém, conquistaram o posto de saúde e uma escola com o terreno doado por Sebastião Quaresma, importante liderança da época que foi homenageado ao ter seu nome atribuído à unidade pedagógica. Outra conquista importante, já mencionada, foi obtenção do serviço básico de distribuição de energia elétrica.

Apesar dos tensionamentos entre os atores sociais internos e destes com os externos, com o passar do tempo, e diante das transformações pelas quais a ilha tem passado, várias iniciativas de mobilização, organização coletiva e empreendedorismo foram surgindo vêm crescendo. Vários ribeirinhos buscaram abrir seus próprios restaurantes, competindo com os dos forasteiros, várias cooperativas e associações surgiram, e o diálogo e articulação com órgãos, instituições de pesquisa, empresas ou empresários de Belém resultam em ações para e debates sobre a Ilha do Combu.

A título de exemplo, tem a Cooperativa de Transporte Escolar e Alternativo das Ilhas de Belém e Adjacentes (COOPETRANS), Cooperativa Mista da Ilha do Combu (COOPMIC), a Associação de Moradores Extrativistas e Pescadores da Ilha do Combu (AMEPI) e as recém criadas Associação dos Empreendedores da Ilha do Combu (AEIC) e Associação das Mulheres Extrativistas do Combú (AME Combú). Há representantes da população ribeirinha local no Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS e Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Belém.

A AMEPI, fundada em 2014, fez parte também da construção da AEIC, que atuam, sempre que possível, de maneira conjunta para melhorias na ilha e na vida coletiva dos moradores, segundo os presidentes destas associações, Sátio, como é mais conhecido, e Rosivaldo, respectivamente. Este último, recentemente representou a AEIC no Fórum Municipal de Mudanças Climáticas de Belém (FMMCB) que discute o tema se preparando para a Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP-30) que ocorrerá em 2025 em Belém⁴⁴. A AEIC surgiu diante do crescimento do turismo na ilha e dos números de bares e restaurantes, e desde o início de sua construção e atuação busca lidar com as adversidades que tal contexto tem apresentado.

Tem a fábrica do chocolate, tem o mercadinho da ilha, tem restaurantes e bares... o que tiver na ilha. Qualquer estabelecimento pode participar. Na verdade, nós tivemos dificuldade, porque aqui temos muito o problema de pé atrás. A gente precisava montar a associação, mas precisamos de documentos, aí os caras ficam meio assim. Aí tem os novatos, esses novatos que compraram uma área e construíram, esses têm dificuldade, tem um ano ou dois anos [na ilha] mas tem dificuldade de vir pro grupo. Não se sente à vontade, não conhece [ninguém] e tal, aí as vezes é um empresário um pouco forte financeiramente aí é "vou fazer do meu jeito, vou fazer sozinho". Aí a gente tá formando com um grupo nativo, que todo mundo se conhece e aí a gente vai fazer uma reunião, tentar chamar eles e explicar as situações. Porque o que acontece,

⁴⁴ Disponível em: <https://agenciabelem.com.br/Noticia/236881/forum-municipal-de-mudancas-climaticas-realiza-encontros-para-escolha-de-seus-representantes>. Acesso em: 30 out. 2023.

como já aconteceu, a gente não sendo uma associação não teve como recorrer pra ajudar vários estabelecimentos quando precisaram. Porque assim, somos vários restaurantes, uns 36 mais ou menos agora, fora os que tão construindo, deve ter uns 10 em construção. Então esse grupo, eu acho que a gente conseguiu uns 25, por aí, pra associação. Aí a gente vai tentando trazer eles pra dentro, pra crescer o grupo. A associação de moradores é só pra moradores, associação de empreendedores é quem tiver empreendimento na ilha, entendeu? (Rosivaldo Quaresma, presidente da AEIC, pesquisa de campo, 2023).

Há o esforço de agregar também os donos de restaurantes externos para estabelecer vínculos e fundamentar o sentimento de coletividade para o trabalho conjunto por um turismo harmonioso, podendo trazer desenvolvimento local e melhoria para a população. Apesar das dificuldades, as associações seguem crescendo e se fortalecendo, com reuniões frequentes debatendo planos para o futuro da ilha. Sobre a AMEPI:

A associação de moradores é dos moradores e dos assentados do PAE. Um projeto de 2005 que teve aqui em parceria com a comunidade, onde cada família, 174 habitações, que conseguimos casa no valor de 15 mil e apoio para o trabalho de vários ribeirinhos. Hoje o Combu, por nós estarmos sempre se organizando e conversando, temos bastante conhecimento. Temos acesso à secretaria de turismo, e vários órgãos. Não é a gente conhecer e o órgão vai ajudar. É muita burocracia, muito difícil (Sátio, presidente da AMEPI, pesquisa de campo, 2023).

É um erro acreditar que essas comunidades sejam e devam ser passivas a forças externas, que não tenham condições de protagonizarem suas próprias vidas e decidirem sobre seus espaços. No Brasil temos o caso emblemático das lutas dos seringueiros sob a liderança de Chico Mendes (FALCÃO; CARDOSO; SIMONIAN, 2012; SIMONIAN, 2018) que deixou importante legados, principalmente no âmbito ambiental. Sem deixar de mencionar toda a história de lutas e revoltas que permearam o período de colonização e escravidão no país.

Falcão, Cardoso e Simonian (2012) também ressaltam o caso da pousada Brisa do Mar da comunidade do Céu, que se mantém mesmo diante de tantas adversidades, inclusive de acesso e apoio de poder público. Esse caso, assim como o da Ilha do Combu que construiu o local como destino de lazer mesmo sem possuir infraestrutura básica como facilidade de acesso e energia, e tantos outros, reforçam a capacidade de agir destas populações.

Também como no Combu, a comunidade da Vila do Pesqueiro, na Ilha do Marajó, recebeu iniciativa externa para fomentar melhorias para a vida local. Nesse caso, o SEBRAE conduziu um projeto para promover o turismo local, mas este foi interrompido gerando desmotivação nos comunitários. Todavia, muitos decidiram pôr em prática o pouco que haviam aprendido, elaborando e executando roteiros turístico com visitantes (FALCÃO; CARDOSO;

SIMONIAN, 2012). Em ambos contextos, mesmo que a ação partisse de agentes externos, o prosseguimento e resultados mais importantes foram conquistados pela população local. Nesse sentido,

A resistência tende a se desenvolver como modo de produção de um novo sentido da existência social, da própria vida, justamente porque a vasta população envolvida percebe, com intensidade crescente, que o que está em jogo agora não é apenas a pobreza, como sua experiência perpétua, se não, nada menos do que sua própria sobrevivência (QUIJANO, 2014, p. 856).

A iniciativa, e/ou apoio, de agentes externos à comunidade não lhes tira sua própria agência, ou não deveria tirar. Por mais que haja ações nesse sentido, há também, em muitos casos, forte resistência por parte dessas populações. E a interação entre atores sociais diversos é elemento básico da vida em sociedade, do entrelaçar dos laços de interdependência que constroem a vida cotidiana. E quando se trata de agentes do Poder Público, o auxílio faz parte da sua razão de existência.

Diante do exposto, no sentido de ressaltar a capacidade de protagonismo, e sua agência frente os desafios advindos de seu contexto social, serão abordados alguns exemplos de trajetórias de sucesso de ribeirinhos empreendedores da Ilha do Combu. Devido não ser possível abordar todos os casos presentes na Ilha, irei destacar alguns que servirão de exemplo. O primeiro será aquele que possuo maiores informações, tendo passado por grandes transformações, cuja parte da trajetória pude acompanhar durante os anos de pesquisa na comunidade Igarapé do Combu.

Trata-se da trajetória da conhecida Dona Nena, apelido de Izete dos Santos Costa, e sua fábrica artesanal de chocolate ribeirinho conhecida internacionalmente. Inicialmente, seus trabalhos eram voltados para o extrativismo, apresentando vários momentos de dificuldade, principalmente durante a entressafra. Houve certos períodos em que pessoas da família buscaram trabalho na Belém Urbana, na tentativa de aumentar a renda e superar as adversidades enfrentadas.

Tal estratégia de sobrevivência, que destoava do seu modo de viver ribeirinho, não era o almejado por esses sujeitos. Assim, diante de algumas oportunidades que surgiam de voltar a trabalhar com o que a ilha tinha a oferecer, Nena dedicou tempo e esforço para que suas tentativas prosperassem. Como mostrado em Nunes e Furtado (2023), em 2004, uma escola de Belém realizou um projeto de confecção de biojóias na ilha, o qual a ribeirinha fez parte. Logo

em seguida, como resultado, esse grupo de mulheres receberam o convite da Secretaria Municipal de Economia do Estado do Pará (SECON) para venderem seus produtos na Feira do Meio Ambiente que ocorria todo mês na Praça Batista Campos.

Durante os dias do evento, Nena decidiu também vender o que advinha do seu trabalho enquanto extrativista, tanto os frutos em si quanto os produtos produzidos com estes. Diante do sucesso de sua participação na feira, houve uma mobilização coletiva para que a Prefeitura autorizasse que a feira acontecesse em mais que um dia no mês. Como resultado, a feira passou a ser realizada todos os sábados, se organizaram formalmente enquanto Associação Pará Orgânico, e, posteriormente, expandiram a feira para a Praça Brasil nas quartas-feiras.

Durante esse processo, muitas integrantes da associação participaram de um curso de bombons regionais na Paroquia dos Capuchinhos, em Belém, onde surgiram os primeiros chocolates artesanais, com o cacau da própria ilha, que Nena passou a vender nos dias das feiras. Esta, que buscava prosperar financeiramente com o fruto do seu trabalho tradicional, valorizando seu modo de vida, inaugurou, então, seu pequeno empreendimento, batizado de Combú Orgânico. Tratava-se de um primeiro esboço do que viria a ser a famosa Casa do Chocolate, cuja produção, como pode ser observado na figura 62, acontecia na cozinha de sua casa que havia sido transformada em uma rústica e pequena fábrica.

Figura 62 - Cozinha da Dona Nena com utensílios para fabricação de seus produtos



Fonte: pesquisa de campo (2013).

Algum tempo depois, uma agente interna, que já apresentava sua própria trajetória de sucesso, trouxe grande contribuição para o empreendimento de Nena. Prazeres, dona do Saldosa Maloca, colocou em seu restaurante os produtos produzidos por Nena e sua família. Para além disso, convidou um ator externo para realizar uma consultoria sobre o chocolate produzido artesanalmente. O famoso chefe de cozinha Thiago Castanho avaliou a qualidade dos produtos ribeirinhos, com o objetivo de ajudar a refinar e melhorar estes. Entretanto, acabou apenas atestando a grande qualidade que o produto já apresentava, não tendo, então, nada a acrescentar.

Esses dois atores, Thiago e Nena, contribuíram entre si e seus empreendimentos. Os produtos artesanais passaram a serem vendidos no então restaurante do chef belenense, sendo também utilizado em receitas e divulgado sempre que convidado a falar sobre a culinária paraense. Tal processo trouxe maior visibilidade para o trabalho realizado pelo Combú Orgânico, que começou a receber em sua casa cada vez mais visitas para conhecer seus produtos. De acordo com a ribeirinha,

Ele ia dar em cursos, levava pra institutos, várias escolas ele levava o nosso produto e apresentava e chegava televisão e via as barrinhas embrulhadas na folha e chamava atenção, e perguntavam de onde era e ele dizia que era daqui e indicava pra fazerem matérias. E com isso a gente começou a se surpreender com o público vindo nos visitar aqui, na época não tinha esse fluxo de vai e vem de lanchas e barcos (Nena, pesquisa de campo, 2019).

Com passar do tempo, sua fama começava a se consolidar, recebendo visitas, inclusive, de chefes de cozinha internacionais. Foi nesse período que Nena representou parte do impulsionamento do turismo realizado na Ilha do Combu. Diante da crescente procura por seus produtos em sua casa, Nena decidiu começar a investir mais em seu empreendimento. Buscou trabalhar mais na estética de seus produtos, adquirindo embalagens mais modernas que representassem aspectos da cultura local, e modificou a sala de sua residência para expor e vender seus produtos para os visitantes (figura 63).

Figura 63 - Sala da Nena transformada em loja para seus produtos



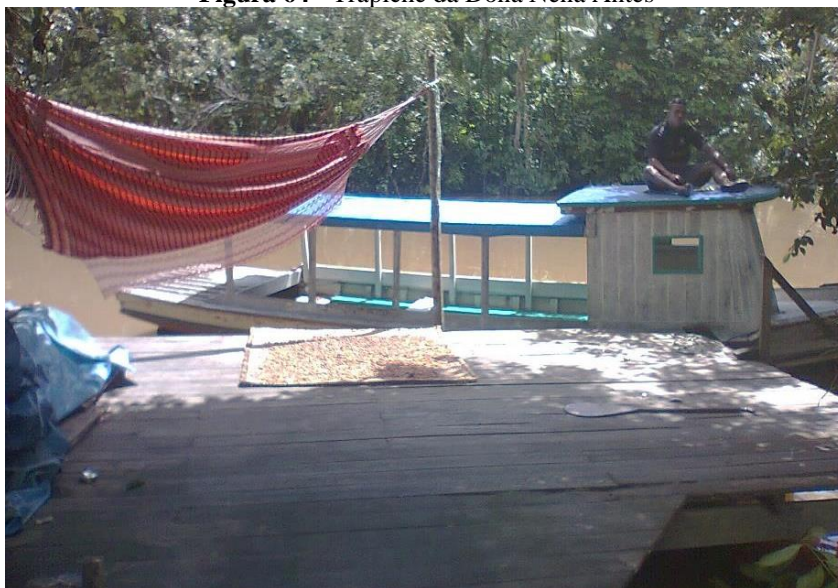
Fonte: pesquisa de campo, 2017.

O fluxo de visitantes seguia crescendo, ao ponto de ter dificuldades para atender a grande demanda. Nena afirmou que, juntamente com sua família, *“percebeu que tinha que se organizar pra receber esse povo que tava vindo né porque a gente chegou no limite de não saber se produzia ou atendia”*. De maneira espontânea, Nena estava construindo um dos grandes atrativos turísticos da Ilha do Combu, e contribuindo para que esta se tornasse tão conhecida.

Sem se acomodar, Nena almejou que seu empreendimento crescesse ainda mais, buscando auxílio da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER) na confecção de um plano de manejo para sua produção. A partir disso, conseguiu financiamento com o Banco da Amazônia (BASA) e a licença da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) para executar seu planejamento.

O resultado, com evolução bastante impactante, é melhor compreendido visualmente. Antes, como observado na figura 64, o trapiche de Nena era simples, também utilizado para parte do processo de produção. Em contraste, tem-se as figuras 65 e 66 que mostram a transformação daquele trapiche em um espaço com dois ambientes para otimizar a recepção de visitantes e as atividades ali realizadas. E, por fim, a exposição dos produtos de maneira improvisada na sua sala, Nena agora expõe e vende seus produtos na agora famosa Casa do Chocolate (figura 67).

Figura 64 - Trapiche da Dona Nena Antes



Fonte: pesquisa de campo, 2013.

Figura 65 - Trapiche da Dona Nena depois, com sua casa ao fundo – ambiente I

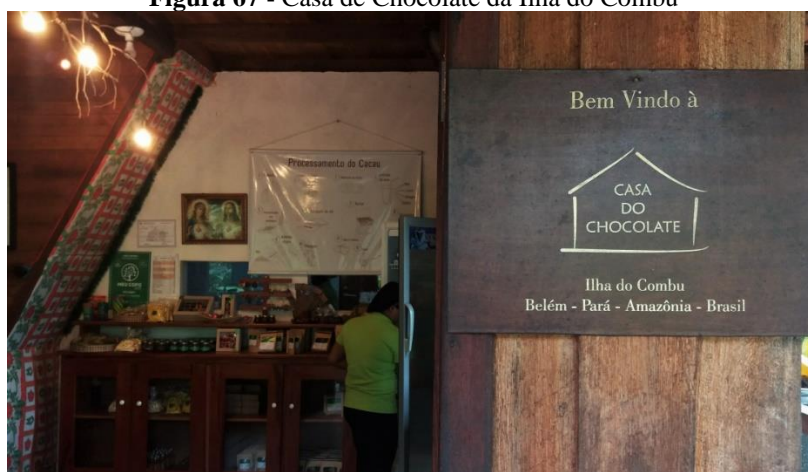


Fonte: pesquisa de campo, 2019.

Figura 66 - Trapiche da Dona Nena depois – ambiente II



Fonte: pesquisa de campo, 2019.

Figura 67 - Casa de Chocolate da Ilha do Combu

Fonte: pesquisa de campo, 2019.

Em Nunes e Furtado (2023) encontram-se maiores detalhes da trajetória empreendedora de sucesso de Nena e a Casa do Chocolate. O que gostaria aqui de destacar é o protagonismo dessa ribeirinha, que, mesmo precisando lidar com um contexto que apresentava diversas adversidades, segue prosperando. A maneira como batalhou para desenvolver seu negócio e alcançar o patamar atual, reflete o que Brenner (2007) aponta sobre a importância de um planejamento, principalmente a partir do que a localidade tem a oferecer para os visitantes, tornando a experiência diferenciada com o local.

Diante do exposto até aqui, percebe-se de maneira evidente a variabilidade de atores sociais interagindo constantemente com relação ao turismo, a qual Leite e Graburn (2009) apontam. Esses agentes, Poder Público, Setor Privado e população receptora, devem compor, de maneira horizontal, a base do turismo, tendo o último como ponto central. A atuação em conjunto, com o devido incentivo ao protagonismo da população local, proporciona maior estabilidade e sustentabilidade para a atividade turística. Além do mais, representa real possibilidade de um bom desenvolvimento local e mais oportunidades para mais pessoas da comunidade em trabalhar entre os seus e mais próximo do seu modo de vida. Como Nena orgulhosamente comenta:

Hoje somos responsáveis por 11 famílias diretamente (...) e pelo aumento da demanda tivemos que nos tornar uma pequena empresa, com 8 pessoas com CNT, inclusive a família toda é registrada, ninguém pode nos processar [risos] e temos mais as pessoas que colaboram com a gente (pesquisa de campo, 2019).

Alguns outros exemplos merecem ser mencionados, ainda que brevemente. Como já citado anteriormente, o restaurante Saldosa Maloca foi o pioneiro no laser, e posteriormente no

turismo, na ilha. Quem o inaugurou foi o pai de Prazeres, com a frequência de reuniões em seu trapiche para confraternizar com amigos e familiares. A ribeirinha, que nasceu na ilha, o ajudava, mas tinha como atividade principal o extrativismo. Ao assumir o comando do restaurante, após o falecimento de seu pai, este se tornou sua ocupação principal.

Prazeres passou então a se dedicar ao crescimento do restaurante, buscando melhorar seu manejo para o extrativismo, que utiliza em sua cozinha, e elevar a qualidade gastronômica de seu cardápio. Profissional qualificada, formada em Turismo pela UFPA, conseguiu se consolidar como o restaurante mais conhecido da ilha, proporcionando diversas experiências turísticas aprofundadas ligadas ao modo de vida local. Seu estabelecimento conta com uma loja de produtos regionais, uma grande horta suspensa e, como resultado de interação com agentes externos, um sistema de biogás que transforma restos de alimentos do restaurante em gás de cozinha (figura 68).

Figura 68 - Sistema de biogás no restaurante Saldosa maloca



Fonte: pesquisa de campo, 2020.

Outro *combuense* que se destaca é Rosivaldo, dono do restaurante Ribeirinho e filho de Sebastião Quaresma supracitado. Como já mencionado, este *combuense* além do extrativismo trabalhava com o transporte de visitantes para o Chalé da Ilha. Com o aumento da demanda de visitantes, este decidiu abrir seu próprio estabelecimento, o que levou a outros nativos fazerem o mesmo. Seu espaço é grande, possui duas piscinas artificiais, uma estrutura construída na beira do igarapé para banho de rio e loja de artesanato.

Assim, além de seguir os passos do pai, atuando cada vez mais em prol da comunidade, é presidente da AEIC, vice-presidente da AMEPI, gerencia um restaurante bastante frequentado, continua seu trabalho como extrativista e possui uma pequena empresa de transporte fluvial. Vale destacar que, devido sua já consolidada fama, seus serviços de transporte foram contratados para as gravações da segunda temporada da série nacional “Cidade Invisível”, produzida pela Netflix que teve gravações realizadas em Belém e na ilha.

A série também pôs em destaque outro ribeirinho, Boaventura (Boá) Junior, que atuou na produção, contracenando com o elenco principal. Além da série, participou também do reality show “A Ponte” da HBO, que foi indicado para concorrer no Emmy Internacional na categoria de melhor reality. Seu pai também é um empreendedor de sucesso, sendo dono do Bar do Boá que é bastante conhecido, e, pelo que venho observando, possui vários visitantes fiéis, mesmo estando localizado distante do eixo de maior movimentação da ilha.

Esses exemplos representam as várias iniciativas de sucesso presentes na ilha, demonstrando a grande capacidade de agência de moradores da ilha. Ter a contribuição de agentes externos não diminui o poder de ação desses sujeitos. Na realidade, toda ação externa deveria em prol da Ilha do Combu, da localidade receptora, e no sentido de contribuir para o empoderamento da população local. Se com o turismo presente na ilha favorece e é usufruído por tantas pessoas, seria mais coerente que os sujeitos envolvidos empregassem esforço na continuidade daquilo que originou o desenvolvimento, e crescimento, da atividade.

3.3 – O *Bien Vivir* como componente fundamental para um novo turismo

Vários autores (QUIJANO, 2014; ESCOBAR, 2014; HURREL *et al*, 2019; DUSSEL, 2004) trazem outro aspecto da colonialidade, e modernidade, que prejudica o desenvolvimento saudável do turismo, sobretudo em localidades rurais e/ou tradicionais, é a visão dualista entre ser humano/sociedade e a “natureza”. Por mais que a ciência moderna tenha comprovado nossa evolução, biológica, de primatas de um passado longínquo, assimilado por tantas pessoas e ensinado para as futuras gerações, muitas sociedades insistem em nos desvincular do ambiente físico em que vivemos.

Nossa evolução enquanto sociedade nos afastou, em geral, desta realidade, pois construímos um novo domínio independente que é o reino cultural. Como afirma Kroeber (1993), o caráter social do ser humano superou orgânico a partir do surgimento da civilização,

é independente da “natureza”. O estabelecimento da distinção destes dois elementos foi fundamental para a compreensão da sociedade, e apenas nesse âmbito deveria permanecer tal separação.

A questão não se pautava em dispor o ser humano fora da “natureza”, e sim estabelecer que o caráter orgânico e o social são de planos diferentes, porém coexistem simultaneamente na vida humana. A definição dos indivíduos enquanto um animal social resulta justamente de que somos um animal, como os demais, então seguimos fazendo parte do orgânico. O que nos diferencia dos demais seres vivos é nossa capacidade cognitiva, a linguagem, nossas relações sociais, a cultura e organização social complexa.

Diferentemente do aspecto orgânico, o social se aprende, é transmitido através das gerações de acordo com o contexto histórico e sociocultural. É nesse ponto que se encontra o problema da crise gerada pela própria lógica de como o desenvolvimentismo enxerga o meio ambiente. Nos adaptamos às condições naturais e começamos a explorar os recursos naturais para atender nossas necessidades, começando a inverter tal relação, fazendo com que a “natureza” deva se adaptar aos nossos desejos.

Sendo assim, atribuímos ao meio ambiente o caráter mercadológico, buscando dominá-lo em favor de um desenvolvimento tecnológico e, claro, econômico, visando a acumulação de capital o máximo possível. Essa concepção de mundo vem sendo transmitida pela modernidade, se inserindo em todos os âmbitos da nossa vida, incluindo o turismo. Essa lógica corrompeu segmentos turísticos importantes quando se trata de buscar um turismo harmonioso.

O turismo de experiência, alternativo e o ecoturismo, assim como a noção de sustentabilidade em geral, passaram a ser vistos com suspeita, pois houve a cooptação desse discurso pelo mercado. O meio ambiente, o lazer e boa parte de nossas vidas se tornam apenas uma mercadoria, um negócio lucrativo que todos devem concordar, se se consideram modernos (PAIVA, 1995; KRIPPENDORF, 2000; GRABURN, 2009).

Pereiro e Fernandes (2018) destaca a existência de um pós-turista, aquele visitante que sabe da existência de uma superficialidade da prática turística, que busca ir mais a fundo no que a localidade tem a oferecer, buscando novas experiências turísticas se despreendendo de preconceitos. Já Ignarra (1999) afirma que o turista moderno adquiriu maior conscientização

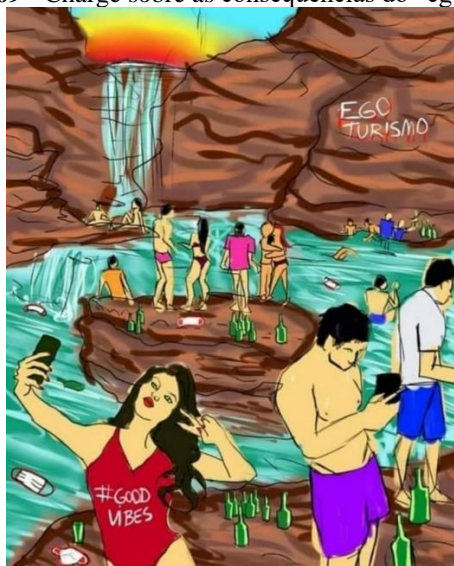
sobre as questões ambientais e sociais. De fato, pudemos observar que há realmente visitantes assim. Entretanto, também se observa que ainda é grande a quantidade de visitantes alienados pela modernidade, cujas ações contribuem para um turismo predatório. Nesse sentido,

a motivação egocêntrica do turista determina um outro aspecto característico do seu comportamento através do qual a viagem tende a se tornar um fenômeno agressivo, abusivo e colonialista: “atenção, chegamos!”. Longe de casa, o turista se sente enfim livre. Não precisa atentar para certas normas (KRIPPENDORF, 2000, p. 55).

Muitos são os que, diante do caráter passageiro de sua estadia na localidade receptora, não se sentem nada compromissados com o local e/ou os indivíduos que ali residem/trabalham. As empresas que trabalham no setor vendem o falso discurso sustentável para atrair visitantes e, com isso, lucrar. Há moradores que acabam assimilando o discurso moderno e capitalista de que o mais importante é o retorno financeiro da atividade, mesmo que signifique prejudicar seu território afetando também a vida de seus comunitários.

E há os visitantes que ingenuamente compram a falsa propaganda de estar realizando um turismo sustentável e os que realmente não se importam se estão degradando o meio ambiente natural. O ecoturismo não é o simples ato de buscar lazer em meio aos atrativos naturais de um destino. Visitar a Ilha do Combu por seus atributos naturais não é por si só praticar o ecoturismo, principalmente se alguém deliberadamente polui aquilo que julgou ser atrativo para seu lazer. Diante disso, considero interessante a crítica feita pela charge abaixo (figura 69), ao representar tal reflexão ilustrando o comportamento reprovável de visitantes em uma cachoeira, substituindo a palavra ecoturismo por egoturismo.

Figura 69 - Charge sobre as consequências do “egoturismo”



Fonte: reprodução redes sociais, 2021.

Não é novidade, e já está mais do que comprovado, que o “desenvolvimento” não deu certo. Que os benefícios prometidos não corresponderam à expectativa, trazendo uma suposta qualidade de vida apenas para pouquíssimas pessoas. E, mesmo assim, todo avanço proporcionado nos âmbitos objetivos da vida não compensam o alto custo que já estamos arcando e que, se assim continuar, afetará as gerações futuras, talvez tendo que lidar com um cenário ainda pior (GARDNER; LEWIS, 1996; KRIPPENDORF, 2000; GUDYNAS; ACOSTA, 2011; ALCÂNTARA; SAMPAIO, 2017).

O turismo da maneira como acontece em tantos lugares, sob a mesma lógica desenvolvimentista da modernidade, também não está dando certo. Não foi aleatório o foco dado pelos estudos sociológicos e antropológicos sobre o turismo terem inicialmente focado tanto nos impactos desta atividade. De certa forma, as crescentes consequências negativas provenientes do turismo, e principalmente da massificação deste, foi o que chamou a atenção das Ciências Sociais e motivou as investigações sobre o tema. O turismo, assim como vários outros âmbitos da vida em sociedade, se transformou numa indústria, em que tantos indivíduos:

visam, antes de mais nada, o crescimento a curto prazo, do volume das vendas e não ao desenvolvimento a longo prazo de um turismo harmonioso. Seria ingenuidade censurá-las, pois agem de acordo com os princípios reconhecidos do livre comércio. Mas chegou o momento de determinar os limites dessa liberdade (KRIPPENDORF, 2000, p. 41).

O debate gerado pela decolonialidade nos proporciona fazer profundas reflexões sobre a lógica e o discurso hegemônico, visando uma ruptura do paradigma perpetuado por esse contexto. O turismo precisa urgentemente alterar seus parâmetros, o que irá refletir na prática dos agentes envolvidos. Assim, é crucial trazer para a concretude as possibilidades de alternativas ao desenvolvimento para o turismo.

Em um contexto de Unidade de Conservação, como o da Ilha do Combu, o ecoturismo e o turismo de base comunitária se caracterizam como importantes opções. Na ilha não há este último, ocorrendo apenas cooperações em vários momentos entre os comunitários. A atividade não é totalmente controlada coletivamente pela população local, nem são apenas estes que possuem estabelecimentos voltados para o lazer. Consequentemente, boa parte dos lucros da atividade não fica para as comunidades e nem há uma contrapartida de muitos empresários externos que usufruem do turismo no local para contribuir com o desenvolvimento local.

Há constante preocupação com a possibilidade da população receptora, nativa, perder totalmente o poder de decidir sobre seu próprio território, como aconteceu, por exemplo, na Vila do Abraão, Ilha Grande/RJ. Segundo Prado (2003), devido à turistificação do local, várias famílias foram expulsas pelo setor privado que ali se estabeleceu. Outros nativos decidiram se adaptar e se inserir na lógica que estava sendo imposta e usufruir de seus benefícios. Os forasteiros que se tornaram moradores e empresários do local tomaram posse e eram os que exerciam poder sobre as decisões, cabendo aos moradores originais que permaneceram apenas a condição de funcionários.

Dois interlocutores da Ilha do Combu demonstraram ter começado a ter receio semelhante. De acordo com os relatos, percebe-se que há a sensação de que tantas demandas indicadas pelas comunidades ao longo de anos, quando atendidas, representavam um processo lento. Quando a demanda parte dos recentes agentes externos, que têm atuado na ilha devido ao turismo, a solicitação é mais rapidamente atendida e com menos empecilhos. Como pode-se observar no seguinte relato.

Nós temos um problema aqui. A energia nossa é 220v monofase e 110v. A comunidade lutou muitos anos para conseguir energia, porque batia na marinha, no Ibama, porque ia desmatar muito. Então acho que foi uns 20 anos lutando pra ter essa energia. Chegou a energia pra nós em 2011. Então conseguimos abrir 8m de ramal para passar o linhão, 4 para cada lado do poste. E agora com os olhos dos povos [a ilha se tornando conhecida], dos empresários grandes que querem meter alguma coisa grande aqui precisa de trifase. E já foi liberado por esses órgão que representam a ilha. Vão abrir 30m de ramal, aí cara, quem tem uma produção de açai, que vive disso, aí vai abrir um ramal de 30m no terreno dele.... Aí é que a gente está querendo ter uma conversa com o governo pra que indenize pelo menos (Interlocutor P, pesquisa de campo, 2022).

Para além disso, há os receios em relação às possíveis consequências negativas do atendimento dessas demandas que não partem da comunidade, pois compreendem que há grandes chances de não levarem em consideração em como podem ser afetados. O outro interlocutor expôs que um dos seus maiores medos é a possibilidade de abrirem ruas para permitir a passagem de carros, assim como ocorreu na ilha de Cotijuba. Para ele, essa possibilidade, além de real, está muito próxima de acontecer, e revelou que não é o único morador que pensar o mesmo.

Ainda segundo esse morador, há quem acredite que já exista projeto sendo elaborado nesse sentido, e mesmo eu questionando o fato de a ilha ser uma APA impossibilitar tal empreitada, ele não me pareceu confiante que isso seria um real impeditivo. Com efeito, já

houve planos para passar uma estrada pela ilha para ligar o continente à Acará antes da constituição da APA, o que motivou a indicação oficial da necessidade de criação da mesma (NUNES, 2017). Ao que tudo indica, essa ponte que estava sendo planejada tratava-se da Alça Viária, inaugurada cinco anos após a oficialização da APA Ilha do Combu.

As transformações consideradas negativas continuarão a acontecer, ou mesmo irão piorar, caso não haja avanço de uma mudança real no turismo. É preciso que esse fenômeno não continue se sustentando na tendência moderna do “ter” prevalecer o “ser” (KRIPPENDORF, 2000). Dinheiro, poder, privilégios e desejos egoístas não podem mais serem considerados mais importantes do que o respeito, coletividade, boa convivência e felicidade verdadeira.

Nesse sentido, é interessante considerar substituição da expressão visão de mundo por “sensibilidade de mundo” feita por Mignolo (2017), pois, de acordo com o autor, a primeira reflete a epistemologia ocidental que limitou nossa percepção, orientando negativamente nossas ações. Diante disso, uma cosmovisão antes invisibilizada vem ganhando cada vez mais destaque, devendo ser, ao meu ver, incorporada pelo turismo. trata-se do *Bien Vivir*, e suas vertentes, originária dos povos andinos.

Essa cosmovisão, também identificada como filosofia de vida, cosmologia, atitude de vida, ontologia, modelo de desenvolvimento ou alternativa ao desenvolvimento (ALCÂNTARA; SAMPAIO, 2017), traz respostas que contribuem para a necessária substituição do desenvolvimento como um definidor das sociedades modernas. O *Bien Vivir*, ou Bem Viver, demonstra que a visão colonialista e capitalista imposta não é a única alternativa existente.

Como é demonstrado em Nunes e Furtado (2022), o modo de vida construído na Ilha do Combu, assim como em tantos outros povos e populações tradicionais, tem muito a nos ensinar. No meu entendimento, na verdade, esses contextos completam a chave para a mudança de paradigma e construção de um novo turismo, e, porque não, de uma nova forma de viver em sociedade, comprometido com o futuro das próximas gerações. Nessa perspectiva,

así como las selvas tropicales guardan inmensa cantidad de especies de vegetales y animales, que genéticamente son esenciales para el futuro de la humanidad, las culturas de la mayoría de la humanidad excluidas por la modernidad (que no son y ni serán pos-modernas) y por la globalización [...] guardan una inmensa capacidad y cantidad de invenciones culturales necesarias para la sobrevivencia futura de la humanidad, para una nueva definición de la relación humanidad-naturaleza desde el

punto de vista ecológico, desde el punto de vista de relaciones inter-humanas de solidaridad (...) (DUSSEL, 2004, p. 222).

Nessa concepção de vida, inverte-se a ordem, o ser se sobrepondo ao ter, possibilitando uma convivência harmônica e sustentável entre os humanos e destes com seu ambiente físico. As relações sociais são pautadas pela equidade, reciprocidade, solidariedade, interculturalidade, garantindo a coexistência de ontologias diferentes que se enriquecem com as trocas estabelecidas. O meio ambiente natural é concebido como parte integrante da vida humana, não sendo reduzida à uma condição utilitarista e mercadológica. Assim, é tida como parte fundamental da vida, carregada de significados, estando positivamente em simbiose com os seres humanos.

Essa proposta deve substituir a noção que conhecemos como bem-estar ou qualidade de vida forjada na modernidade, logo, na colonialidade. Tais conceitos tem como base a individualidade e as condições materiais da vida. Pode até considerar o conforto, mas é o material, leva em conta questões objetivas importantes como saúde e educação – ou no caso, escolaridade-, mas o foco central é a capacidade e efetividade de consumo. Os indicadores de bem-estar levam em conta um pouco da subjetividade, porém, ainda é superficial, tendo como categoria de análise o indivíduo, não dando conta das mudanças necessárias para um novo paradigma.

O Bem Viver se pauta mais na subjetividade e coletividade do que na objetividade da vida, estando esses aspectos interligados. A promessa de uma “vida melhor” do discurso desenvolvimentista, colonialista, imperialista e capitalista é uma ilusão reducionista à busca de maior poder aquisitivo para mais consumir. E muitos “compram” a ideia de que quanto mais se consome mais será feliz, mesmo que para isso o ambiente, natural e social, pereça. Tal premissa deve dar lugar a outros valores que verdadeiramente proporcionarão realização pessoal ampla e profunda, considerando o ambiente integralmente.

Como indica Mignolo (2017, p. 26), “hoje diríamos que mais que ‘nos modernizar’ a orientação é para ‘nos naturalizar’”, aprender com os modos de vida de povos que foram desvalorizados e renegados. Assim, essa opção decolonial, ou inflexão decolonial (RESTREPO; MARTINEZ, 2010) tem por objetivo consolidar um projeto decolonial como paradigma outro, superando todos esses desdobramentos do projeto civilizatório colonial. Defendo que esse projeto deva ser incorporado pelo turismo, podendo este contribuir para tal

consolidação. Obviamente não é uma tarefa simples e fácil, nem será um processo rápido, e justamente por isso não se pode ficar postergando. Portanto,

O Bem Viver deve ser assumido como uma categoria em permanente construção e reprodução. Enquanto proposta holística, é preciso compreender a diversidade de elementos a que estão condicionadas as ações humanas que propiciam o Bem Viver: o conhecimento, os códigos de conduta ética e espiritual em relação ao entorno, os valores humanos, a visão de futuro, entre outros (ACOSTA, 2016, p. 79).

Como parte fundamental de turismo decolonial, proponho que todo planejamento e/ou avaliação da atividade em uma localidade receptora tenha como ponto de partida a investigação do Bem Viver particular desta. Não há modelos exatos a serem aplicados, devendo sempre recordar que cada contexto apresenta suas especificidades e muitos não apresentam uma concepção objetiva e clara sobre o conceito de Bem Viver, mesmo que o vivenciem. Diante disso, há uma proposta interessante, sistematizada e elaborada por Alcântara e Sampaio (2020), de indicadores de Bem Viver que podem auxiliar nessa empreitada, apresentada resumidamente no quadro 9 abaixo.

Quadro 9 - Matriz de indicadores de Bem Viver

Supra Dimensões	Dimensões Específicas
Pessoal (harmonia consigo mesmo)	Habitação Trabalho Tomada de Decisão Religião e Crenças Tempo Livre e Cultura Recursos Materiais Emoções
Social (harmonia com a comunidade integral)	Educação Tecnologias de Informação e Comunicação Fatores Produtivos Participação Família Segurança Relações de Gênero e Jovens Saúde

Integral (harmonia com a natureza)	Meio Ambiente Pertencimento
------------------------------------	--------------------------------

Fonte: Alcântara e Sampaio (2020)

O que consta em Nunes (2017) e nessa tese fornece muitos elementos para a identificação do Bem Viver da Ilha do Combu, estando em parte sintetizada em Nunes e Furtado (2022). No local o contexto integral, o território e o aspecto sociocultural, moldando sua identidade, pertencimento, atividades econômicas, cultura, ou seja, seu modo de vida ribeirinho, são valorizados e reivindicados coletivamente.

Não é simplesmente somar o que os indivíduos de um mesmo local demarcado geograficamente pensam ou querem, é compreender como estes vivenciam e compartilham um modo de ser em um determinado lugar construído coletivamente ao longo do tempo. Vários componentes dos indicadores, apontados mais acima, se encontram distribuídos em minhas produções acadêmicas. Porém, o esquema ilustrado na figura 70 apresenta um esboço geral dos componentes do Bem Viver ribeirinho da Ilha do Combu.

Figura 70 - Elementos do Bem Viver ribeirinho na Ilha do Combu



Fonte: pesquisa de campo (2015-2023).

Com o Bem Viver do local delineado é possível também avaliar de maneira mais qualitativa como o turismo aí estabelecido está afetando aquela localidade, positiva ou negativamente. A partir desses elementos destacados acima, na Ilha do Combu se percebe que

a turistificação, por um lado, fortaleceu e/ou valorizou: o pertencimento, no que tange o orgulho diante do reconhecimento e fama que a ilha alcançou; o trapiche, sendo este o espaço em que funciona o restaurante/bar como um grande atrativo; a mata, devido a muitos roteiros a incluírem nas experiências turísticas, ou mesmo pelo auxílio de atores externos em estratégias sustentáveis; o extrativismo, também através de roteiros turísticos e o consumo dos produtos nos restaurantes; e a família, através de mais oportunidades de trabalho e aumento de renda, e, em muitos casos, a possibilidade de trabalharem juntos.

Pode-se considerar também que, no âmbito comunitário, teve certo avanço, pois apesar da motivação ser a necessidade e a preocupação, o crescimento do turismo incentivou a resgatar a participação mais ativa de membros das comunidades em prol de uma organização coletiva. Por outro lado, percebe-se que a turistificação trouxe consequências negativas em quase todos os aspectos dos símbolos de Bem Viver da ilha. Como por exemplo: o rio e a mata são alvos de poluição, o primeiro se acrescenta o desrespeito e o perigo da velocidade de embarcações, o segundo também vem sofrendo desmatamento; a beira do rio está cedendo devido à erosão e sendo tomada por muitos estabelecimentos, em algumas comunidades; Com relação à Belém o conflito aumentou entre a população local, o Poder Público e os visitantes locais; já não é fácil pegar camarão colocando o matapi em seu trapiche devido a grande movimentação nas águas; a comunidade apresenta conflitos internos, entre nativos e entre estes e os recém chegados; o extrativismo tem diminuído enquanto atividade econômica da ilha, dando lugar ao trabalho com o lazer e turismo; e a tranquilidade, para muitos, já não existe mais.

Como lembra Gudynas e Acosta (2011, p. 80), “o Bem Viver é um conceito plural”, podendo se apresentar sob diversos nomes e definições, dependendo do contexto sociocultural analisado. Em Quéchuá o termo usado é Sumak Kawsai, em Aymara é Suma Qamaã, na Colômbia tem o *Buen Vivir* e os povos Guarani usam a palavra Teko Kavi para definir ter uma vida boa, ou viver bem respeitando a vida (ALCÂNTARA; SAMPAIO, 2017).

Na Ilha do Combu não se ouve a expressão específica de Bem Viver, nem há uma compreensão sobre o conceito ou o debate acerca deste. Entretanto, essa população tem um modo de vida condizente com a noção, considerando os aspectos que demonstram ser fundamentais para a vida ribeirinha que estabeleceram para si. Coincidentemente, ou não, o

termo que mais apareceu durante trabalho de campo foi o de “vida boa”, ou variações muito semelhantes, o mesmo que dos povos Guarani.

Para muitos pode parecer um tanto quanto utópico que as sociedades consigam, ou mesmo queiram, mudar e se desvincular das amarras da modernidade e da colonialidade. Às vezes a realidade em que nos encontramos parece não nos fornecer tantos motivos para alimentar a esperança. Mas, como aponta Krippendorf (2000, p. 21), devemos invocar “especialmente a intuição e a fantasia social, definida como aptidão de não crer no caráter definitivo da ordem estabelecida, de propor novos conceitos, de formular soluções substitutivas”.

Talvez seja preciso que prestemos mais atenção apenas, pois, ao contrário de utopia, na verdade a lógica do Bem Viver, da decolonialidade, acontece de fato. Não deixou de existir com o advento da modernidade e seu discurso desenvolvimentista. Ela persiste e resiste até hoje, mesmo com toda força contrária que enfrentam há tanto tempo. Nem é apenas algo encontrado em povos originários isolados em meio a florestas. É realidade em muito mais lugares do que talvez consigamos enxergar, apenas estavam invisibilizados todo esse tempo, como, por exemplo, a Ilha do Combu.

O Bem Viver proporciona repensar o antropocentrismo, devendo este ser substituído pelo biopluralismo (ALCÂNTARA; SAMPAIO, 2017), em que prevaleça a real valorização do ambiente e toda sua diversidade, ecológica e cultural. Nesse sentido, a ecologia humana, ou biocultural, oferece grandes contribuições para um novo turismo, encarando-o como um sistema complexo de relações entre organismos e seus ambientes físicos, não havendo separação entre estes (HURREL, 2019).

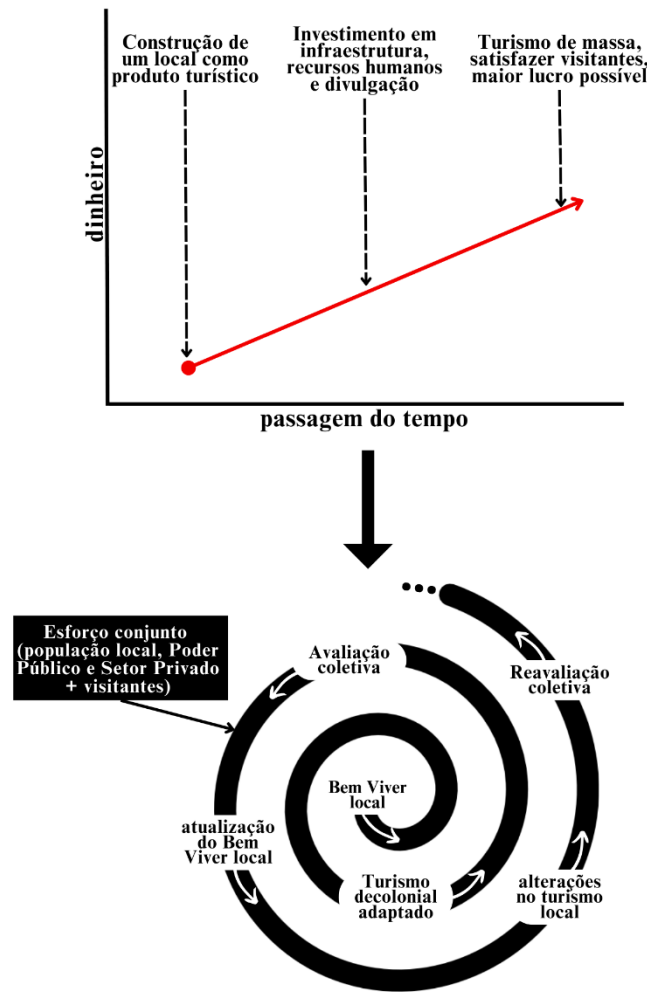
Apesar de Acosta (2016) indicar a necessidade da adoção de posturas sociobiocêntricas, é interessante considerar o turismo a partir da noção de ecossocioeconomia. Para Alcântara e Sampaio (2017, p. 240), esta “é uma forma possível de descortinar espaços alternativos de regeneração cultural, em sintonia com os princípios (interdependentes) de endogeneidade, equidade social e prudência ecológica”.

Destarte, o turismo deve incorporar tais questões para que seja possível a construção do novo paradigma necessário, envolvendo todos os sujeitos nele envolvido. Não se pode mais pensar na atividade econômica tendo como processo básico, e simplista, de avaliar os elementos

básicos para a construção de uma localidade enquanto um produto turístico, debater e planejar investimento em infraestrutura, em qualificar a população local para oferecer melhores serviços e produtos. Por fim, não basta focar sempre em satisfazer os desejos dos visitantes e buscar atrair mais visitantes indiscriminadamente pensando somente no elevado retorno financeiro, quanto maior que for possível.

Buscar um turismo harmonioso e realmente sustentável deve ser prioridade número um de qualquer agente ligado ao fenômeno em todas as suas dimensões. Como já exposto, o Bem Viver como ponto de partida é uma alternativa bastante promissora para esse objetivo. Assim sendo, considerando um desenvolvimento do turismo em uma localidade de maneira não-linear, tem-se o esquema apresentado na figura 71.

Figura 71 - Transformação do processo de desenvolvimento do turismo na localidade receptora



Fonte: Thainá Nunes, 2023.

Nesse novo modelo de desenvolvimento turístico, é primeiramente investigado e definido o Bem Viver específico da localidade em questão. Somente após essa etapa é que se deve pensar na implementação de um turismo coerente com esse contexto particular, mantendo uma base decolonial. Considerando que qualquer realidade não é estática, se tem como outra etapa fundamental a avaliação do andamento da atividade, identificando o que está ou não dando certo, quais consequências têm surgido.

Para ter o sucesso esperado, todas as etapas devem se pautar na coletividade, de preferência com o estabelecimento de metodologias participativas com as comunidades. Estas não devem apenas serem incluídas no processo, mas estarem na linha de frente, estabelecendo sua governança sobre seu território e suas vidas, juntamente com as instituições públicas competentes. Nesse novo cenário, os agentes do Setor Privado devem perder seu lugar de privilégio, mas sendo inseridos, nas duas últimas etapas mencionadas, para contribuir e expor suas demandas para o debate e construção coletiva que favoreça o todo.

Também nessas etapas podem ser considerados os anseios dos visitantes, desde que seja conciliado com os anseios da população local, dentro das possibilidades estabelecidas pelo Bem Viver. A coletividade e o elemento ecológico devem ser priorizados justamente para evitar possíveis desejos e atitudes egoístas de indivíduos da população receptora, que persistam na ou acabem sendo cooptados pela modernidade.

Outra possibilidade que pode comprometer esse processo decolonial do turismo é a avaliação e decisões equivocadas por parte dos nativos em momentos em que não consigam vislumbrar possíveis desdobramentos negativos. Para isso, é importante o apoio e acompanhamento do Poder Público e especialistas, decolonialmente capacitados, abrangendo as mais diversas áreas de atuação, promovendo um cenário de transculturalidade.

Deve-se, também, compreender que as populações locais, independentemente de quais sejam, seguem sempre em constante transformação e ressignificação de seus modos de vida. Não se pode ter a visão de que as populações tradicionais, por exemplo, devem permanecer congeladas no tempo e sem o direito de desejar confortos proporcionados pelos avanços modernos. O turismo, pautado no Bem Viver, deve ser compreendido a partir da sua capacidade de interculturalidade (ALCÂNTARA; SAMPAIO, 2017), e que, diante de um contexto de

globalização, tais populações apresentam, em geral, processos de hibridismo cultural (MAIO, 2006).

Diante disso, no processo decolonial proposto para o turismo, se estabelece seu prosseguimento com a etapa de atualização do Bem Viver local. Nesse momento são oficializadas as mudanças atreladas ao modo de vida local, que sejam de interesse dessa população e que não prejudique seu meio ambiente natural. A partir disto, se repensa a atividade turística ali desenvolvida e, caso necessário, realiza-se as devidas alterações. Após certo tempo, deve acontecer nova avaliação coletiva, em seguida nova atualização do Bem Viver local, e assim por diante.

Tal proposta, assim como tudo que vem sendo exposto e debatido, se enquadra no que alguns denominam de pós-desenvolvimento (GUDYNAS; ACOSTA, 2011; ESCOBAR, 2014), no intuito de reconstrução, crítica e alternativa ao desenvolvimento. Está ligado também à noção de trans-modernidade (DUSSEL, 2005), onde a alteridade é incorporada pela modernidade, superando o paradigma eurocêntrico desta. Seguindo a mesma lógica, é necessário que se avance em concretizar a construção de um turismo outro, ou alternativas ao turismo colonial, para que se expanda cada vez mais os exemplos de turismo harmônico e responsável. No novo sistema do turismo, para que dê certo, é preciso garantir que este tenha a importante capacidade de continuamente buscar manter o equilíbrio entre seus vários elementos e sujeitos, mesmo passando por situações desafiadoras.

Considerações finais para um novo turismo

A Ilha do Combu se tornou uma APA, atraiu minha atenção enquanto pesquisadora e visitante, assim como tantos outros visitantes ao longo dos anos, devido ao seu contexto ribeirinho. Uma população que constituiu seu modo de vida na beira, em profunda sintonia com os elementos ambiente aquático, trapiche e mata, tão próximo e bastante diferente da Belém continental. As relações comunitárias apresentavam harmonia e cooperação, entrelaçando as famílias através de casamentos e amizade.

Essa realidade compôs a atratividade turística do local que, inicialmente, até 2005, continha apenas três bares e restaurantes, de estilo simples e rústico, representando o estilo tradicional local. Com o tempo, outros ribeirinhos também começaram a inaugurar mais estabelecimentos voltados para a demanda de visitantes que gradualmente aumentava. Mas foi com a chegada da energia elétrica, a crescente fama de Nena e seus produtos artesanais e a chegada de um novo morador cuja postura bastante empreendedora trouxe uma nova perspectiva para o lazer na ilha, que, de fato, o turismo começou a se intensificar.

A partir de então, cada vez mais estabelecimentos surgiam e mais visitantes apareciam. Mesmo a ilha apresentando diversas dificuldades, tanto de infraestrutura básica da vida cotidiana quanto de preparação para a atividade, seu potencial forneceu as bases necessárias para que o turismo se desenvolvesse. A turistificação em si teve início com a chegada de agentes externos à ilha que resolveram investir em empreendimentos locais para usufruir desse cenário promissor em que a ilha se encontrava.

A questão problemática é que muitos desses novos empreendedores do turismo local não tinham interesse pelo contexto ribeirinho, alguns nem sequer moram na ilha, mas sim apenas na possível alta rentabilidade de um negócio no local. Ou seja, a visão destes era simplesmente utilitária e mercadológica. Esta foi a mesma percepção de várias empresas do continente que também começaram a comercializar roteiros turísticos incluindo o Combu.

A fama da Ilha do Combu aumentou, e mais visitantes passaram a procurar a ilha e seus atrativos, resultando em um crescimento rápido e desorganizado da atividade. Esse processo deu início a diversas transformações em vários aspectos da vida cotidiana local, tanto positivas quanto negativas. Para os habitantes da ilha, as principais melhorias foram o aumento na renda

familiar, mais oportunidades de emprego na própria ilha, e a valorização e reconhecimento de seu território e modo de vida

Entretanto, as mudanças negativas vêm superando os aspectos positivos. Para os moradores os principais problemas advindos da intensificação do turismo tratam-se da substituição de uma tranquilidade cotidiana para agitação e barulho constante, alta velocidade de embarcações, erosão, insegurança e a tensão e conflitos com novos moradores e os visitantes belenenses. De maneira geral, os moradores têm se incomodado com a invasão de um turismo de massa e desorganizado

Várias outras transformações, não indicadas diretamente nas entrevistas, foram aqui apresentadas, tendo em comum como motivação a pressão dessa atividade. Até as que são consideradas importantes, e/ou úteis, para os moradores, aconteceram somente devido a demandas externas, como a construção do terminal hidroviário em Belém e a mudança das embarcações locais. Destaca-se que tais questões se dão de maneira desigual entre as comunidades, tanto as benéficas quanto as prejudiciais. Assim, as comunidades que mais usufruem das benesses do turismo, mas também enfrentam os maiores problemas, são a Beira do Rio Guamá e a Igarapé do Combu.

Como foi aqui apontado, os estudos antropológicos sobre o turismo mudaram a perspectiva de ter como foco o que antes se denominava de impactos da atividade na localidade receptora. Com efeito, o fenômeno é bastante complexo e a relação entre turismo, lazer e cultura pode ser um fator importante para integração social. Porém, alguns questionamentos persistiam durante o início da pesquisa, como: por que essa atividade, que é tão exaltada pela sua importância econômica e social, diante das necessidades de um mundo moderno estressado e cansado, segue sendo apontado como um vilão que faz de tantos lugares as suas vítimas? Seria falta de planejamento? Falta de investimento e fiscalização do Poder Público? Ausência de conhecimentos por parte das populações locais?

Muitos podem observar superficialmente realidades como a da Ilha do Combu e pensar que turismo deu certo, afinal, o local ficou famoso, recebe muitos visitantes, está proporcionando mais dinheiro, desenvolvimento e qualidade de vida. Tem muitos restaurantes, passeios, eventos, recebe visitantes famosos, e etc. Os moradores não devem ter muito o que reclamar, correto? Errado. Mas, se o turismo está sendo um “sucesso” em um local, por que

tantos problemas persistem em surgir? Se está trazendo tendo tanto retorno financeiro, por que há tantas consequências negativas?

É exatamente essa a principal questão. Argumento que, como um dos eixos centrais da tese, na Ilha do Combu, como em tantos lugares, o turismo não tem, na verdade, tido êxito devido sua base estar pautada pela colonialidade. O turismo na Ilha do Combu não foi planejado, surgiu e cresceu espontaneamente, e enquanto APA, seu propósito deixa a desejar diante da fraca atuação de seu Conselho Gestor. Isso certamente contribuiu para a concretização de um desenvolvimento turístico instável. Porém, a raiz do problema vem a ser esse padrão colonial de poder que o turismo herdou.

Como foi aqui demonstrado, o turismo moderno tem suas origens atreladas ao processo colonial e, com isso, adquire também a concepção da modernidade de progresso onde a industrialização, economia, tecnologia e urbanização são o foco do discurso desenvolvimentista. Assim, da mesma forma que o “desenvolvimento” fracassou, diante de suas tantas promessas, o turismo vem fracassando também.

Diante disso, a Ilha do Combu realmente é bastante conhecida e procurada, mas sua população segue, em geral, invisibilizada. Tudo o que muitas pessoas enxergam é a ilha e seus atrativos, como fosse inabitada, ali estando puramente para satisfazer as necessidades de agentes externos. Forasteiros “invadem” o local devido seus interesses comerciais para enriquecer mais, estabelecem uma competição desigual com nativos, implementam uma lógica não condizente com o local, inserem elementos que ali antes não existiam e tomam para si a tarefa de guiar aquele território atrasado rumo ao progresso, mesmo que seja preciso fazer sacrifícios no âmbito social, cultural e ambiental.

Muitos visitantes também se sentem conquistadores daquele espaço, desbravando e acreditando poder fazer o que quiser, pois o que importa é o seu dinheiro e seus desejos. Enxergam os que ali moram e trabalham estão ao seu dispor e devem lhe servir de bom grado pois sua presença é importante e vai trazer benefícios ao lugar. Tal comportamento gera diversos encontros turísticos negativos permeados por conflitos que não é benéfico para ninguém.

O Poder Público, que deveria estar a favor da população, acaba muitas vezes reforçando a colonialidade ao cobrar deveres sem proporcionar a garantia de muitos deveres, ao respaldar e compactuar com a atitude de forasteiros do Setor Privado. Chancela que o foco mais importante é a, suposta, prosperidade advinda do foco na economia. Juntamente com os demais agentes externos supracitados, invisibiliza e/ou subalterniza a população residente em prol de um desenvolvimento falso, se colocam como superiores e impõem suas decisões desconsiderando a opinião, conhecimento e contribuições dos moradores.

Felizmente, nem todo agente externo atua desta forma. Há muitos visitantes, indivíduos do Setor Privado externos, incluindo-se novos moradores empreendedores, e agente do Poder Público agem em favor da população e seu território. E, justamente, é necessário um esforço coletivo para que seja possível a descolonização do turismo, haja vista que essa não é uma tarefa fácil. O problema é sistêmico, está ligado a como nossa vida moderna foi moldada, porém não se pode apenas esperar que o mundo mude para que então se busque estabelecer um novo paradigma para o turismo.

Não tenho a pretensão de afirmar que aqui se encontram as soluções definitivas para os tantos problemas causados pelo turismo em tantos lugares do mundo. Ainda há muito para investigar, refletir e debater para avançar, e, por isso, defendo a importância da Antropologia do Turismo, e que muitas outras áreas enveredem em pesquisas sobre a temática, pois a transdisciplinaridade possibilita ricas contribuições. É nesse aspecto que esta tese se enquadra, buscando contribuir para transformar as bases do turismo em geral e, quem sabe, no cenário em qual se encontra a Ilha do Combu.

As proposições apresentadas não devem ser encaradas como receitas a serem seguidas rigidamente, sendo importante sempre reavaliar e adaptar de acordo com cada contexto e seus desafios particulares. A propósito, esse é um dos erros recorrentes no planejamento e execução do turismo. O padrão geral que pode ser estabelecido, é que seja harmonioso, sustentável e responsável nos níveis ambientais, socioculturais e, por último, como uma consequência boa, o econômico.

Primeiramente, as relações sociais, mesmo que passageiras, devem se pautar pelo princípio da reciprocidade e alteridade, em que os sujeitos envolvidos se coloquem em um patamar horizontal de importância. Ou seja, todos se considerando como iguais que estão

estabelecendo trocas valiosas, proporcionando encontros turísticos positivos e ótimas experiências turísticas para os visitantes.

Me parece irônico pensar que como visitantes busca-se fugir do “desenvolvimento”, da urbanização, que fomos levados a acreditar que gostamos, que é bom. E embora se busque algo diferente da vida cotidiana, muitas vezes, as expectativas e demandas influenciam na pressão para que aquele lugar se torne algo muito semelhante de onde se saiu. Além disso, uma das principais motivações é aliviar o estresse e recarregar as baterias para retornar ao cotidiano agitado e exigente, porém, as atitudes que alguns têm durante o lazer geram, para si e para os outros, mais estresse e problemas.

Um negócio pode prosperar, ou falir. Uma viagem, ou o lazer em geral, pode ser uma experiência maravilhosa ou horrível. Um encontro, entre os mais diversos sujeitos, pode ser enriquecedor e harmonioso ou conflituoso. Como uma pessoa age em uma localidade receptora, seja visitante, empresário ou agente público, vai influenciar na população local oferecer hospitalidade ou hostilidade. Mas não dá para esperar que cada pessoa tenha a intenção de mudar, então a reciprocidade pode ser formalmente obrigatória, através de regulamentação de regras da visitação, como já existem em vários lugares.

É importante também que haja um grande investimento em educação turística, e não apenas em marketing. Nesse aspecto o papel do Poder Público é fundamental, assim como mudar a postura de decisões “de cima para baixo”, buscando uma atuação em conjunto com a população. Deve também incentivar e fomentar a governança local, servindo que apoio para a autonomia da própria população receptora. É crucial também que além de capacitação dos locais, que capacite seus servidores para que deixem de atuar a partir da lógica da colonialidade. Há também que se comprometer em concretizar o que é debatido e planejado, e atuar de forma mais rígida com os agentes externos à localidade, não apenas com esta.

A população local possui grande capacidade de ação, de resiliência e de conhecimento para prosperar e devem ter o poder de decidir sobre suas vidas e seu território. Como foi visto, esses sujeitos, na realidade, são a resposta para muitos dos problemas do turismo. E é por isso que defendo que o Bem Viver local deve ser o ponto de partida para se planejar o desenvolvimento de um turismo saudável para o local. Mesmo que o turismo já tenha se estabelecido, o Bem Viver deve fundamentar as mudanças necessárias.

Com relação à Ilha do Combu, a prioridade é a produção do Plano de Manejo que preveja regras para o turismo desenvolvido no local. Seria interessante pensar na possibilidade de construir uma base administrativa na ilha, ligada ao Conselho Gestor e todas as entidades formais composta por moradores da ilha. Com isso seria possível a atuação cotidiana e próxima entre agentes externos e internos em prol do real desenvolvimento local.

Nesse sentido, é interessante pensar em estratégias que colaborem com esse objetivo, como, por exemplo, o Turismo de Base Comunitária; taxar a atuação de agentes externos, para que parte dos lucros sob o turismo possam ser direcionados a melhorias para a população como um todo; e uma taxa de turismo, ou de preservação ambiental, como existem em Jericoacoara/CE, Fernando de Noronha/PE e em ao menos mais oito destinos no Brasil, no estados da Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná.

Há quem possa pensar que isso poderia afastar visitantes, todavia, as experiências que já existem demonstram que isso não procede. Se a experiência turística for boa para o visitante, e este for incentivado a valorizar o local, muitos se demonstram estar dispostos a pagar. Os dois destinos citados anteriormente não deixam de ser bastante procurados pelos visitantes, mesmo o segundo cobrando uma taxa alta por dia de permanência. A fama que a Ilha do Combu conquistou torna essa realidade favorável. De fato, na pesquisa com os visitantes, ao serem questionados se pagariam uma taxa para um turismo sustentável, caso houvesse, 66% responderam sim, 26% informaram que talvez pagariam e apenas 8% respondeu que não pagaria.

Por fim, também é essencial que haja um esforço para a descolonização do ensino do turismo, ou seja, a lógica decolonial deve ser incorporado aos cursos voltados para o turismo, sejam superiores, técnicos e profissionalizantes. Assim, aos poucos, as novas gerações de gestores, guias de turismo, turismólogos e profissionais tenham posturas diferentes da que é comumente vista e contribuam para um turismo verdadeiramente decolonial.

A Ilha do Combu tem um grande potencial turístico e importância como uma APA, sua turistificação ainda é relativamente recente. Se não se intensificar esforços em conjunto com a mobilização local crescente, e não houver maiores intervenções dos órgãos competentes, o turismo poderá seguir crescendo de maneira desordenada e irresponsável. Assim, seguir-se-á colocando em risco, cada vez maior, a ilha, sua fauna e flora ainda bastante preservada, e sua

população, até então, majoritariamente tradicional e ribeirinha. Toda realidade é construída, então pode, e deve, ser reconstruída decolonialmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, Alberto. O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

ADRIÃO, Denize. Entre o rio e a floresta: a vida ribeirinha da Amazônia. In: Viver em ilhas. Uberlândia: Edufu, 2013.

ADRIÃO, Denize. Pescadores de Sonhos: Um olhar acerca da Mudança nas relações de Trabalho e na Organização Social entre as Famílias de Pescadores Diante do Turismo Balnear em Salinópolis – Pará. Tese de Doutorado. Departamento de Sociologia. Universidade Estadual de Campinas, 254 p., 2003.

ALCÂNTARA, Liliane; SAMPAIO, Carlos Alberto. Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível? Desenvolvimento e Meio Ambiente, 40, p. 231-251, 2017.

ALCÂNTARA, Liliane; SAMPAIO, Carlos. Indicadores de Bem Viver: pela valorização de identidades culturais. Desenvolvimento e meio ambiente, v. 53, p. 78-101, 2020.

ALFONSO, M. J. P. El patrimonio cultural como opción turística. Revista Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, ano 9, n. 20, p. 97-115, outubro de 2003.

ARAÚJO, Raniery Silva Guedes de; GODOY, Karla Estelita. O Turismo como fenômeno sociocultural: reflexões para além da atividade econômica. Anais do XIII seminário da ANPTUR. São Paulo: 28 a 30 de setembro de 2016.

ARAÚJO, Silvana Micheli de. Artificio e autenticidade: o turismo como experiência antropológica. In: BANDUCCI JUNIOR, Álvaro; BARRETO, Margarita (Orgs.). Turismo e identidade local: uma visão antropológica. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

AZZAN JUNIOR, Celso. Antropologia e Interpretação. Explicação e compreensão nas Antropologias de Lévi-Strauss e Geertz. Campinas: Unicamp, 1993.

BANDUCCI JÚNIOR, Álvaro. Turismo e Antropologia no Brasil: estudo preliminar. In: Turismo e identidade local: uma visão antropológica. 3. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

BARBOSA, Helena; CAMPOS, Raul. Experiências de turismo em unidades de conservação em áreas haliêuticas no Estado do Pará. PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural. 15 N° 4, 2017.

BARRETO, Margarita. Manual de iniciação ao estudo do turismo. Campinas, SP: Papyrus, 2003a.

BARRETO, Margarita. O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e a compreensão do turismo. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 9, n. 20, p. 15-29, 2003b.

BARRETO, Margarita. Relações entre visitantes e visitados: um retrospecto dos estudos socioantropológicos. *Turismo em Análise*, v. 15, n. 2, p. 133-149, 2004.

BARRETO, Margarita. Os estudos antropológicos sobre o turismo no Brasil: uma história recente. In: GRABURN, Nelson; et al. *Turismo e antropologia: novas abordagens*. Campinas, SP: Papirus, 2009.

BATISTA, Sônia. Cultura ribeirinha: a vida cotidiana na Ilha do Combu/Pará. In: V Jornada internacional de políticas públicas: Estado, desenvolvimento e crise do capital, 2011, São Luís. *Anais...* São Luís: Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, 2011.

BAZTAN, A. Aguirre. *Dicionário Temático de Antropologia*. 2ª ed. Barcelona/España; editorial Boixareu Universitária, 1993.

BELEMTUR, Coordenadoria Municipal de Turismo de Belém. *Inventário da Oferta Turística de Belém*, Belém - Pa, 2019.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 12 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2000.

BRENNER, Eliane Lopes. Uma Contribuição Teórica para o Turismo Cultural. *Revista Habitus - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia*, Goiânia, v. 3, n. 2, p. 361-372, jan. 2007.

BURNS, Georgette Leah. Anthropology and tourism: Past contributions and future theoretical challenges. *Anthropological Forum*. Vol. 14, No. 1, March, 2004.

CAMARGO, H. L. Turismo e Patrimônio Histórico. In: VII Encontro de História de Mato Grosso do Sul, 2004, Campo Grande, MS. *Patrimônio Histórico e Cultural: identidade e poder*, 2004.

CIRILO, Brenda Batista. O processo de criação e implementação de unidades de conservação e sua influência na gestão local: o estudo de caso da área de proteção ambiental da ilha do Combu, em Belém/Pa. *Dissertação de Mestrado*. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Universidade Federal do Pará, 2013.

COMBU, onde se inventa a prosperidade. *O Liberal*, Belém, 16 de julho de 1989.

CUNHA, Manuela C. e ALMEIDA, Mauro. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: *Cultura com aspas*. São Paulo; Cosac Naify: 277-300, 2001.

DERGAN, João Marcelo Barbosa. História, memória e natureza: as comunidades da Ilha do Combú-Belém-PA. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Pará, 217 p., 2006.

DOENÇAS ameaçam a infância ribeirinha. O Liberal, Belém, 07 de julho de 2008.

DOMARESKI-RUIZ, T. C.; AKEL, G. M; GÂNDARA, J. M. Estudos de Competitividade Turística – Comparativo do Modelo de Dwyer e Kim e do Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Brasil. Turismo & Sociedade. Curitiba, v. 8, n. 1, p. 15-37, 2015.

DURKHEIM, É. Da divisão do trabalho social. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DUSSEL, Enrique. “Sistema mundo y transmodernidad”. En: Saurabh Dube, Ishita Banerjee y Walter Mignolo (eds.). Modernidades coloniales, El Colegio de México, 2004. pp. 201-226

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. En: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.55-70.

ELIAS, Norbet; SCOTSON, John. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ESCOBAR, Arturo. El desarrollo (de nuevo) en cuestión: algunas tendencias en los debates críticos sobre capitalismo, desarrollo y modernidad en América Latina. In: ESCOBAR, Arturo. Sentipensar con la tierra: Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014. p. 25-66.

FALCAO, L.; CARDOSO, D. M. ; Lígia T.L..Simonian . Turismo e Desenvolvimento Sob Perspectivas às Comunidades da Resex Marinha Soure-Marajó. In: VI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade - ANPPAS, 2012, Belém. VI Encontro Nacional da ANPPAS. Belém: NAEA/UFPA, 2012. v. 1. p. 1-16.

FLORES, M. S. A. et al. Reconhecimento jurídico, direitos territoriais e governança ambiental: apontamentos histórico-jurídicos sobre povos originários, comunidades e populações tradicionais. Revista Inclusiones, v. 9, n. esp., p. 58-87, 2022.

FURTADO, L. et al. Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande – Curuçá, Pará, Brasil: estudo etnoecológico e sociocultural. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2012.

FURTADO, Lourdes; SOUZA, Maria Alice de. Belém, ocupação humana e uso de recursos no estuário. In: Belém de águas e ilhas. Belém: CEJUP, 2006.

GARDNER, Katy; LEWIS, David. Anthropology, development and the post-modern challenge. New York: Pluto Press, 1996.

GEERTZ, Clifford. Uma Descrição Densa: Por Uma Teoria Interpretativa da cultura. In: A Interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. P. 3-21.

GRABURN, Nelson. Antropologia ou Antropologias do Turismo? In: Turismo e Antropologia: novas abordagens. Campinas, SP: Papirus, 2009.

GRUNEWALD, Rodrigo; STEIL, Carlos. Entrevista com Nelson Graburn. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v. 14, nº 29, p. 341-368, junho de 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832008000100014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 de setembro de 2020.

GUDYNAS, Eduardo; ACOSTA, Alberto. La renovación de la crítica al desarrollo y el buen vivir como alternativa Utopía y Praxis Latinoamericana, v. 16, n. 53, pp. 71-83, 2011.

HURREL, J. A. et all. Ethnoecology in pluricultural contexts: thoretical and methodological contributions. In: Albuquerque UP, Lucena RFP, Cunha LVFC, RRN Alves (Orgs.). Methods and techniques in ethnobiology and ethnoecology. Humana Press: New York. 2ª edição, 2019.

IGNARRA, Luís Renato. Fundamentos do turismo. São Paulo: Pioneira, 1999.

IOT, 2019 - BELEMTUR, Coordenadoria Municipal de Turismo de Belém. Inventário da Oferta Turística de Belém, Belém - Pa, 2019.

KOPNINA H. 2014.environmental justice and biospheric egalitarianism: reflecting on a normative-philosophical view of human-nature relationship. Earth Perspectives, v. 1, n. 8, 2014.

KRIPPENDORF, Jost. Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 2000.

KROEBER, Alfred L. “O superorgânico”. In: A natureza da cultura. Lisboa: Edições 70, 1993.

LEITE, Naomi; GRABURN, Nelson. Chapter 3: Anthropological Interventions. In: The SAGE handbook of tourism studies. London: Sage Publications, 2009.

MAIO, Ivone. Antropologia e Turismo—reflexões teóricas sobre o estudo de processos socioculturais nas localidades receptoras. In: IV Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL, 2006, Caxias do Sul. *Anais...* Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Turismo, 2006.

MARCELO, Hernán. As antecipações do turismo no Brasil. Revista Iberoamericana de Turismo – RITUR, Penedo, vol. 1, n.2, p. 12-25, 2011.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva – forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: sociologia e antropologia. São Paulo: Ubu, 2003.

- MIGNOLO, Walter. Desafios coloniais hoje. *Epistemologias do Sul*, v. 1, n. 1, p. 12-32, 2017.
- MORAIS, Ana Paula Melo de. Turismo e transformações socioambientais na Amazônia: Um estudo sobre a percepção dos residentes da vila de Algodual – Pa. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, 2022.
- MOREIRA, Eidorfe. Belém e sua expressão geográfica. Belém: Imprensa Universitária, 1966.
- NASSAR, Pedro; COBRA, Luciana; VIEIRA, Fernanda. Práticas para o ecoturismo de base comunitária em Unidades de Conservação. Tefé, AM: IDSM, 2017.
- NO COMBU, a riqueza desprezada. *O Liberal*, Belém, 27 de março de 1994.
- NUNES, Thainá Guedelha. Transmitindo a cultura: ensaio etnográfico em uma comunidade da Ilha do Combu/PA. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Ciências Sociais. Universidade Federal do Pará, 59 p., 2013.
- NUNES, Thainá. Mobilização local: ribeirinhos e a luta pela melhoria de vida na área insular de Belém/PA. *Emblemas*, v. 13, n. 1, p. 09 - 20, 2016.
- NUNES, Thainá. Viver às margens do rio: identidade e pertença da Ilha do Combu/PA. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Universidade Federal do Pará, 167 p., 2017.
- NUNES, Thainá; FURTADO, Lourdes. Decolonialidade e bem viver: uma reflexão a partir do contexto ribeirinho da Ilha do Combu. *Novos Rumos Sociológicos*, v. 10, n. 17, p. 46-69, 2022.
- NUNES, Thainá; FURTADO, Lourdes. Turismo e agência entre os ribeirinhos: a casa do chocolate da Ilha do Combu. In: *Socioantropologia de povos e comunidades tradicionais costeiras e ribeirinhas*. Belém, INEAF, 2023.
- O PARAÍSO mora em frente. *O Liberal*, Belém, 19 de dezembro de 1997.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso. O trabalho do antropólogo. Brasília: Paralelo 15; São Paulo Editora/UNESP, 2000.
- PAIVA, Maria das Graças. *Sociologia do Turismo*. Campinas, SP: Papirus, 1995.
- PAKMAN, Elbio. Sobre as definições de turismo da OMT: uma contribuição à história do pensamento turístico. In: XI Seminário Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. 2014, Ceará. *Anais...* Disponível em: <<https://www.anptur.org.br/anais/anais/sumario.php?versao=11>>. Acesso em: 15 de março 2021.

PARÁ. Conselho Gestor da APA da Ilha do Combu, resolução nº 01/2017. Regimento interno do Conselho da Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu. Diário Oficial do Estado do Pará nº 33397, de 19 de junho de 2017.

PARÁ. Diário Oficial do Estado do Pará, nº 31680, de 04 de junho de 2010.

PARÁ. Diário Oficial do Estado do Pará, nº 33.153, de 22 de junho de 2016.

PARÁ. Diário Oficial do Estado do Pará, nº 33593, de 09 de abril de 2018.

PARÁ. Diário Oficial do Estado do Pará, nº 33978, de 12 de setembro de 2019.

PARÁ. Edital de concorrência. IDEFLOR-Bio nº. 03/2017.

PARÁ. Lei nº 6.083, de 13 de novembro de 1997. Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu no Município de Belém. Belém, Assembleia Legislativa do Estado do Pará, 1997.

PARÁ. Portaria nº 1.945, de 14 de outubro de 2008. Criação do Conselho Gestor da APA da Ilha do Combu. Secretaria do Estado de Meio Ambiente. Diário Oficial do Estado do Pará nº 31283, de 24 de outubro 2008.

PARÁ. Portaria nº 394. Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará – IDEFLOR-Bio. Diário Oficial do Estado do Pará nº33150, de 17 de junho de 2016.

PARATUR. Diagnóstico da Área e das Atividades Turísticas do Pólo Belém – PA. Ministério do Turismo. PARATUR. Belém: Expansão Gestão em Educação e Eventos, 2009.

PEIRANO, Mariza. « Etnografia, ou a teoria vivida », Ponto Urbe [Online], 2 | 2008.

PEIRANO, Mariza. Etnografia Não é Método. In. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014.

PEREIRO, Xerardo. Antropología del turismo: ¿para qué? ¿y para quién? Crítica de la razón turística. Disparidades. Revista de Antropología, v. 75, 2020.

PEREIRO, Xerardo; FERNANDES, Filipa. Antropologia e Turismo: Teorias, métodos e práxis. Tenerife: Pasos, 2018.

PRADO, Rosane Manhães. As espécies exóticas somos nós: reflexão a propósito do ecoturismo na Ilha Grande. Horizontes Antropológicos, v. 9, n. 20, p. 205-224, out. 2003.

QUARESMA, Helena; CAMPOS, Raul. Turismo em unidades de conservação (UC): experiências recorrentes e sustentabilidade em comunidades haliêuticas no Pará? In: III Reunião Equatorial de Antropologia (REA)/XII Encontro de Antropólogos Norte e Nordeste (ABANNE). Boa Vista, Roraima, 2011.

QUIJANO, Aníbal. “Bien vivir”: entre el “desarrollo” y la des/colonialidad del poder. En: Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Buenos Aires: CLACSO, 2014.

RESTREPO, Eduardo; MARTÍNEZ, Axel Alejandro Rojas. Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos. Popayán: Universidad del Cauca, 2010.

RODRIGUES, Ágila. A produção do espaço pelo e para o turismo na Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu (Belém- Pará). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Universidade Federal do Pará, 332 p., 2018.

RODRIGUES, Carmem Izabel. Caboclos na Amazônia: a identidade na diferença. Novos Cadernos NAEA, v. 9, n , p. 119-130, 2006.

SANTOS, Rafael José dos. Aculturação, impactos culturais, processos de hibridação: uma revisão conceitual dos estudos antropológicos do turismo. Trabalho apresentado na VI Reunião de Antropologia do Mercosul, Montevideo, Uruguay, 16, 17 e 18 de Novembro de 2005.

SCOONES, I. New ecology and the social sciences: what prospects for a fruitful engagement? Annual Review of Anthropology, v. 28, p. 479-507, 1999.

SERRA, Débora. A turistificação e patrimonialização na representação do espaço do Círio de Nazaré em Belém-PA. Paper do NAEA, v. 28, n. 2, 2019.

SILVA, Erly; TRENTIN, Fabia. Turismo de Experiência: L ‘Arte Ceccato Vila Flores. Caderno Virtual de Turismo. Rio de Janeiro, vol. 18, núm. 3, 2018.

SILVA, Romário. Esse rio é minha rua e a floresta, a minha casa: guia de desenho ribeirinho para a Ilha Do Combu, Belém, Pará. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Pará, Belém 2019.

SILVA, Wagner Gonçalves. O antropólogo e sua magia. São Paulo: Ed. USPA, 2006.

SIMMEL, Georg. “El espacio y la sociedad”. In: Sociología: estudios sobre las formas de socialización. Madrid: Alianza editorial, 1986.

SIMONIAN, Lígia. Políticas públicas e participação social nas Reservas Extrativistas amazônicas: entre avanços, limitações e possibilidades. Desenvolvimento e meio ambiente, Paraná, Vol. 48, p. 118-139, 2018.

STEIL, Carlos A. Antropologia do Turismo: Comunidade e Desterritorialização. Trabalho apresentado na XXIV Reunião de Antropologia. Olinda, junho 2004.

VASCONCELOS, Daniel. Sol, praia e a “destinação” da cidade: compreendendo a turistificação de Maceió-Alagoas-Brasil. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Alagoas, 2017.